

REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA – SBS

Vol. 08, Nº 19 | Maio/Agosto 2020

REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA - DIRETORIA (GESTÃO 2019-2021)

Presidente
Jacob Carlos Lima, UFSCar

1º Vice Presidente
Edna Maria Ramos de Castro, UFPA

2º Vice Presidente
Iracema Brandão Guimarães, UFBA

Secretário Geral
Luiz Gustavo da Cunha de Souza, UFSC

Tesoureiro
Emil Albert Sobottka, PUC-RS

1º Secretário
Helena Maria Bomeny Garchet, UERJ

2º Secretário
José Miguel Rasia, UFPR

Diretores
Leonardo Damasceno de Sá, UFCE
Lorena Cândido Fleury, UFRGS
Marcelo Alario Ennes, UFS
Marcelo Bastos Seráfico de Assis, UFAM
Mariana Miggiolaro Chaguri, Unicamp

Conselho Fiscal
Cristiano Fonseca Monteiro, UFF
Josimar Jorge Ventura de Morais, UFPE
Maria Carolina Tomás, PUC-MG

PUBLICAÇÃO QUADRIMESTRAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA – SBS

Coordenação Editorial
Jacob Carlos Lima, Universidade Federal de São Carlos

Editores
Renan Springer de Freitas, Universidade Federal de Minas Gerais
Adelia Maria Miglievich-Ribeiro, Universidade Federal do Espírito Santo

Editores Adjuntos
Bráulio Figueiredo Alves da Silva, Universidade Federal de Minas Gerais
Mariana Miggiolaro Chaguri, Universidade Estadual de Campinas
Marcelo Alario Ennes, Universidade Federal de Sergipe

Comissão Editorial
Carlos Benedito Martins, Universidade de Brasilia
Celi Scalon, Universidade Federal do Rio de Janeiro
Irlys Barreira, Universidade Federal do Ceará
Rogerio Proença Leite, Universidade Federal de Sergipe
Sergio Tavolaro, Universidade de Brasilia
Soraya Maria Vargas Cortes, Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Tom Dwyer, Universidade Estadual de Campinas

Conselho Editorial
Ana Luisa Fayet Sallas, Universidade federal do Paraná
Abdelafid Hamouch, Universidade de Lille I
André Pereira Botelho, Universidade Federal do Rio de Janeiro
Arturo Morato, Universidad de Barcelona
Carlos Fortuna, Universidade de Coimbra
Cesar Barreira, Universidade Federal do Ceará
Charles C. Lemert, Yale University
Emil Sobottka, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Gabriel Cohn, Universidade de São Paulo
José Machado Pais, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa
José Ricardo Ramalho, Universidade Federal do Rio de Janeiro
José Vicente Tavares, Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Lúcio Oliver Costilla, Universidad Nacional Autónoma de México
Marcos César Alvarez, Universidade de São Paulo
Margaret Archer, EPFL- University of Warvick
Maria Stela Grossi, Universidade de Brasília
Michel Burawoy, Berkeley University
Renato Sérgio de Lima, Fórum Brasileiro de Segurança - FBS
Sérgio Adorno, Universidade de São Paulo

Revisão: Edmir Missio
Diagramação: Adilma Menezes

Ficha Catalográfica elaborada pela UFS

RSB: Revista Brasileira de Sociologia / Sociedade Brasileira de Sociologia - SBS. – Vol. 08, n. 19 (mai./ago. 2020)- . – Sergipe: SBS, 2013-
Quadrimestral
ISSN 2317-8507 (impresso)
ISSN 2318-0544 (Eletrônico)
1. Sociologia – Periódicos. I. Sociedade Brasileira de Sociologia
CDU 316(051)

As opiniões, afirmações e conceitos emitidos nos artigos publicados na Revista Brasileira de Sociologia são de inteira responsabilidade de seus autores e não expressam posições da RBS ou da Sociedade Brasileira de Sociologia - SBS.

SUMÁRIO
TABLE OF CONTENTS

DOSSIÊ: Migrações Internacionais Contemporâneas: novas abordagens e novos recortes empíricos e temáticos

7 **Migrações e Circularidade: Teoria, Políticas de Estado e Realidades Migrantes**
Leonardo Cavalcanti, Marcelo Ennes, Márcio de Oliveira

26 **Bourdieu and the 'migrant-body': embodiment in the migratory context**
O "corpo-migrante" e Bourdieu: corpo e incorporação no contexto migratório
Marcelo Alario Ennes

59 **Migrantes centroamericanos en México: entre la violencia y los abusos de las políticas de control fronterizo en Estados Unidos**
Migrantes centroamericanos no México: entre a violência e os abusos das políticas de controle fronteiriço nos Estados Unidos
Paola Iliana de la Rosa Rodriguez, Lahys Sandy AntonyMaia

80 **Brazilian Foreign Policy for Immigrants and Refugees: New Concepts and Ethical Issues**
Política Externa Migratória Brasileira: Novos Conceitos e Questões Éticas
Roberto Rodolfo Georg Uebel

98 **Migrações internacionais contemporâneas e crise de refugiados no arco noroeste do Brasil: o caso do acolhimento de venezuelanos pelo estado de Roraima (2018 – 2019)**
Contemporary international migration and refugee crisis in the northwestern arch of Brazil: the case of the reception of venezuelans by the state of Roraima (2018 - 2019)
Érica Sarmiento da Silva, Fernando da Silva Rodrigues

126 **A migração haitiana e a construção de seus "Nortes": Brasil um "Norte" alternativo e temporário**
Haitian migration and the construction of its "Nortes": Brazil an alternative and temporary "North"
Kassoum Dieme, Tânia Tonhati, Lorena Pereda

148 **Comparative analysis of occupational mobility between foreign men and women in Brazil's formal labour market**
Análise comparativa da mobilidade ocupacional entre homens e mulheres estrangeiros no mercado de trabalho formal brasileiro
Claudia Lima Ayer de Noronha, Elaine Meire Vilela

178 **Percursos migratórios nos territórios da costura**
Migratory routes in the sewing territories
Patrícia Tavares de Freitas

201 **Migrações internacionais de jovens rurais: limites da reprodução social de agricultores familiares e construções da autonomia pessoal**
International migration of rural youth: limits of family farmers social reproduction and constructions of personal autonomy
Joel Orlando Bevilaqua Marin, Laila Mayara Drebes

ARTIGOS

229 **Experiência da mundialização como experiência hermenêutica: Habermas, Gadamer e cosmopolitismo**
The experience of cultural globalization as hermeneutic experience: Habermas, Gadamer and cosmopolitanism
Estevão Bosco

254 **Governamentalidade autocrática: repensando as racionalidades de governo em diálogo com Florestan Fernandes**
Autocratic governmentality: rethinking government rationalities in dialogue with Florestan Fernandes
Lucas Trindade da Silva

REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

DOSSIÊ:

Migrações Internacionais Contemporâneas: novas abordagens e novos recortes empíricos e temáticos

DOI: http://dx.doi.org/10.20336/rbs.761

REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

Migrações e Circularidade: Teoria, Políticas de Estado e Realidades Migrantes

Leonardo Cavalcanti*
Marcelo Ennes**
Márcio de Oliveira***

Não é mais preciso insistir sobre a atualidade dos fluxos migratórios em qualquer continente que seja. Da mesma forma, não é mais necessário ressaltar o crescente número de deslocados – forçados ou refugiados – que faz a manchete dos principais meios de comunicação mundo afora. Os números falam por si mesmos. Ocorre que a realidade de cada migrante espelha sua forma de organizar sua vida. Essa realidade tem origem em seus sentimentos, em suas redes e capitais, e no contexto político e social das sociedades nacionais de onde ele parte e daquelas onde ele se instala. Aí reside a grande diversidade do fenômeno migratório. A discussão sobre a mobilidade humana de que trata esse dossiê apresenta-se, portanto, variada, e essa é a tese que o sustenta: os móbiles da migração são múltiplos e só se revelam quando deles nos aproximamos. Da mesma forma o são as realidades criadas nas sociedades de origem e de chegada, para os que migram e para os que permanecem.

* Professor da Universidade de Brasília (UnB), bolsista de Produtividade em Pesquisa (CNPq PQ 2) e Coordenador Científico do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra). E-mail: leocavalcanti@unb.br.
** Professor Associado III da Universidade Federal de Sergipe, coordenador do Grupo de Pesquisa Processos Identitários e Poder – GEPPIP/CNPq. E-mail: prof.marcelo.ennes@gmail.com.
*** Professor Titular de Sociologia da Universidade Federal do Paraná, coordenador do Grupo de Pesquisa Multiculturalismo e Migrações Internacionais (CNPq). E-mail:marciodeoliveira62@gmail.com.

À guisa de referência à atualidade desse pandêmico ano de 2020, vale dizer que não foram tratados aqui os efeitos decorrentes do novo coronavírus sobre as populações migrantes. Contudo, convidamos o leitor a ler e analisar cada um dos artigos também sob esse prisma. Imaginem assim que a pandemia está agora na realidade cotidiana de cada um dos artigos trabalhados. Dada a vulnerabilidade dos migrantes, o impacto das restrições de circulação entre países os atinge mais fortemente, em especial os fronteiriços, em especial aqueles que recebem ou enviam remessas, em especial aqueles que sonhavam em organizar novos projetos migratórios. Além disso, o fechamento das fronteiras revela que circular internacionalmente à procura de trabalho fazia parte do cotidiano de centenas de milhares de pessoas, por exemplo, na América do Sul, como o atesta a situação de bolivianos no Chile que ficaram impossibilitados de voltar para casa.

Esse dossiê, contudo, tem outras pretensões. Problematizar o complexo contexto migratório, dizíamos ao lançar a convocatória para a chamada de artigos, era o objetivo almejado. Para isso, mais do que selecionar, tivemos por princípio acolher trabalhos que abordam o contexto dos processos migratórios e das realidades que estão na alma dos migrantes. De maneira específica e sem concertação prévia, é interessante observar como cada um dos artigos desse dossiê procurou responder às questões: quantas faces têm hoje as migrações internacionais? Quais os grupos que se põem em evidência e em que direções circulam? Quais as políticas que os atraem, quais são aquelas que os rechaçam?

Como era de se esperar, os leitores encontrarão no dossiê reflexões de caráter teórico sobre questões de política internacional e migratória ao lado de análises particulares. Enquanto as primeiras mostram o peso das injunções macroestruturais sobre o ato migratório, as segundas o visibilizam, revelando seu lado humano, corpóreo. No geral, foram analisadas situações-no mundo da vida e do trabalho, em torno de alguns dos mais importantes grupos de migrantes tanto na América Central quanto no Brasil de hoje– guatemaltecos, hondurenhos, salvadorenhos, nicaraguenses,haitianos, venezuelanos e bolivianos. Não obstante a diversidade das nacionalidades e situações, cada um dos artigos transita entre a pergunta e o desafio: Quem migra? Por que migra? Qual o custo humano e social do ato migratório para quem parte e para quem permanece? Entre o sonhado e o realizado, continua valendo a pena migrar?

Abrindo o dossiê, temos o texto O "O corpo-migrante e Bourdieu: corpo e incorporação no contexto migratório"de Marcelo Ennes, professor na Universidade Federal do Sergipe e coordenador do Grupo de Pesquisa "Processos Identitários e Poder".Nesse artigo,aborda-se a materialidade de todo processo migratório: afinal, como se possível fosse esquecer, migrantes são seres humanos, corpóreos, distintamente corpóreos. Quem migra tudo carrega em seu corpo; carrega seus pertences, carrega física e/ou emocionalmente seus familiares e filhos; carrega também seus contatos, seus sonhos;carrega seu próprio corpo e em seu próprio corpo, as marcas de sua história. Além disso, o corpo que migra ocupa espaço, vê, observa e é visto e observado; julga e é julgado, é aceito ou rejeitado, muitas vezes devido à sua aparência física, porque tudo e cada parte do corpo está marcada, por vezes estigmatizada, culturalmente.

Para tratar da temática do corpo que migra, Marcelo retorna ao sociólogo francês Pierre Bourdieu (1930-2002) e propõe o termo "corpo-migrante". A referência a Bourdieu não é em si original. Marcelo mesmo reafirma isso em vários momentos do artigo, e o leitor pode observar como sua excelente revisão da literatura sobre a sociologia do corpo[4]situa com clareza a posição ocupada pela contribuição bourdieusiana nesse campo de estudos, no qual vale destacar o diálogo estabelecido com Le Breton (2009)[5] e Bryan Turner (2014), bem como o bem-vindo resgate do trabalho seminal de Marcel Mauss (2003).

O quadro conceitual feito por Marcelo a partir de determinadas obras de Bourdieu é instigador porque ilumina diversos aspectos pouco considerados da condição migrante. Vamos a eles. O que interessa ao autor, eis aí o início da reflexão, é a corporificação das práticas sociais no bojo dos percursos migratórios. Marcelo assenta sua compreensão de "corpo-migrante" nos conceitos de *habitus* e *hexis* de Bourdieu: "a sociedade se faz presente no agente social por meio do corpo e não pela consciência ou pela razão". O "corpo-migrante", ao incorporar objetivamente seu *habitus* (todas as disposições sociais e afetivas que nos fizeram e fazem ser quem somos) e traduzi-lo corporalmente, forma sua *hexis*, ou seja, dá vida à sua personalidade social através de seus gestos

4 A esse respeito, tanto Ennes e Ramos (2017) quanto Schpun (2007) mostram como as cirurgias estéticas revelam o peso das representações sobre o corpo e o esforço para modificá-las.

5 Outro paralelo pode ser feito entre o trabalho Le Breton e aquele de Luc Boltanski, *As classes sociais e o corpo* (1984), outra obra que compõe o campo de estudos sociológicos sobre o corpo.

ou de suas maneiras físicas, materializando a versão pessoal de sua cultura e sociedade. No caso dos corpos-migrantes, esse duplo processo de incorporação e expressão, *habitus* e *hexis*, torna visível o que está no âmago de muitos processos de estigmatização: a forma pela qual o corpo é percebido e julgado.

Migrantes são serem humanos que migram por diversas razões, isso deveria ser tudo. Contudo, Marcelo mostra que o corpo-migrante sobrepõe-se aos migrantes. De uma certa maneira, migram antes deles. As representações de seus corpos-migrantes os precedem. Por isso que negros e latinos, antes mesmo de qualquer interação, são migrantes reconhecíveis e estigmatizados nas sociedades norte-americana e europeia. Porém, o "corpo-herdado", como diz Marcelo, precede também migrantes sul-americanos nos países do Sulglobal, como se pode perceber no caso dos bolivianos que se instalam e trabalham nas cidades de São Paulo e de Buenos Aires, tema específico de outro artigo deste dossiê.

Porém, isso não é tudo. A análise é muito bem temperada pelo autor quando ele incorpora ao corpo-migrante, a variável de classe, presente na formação do *habitus*, e a variável psicocultural de personalidade. Trazer, portanto, a discussão corporal para compreender o ator migrante é fundamental porque, resumindo, quem migra é o corpo e é exatamente o corpo que, mesmo antes de se expressar oral e juridicamente, fala e pede para ser ouvido, olha e pede para ser acolhido física e afetivamente. Em síntese, pode-se supor que a forma de classificação do corpo-migrante, para além da nacionalidade, também fundamenta e significa muitas das políticas migratórias e de integração que aceitam alguns e criminalizam outros. Enfim, o artigo de Marcelo não poderia ser mais oportuno porque o eixo central de sua análise pode ser estendido aos outros artigos do dossiê, como mostramos a seguir.

O segundo artigo do dossiê, "Migrantes Centro-americanos no México. Entre a solidariedade, a violência e os abusos das políticas de controle fronteiriço nos Estados Unidos", das pesquisadoras, mestre e doutora respectivamente, em direito internacional, Lahys Barbosa e Paolla Rodriguez, é um excelente exemplo do que ocorre, mesmo em outros países, em decorrência das injunções políticas que pesam sobre os corpos-migrantes rejeitados e estigmatizados nos EUA.

Desde finais de 2018, como a imprensa mundial assim noticiou, centenas de cidadãos centro-americanos começaram a partir de seus países – inicial-

mente eram hondurenhos, mas logo o fenômeno se espalhou pelos países vizinhos – em direção aos Estados Unidos. Em grupos de centenas, eles migravam a pé. Logo foram chamados de "perigosos criminosos" por Donald Trump e começaram a ser barrados na fronteira dos EUA. A notícia correu o mundo devido às suas características. Essas migrações foram chamadas de *caravanas*– migrar andando em grupos –,e hoje há alguns excelentes livros sobre o tema como os de Mejía (2018) e Pradilla (2019). Contudo, atravessar o México, o país de trânsito, tornou-se um calvário, e no início desse ano de 2020, o governo mexicano, bastante pressionado pelos EUA, decidiu fechar sua fronteira sul, tornando-se, na prática, a nova fronteira norte-americana da América Central.

O artigo das pesquisadoras mexicanas analisa o impacto das *caravanas* antes do fechamento das fronteiras sul mexicana e norte dos EUA. Logo no início do texto, afirmam sem dubiedade: a trajetória pelo México oscila entre solidariedade e violência. Há abusos de diversos tipos: durante o trajeto, nos contatos pessoais e, em especial, na execução dos controles fronteiriços. Muitas vezes negados, muito provavelmente disfarçados, esses controles talvez se aproximem hoje, podendo ser compreendidos e chamados em paralelo ao comportamento policial nos EUA em relação aos negros, de "controle migratório racial institucional".

A análise de Lahys Barbosa e Paola Rodriguez é, e o leitor ganhará muito lhe seguindo, bastante informativa. O México, afirmam as autoras, sempre foi tradicional país de acolhimento e de exílio, como ocorreu no passado quando acolheu os espanhóis republicanos derrotados pelas forças ditas nacionalistas de Francisco Franco ou quando acolheu, recentemente, o ex-presidente da Bolívia, Evo Morales. Ademais, trata-se de tradicional país de refúgio para aqueles submetidos às violências, guerras civis, crises econômicas e/ou políticas e catástrofes naturais que assolam, desde os anos 1980, países como Nicarágua, El Salvador, Honduras e Guatemala. Nos anos 2000, além desses fatores, formaram-se bandos criminosos, como a *Mara Salvatrucha*[6], responsáveis pela necessidade de migrar e pelo pedido de refúgio de milhares de cidadãos dos países citados.

6 Também chamado de MS-13, trata-se de um bando criminoso, formado principalmente por salvadorenhos e guatemaltecos, que atua nos Estados Unidos e na América Central. Para maiores detalhes, ver a entrevista de um de seus líderes ao jornal El País. Disponível em: https://brasil.elpais.com/internacional/2019-12-24/a-paz-na-rua-comeca-nas-prisoes-diz-chefao-de-gangue-salvadorenha-ms13.html.Acesso em 7 de julho de 2020.

O resultado disso são as recorrentes ondas migratórias que transitam pelo México, que movimentam as economias de determinadas localidades, mas cujos migrantes sofrem, sobretudo os indocumentados, violências diversas (sequestros, assaltos e até assassinatos) e extorsões, nesse último caso provenientes justamente daqueles agentes públicos em tese responsáveis por sua segurança. Os números oficiais segundo dados fornecidos pelo *Instituto Nacional de Migración de México* – dão conta de que "son repatriados aproximadamente 250.000 centroamericanos y ascienden a 1.300 los que son asesinados o mutilados", anualmente!

Essa catástrofe social anual, nos lembram as autoras, reparte-se desigualmente entre gêneros e por faixa etária: mulheres, jovens e crianças são particularmente vulneráveis entre os vulneráveis: "El Movimiento Migrante Mesoamericano (2016) apunta que, al cruzar la frontera sur de México, 7 de cada 10 mujeres sufren de abuso sexual y 9 de cada 10 son acosadas sexualmente durante el viaje rumbo a los Estados Unidos". Com efeito, o comportamento de muitos mexicanos em nada ajuda. A primeira imagem em relação aos centro-americanos é sempre negativa e o endurecimento das políticas restritivas norte-americanas, além das pressões econômicas para que o Estado mexicano controle os migrantes em seu próprio território, reforça os piores comportamentos e as piores interpretações da *Ley Migratoria* mexicana que havia descriminalizado o migrante. Porém, os últimos anos têm apontado para um agravamento das tensões e das práticas xenofóbicas de um lado, e do descaso dos países de origem dos migrantes, de outro. Tudo isso envolvido pelo silêncio ou pela negligência dos atores mundiais; infelizmente talvez hoje, mais do que em qualquer outro período, estejamos absurdamente distantes do lema: somos todos migrantes!

A situação mexicana serve de espelho para o que está acontecendo no Brasil nesse instante mesmo: uma lei migratória com avanços em confronto com uma prática migratória seletiva e ideologicamente alinhada com uma agenda de abandono de acordos internacionais (definida pelo atual governo Trump) que nunca fez parte da tradição diplomática brasileira. O artigo de Rodolfo Uebel, professor da Escola Superior de Marketing (Porto Alegre) e pesquisador do Laboratório Estado e Território (CNPq/UFRGS), dando sequência à sua tese de doutorado e a outros trabalhos seus no campo das migrações, é excelente oportunidade para observar as reações de outro Esta-

do, o brasileiro, diante dos novos fluxos. Inicialmente, é possível perguntar: estamos diante de uma Política Externa Migratória Brasileira lastreada ou de ações, entre improvisadas e urgentes, cujo objetivo seria apenas fazer frente à crescente entrada de migrantes, sobretudo venezuelanos?

A literatura sobre a política migratória brasileira é relativamente ambígua. Ora é dito que o Brasil continua trilhando seu caminho humanitário aberto às populações migrantes, ora é dito que o atual alinhamento à direita rompe o equilíbrio e a equidade tradicionais (SALES e SALLES, 2002; VIZENTINI, 2005; MILANI, 2014; AMORIM, 2017; VENTURA, 2017; UEBEL, 2018).

Profundo conhecedor desse campo de pesquisas, Uebel apresenta ao leitor uma cuidadosa análise tanto dos recentes fluxos quanto das ações empreendidas. É interessante perceber, eis um dos pontos fortes do artigo, que a agenda brasileira em termos de política migratória vem reagindo de maneira não convencional à agenda internacional, ora respeitando e endossando compromissos firmados, ora modificando suas práticas em função da pressão interna de grupos de apoiadores de direita (e extrema-direita), muito atuantes nas redes sociais, e de seus interesses eleitorais futuros. Isso quer dizer que nos dias de hoje caminhamos ao sabor dos grandes ventos ideológicos contrários à tradição não-alinhada brasileira? Aparentemente sim! De fato, a atual política externa brasileira nunca parece ter sido tão engajada à extrema-direita como o é agora, provocando surpresa até mesmo em setores do empresariado nacional.

Como o autor afirma, o "tratamento ético das migrações internacionais" é protegido e regulado por acordos internacionais. A política migratória é executada também em parcerias com ONGs, associações religiosas e outras entidades públicas e privadas. Os argumentos desenvolvidos no artigo vão ainda mais longe ao inseriro "tratamento ético das migrações" no seio de uma questão pouco abordada pela literatura: o espaço social e público reservado à promoção das comunidades imigrantes. Isso nos faz lembrar que o Brasil, embora de perfil imigrante, nem de longe é uma sociedade multicultural. Ao contrário, migrantes são comumente apresentados de forma negativa pelos grandes meios de comunicação. Além disso, as políticas afirmativas para migrantes não gozam de prestígio irrestrito, o que se reflete, em sentido inverso, no número relativamente alto de atos preconceituosos de que são vítimas. Contudo, a visão positiva do autor sobre a recriação

do Ministério da Família e dos Direitos Humanos ignora, em parte, o fato de que estamos diante de um governo que flerta abertamente com grupos civis e religiosos muito conservadores e que têm uma visão de direitos humanos saudosista da ideologia da segurança nacional. Decididamente, nada disso indica o arrefecimento dos preconceitos e da xenofobia, muito ao contrário!

Um último ponto merece destaque. O autor conclui afirmando que estão postos os desafios para o estabelecimento de uma Política Externa Migratória no Brasil que leve em consideração a dimensão ética estabelecida pela Lei de Migração de 2017[7]. Ocorre que as ações do Estado brasileiro são decididas diretamente pelo mandatário de plantão. Se nos tempos dos governos Lula e Dilma, a acolhida era humanitária e havia espaço para um programa como o *Mais Médicos*, o governo Temer e, sobretudo, o governo Bolsonaro fizeram clara opção por uma agenda ideológica de direita (por vezes mesmo de extrema-direita). Dentre as ações de acolhimento de imigrantes iniciadas em 2018 durante o governo Temer e reforçadas pelo atual, sobressai-se a opção por venezuelanos, na chamada *Operação Acolhida*, que os transformou no maior grupo de refugiados reconhecidos pelo Estado brasileiro. Sob a capa de humanitarismo, contudo, a presença de venezuelanos em território nacional é utilizada pelo governo brasileiro,de forma ora velada, ora aberta, como aríete tanto de sua oposição ao governo Maduro quanto de seu alinhamento, sem precedentes, sem reserva e sem vantagens visíveis, ao governo dos EUA. Em vista disso, pode-se perguntar: onde está a dimensão ética dessa política migratória?

O artigo de Érica Sarmiento, professora de História da América na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, sobre o caso do acolhimento de venezuelanos em Roraima (2018-2019), ilustra como as atuais ações espelham e fundamentam o *modus operandi* do governo Bolsonaro: a securitização da política migratória e a militarização de suas operações.

A questão dos venezuelanos atraiu a atenção do Brasil faz alguns anos. Entre os anos de 2015 e 2017, o número de solicitantes de refúgio saltou de 829 para mais de 8.000, e hoje estima-se em 36.000 o número de venezue-

7 O conteúdo da lei pode ser consultado em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm.

lanos refugiados reconhecidos pelo Estado brasileiro[8]. O que aconteceu em tão pouco tempo? Em duas palavras: amassiva entrada dos venezuelanos no Brasil é uma consequência da crise econômica e social da Venezuela da última década. A entrada no Brasil acontece principalmente pela fronteira com o estado de Roraima. Desde o início ficou claro que nem o governo local nem o governo federal estavam preparados para acolhê-los. Simões (2017) organizou a primeira grande pesquisa sobre o perfil dos solicitantes de refúgio. Demonstrou, entre outras coisas, o variado grupo que adentrava a fronteira brasileira, em meio ao qual havia também indígenas da etnia *Warao*. De 2015 para cá, a situação econômica venezuelana não apresentou melhoras e o governo Temer militarizou a questão. Há hoje farta literatura sobre o tema, da qual podemos citar Coury, Milesi e Rovery (2018), Moreira (2018), Portela e Schwinn (2018), Silveira e Souza (2018), Andrade e Solek (2020).

O artigo de Érica retoma o drama dessa migração em massa – também chamada de crise dos migrantes venezuelanos– abordando em detalhe a militarização da gestão. Como o leitor verá, a responsabilidade operacional, gestão dos recursos, recepção, triagem e interiorização dos migrantes venezuelanos está a cargo do Exército brasileiro, embora haja também oficiais e praças da Marinha e da Aeronáutica. A ação governamental é realizada em parceria com entidades religiosas, como a *Cáritas*, organismos internacionais, como o ACNUR, e universidades, como a Universidade Federal de Roraima.

Convidamos aqui o leitor a se inteirar de todos os detalhes–abrigos, tipo de intervenção (vacinação, documentação e interiorização) – tão ricamente descritos no texto de Érica. O fundamental é, como o texto deixa claro, que está em processo no norte do Brasil uma política militar de defesa e não necessariamente uma política de imigração com vistas à absorção e à integração dos migrantes, processos praticamente relegados aos atores parceiros. No âmago dessa política, parece estar um claro desvio de função e um excessivo aparelhamento de instâncias civis por parte de setores militares que, eis a cereja em cima do bolo, são brindados com volume significativo de recursos públicos (inclusive salários, diárias e outras comodidades) que poderiam estar destinados aos órgãos tradicionalmente competentes para lidar com processos de

8 Para maiores informações, ver https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/06/09/numero-de-refugiados-no-brasil-aumenta-mais-de-7-vezes-no-semestre-maioria-e-de-venezuelanos.ghtml.

acolhimento e de integração de migrantes. Ao final da leitura do texto, pode-se questionar ainda a razão da militarização das operações, sobretudo porque essa experiência de governança não parece confinada a esse setor da administração pública federal. Ao contrário, no atual governo, a experiência de gestão da política migratória no norte do país pode estar criando um preocupante e, sem precedente, modelo de intervenção militar na estrutura de funcionamento do Estado brasileiro. Isto é proposital ou seria o *modus operandi par défaut* de um governo com restrito apoio partidário e distante dos valores democráticos da sociedade civil? *Voilà une affaire à suivre de très*près.

Outro exemplo de gestão dos atuais fluxos migratórios, talvez aquele que melhor visibilizou a atuação do Brasil no concerto das nações latino-americanas, é o caso da migração haitiana. A título de informação, lembremos que praticamente não havia haitianos no Brasil em 2010 e, neste ano de 2020, estima-se em 100 mil o número de nacionais do Haiti residindo no país.

O artigo "A migração haitiana e a construção de seus 'Nortes': Brasil um 'Norte' alternativo e temporário", da professora da Universidade de Brasília Tânia Tonhati e dos pesquisadores do Observatório das Migrações Internacionais (Obmigra/UnB) Lorena Pereda e Kassoum Dieme, é fruto da pesquisa "Imigração e crise econômica: as táticas migratórias de retorno e circularidade dos haitianos".

A literatura sobre a migração haitiana no Brasil é hoje extremamente abundante, podendo-se citar, sem cansar o leitor, Thomaz (2013), Cogo (2014), Casagrande e Gediel (2015), Handerson (2015), Nieburg (2015); Baeninger et al. (2016), Cavalcanti (2016), Oliveira (2016, 2019) e Audebert (2017). Conhecedores desses trabalhos, Tânia, Lorena e Kassoum perseguem um objetivo muito oportuno e abordam uma dimensão ainda pouco explorada, por sua origem recente, mas que está se agravando, sobretudo devido aos efeitos da pandemia: o impacto da crise econômica – baixo crescimento e aumento do desemprego – iniciada em 2015 sobre migrantes haitianos particularmente vulneráveis às flutuações do mercado de trabalho.

A partir de dados coletados nas cidades de Brasília e Curitiba nos anos de 2018 e 2019 através de entrevistas diretas e grupos focais,as autoras e o autor analisam como o Brasil aparentemente se tornou um novo "Norte Global alternativo", ou seja, alternativo, dentre as economias do Sul global, às restrições de entrada impostas por países ricos do Norte global. Embora o mercado de trabalho e a taxa de câmbio fossem favoráveis até 2014, a existência

de redes (de familiares e amigos já instalados em várias cidades brasileiras) e o sistema de educação pública foram elencados, pelos entrevistados, como fatores que também muito pesaram quando da decisão de vir para o Brasil.

Da realidade econômica pujante quando da chegada das primeiras levas à crise atual, ponto central do artigo, como a situação econômica vem sendo percebida? Quais as estratégias que vêm sendo adotadas? O exame das práticas atuais dos migrantes entrevistados revela que o Brasil está se convertendo em "Norte temporário", retornando assim à sua categoria de periferia do "Norte global". Em certa medida, o Brasil vem sendo pensado hoje como um local de passagem para remigrações futuras; como um local que permite aos migrantes acumular certa quantidade de *capital de mobilidade*, preparando-os para sua instalação nos tradicionais países da migração haitiana, a saber: Canadá, EUA e França. Não obstante, a experiência no Sul pode possibilitar também remigrações para o Chile ou para a Argentina. Seja como for, eis um dos achados da pesquisa: em certa medida, o "temporário" pode ter se tornado algo definitivo devido às experiências e ao capital acumulado. A conclusão pode surpreender aqueles que se acostumaram a ver nos migrantes uma categoria social à parte. Contudo, ao transformar o Brasil em local de passagem, pode-se conjecturar, migrantes haitianos adotam estratégias comuns a qualquer indivíduo, qual seja,"melhorar de vida", como disse um dos entrevistados, Afinal, não é por isso que se migra? O caso analisado revela certo padrão que não lhe é exclusivo e isso nos faz lembrar que algumas das categorias sociológicas que empregamos–no caso em tela, os migrantes – devem sempre ser analisadas,em paralelo às situações semelhantes mundo afora, no contexto maior das práticas e das estratégias sociais de todo e qualquer grupo social.

Completando o dossiê, temos três artigos que se complementam e ilustram talvez a mais importante das dimensões da vida dos imigrantes em território nacional: o mercado e as condições de trabalho. O primeiro artigo dessa série final, de autoria da professora da Universidade Federal de Minas Gerais, Elaine Vilela, e da doutora em Sociologia pela mesma universidade, Cláudia Ayer, versa sobre as diferenças de gênero e de nacionalidade no mercado de trabalho formal. Quem tem mais possibilidade de ascender em termos sociais e econômicos, homens ou mulheres? Paraguaios, bolivianos, chineses ou espanhóis?

O artigo é de longo fôlego e dialoga com rigor com a literatura específica, trabalhando dados que vêm sendo compilados anualmente pelo Observató-

rio das Migrações Internacionais da Universidade de Brasília[9], sem dúvida hoje um dos mais importantes centros de pesquisas voltado à análise do mercado de trabalho imigrante no Brasil.

Trabalhando sobre uma base de mais de 75.0000 indivíduos, oriundos de 13 países dos hemisférios Norte e Sul, a partir de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)[10]de 1995 a 2015, as autoras mediram a mobilidade ocupacional através do *International Socio-Economic Index of Occupational Status*. Após a longa revisão teórica dos modelos de mobilidade social e econômica e a inclusão das variáveis independentes ligadas ao capital humano e às características demográficas de cada trabalhador, ao processo de inserção no Brasil, ao setor de atuação das empresas e ao status da primeira ocupação, chega-se aos resultados, minuciosamente apresentados. Lancemos um olhar sobre o principal deles.

Cláudia e Elaine afirmam: "...estrangeiros e estrangeiras apresentam uma tendência de mobilidade ascendente no mercado de trabalho brasileiro." Contudo, as estrangeiras têm chances de mobilidade ascendente levemente inferiores àquelas dos estrangeiros. Talvez porque "insiram-se em piores ocupações do que os homens". Portanto, em consonância com estudos realizados em países de imigração mais antiga e perene, "... a variável sexo têm efeito para compreensão das trajetórias ocupacionais dos estrangeiros no Brasil, tendo homens, em geral, maiores probabilidades de mobilidade ascendente do que mulheres".

O artigo traz, contudo, um dado intrigante. Quando a análise sobre as chances de mobilidade ascendente exclui estrangeiros e estrangeiras de países ricos – EUA, França e Espanha, entre outros – encontra-se uma situação invertida no grupo dos haitianos: percentual de mobilidade descendente entre homens haitianos (29%) levemente superior do que aquele encontrado entre as mulheres haitianas (27%). Em outras palavras, as mulheres têm mais chance de mover-se para cima do que os homens. Como isso acontece somente com essa nacionalidade e devido ao curto período de instalação desse grupo nacional no país, o fato ainda não pode ser explicado.

9 Para maiores detalhes da produção do Observatório, ver o sítio https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/observatorio.

10 Para corrigir o fato de haver muitos trabalhadores informais no mercado de trabalho e isso ter ocasionado um viés na amostra selecionada, os autores criaram "a variável *predict_Formal* que se refere a probabilidade de um trabalhador estar inserido no mercado formal...".

De maneira geral, porém, o Brasil repete dados de mobilidade encontrados nos países ricos. Em vista disso, caberia questionar: a aproximação do mercado de trabalho brasileiro ao padrão de mobilidade que se registra no conjunto dos países ricos do Norte global pode ser aplicada também às nacionalidades e/ou aos níveis de escolaridade dos migrantes dos países do Sul?

Os dois últimos artigos do dossiê podem indicar possíveis respostas ao questionamento acima feito. Em primeiro lugar, temos o artigo de Patrícia Freitas, professora da Universidade Federal de Lavras, sobre bolivianos e bolivianas inseridos no setor de confecção localizadas nas cidades de São Paulo e de Buenos Aires, em empresas controladas por seus conterrâneos. A migração boliviana para o Brasil e para a Argentina[11], e sua presença no mundo da confecção nas cidades de Buenos Aires e de São Paulo, tem sido bastante estudada por uma literatura específica (CORTES, 2001; D'AnDREA, 2007; ADÚRIZ, 2009; BAENINGER e SOUCAHUD, 2009; SILVA, 2009; GEORGES, RIZEK E SILVA, 2010; SOUCHAUD, 2010; BAENINGER, 2012; MOREIRA e OLIVEIRA, 2013). Como afirma Patrícia, o que marca a especificidade dos bolivianos nessa atividade econômica em ambos os países é a possibilidade de circularidade entre eles, de retorno à Bolívia e novas migrações, sem que isso signifique o abandono da atividade laboral exercida. Contudo, eis a hipótese que surpreende, embora migrem os indivíduos e circulem as mercadorias, a circularidade de bolivianos entre Brasil e Argentina é residual. Dito de outra forma, ora os migrantes integram-se nas sociedades de destino e aí permanecem, ora retornam à Bolívia e procuram inserir-se no mundo da confecção em suas regiões de origem. Em resumo, a circularidade dos bolivianos entre os mercados argentino e brasileiro não é a regra dos circuitos migratórios. Por quê?

A resposta a essa pergunta não é simples e não pode ser generalizada. Para abordar a questão, a autora escolheu apenas quatro "narrativas práticas", analisadas a partir da metodologia proposta por Daniel Bertaux[12]. A vantagem aqui, nos explica Patrícia, é que para além do tradicional relato de

11 No caso da Argentina, trata-se da segunda comunidade de estrangeiros residindo no país, segundo dados do Censo Nacional de 2010.

12 Daniel Bertaux é um sociólogo francês especialista em relatos de vida. Seu principal livro está traduzido em português (BERTAUX, 1979). Para maior aprofundamento, ver ainda Bertaux (1997, 2014).

vida, o tipo de narrativa proposta por Bertaux procura compreender cada decisão de partida em relação ao ato migratório que, por vezes, não foi pré-concebido. Em outras palavras, uma vez instalado em seu destino, o migrante pesa suas novas decisões, partir ou ficar, reatualizando as circunstâncias que marcaram tanto seu momento de partida quanto aquele em que se encontra. Vejamos em detalhe como isso se apresenta.

Segundo os informantes, o projeto migratório é fruto de uma oportunidade de trabalho e não necessariamente de uma decisão lentamente organizada. A experiência laboral-migratória é vista como provisória. Isso reforça a tese corrente segundo a qual a migração não é nem definitiva nem representa uma ruptura com a sociedade de origem. A título de exemplo, ao acompanhar e/ou ser informado do retorno de conterrâneos, essa possibilidade instala-se em seu horizonte, reaquecendo o sentimento de provisoriedade que surgiu quando se apresentou a oportunidade de trabalho no exterior. É interessante perceber ainda como essa provisoriedade e essa casualidade da migração ajudam a significar o sentido da aventura e dos novos desafios presentes em muitos discursos de migrantes.

Posto o contexto migratório nesses termos, Patrícia localiza na variável cronológica – e, claro, nas circunstâncias sociais que a acompanham – o que diferencia aqueles que se integram daqueles que retornam. Quem migrou para o Brasil nos anos 1980 e 1990 conheceu um processo de integração econômica exitoso; poucos retornaram e o sentimento nostálgico foi se esvanecendo; por outro lado, os migrantes dos anos 2000 têm sido menos felizes; tendem a regressar e, assim fazendo, servem de exemplo aos outros.

As narrativas, como alertamos, não podem ser generalizadas. Contudo, apresentam alguns pontos em comum. Um dos mais importantes deles é, sem dúvida, o sucesso nos negócios e/ou a renda obtida na atividade laboral. Obviamente, qualquer experiência profissional deixa marcas (inclusive financeiras) no indivíduo e pode indicar caminhos futuros. Porém, o percurso profissional embute dimensões subjetivas que não podem ser consideradas secundárias. Em um dos relatos, o leitor o identificará facilmente, percebe-se que a decisão de circular entre as cidades de São Paulo e Buenos Aires foi familiarmente decidida, ou seja, levou em consideração circunstâncias pessoais nas quais o migrante estava envolvido. Além disso, esse relato indica como o ato de migrar é espaço tenso de sentimentos de afeição e de pertencimento, e não apenas de interesses e necessidades materiais; é espaço de

incertezas e não de premonições. As narrativas trazidas, eis uma das contribuições mais abrangentes do artigo, nos levam a pensar que um emaranhado de sentimentos e de dados objetivos – emprego, salário, negócio, casamento, filhos, experiências passadas etc. – está a cada momento à frente, durante e atrás dos projetos migratórios que, por mais individuais que sejam, estão sempre envoltos em laços sociais e afetivos mais abrangentes.

Fechando o dossiê, trazemos o artigo de Joel Marin, professor da Universidade Federal de Santa Maria, e de Laila Drebes, professora da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, sobre emigrantes brasileiros oriundos do meio rural. O fato de jovens brasileiros emigrarem pode parecer, à primeira vista, banal. Afinal, há mais brasileiros no exterior do que estrangeiros no Brasil. Contudo, como o leitor perceberá, há, nesse grande contingente de emigrantes, jovens filhos de agricultores que são essenciais para a reprodução da agricultura familiar.

O artigo tem como lócus de pesquisa o município goiano de Itapuranga, distante 160 km da cidade de Goiânia, capital do estado de Goiás. A escolha é feliz porque trata-se de município que reúne algumas das características gerais que impactam a agricultura familiar Brasil afora: expansão da monocultura (no caso em particular, da cana-de-açúcar), falta de perspectivas econômicas (emprego rural declinante), pequeno tamanho da propriedade etc. Em consequência, partir, para a cidade grande vizinha ou para o exterior, pauta o cotidiano e embala os sonhos dos jovens, como os relatos trazidos bem indicam. O artigo analisa fundamentalmente os retornados – justamente aqueles que pretendem (ou pretendiam), com sua volta, assegurar financeira e fisicamente a reprodução de seu grupo, não permanecendo no exterior e enviando remessas. Nesse grupo, o argumento principal desenvolvido pelos auto resgira em torno da questão: existiria um consenso em torno das representações sobre a experiência migratória internacional?

Logo de início, de acordo com os relatos colhidos, percebe-se que a migração internacional nada mais é do que o passo seguinte à migração interna. Caso essa migração não traga o resultado esperado, opta-se pela segunda opção, o exterior. Portanto, é o local de partida (a condição geral da agricultura familiar) que pauta a migração e não necessariamente o destino, o que aproxima aqui, de maneira pouco usual, os processos migratórios interno e externo. Da mesma forma, as mudanças comportamentais e de consumo em curso – globalização e modernização são aqui termos

intercambiáveis – indicam a importância de motivos para migração submersos tais como, por exemplo, a possibilidade de estabelecer, em outras localidades,novas formas de sociabilidade, inclusive as relações homoafetivas pouco aceitas no meio rural. Há ainda o caso das jovens: preteridas nos negócios familiares, nas heranças e na perspectiva de ascensão social, aos quais resta apenas o casamento, seus projetos migratórios espelham tensões pouco visíveis no seio das famílias. Não surpreende assim que sejam bastante numerosas a migrar.

Os autores concluem afirmando que a migração, o sacrifício individual e/ou o rito de passagem para a vida adulta são consequência da desestruturação das formas de reprodução social na agricultura familiar e não uma solução a ela porque acabam por contribuir para o esvaziamento, envelhecimento e masculinização das populações rurais. O impacto da migração de jovens rurais seria assim mais profundo e radical do que aquele provocado pela migração de jovens urbanos. E, contudo, jovens rurais continuam migrando, seja para as grandes cidades brasileiras, seja para o exterior, talvez porque no seio dos projetos migratórios residam tensões que, somadas aos fatores clássicos de expulsão, opõem ainda mais o indivíduo à sua coletividade.

Eis, assim, o conjunto dos artigos que compõem esse dossiê. Ao final dessa apresentação, pode-se retornar às questões iniciais: quantas faces têm hoje as migrações internacionais? Quais os grupos que se põem em evidência e em que direções circulam? Quais as políticas que os atraem, quais são aquelas que os rechaçam?

As migrações internacionais têm tantas faces quanto o contingente dos próprios migrantes latino-americanos, como se pode compreender através de cada um dos artigos que se lerá. Em síntese, cada homem ou mulher, jovem ou idoso, que deixa seu país, o faz à sua maneira. O denominador comum a todos os migrantes, pode-se dizer de maneira simples,reside no próprio ato migratório, uma opção dentre outras de custo e sacrifício similares, mesmo quando forçada. Sob qualquer prisma que se analise, contudo, partir nunca é ato simples; migrar é um ato que se reinventa (como no caso das caravanas centro-americanas) e gera consequências imprevisíveis, como mostram venezuelanos, bolivianos e brasileiros, homens e mulheres emigrantes. Cada indivíduo que parte impacta de alguma maneira alguns dentre os que ficam; na sociedade de destino, modificam-se os que permanecem e se integram; modificados tornam-se os que retornam e/ou

que circulam. À guisa de palavras finais, pode-se dizer que há uma realidade que perpassa cada um dos artigos comentados e, talvez, todos e cada um dos migrantes: os projetos migratórios se apresentam sempre como o resultado de um conjunto de anseios, de sonhos e de problemas, mas raramente são uma solução a eles.

Referências

ADÚRIZ, Isidoro. (2009),*La industria textil en Argentina.* Su evolución y sus condiciones de trabajo. Buenos Aires: Inpade.

AMORIM, Celso. (2017), *Acting Globally:* memoirs of Brazil's assertive foreign policy. Lanham: Hamilton Books.

ANDRADE, Gibton P. de; SOLEK, Raphael C. (2020), A crise migratória venezuelana e o fechamento da fronteira Brasil/Venezuela: uma análise à luz do direito humanitário. *Brazilian Journal of Development,* v. 6, n. 1, pp. 3282-3302.

AUDEBERT, Cédric. (2017), The recent geodynamics of Haitian migration in the Americas: refugees or economic migrants? *Revista Brasileira de Estudos Populacionais,* v. 34, n. 1, pp. 55-71.

BAENINGER, Rosana A. (org.). (2012),*Imigração boliviana no Brasil.* Campinas: Nepo/Unicamp.

_____. et al. (orgs.). (2016), *Imigração haitiana no Brasil.* Jundiaí: Paco Editorial.

_____. ; SOUCHAUD, Sylvain. (2009), Étudier les liens entre les migrations intérieures et internationales en suivant les trajectoires migratoires des Boliviens au Brésil. *Revue Européenne des Migrations Internationales*, v. 25, n. 1, pp.193-213.

BERTAUX, Daniel. (1979),*Destinos pessoais e estrutura de classe:* para uma crítica da antroponomia. Rio de Janeiro: Editora Zahar.

_____. (1997),*Les récits de vie:* perspective ethnosociologique. Paris: Nathan Université.

_____. (2014). Sept propriétés des récits de vie. In: ERTUL, Servet; MELCHIOR, Jean-Philippe; LALIVE-D'EPINAY, Christian. (sous la dir.),*Subjectivation et redéfinition identitaire*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, pp. 29-52.

CASAGRANDE, Melissa M.; GEDIEL, José A. P. (2015). A migração haitiana recente para o Brasil: bases teóricas e instrumentos político-jurídicos. *Moções. Revista de Relações Internacionais da UFGD*, v. 4, n. 8, pp. 97-110.

CAVALCANTI, Leonardo. (2016), Novos fluxos migratórios: haitianos, senegaleses e ganeenses no mercado de trabalho brasileiro. In: GEDIEL, José A. P.; GODOY, Gabriel G. de (orgs.). *Refúgio e hospitalidade*. Curitiba. Edições Kairós, pp. 231-247.

COGO, Denise. (2014), Haitianos no Brasil: Comunicação e interação em redesMigratóriastransnacionais. *Chasqui – Revista Latinoamericana de Comunicación*, n. 125, pp. 23-32.

CORTES, Geneviève. (2001), Les boliviens à Buenos Aires: présence dans la ville, repères de la ville. *Revue Européenne de Migrations Internationales*, n. 17, pp. 119-146.

COURY, Paula; MILESI, Rosita; ROVERY, Júlia. (2018), Migração venezuelana ao Brasil: discurso político e xenofobia no contexto atual. *Aedos*, v. 10, n. 22, pp. 53-70.

D'ANDRÉA, Nicolas. (2007), Recomposition régional e dans le Sud bolivien et migrations vers l'Argentine. *Revue Européen ne des Migrations Internationales*, v. 23, n. 2, pp. 2-9.

ENNES, Marcelo A.; RAMOS, Natália. (2017), Cirurgias estéticas étnicas e migração em Portugal e Espanha. *Revista Mediações*. v. 22, n. 1, pp. 183-212.

GEORGES, Isabel; RIZEK, Cibele S.; SILVA, Carlos F. da (2010), Trabalho e imigração: uma comparação Brasil-Argentina. *Lua Nova*, n. 79, pp. 111-142.

HANDERSON, Joseph. (2015), *Diáspora*. Sentidos sociais, mobilidades haitianas. *Horizontes antropológicos*, ano 21, n. 43, pp. 51-78.

LE BRETON, David. (2009), *A sociologia do corpo.* 3. ed., Petrópolis: Vozes.

MEJÍA,Jorge A. L. (2018), *Éxodo de transmigrantes centroamericanos y tráfico de personas:* relatos de una cruda realidad. Bloomington: Editorial Palibrio.

MILANI, Carlos R. S. et al. (2014), *Atlas da política externa brasileira*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

MOREIRA, Eliana (2018), Os Warao no Brasil em cenas: "o estrangeiro..." *Périplos*/ *GT Clacso*, v. 2, n. 2, pp. 56-78.

MOREIRA, Paulo G.; OLIVEIRA, Ana C. V. (2013), Os imigrantes ilegais da Colômbia, Bolívia e Haiti no Brasil: considerações do ponto de vista da Segurança Internacional. *Mural Internacional*,v. 4, n. 2, pp. 63-71.

NEIBURG, Federico G. (2015),*Haiti.* Perspectivas etnográficas sobre um espaço (inter)nacional. Rio de Janeiro: Garamond.

OLIVEIRA, Márcio de. (2016), Immigrants Haitiens au Brésil: du multiculturalisme à l'oeuvre? *Revista de Ciencias Humanas y Sociales. Al Irfan*, Instituto de Estudios Hispano-Lusos, Universidade Mohammed V de Rabat, n. 2, pp. 73-89.

_____. (2019),P-C La trajectoire d'un jeune Haïtien au Brésil : habitus immigrant, distinction et capital. *Revue Orda*, HorsThème. Disponível em: https://journals.openedition.org/orda/4556. Acesso em 14 de julho de 2020.

PORTELA, Êmily de Amarante; SCHWINN, Simone. (2018),*O Brasil e a imigração venezuelana:* a (des)organização da política migratória brasileira. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, VII seminário corpo, gênero e sexualidade.

PRADILLA, Alberto (2019),*Caravana.* Como el éxodo centroamericano salió de la clandestinidad. Madrid: Penguin Random House Grupo Editorial.

SALES, Teresa; SALLES, Maria do R. (orgs). (2002),*Políticas migratórias.* América Latina, Brasil e brasileiros no exterior. São Carlos: EdUFSCAR/Editora Sumaré.

SCHPUN, Mônica R. (2007), Les descendants d'immigrés japonais au Brésil et les chirurgies d'occidental isation des yeux. In: LILLO, Natacha; RYGIEL, Philippe (sous la dir.). *Images et représentations du genre en migration.* Mondes atlantiques XIX^{e}- XX^{e} siècles. Paris: EPU, pp. 105-122.

SILVA, Carlos F. da. (2009), Precisa-se: bolivianos na indústria de confecções em São Paulo. *Travessia*, ano XXII, n. 63, pp. 5-11.

SILVEIRA, Marina de C. P. da; SOUZA, Ayrton R. (2018), O fluxo migratório de venezuelanos para o Brasil (2014-2018): análise do arcabouço jurídico brasileiro e da conjuntura interna venezuelana. *Cadernos Prolam/USP*, v. 17, n. 32, pp. 114-132.

SIMÕES, Gustavo da F. (org.) (2017), *Perfil sociodemográfico e laboral da imigração venezuelana no Brasil.* Curitiba: CRV.

SOUCHAUD, Sylvain. (2010), A imigração boliviana em São Paulo. In: FERREIRA, Ademir P. et al. *Deslocamentos e reconstruções da experiência migrante*. Rio de Janeiro: Garamond, pp. 267-290.

THOMAZ, Diana (2013), Migração haitiana para o Brasil pós-terremoto: indefinição normativa e implicações políticas. *Primeiros Estudos – Revista de Graduação em Ciências Sociais,* 4, pp. 131-143.

TURNER, Bryan S. (2014), *Corpo e sociedade*. São Paulo: Editora Ideias & Letras.

VENTURA, Dasy. (2017), *Entre falácias e fronteiras:* migrações e refúgio nas relações internacionais contemporâneas. Trabalho apresentado no 6º Encontro da Associação Brasileira de Relações Internacionais, Belo Horizonte.

VIZENTINI, Paulo F. (2005),De FHC a Lula: uma década de política externa (1995-2005). *Civitas*, Porto Alegre, v. 5, n. 2, pp. 381-397, jul./dez.

UEBEL, Roberto Rodolfo Georg. (2018), Política externa migratória brasileira: das migrações de perspectiva à hiperdinamização das migrações durante os governos Lula da Silva e Dilma Rousseff. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre.

DOI: http://dx.doi.org/10.20336/rbs.609

REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

Bourdieu and the 'migrant-body': embodiment in the migratory context

O "corpo-migrante" e Bourdieu: corpo e incorporação no contexto migratório

Marcelo Alario Ennes*

ABSTRACT

This article sets out to analyse a number of works by Pierre Bourdieu, focusing specifically on his contribution to the development of a research agenda sur rounding the 'migrant-body.' This agenda aims to understand how the body is socially constructed in the context of migration, and how this results in the social and power relations in which the migrant becomes embedded. The article is based on (re)reading Bourdieu's books with a focus on his ideas of embodiment and the body. Additionally, a review of the literature enabled two groups of articles to be identified, the first comprising texts that already develop a dialogue between Bourdieu's concepts and the topic of immigration, while the second group studies the body in the migration context without problematizing the issue theoretically. In the conclusion, I suggest that Bourdieu offers us enough elements to understand the 'migrant-body' as an outcome of power and social relations that generate the insertion, positioning and re-positioning ofmigrants within the specific fields in which they act.

Keywords: Migration; Body; Embodiment; 'migrant-body'; Pierre Bourdieu.

* Social Science Department and Graduated Program of Sociology of Federal University of Sergipe, Brazil. I thank CNPq and CAPES for the financial help to write and publish this article. E-mail: prof.marcelo.ennes@gmail.com.

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo central a análise de algumas obras de Pierre Bourdieu tendo em vista sua contribuição para o desenvolvimento de uma agenda de pesquisa em torno da ideia do "corpo-migrante". Esta agenda visa compreender como o corpo é socialmente produzido no contexto migratório e como isto resulta nas relações sociais e de poder das quais o imigrante é parte. O artigo foi elaborado com base em (re)leituras de obras de Bourdieu com foco na ideia de incorporação e corpo e a partir de um levantamento bibliográfico por meio do qual foram identificados alguns artigos que já fazem o diálogo entre conceitos bourdieusianos e a questão migratória, e outros que tratam do corpo no contexto migratório mas sem problematiza-lo teoricamente. Como resultado, sugiro que Bourdieu nos oferece elementos suficientes para apreender e compreender o "corpo-migrante" como resultado de relações de força e poder que geram a inserção, o posicionamento e o reposicionamento de imigrantes em campos específicos em que atuam.
Palavras-chave: Imigração; Corpo; Incorporação; "Corpo-migrante"; Pierre Bourdieu,

Introduction

The central objective of this article is to analyse a number of Pierre Bourdieu's works, focusing specifically on his contribution to the development of a research agenda surrounding the notion of the 'migrant-body,'[1] through which I seek to centre on the bodily dimension, or embodiment, of the question of migration.

Adopting this approach, I reflect on the interconnected concepts of habitus, hexis, strategy, field and capital, as well as on the body as a theme intrinsic to Bourdieu's thought and research. In this way, I aim to create an analytic and conceptual base that allows us to expand the field of migration studies by providing more analytic consistency to the embodied dimension of the migratory phenomenon.

This recourse to Bourdieu to think about the 'migrant-body' is explained firstly by the fact that the article joins a series of studies on the theme that will certainly not be exhausted by the present contribution, nor does it imply that subsequent publications cannot subject the topic to a more sys-

1 Project: "Bodies of immigrants – migrant bodies. The social construction of the bodies of immigrants," currently being developed with the financial support of a CNPq productivity grant.

tematic critique. At the same time, although Bourdieu does not have all the answers, I argue that, epistemologically, his theory provides the foundations for comprehending the production of a migrant-body. It allows us to consider both the action of 'disciplinary' powers (to use a term foreign to him), the market and the state, and the practices through which the immigrants themselves embody stigmas, resist them or even transgress them. In this way, for example, the concept of habitus allows me to consider both structural and subjective elements.

Before immersing ourselves in the central problematic of this article, it is worth explaining that I arrived at the debate on the body through a post doctoral project on immigration and bodily modifications.[2] My intention then was to understand the intention and/or practice of modifying physical traits socially and culturally associated with ethnic and/or national belonging among immigrants in Lisbon and Madrid, in a context taken to be intercultural (2018a, 2018b, 2018c, 2017, 2016b, 2014b). Generally speaking, the study's findings allowed me to conclude that the desire to realize or practice bodily changes among immigrants involves a tension between factors linked to national ethnic belonging and to the forms of subordination, discrimination and social transgression experienced in the place of destination, but also to other factors associated with the consumer society that pervades migration as an issue.

This article was elaborated through my (re)readings of Bourdieu's work, focusing specifically on the ideas of embodiment and the body underlying his theoretical system, and through a survey of the literature, based especially on the CAPES periodicals website, using a combination of 'immigrants/immigration' and 'body' as search terms. Additionally, I consulted several articles that have already explored the dialogue between Bourdieu's concepts and the migration issue. In both cases, however, although mentioned, the body and its social construction is not problematized.

As the principal finding of the investigation developed in this article, I argue that Bourdieu's conceptual system represents a consistent theoretical base for exploring what I propose to call the 'migrant-body.' Even though

2 "Identity processes, immigration and plastic surgery: interculturality and the (re)production of difference and/or inequality," project developed as a postdoctorate at the Migration and Intercultural Relations Study Centre (CEMRI/UAb/Portugal) under the supervision of Professor Natalia Ramos, funded by CNPq. 2013/2014.

some grounds exist to criticize Bourdieu and these concepts (merely cited here rather than developed due to space limitations), he offers us sufficient elements to affirm that the body is a fundamental dimension of the phenomenon of migration. First, because it is fundamental to society as a whole and, second, because it allows us to apprehend and comprehend how the processes of embodiment before, during and after the migratory trajectory explain the dynamics of insertion, positioning and repositioning of immigrants in specific fields in which they express relations of force and power objectified through the 'migrant-body.'

To meet its central objective, the article is divided into five parts. In the first, I present the problematization grounding the proposed idea of the 'migrant-body.' In the second, I turn to various authors who have studied the body from diverse theoretical perspectives. In the third, I engage in an analytic exercise through which I explore the concepts of Bourdieu that dialogue most directly with the 'migrant-body.' In the fourth, I examine more closely Bourdieu's concepts of the body and embodiment. Fifth and last, I dialogue with the articles that present research findings in the field of immigration in which the body appears, but is not theoretically problematized.

1. Problematization

This reflection on the 'migrant-body' is situated within a broader issue concerning the sense of strangeness and cultural diversity produced by the immigrant and its repercussions for the issues of difference and inequality in migratory contexts. The idea of the body mobilized here, for its part, is epistemologically and theoretically based on the contributions of Pierre Bourdieu, more specifically on the dynamics of embodiment[3] inherent to the notions of habitus and hexis, categories conceived in conjunction with those of strategy, capital and field.

From the outset, I propose that the 'migrant-body' is the objectification of relations of force and power in the form of physical traits, forms of body care, body techniques and so on. In other words, the migrant-body results from the interplay between social pressures and the diverse forms of fra-

3 As Csordas demonstrates, the embodied dimension of social relations and expressions surrounding what he calls the Embodiment Paradigm connects Bourdieu to Merleau-Ponty (CSORDAS, 1990).

ming, resistance and/or transgression mobilized by migrants throughout their trajectory. I also refer to the fact inherent to migratory processes that mobility results in a body in motion. In this sense, the 'migrant-body' generates estrangement, sets off the alarms of otherness, raises physical and symbolic barriers. The 'migrant-body' is an irremediable condition, since nobody can migrate without their body, which, at the same time, is imbued with the migrant's history.

In the power game in which social hierarchies and stigmas are produced, appearance (physical traits, clothing, gestures and so on) connect the agent to the set of social, economic, political and cultural relations as a whole. "Stereotypes are fixed preferentially on physical appearances and transform naturally into stigmas, fatal marks of moral imperfection or racial belonging" (LE BRETON, 2009, p. 78).

Comprehension of the 'migrant-body' depends on Bourdieu's concepts of habitus and hexis, both of which will be situated later in this text. The habitus is the form through which history is embodied in the human biological body.

> It is because the body is (to unequal degrees) exposed and endangered in the world, faced with the risk of emotion, lesion, suffering, sometimes death, and therefore obliged to take the world seriously (and nothing is more serious than emotion, which touches the depths of our organic being) that it is able to acquire dispositions that are themselves an openness to the world, that is, to the very structures of the social world of which they are the incorporated form. (BOURDIEU, 2000, p. 140-141)[4]

According to Bourdieu, this tradition extends back to Antiquity:

> Twenty centuries of diffuse Platonism and of Christianized readings of the *Phaedo* incline us to see the body not as an instrument of knowledge but as a hindrance to knowledge, and to ignore the specificity of practical knowledge, which is treated either as a simple obstacle to knowledge or as incipient science. (BOURDIEU, 2000, p, 137)[5]

4 In Portuguese: 2007, p. 171.
5 In Portuguese: 2007, pp. 167-168.

Bourdieu emphasizes that when considered from viewpoints like the scholastic tradition, for example, the body is always apprehended through the visual sense, which reduces it to its appearance and to its physical traits, almost always naturalized. By contrast, Bourdieu's notion of embodiment goes beyond this 'visible' aspect of the body (though without discarding it) by considering other sensory dimensions such as smell, touch and taste. The concept of habitus allows us to grasp how socialized bodies maintain, as Bourdieu would say, a 'visceral' relation with the social world of which they are the product but also the producer.

2. The body in sociological approaches

The development of the sociology of the body can be described as a work in progress still, despite various endeavours in this direction such as those of David Le Breton (2009), Boltanski, (1971, 1979) and Bryan Turner (2014). What exists, including in response to the theoretical and epistemological limitations already identified in this article, are authors within the human sciences who began to attribute more importance to the body, beginning with Marcel Mauss (2003) and including Merleau-Ponty (1971), Erving Goffman (2008, 2011), Michael Foucault(1998, 2000), Jean Baudrillard (n/d), feminist theorists like Judit Butler (2000, 2002) and Joan Scott(1995), until we reach authors who I consider to have given the most emphasis on the body as a core element of social analysis (and not just as an object of control), like Norbert Elias (1994, 2000) and the author of central interest for the purposes of this article, Pierre Bourdieu (1977, 1986, 1989, 1990, 1992a, 1992b, 1996, 2007, 2009, 2014).

Another source for the growing importance of the theme of the body in the social sciences is the research on identities. To some extent it is these studies that have guided my work over recent years. What matters in these studies of identities is less a listing of the characteristics and markers and more an understanding of how these are produced. In the case of this article, this problematic leads to the construction of the object through the intersection of other problematics such as those related to the phenomenon of migration and the social production of the body.

The human body is a central element of the social order (whether as a product or a producer). In this latter sense, which we cannot explore in de-

tail in this article, it is worth remembering the important work of Richard Sennett, *Flesh and Stone*, in which he analyses how the various forms and conceptions of the body have influenced architecture and urban planning projects over the course of history (SENNETT, 1996[2008]).

Sennett's work is recalled here to demonstrate the inseparability between body and society, an inseparability that I shall examine from an opposite direction to Sennett's own investigation: in other words, my reflection on the 'migrant-body' investigates how the social, economic, political and cultural dimensions of the migratory phenomenon are objectified in the body of the migrant.

But before entering into more specific questions on the importance of Bourdieu's theoretical system for the notion of the 'migrant-body,' we should examine how the theme has been treated by some authors in the field of social sciences, within an approach committed to the systemization of a 'sociology of the body.' In this analytic field, Bryan Turner (1984 [2014]) suggests that sociology needs to centre more on the body to comprehend what he calls the dimension of the "corporality of human life." Drawing from Foucault, the author points out that the origin of sociology resides in modern medicine, not in the authors who are frequently evoked as the discipline's forefathers, such as Comte, and its concern to classify, order and discipline bodies. Turner critiques constructivist approaches to the body, even though in the foreword to the third edition of his book *Body and Society*(1984[2014]), he argues that Bourdieu advanced the sociological analysis of the body through the concepts of habitus and practice, since these help comprehend the body both as an inscription of the social and, therefore, of forms of control and domination, and as a medium for experiencing the world. His main thesis on the body, however, concerns the category of vulnerability as a foundation for "human experiences and interests," a category rooted in the problematics of Martin Heidegger's philosophy of being and time.

For Le Breton (2009), the object of the sociology of the body is the process through which the body is socially produced. This sociology of the body depends on the analysis of the relations with the other, placing him among those authors who thinks of the body in terms of relations of cultural belonging and otherness. In this interplay, the body reveals its symbolic dimension. It is 'adaptable' and can respond to the needs of integration. In sum, according to Le Breton (2009), the sociology of the body studies the "physical rooting of the actor" in society.

In the line of studies of the body produced in the context of the debate on identities, Cunha (2014), in her analysis of the "the body image," centres her analysis on the process of embodiment. Subjacent to this idea is the critique of the Cartesian paradigm in its various expressions that separates the body from the mind. The author turns to the work of Marcel Mauss and Merleau-Ponty to ground this perspective and presents other contributions ranging from the symbolic interactionists to (relational) sociologists like Elias, Bourdieu and Giddens, and postmodern and poststructuralist authors influenced by psychoanalytic and feminist studies. Consumer society appears as the new environment in which the social actor is embodied, above all through the logic of consumption in its diverse economic and symbolic dimensions.

Consequently, in diverse theoretical, methodological and even epistemological perspectives, the body is recognized as a form of being in the world, profoundly related to the economic, political and cultural characteristics of which it forms part. The body has been one of the most evident points of reference[6] in the classification and hierarchization of individuals and social groups. On one hand, the body possesses an inexorable dimension. It exists. But on the other, its existence is the outcome of its lived experience in the world. It is through the body that the individual becomes social, establishing and developing connections with other individuals. This problematic brings me to the debate on the relationship between body and identity with its various connective meanings.

> The colour of the skin or hair; the shape of the eyes, nose or mouth, the presence of a vagina or a penis, the size of the hands, the roundness of the hips and breasts are always culturally significant and in this way become (or do not) *marks* of race, gender, ethnicity and even class and nationality. (LOURO, 2004, p. 75)

The above quotation can be used as a starting point for the theoretical debate that I am looking to develop based on Bourdieu's conceptual system.

Study of these relations has gained in strength over recent decades with the revelation of forms of control and domination manifested not only in economic relations but also through the actions of the State, the market and

6 This evidentiality is, however, a social construct and it is this fact that I propose to elucidate with the contributions of Bourdieu's conceptual system.

technologies that heteronomously act on social individuals by standardizing and controlling their bodies. These actions may include educational disciplines, aesthetic patterns, or models of experiencing affects and desires, almost always involving the naturalization of the cultural and social expressions of life. Along these lines, there have been many studies of gender, sexuality and bio power, among other themes, that have mobilized new theories and approaches such as those of Foucault (1998, 2000), Scott (1995), and Butler (2000, 2002), among other theorists.

Within the broad field of studies of the body, I have set out to dialogue with authors situated within an analytic area called relational sociology (EMIRBAYER, 1997).This has enabled me to think about the body through the debate on identities that maintain alterity as a counterpoint, generating the possibility of considering the immigrant as a producer of diversity and cultural otherness. This path will lead to the notion of embodiment and Bourdieu's theoretical system explored later in this article.

Within these limits and to begin to present a set of authors who dialogue more directly with the relation between body and identity, I turn to the work of Le Breton for whom "[…] the body is the actor's most visible feature" (2009, p. 10), but at the same time it is "false evidence" (2009, p. 26). This is because, beyond its physical materiality, its flesh, bones and muscles, the body only has social meaning when contextualized in its time and its actual or virtual spaces. According to Le Breton: "[…] man is not the product of the body, he himself produces the body's qualities in his interaction with others and in his immersion in the symbolic field. Corporality is socially constructed" (2009, pp. 18-19). Among all the different parts of the body, it is the face (LE BRETON, 2019) that most clearly evinces the marks of identity and alterity. It is the most exposed part and where the feelings are concentrated, the expressions of social actors in the constant interplay of convergences and divergences with other actors.

The importance of the body and the face in identificatory processes (Ennes & Marcon, 2014) is 'optimized' in the immigrant's condition. In many cases, it is the more visible marks of the body and face that give away the person's belonging to a determined group or the condition of 'foreigner.' Similarly to Scott (1995) cited earlier, Le Breton helps explain how the colour of skin, eyes and hair, along with the shape of the nose, eyes and jaw, are signs that identify the condition of foreigner and from which it is difficult

for the immigrant, should they wish, to detach themselves. According to Le Breton, in circumstances like migration, "…the body needs to be erased, diluted in the familiarity of functional signs" (2009, p. 50). The immigrant's body and face, however much he or she may feel otherwise, are seen and identified with an outsider, someone who does not belong to the dominant group […] The stranger's body becomes a strange body. The other's presence is limited to the presence of their body: they are their body" (LE BRETON, p. 72).

The body's visibility is one of the bases to produce stigma. Its classification thus produces social difference and inequality. Diverse examples and studies exist of stigma in Western societies in which the relationship between stigma and body emerges as a recurrent theme. One of the most important of these studies is by Goffman (2008), which has close parallels with my research topic and problematic since, for the author, stigma needs to be considered not only as an attribute but also as a set relations. This approach interests me firstly because of its relational rather than essentialist character, and secondly because, as proposed at the beginning of this article, the migrant-body is a body produced and materialized in the diverse relations in which migrants live their trajectory.

Also discussing the relationship between stigma and body, Elias (2000) emphasized the importance of physical traits and the production of stigma for the social and cultural demarcation between the established and outsiders (2000, p. 32). Stigma[7]indicates that difference has been converted into inequality and the stigmatized person placed in a relation of inferiority and subordination vis-à-vis the stigmatizer. Even in the contemporary context in which difference has been claimed as a right, ridding oneself of stigma is still a necessity for social inclusion and integration. Along these lines, Gilman (2005) adds that: "The stigma they evoke is the repugnance at a clear sign of difference, a difference attributable not only to the body but also to the character" (2005, p.114).

In his book *The Civilizing Process* (1994), Norbert Elias, for his part, contributes substantially to our comprehension of the social in the biological body. An example is when he associates the development of civilization with a set of changes that are not only behavioural but also associated with

7 The importance of the body and stigma is associated with the debate on 'bioidentities,' which highlights the key role played by phenotypic traits in the production of identities (ORTEGA, 2008; SILVA, 2011).

new criteria around which revulsion, tenderness and physical attraction are produced.

In the postmodern world, one of whose constitutive elements are migratory flows, the relationship between the individual and their body involves, Le Breton (2014) once again argues, a process of decoupling. The individual acquires autonomy over their body. The body becomes a field of action, a territory exploited by the individual in their disputes with themselves and others. The body is now 'modulable' by the individual (2014, p. 21) "[it] favours multiple identities, the fragmentation of the subject engaged in a series of encounters" (2014, p.24).

In this ephemeral, individualized and individualizing world (BAUMAN, 2005; CANCLINI, 2007; CASTELLS, 2000; FEATHERSTONE, 1997; HALL, 2002), the body is a means of self-presentation. Also according to Le Breton (2014),it could be said that the affirmation of the self through the body in contemporary society maintains a proportionally inverse relation to the weakening of collective references to a life in common.

This set of questions on the social production of the body, its relation to the question of identity, and its centrality in the contemporary world, especially with respect to old and new forms of domination, resistance and social transgression, can be better comprehended through the Embodiment Paradigm (CSORDAS, 1990) in which the body is dislocated from the condition of an object to be studied to the subject of culture – that is, the body is not conceived as an appendage of the individual but as an existential terrain (ibid, p. 5). Although not excluding other ideas described above, this conception better synthesizes the notion of the migrant-body explored in the present article. In this sense, the body results from acquired dispositions that simultaneously express the ways of life and power relations in a society, as well as being a means of intervention of the individual in this social world (Bourdieu, 2007, p. 171).

3. Thinking the 'migrant-body' through Bourdieu

Having arrived at the embodiment perspective, we can turn to the contributions of Bourdieu's theoretical system, especially the concepts of habitus, hexis, strategy, capital and field (BOURDIEU, 1977, 1986, 1989, 1990,1992a, 1992b,1996,2007, 2009, 2014) to think about the 'migrant-body.' In "The

logic of fields," (1992a), Bourdieu emphasizes that these concepts form a theoretical system and should not be conceived separately: "Such notions as habitus, field, and capital can be defined, but only within the theoretical system they constitute, not in isolation" (BOURDIEU, 1992, p. 96).[8]

Here I examine each of these concepts in turn to show the connections between them. Next, I emphasize how they dialogue with the theme of the body and, consequently, how they help us elaborate the idea of the 'migrant--body.'

The concept of habitus occupies a central place in Bourdieu's theoretical system. This centrality is explained, at least in part, by his project of theoretically and epistemologically moving beyond the dichotomies between objectivity and subjectivity, commonplace in the theoretical debate in the field of the Social Sciences over the twentieth century.

> This is precisely the function of the notion of habitus, which restores to the agent a generating, unifying, constructing, classifying power, while recalling that this capacity to construct social reality, itself socially constructed, is not that of a transcendental subject but of a socialized body, investing in its practice socially constructed organizing principles that are acquired in the course of a situated and dated social experience. (BOURDIEU, 2000, pp. 136-137[9]

In his endeavour to open a space between objectivists and subjectivists via the concept of habitus, Bourdieu promotes a dialectic between the two extremes. To summarize his argument, the agent's power to act in accordance with social impositions or to transgress them are both socially constructed. Consequently, agent and structure, subjectivity and objectivity are not exclusive but rather produced continually. The above citation also presents the relationship between habitus and body. As Bourdieu explains with greater clarity in the following citation:

> The habitus, as society written into the body, into the biological individual, enables the infinite number of acts of the game – written into the game as possibilities and objective demands – to be produced; the

8 French original: "Des notions telles qu'habitus, champ et capital peuvent être definies, mais seulement à l'interieur du système théorique, ils constituent, jamais à l'état isolé" (BOURDIEU, 1992a, p. 71).

9 In Portuguese: 2007, p. 167.

> constraints and demands of the game, although they are not restricted to a code of rules, *impose themselves* on those people – and those people alone – who, because they have a feel for the game, a feel, that is, for the immanent necessity of the game, are prepared to perceive them and carry them out. (BOURDIEU, 1990, p. 63)[10]

The citation can be used as a link to the concepts of field and strategy. The field is actually a heuristic category through which Bourdieu reinforces, so to speak, his attempt to evade both those approaches, whether those analyses centred on the agent's rationality and its prevalence overde terminant social factors, or their opposite, deductive analyses that dispense with empirical investigation and the practical dimension of social life. In his words:

> It is in the relationship between habitus and the field, between the feel for the game and the game itself, that the stakes of the game are generated and ends are constituted which are not posited as such, objective potentialities which, although they do not exist outside that relationship, impose themselves, within it, with absolute necessity and self-evidence. (BOURDIEU, 2000, p. 151)[11]

It is important to stress that the field is an analytic category, not an empirical fact. It too can be conceived as a methodological resource that serves to guide and direct the research.

> Thus the notion of field functions as a conceptual shorthand of a mode of construction of the object that will command, or orient, all the practical choices of research. It functions as a *pense-bete,* a memory-jogger: it tells me that I must, at every stage, make sure that the object I have given myself is not enmeshed in a network of relations that assign its most distinctive properties. (BOURDIEU,1992, p. 228)[12]

As well as being closely related to habitus, the concept of field is, by definition, inseparable from that of capital, since the field is understood as a field of forces and disputes determined not just by agent's way of acting

10 In Portuguese: 1990, p. 82.
11 In Portuguese: 2007, p. 184.
12 In Portuguese: 1989, p. 27.

but also the power she or he possess in the form of economic, social and/or symbolic capital.

> Capital, which, in its objectified or embodied forms, takes time to accumulate and which, as a potential capacity to produce profits and to reproduce itself in identical or expanded form, contains a tendency to persist in its being, is a force inscribed in the objectivity of things so that everything is not equally possible or impossible. (BOURDIEU, 1986, p. 15)

Capital is an expression of economic, social or cultural power that positions agents within the social relations of force that constitute a field. From the above citation we can also highlight the fact that, in defining capital, Bourdieu makes explicit its embodied dimension. This offers some clues to the idea of the 'migrant-body.'

Habitus and capital thus possess a bodily dimension. In other words, the body is a means of expression of the habitus and can also act significantly in a specific field like capital, as already mentioned in the section of this article with reference to problematization. The body is a decisive element in the relations of force between agents, therefore, and, although not mentioned explicitly by Bourdieu, within his analytic model.

Hexis, in turn, I understand to be a specific kind of habitus. While not every habitus is expressed as hexis, every hexis is an outcome of a habitus: in other words, it is habitus transformed into hexis (Bourdieu, 1972)and thus results from a process of incorporation of the social into the biological body.

> Body *hexis* speaks directly to the motor function, in the form of a pattern of postures that is both individual and systematic, because linked to a whole system of techniques involving the body and tools, and charged with a host of social meanings and values. […] But the fact that schemes are able to pass from practice to practice without going through discourse or consciousness does not mean that acquisition of the habitus comes down to a question of mechanical learning by trial and error. (BOURDIEU, 1977, p. 87-88)[13]

13 In Portuguese: 2009, p. 121.

As expressed, it may be that Bourdieu's attempt at synthesis makes hexis a twin concept to the 'bodily techniques' of Marcel Mauss. A small digression can be made here on the importance of Mauss to Bourdieu's work, in particular on the place of the social in the body. In his celebrated text "Techniques of the body" (2003), we can encounter not only references but explanations of the concepts of habitus and hexis:

> Hence I have had this notion of the social nature of the 'habitus' for many years. Please note that I use the Latin word-it should be understood in France-habitus. The word translates infinitely better than 'habitude' (habit or custom), the 'exis' [hexis], the 'acquired ability' and 'faculty' of Aristotle (who was a psychologist). […] In them we should see the techniques and work of collective and individual practical reason rather than, in the ordinary way, merely the soul and its repetitive faculties. (MAUSS, 1973, p. 73)[14]

We cannot avoid recognizing the strong presence of Mauss, whose notion of body derives from that of the person in Bourdieu's conceptual system, including on the dynamic between inheritance and acquisition of habitus. Referring to ways of walking – a theme that Bourdieu would later address in a number of his own works, such as *Pascalian Meditations* (2007), *The Logic of Practice* (2009), *Distinction* (2008), and *Outline of a Theory of Practice* (197.) – Mauss, discussing how Maori women walk, suggests that everything in adult life results from learning, even the person's way of walking. "This was an acquired, not a natural way of walking. To sum up, there is perhaps no 'natural way' for the adult" (1973, p. 74).[15]

These considerations a propos Marcel Mauss's contributions to our understanding of the relationship between society and biological body are important not only for a better understanding of how and from what sources Bourdieu constructed his conceptual system, but also for the reflection on how the migrant-body is produced in the dialectic between inherited and acquired traits over the migrant's lifetime, including, obviously, his or her migratory trajectory.

14 In Portuguese: 2003, p. 404.
15 In Portuguese: 2003, p.74.

Finally, in discussing the Bourdieusian concepts most directly relevant to the objectives of this article, there remains the concept of strategy. For Bourdieu:

> It is the product of the practical sense as the feel for the game, for a particular, historically determined game – a feel which is acquired in childhood, by taking part in social activities […] The good player, who is so to speak the game incarnate, does at every moment what the game requires. That presupposes a permanent capacity for invention, indispensable if one is to be able to adapt to indefinitely varied and never completely identical situations […].One's feel for the game is not infallible; it is shared out unequally between players, in a society as in a team. (BOURDIEU, 1990, p. 62-63)[16]

For me, the concept of strategy, once again as a consequence of the concept of habitus, can be understood and deployed in studies on the 'migrant--body' as an expression of the agent's learning in the migratory context and the actualization of the habitus (BOURDIEU, 1990, p. 196).

Having presented the concepts of Bourdieu that seem to me central to thinking the 'migrant-body,' I shall turn now to focus on some of the author's works that refer more directly to the themes of embodiment and the body.

4. Body and embodiment in Bourdieu

Over the course of their life, immigrants experience various expressions of physical and symbolic violence, but at the same time can learn to reposition themselves within the fields in which they act. Weakness and suffering (BOURDIEU, 2007) can lie at the origin of the learning and actualization of the immigrant's *habitus*. It is at the level of practice, then, the practice of the body, practice as embodiment, that we must understand the 'migrant-body.' From this we can infer that the centrality of the body in Bourdieusian theory derives from the centrality of the practical (bodily) dimension of social life.

Bourdieu's theoretical system enables me to propose that in the case of the 'migrant-body,' as with the human body in other contexts, the moral dimension overlaps the physical. In other words, posture, bodily techniques,

16 In Portuguese: 1990, p. 81.

aesthetic standards and self-care are associated with the social group and with the migrant's position within the field in which she or he acts, rather than being inherent to the body's physiology or nature. We are dealing with systems of social classification that, far from possessing a univocal meaning, can be materialized on the basis of habitus and hexis, as well as in the forms capitals producing social hierarchies or transgressions.

In *Outline of theory and practice* (1977), Bourdieu proposes that the body mediates between physical and social space.[17]In other words, he sets out from the premise that society should be understood as an interconnected double space, physical and social, and that the agent (and her/his body) is located within it as a result ofher/his *habitus* and forms of capital. In this early work, based on the reality of the Cabila in Algeria, Bourdieu explains the role of rites in the embodiment of agents through movements and postures expressed through them, explaining the relations between public life and private life that are objectified in double form as body and as public and domestic space, albeit not in automatic fashion.

> Having established that the internal space of the Kabyle house receives a symmetrically opposite signification when replaced in the total space outside, we are justified in saying, as we did earlier, that each of these two spaces, inside and outside, can be derived from the other by means of a semi-rotation, only on condition that the mathematical language expressing such operations is reunited with its basis in practice, so that terms like displacement and rotation are given their practical senses as movements of the body, such as going forwards or backwards, or turning round. (BOURDIEU, 1977, p. 117)

In this sense, the rites establish a connection between public and private as an expression of the incorporation of social elements – that is, through the body not reason (BOURDIEU, 1977), hence his inclusion in the embodiment paradigm (CSORDAS, 1990).

The concept of hexis also appears in other works by Bourdieu. In "Remarques provisoires sur la perception sociale du corps" (1977), hexis appears as an expression of embodied social dispositions – that is, dispositions that beco-

17 An idea returned to in Pascalian Meditations, p. 131: "As a body and a biological individual, I am, in the way that things are, situated in a place; I occupy a position in physical space and social space."

me substantialized through either form or technique. Beyond this dimension, I would also argue the need to consider more conscious expressions of the relation like body care (a topic to which I return later) that are also explained by the dispositions acquired as an expression of strategies or (bodily) capital.

In another work, Bourdieu (2009) recalls that practical reason is inscribed in the body and informs the agent's choices. This inscription results from belonging to a field and is determined the agent's belief in it. Being practical, this belief is not a "state of mind" but a "state of the body" (BOURDIEU, 1990, p. 70).[18] Thus the relationship between practical reason, belief and body involves a bodily hexis that is a "durable way of standing, speaking, walking, and thereby of feeling and thinking" (BOURDIEU, 1990, p. 70)[19]produced in the body's relations to time and space.

The centrality of the body in Bourdieu's sociological analysis is also present in *Pascalian Meditations* (2007). *Habitus* and *hexis* represent the process of embodying society. He returns to the idea already explored in *The Logic of Practice* that society makes itself present in the social agent through the body and not through consciousness or reason.

Setting out from Bourdieu's contributions, I would like to propose two possibilities for thinking about the body, specifically the 'migrant-body,' I suggest that the relationship between agents and their migratory trajectory is produced in two ways: 'inherited' and 'strategic,' both of which function as an expression of the "state of the body" rather than the 'soul,' as explained above. From this viewpoint, the 'inherited' body is objectified through the embodiment of values and power relations originating from the migrant's situations of class, gender, race and so on in the fields in which she or he acts in the country of origin. This modality is an expression of what is unconscious in both habitus and hexis.

The second possibility, the 'strategic body,' is better comprehended through the concepts of habitus and strategy. This possibility refers to the agent's process of learning, in this case in the migratory context and in the many fields (economic, artistic, political and so on) in which this can occur.[20] I refer to this process through the expression "conversion of

18 In Portuguese: 2009, p. 112.
19 In Portuguese: 2009, p. 114/115.
20 In both unintentional and intentional cases, the incorporation of history and society occurs through bodily techniques, body posture, clothing, aesthetic treatments, and so on.

stigma into emblem" adapted from the chapter "Identity and representation: elements for a critical reflection on the idea of region" (BOURDIEU, 1989), materialized in the form of 'body capital.'

In terms of the 'inherited' dimension of the 'migrant-body,' we can identify a proportionally inverse relationship between estrangement and the period spent living in the place of destination. In other words, the body is stranger the less time that it has been in the receiving society. This relationship is no different to the 'strategic' dimension of the body, since time is essential for the acquisition and/or actualization of the habitus and the capitals specific to the fields in which the migrant acted, acts and will act on her or his trajectory.

5. The body in migratory studies and possible dialogues with Bourdieu

The bibliographic survey encountered two groups of articles. One group containing attempts to propose and systematize the idea of an 'immigrant habitus' and a 'mobility capital,' but making no direct reference to the theme of the body in the migratory context; and another group in which the body appears, albeit not centrally, but makes no reference to Bourdieu's work. In this case, I turned to the latter articles as an initial source on the kinds of realities experienced by immigrants that are related in some form to the body.

In terms of the first group of articles, Brito (2010) argues that spatial mobility is associated with the acquisition of a 'migrant *habitus*.' This habitus is obtained through one's own experiences and those of concrete or imagined close people who have experienced mobility previously. According to the author, the 'migrant habitus' explains why some people decide to migrate and not others. This habitus, however, does not appear as a condition for the success of the migratory project (success in the sense of achieving its objectives) but is connected to the motives for migrating. The migrant habitus comprises three elements: (a) familiarity as processes, (b) with experience and(c) a trajectory of study abroad.

Bourdieu's contributions to migration studies reappear in an article by Oliveira and Kulaitis (2017), in which they hypothesize the existence of an 'immigrant *habitus*' and a 'mobility capital.' The 'immigrant *habitus*' refers to the set of material and symbolic dispositions that form part of the immigrant's

actions and trajectory. These are the dispositions necessary to participate in a trajectory of mobility. It involves, for example, a desire or project belonging to oneself or one's community of origin; personal experiences or those of close people; the circulation in networks and communities of immigrants; and the form part of mechanisms of ethnic/national solidarity. 'Mobility capital,' in turn, involves the conversion of this *habitus* into forms of power that contribute to the concretization of the migration project, such as obtaining a passport and visa, or joining networks that help new migrants to find work, and so on.

These authors (BRITO, 2010; OLIVEIRA & KULAITIS, 2017) have explored the idea of a specific immigrant habitus, referring to the dispositions that initially make it possible for someone to acquire the condition of immigrant. This habitus is revealed at all stages of the migratory trajectory – that is, from the moment of deciding to immigrate to the arrival in the receiving society, including the circumstances and conditions of mobility properly speaking, involving crossing borders and passing through customs.

Apropos the articles from the second group, in order to explore the empirical dimension more closely and better systematize the present reflection, I shall discuss these works from the viewpoint of the ideas presented above of the 'inherited-body' and the 'strategic-body.'

Based on my review of the literature, the 'inherited-body' can be visualized, for example, among Bolivians in São Paulo. According to Vidal (2012), one of the markers identifying Bolivians in the city's streets is a more bent over physical posture of these immigrants, associated with their work in sewing workshops[21] (caused by long working hours).[22] This marker is stronger than skin colour or hair type due to the considerable diversity found among Brazilians too. In this case, the differentiated body is a 'migrant-body' produced in the migratory context. More than differentiated, it is in reality a body that reveals social inequality since other Bolivian immigrants, physicians for example, do not bear this mark. This suggests that this 'migrant--body' is also a 'social class body' (BOLTANSKI, 2004).

21 Sometimes, depending on the ethnic-racial formation of the receiving society, physical traits are insufficient to mark difference. Some examples are districts of São Paulo with high concentrations of Bolivians. In this case, the identification of these immigrants is sometimes assisted by the types of clothing considered typical of the group.

22 It should be noted that these traits enable identification of a group, not all Bolivian immigrants. These markers may perhaps not apply to physicians from the country.

Still on the forms of identifying Bolivians in São Paulo, Alves (2012) gives greater emphasis to the body techniques associated with ways of walking, crouching and gesticulating as identifying elements.

> In this way, a small action or a small gesture can translate with claritycertain cultural elements apprehended by the individual within his or her community, or even outside of it, as in the case of Bolivians in São Paulo (ALVES, 2012, p. 232)

The body techniques of Bolivian immigrants, like any other immigrants, express the way in which the person was socialized in the society of origin – or more accurately, the person objectifies the incorporation of values, forms of life and work experienced in both the country of origin and the country of destination as an expression of habitus and hexis.

The 'inherited body' reappears in some studies on borders. Along these lines, Rosello and Wolfe (2017)emphasize how aesthetic patterns politically and culturally associated with nationalities and/or races/ethnicities function as markers of difference, and are mobilized in the context of physical and symbolic borders by agents of the state in order to identify immigrants and refugees. Hair styling, the use of makeup and/or tattoos are used as signs to select those who might be checked, or those who are authorized to cross the border and/or remain in the country of destination.

The communication between immigrants and nationals is another dimension of the relations among 'migrant-bodies' found in the consulted studies, related to the communication difficulties faced by Brazilians. According to Reis and Ramos (2012), in Portugal the attempt by Brazilian immigrants to obtain citizenship through, for example, access to public health services involves intersubjective and/or bodily aspects.

> Portugal and Brazil are both Portuguese-speaking countries, yet there exist different cultural codes, body postures and ways of speaking in their various regions, both within Brazil and between Brazilians and Portuguese, which can be perceived differently and constitute a hindrance and barrier to communication. (RERIS & RAMOS, 2012, p. 108)

As the authors point out, communication also involves the body and its language, and comprises a decisive component, in this case, in terms of di-

minishing or augmenting the cultural and social distances that prevent Brazilians from accessing health services.

As one of the most visible identity markers, the immigrant's body is part of an interplay of visibilization and invisibilization. This dynamic results from strategies that sometimes render the body literally invisible, and sometimes display it as a form of affirmation in the form of capital. 'Visibility' and 'invisibility' are one of the expressions of the 'inherited body' and the 'strategic body,' which can be understood better through the concepts of habitus and strategy. From the immigrant perspective, it is possible that visibilization and invisibilization reveal a way of better positioning themselves within the specific fields in which they act or within the society of destination as a whole.

We can see how these possibilities appear in the consulted literature. 'Invisibilization' is examined by Vacchianno (2015) in a study of Moroccan youths who stowed away in ship holds to reach Italy, experiencing a severe lack of water and food on the journey. Fear and anxiety accompanied their crossing of the Mediterranean.[23] According to the author, the interplay between the 'visibility and 'invisibility' of the Moroccan body is also observed in the experience of institutionalization of these young people in reception and detention centres, where body postures, gestures, idioms, tone of voice and clothing are related to dynamics of subjectification, revealing the condition of submission and the lack of autonomy of these youths. The 'visibilization' or 'invisibilization' of the body of these young Moroccans is an outcome, therefore, of the control of the state agents and agencies that seek to prevent their entry into Italy or to resocialize them. However, they can also reveal forms of resistance and transgression in relation to state control.

The reality experienced by Moroccan youths suggests that the 'migrant--body' also results from the incorporation of the experience lived over the migratory trajectory – that is, between the place of origin and the destina-

23 This text helps us consider the migrant-body through its 'invisibility,' a process of suffering with the risk of death. The immigration of Moroccan children to European countries, Italy in particular, as in the case studied by the author, is associated with the profound vulnerability of their family. In this sense, the objective of the immigration of children and young people is to ensure the survival of their parents. For the author, the main question for young people in their migratory trajectory is mobility. Mobility represents a capture of the condition of vulnerability and poverty experienced in the place of origin. The author also suggests that their consumption is a way to affirm the migratory project and distance themselves from the initial condition.

tion. According to Bourdieu (2014, p. 248) "…the body designates not only the actual position, but also the trajectory."

The immigrant's body as an expression of the incorporation of dispositions inherited from the society of origin can produce innumerable forms of exclusion in the receiving society, depending, once again, on the field in which she or he acts. The physical aspects are clearer and easily mobilized as markers of difference, enabling the security forces – whether on the streets, squares, subway stations and other public places of the large and small cities and towns of the host country – to act to impedeand/or constrain immigrants. There are, however, other aspects of the society of origin embodied in immigrants, such as their way of walking, speaking and gesticulating, which, as Bourdieu suggests, generate obstacles and hinder their dispute for material and symbolic goods. This body is the 'inherited-body,' the body that simply by its presence and by the feeling that it produces of being out of place or being in the wrong place (restaurants, universities, clubs, work places) is capable of producing subordination, when not exclusion.

The body as an object of surveillance and control by the state of the host country reappears in the study by Challinor (2014). The author investigates how relations between the individual biological body and the collective social body are manipulated by the state through the reality experienced by Cape Verdean mothers in Portugal. According to Challinor, the transition from the 'individual biologized body' to the 'collective social body' of the mother and the Cape Verdean woman leads to the construction of a negative image of the African woman, used to justify political actions and the expression of disciplinary micro powers that discriminate against them.

Along similar lines, Pussetti (2015)[24] studies what is called ethnopolitics in Portugal – that is, management projects, ideas and policies (such as family planning) used to normatize the conduct and morality of the immigrant's body in accordance with the understanding of the host country. In this case, the 'inherited-body' is, as demonstrated in the study above, manipulated by the State to control and subalternize the 'migrant-body.'

The association between the 'individual biologized body' and the 'col-

24 In another study, Pussetti (2016) analyses artistic works by immigrants and reveals another dimension of the suffering experience by them through their body by means of art – a topic returned to below.

lective social body' – which I interpret, once again, as an expression of the 'inherited-body,' the habitus and hexis inherited from the country of origin –can also be found in the research developed by Sovik (2009) in London. The study is based on a billboard of a Brazilian beer in which a photograph depicts the Brazilian body through the practice of capoeira. Like the two previous texts, albeit from different perspectives, here too there is an association between the body imagined as a nationality and the individualized body that appears in the photo. Practicing capoeira can be understood as the result of the embodiment of a society whose strength, skill and even sensuality is part of its cultural heritage. In other words, based on the information provided by the author, we could say that the reference to Brazil in the billboard derives from the centrality of the body in Brazilian culture, while the English/European population is attributed a cerebral and intellectualized cultural reference.

The overlapping between the collective and individual immigrant and their expression via the 'inherited-body' appears from another perspective, this time in the sense of an affirmation of the immigrant. This is the case studied by Herold Jr. (2014), who investigated German physical culture through a study of the reproduction of *Turnen*or 'gymnastics,' a set of body practices developed initially in Germany and taken by German immigrants to the United States. In this case, the 'migrant-body' is not individualized but refers instead to a nationality. Unlike the Cape Verdean women, the 'German' collective, as the author shows, is mobilized positively to affirm characteristics valorised in the host country.

The counterpart to the dimension of 'inheritance' is that of 'strategy,' which simultaneously results from and produces the "actualization of the *habitus*" (Bourdieu, 2007, p. 196) in a new context and/or a new field. It results, therefore, from the embodiment of new practical and symbolic dispositions in the migratory context. This 'strategic body' is revealed, for example, in practices of body modifications using surgery (ENNES & RAMOS, 2017, 2018)and/or aesthetic procedures such as hairstyling, beard shaving, makeup or even the use of clothes foreign to the aesthetic patterns of the country and culture of origin.

In turn, the 'inherited' and 'strategic' dimensions of the body both maintain a proportionally inverse relation between estrangement and the time spent living in the destination country. In other words, the body is stranger

the less time that it has been in the latterand, conversely, time is essential for the acquisition of habitus and specific capitals of the fields in which the migrant has acted, acts and will act. It should be recognized, though, that this time may be relative due to other characteristics of the agent like age, sex, gender, schooling, migratory experience and so on (elements that can be converted into capitals), as well as the person's activities and circulation in different fields in the home and host countries. This dynamic results from the reflective dimension of the habitus according to which "the instruments of construction of the social […] are socially constructed, in other words structured by the world that they structure" (2007, p. 166).

This process results in what Bourdieu (1977), in "Remarques provisoires sur la perception sociale du corps," calls the reconversion of the 'alienated body' into the 'unencumbered body.' This interplay between the 'alienated body' and the 'exemplary and unencumbered body' can be considered a symbolic expression of the production of the 'migrant-body' in which the migrant acts on the bases of his or her knowledge of the rules of the game, the ability to play, and the availability of capitals that will place the migrant in a favourable or unfavourable situation, always provisional, within the specific fields in which he or she acts (the fields of fashion, aesthetics, work, academia and so on) and in which the body appears as a kind of capital.[25]

This is the process of "reconversion of stigma and emblem" already mentioned in the article: the immigrant's condition can generate capitals, including body capital that economically, socially, politically and symbolically favours those agents living this condition. In other words, the same sensuality and informality attributed to Brazilian and/or Latin American immigrants, which frequently produce stigmas and place them in a subordinate condition, can, when instrumentalized by immigrants themselves, constitute a capital that makes them employable, including in detriment to native workers.

On this point, Ennes and Ramos (2017) present the case of a female Brazilian immigrant hired to work in the beauty products section of a large department store in Lisbon, due to the association between her nationality and her amiability. Similarly, an Ecuadorian man in Madrid attributed his employment in the civil construction industry to his physical qualities. In

25 The process of reconversion is best understood via the notion of strategy, whose importance I underlined earlier and whose analytic repercussions for the present article are presented below.

both cases, the immigrants had been hired in preference to national workers. Although the testimonies of these immigrants need to be mediated and contextualized within a broader universe of information, it is important to stress that the research and interviews were conducted in 2013, a year of economic crisis in the two Iberian countries. Consequently, entering the formal labour market was a major challenge even for Portuguese and Spanish workers.

The dynamic of reconverting 'stigma' into 'emblem,' the expression of a strategy that I am proposing here as one of the avenues for thinking about the 'migrant-body,' can be observed in other situations like the one studied by Pusseti (2016). Although not the approach taken in her study, the article offers the possibility of understanding how immigrants, in this case anthropologists and artists, encounter a space for their self-affirmation in the artistic field, specifically through an exhibition of photographic works depicting the "suffering bodies" of immigrants, which perform the double function of denouncing and making visible forms of violence experienced in the migratory context. In this case, I suggest that the body is reconverted into art and into a means to heal the physical, psychological, emotional and symbolic wounds of the migratory experience.

The ambiguous and contradictory character of the body understood as an expression of habitus and hexis can be more easily seen in context, like the one studied by Togni (2012) showing how Brazilians in the Cacém district of Lisbon present a set of elements that are significant in terms of cultural consumption and mobilized as positive identification markers through hairstyles, tattoos and depilation (TOGNI, 2012, p. 53).

Body aesthetics acquires new meanings, or at least imbues new meanings to practices considered superfluous and superficial. Beauty salons become spaces for acting on the body, whether through hair treatments (cuts, straightening, crimping, use of mega-hair), eyebrows, skin clarification and homogenization, and so on. These spaces are identificatory territories materialized through the affirmation of patterns socially constructed as traditional, such as the example provided by Chaves (2012, p. 142) in which "Brazilian women like flat, straightened hair, very flat, while the Portuguese women like taller hair," but also the hybridization of aesthetic styles and patterns.

As asserted earlier, the dialogue with the two groups of articles presented in this section aims to explore the possibilities for thinking about the 'migrant-body.' Brito, as well as Oliveira and Kulaitis, seek to analyse the

immigration context through Bourdieu's concepts. The more direct absence of the theme of the body in the latter's work does not negate the fact that they have become important references for the study of the 'migrant-body' through analytic proposals based on the ideas of the "migrant's *habitus*" (Brito, 2010) or the "migrant *habitus*" and "mobility capital" (OLIVEIRA & KULAITIS, 2017).

For their part, the articles focusing on the theme of the body were useful first to demonstrating the various ways in which the body has been examined in migration studies. The pairs 'non-inherited body' and 'strategic body,' and 'visibilized body' and 'invisibilized body' were means to create a dialogue between Bourdieu's theoretical system and the various analytical approaches and empirical focuses. Ultimately, it shows that the body suffers from social and legal impositions but may also express forms of resistance and transgression.

Through the concept of strategy, Bourdieu emphasizes the practical dimension of social life along with the capacity of agents based on their comprehension of the meaning of the game, to adapt their habitus and increase their capital within the field in which they act. I argue that the concept of strategy allows us to think about changes in both the habitus and body hexis in the context of migration, since it can reveal the process of learning how to convert the alienated body into the unencumbered body. Adapting their way of dressing, speaking and gesticulating may be a precondition, therefore, to obtaining better results in games traditionally controlled by nationals, or, on the contrary, to strengthening particular elements attributed to their body as a form of controlling the game, like masters of capoeira, samba dancers, or even the claim of greater vigour and physical strength for working in the civil construction industry. Here, the concept of strategy has been of great importance to thinking about and comprehending the potential dynamics of converting the inherited body into a strategic body – the result of the actualization of the habitus and acquired capital.

As stated earlier, the exercise undertaken in this section represents an effort to explore empirical expressions of the body in a migratory context, with no intention to criticize or reinterpret the data and information collected by the authors concerned.

Conclusions

This article's objective has been to seek out theoretical and conceptual support in Bourdieu to develop the idea of the 'migrant-body' as part of a study agenda on the importance of the body in migratory contexts. For this purpose, I argue that the concepts of habitus, hexis, strategy, field and capital are extremely useful. Alongside the reflection on these concepts, understood both individually and interconnectedly, I have dialogued with articles on immigration that either use Bourdieu or explore in some way the theme of the body.

What motivated this article was the need to consider the bodily dimension of the immigration phenomenon to deepen the reflection on questions related to cultural diversity and forms of difference and inequality. My proposal is to centre more on the body or the embodied nature of the migratory experience in order to better understand the relations of force and power over the trajectory of immigrants between their country of origin and the country of destination.

The article demonstrates the existence of a broad and varied volume of studies on the body, systematized in the form of the 'sociology of the body' or by studies interested in the theme of identities. It is one the basis of this wide field of research that, based on Bourdieu's theoretical system, I have looked to think about the 'migrant-body' as an expression of the process of embodiment. In other words, the 'migrant-body' results from the objectification of the immigrant's trajectory. This process of objectification is better explained by the concepts of habitus and hexis, which translate not only into physical impositions, like those observed on the borders and in the customs halls, but are also expressed by aesthetic procedures(like makeup and body care)and those associated with body techniques, such as ways of walking, gesticulating and so on.

The dialogue with a number of researchers on the topic of migration whose articles include a discussion of the question of the body aimed not only to situate the body in migration studies, but also to systematize their approach through two categories: the inherited-body,' like the body that objectifies the dispositions inherited from the country and culture of origin, or the migrant's insertion in the country of destination; and the 'strategic-body,' whose objectification involves strategies and the actualization of the

habitus that also result from the process of embodying the experience of migration and result in a 'body capital.'

The categories 'inherited-body' and 'strategic-body,' for their part, have proven useful in terms of shedding light on processes of "reconverting stigma into emblem." Examples can be found in the studies cited here, such as the case of immigrants who convert embodied characteristics like sensuality and physical vigour into forms of economic inclusion. This suggests that, though adverse, the immigrant's condition generates possibilities for resistance to and transgression of the hegemonic forces in society as a whole and in specific fields.

As can be seen, the conversion of the immigrant's embodied dispositions into capital depends, to some extent at least, on the migration trajectory – that is, on the economic, political and symbolic power relations between the home country and the host country, and the field in which they are inserted and act. This is a process similar to the one studied by Bourdieu on inherited capital and acquired capital, specifically in his analysis of the inherited capital of the family of origin and the capital acquired through school education (2008, p. 76).

The conversion of body dispositions into capital depends, then, on the wider forces in play, unfolding in the symbolic market between the country of destination and the country of origin. Thus, Germans and their body practices are valorised in the United States. but the body of the Cape Verdean woman is stigmatized and controlled in Portugal.

This logic of a more general economic and symbolic market may become contested or transgressed, such that the immigrant's alienated body can be converted into an unencumbered body in the migratory context. In this case, the embodiment of the culture and social dynamics of the country of origin results in symbolic and economic gains, albeit limited to the fields in which the immigrant acts, such as the artists who by publicizing the suffering body of immigrants produce greater visibility to their condition, creating more possibilities to be seen, heard and considered by the host society. Likewise, the sensualisation of the migrant's body, like those of Brazilian men and women, can be converted into capital and allow them to become better positioned in a game whose rules are strongly influenced or even dictated by cultural consumption and aestheticization.

But, of course, while Bourdieu's theoretical system has demonstrated that it is possible to speak and think of a 'migrant-body,' and although I have

limited myself to just part of it in the article, it would not be appropriate to claim that this system is sufficient.

References

ALVES, Ubiratan Silva. Imigrantes bolivianos em São Paulo: a Praça Kantuta e o Futebol. In: BAENINGER, Rosana. *Imigração Boliviana no Brasil*. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp; Fapesp; CNPq; Unfpa, 2012.

BAUDRILLARD, Jean. *A sociedade de consumo*. Lisbon: Edições 70, n/d.

BOURDIEU, Pierre. *Esquisse d'une théorie de la pratique, précédé de Trois études d'ethnologie kabyle*. Genève: Droz, 1972

BOURDIEU, Pierre. *A distinção*: Crítica social do julgamento. Porto Alegre: Zouk, 2008.

BOURDIEU, Pierre. Da regra às estratégias, In: _____. *Coisas ditas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

BOURDIEU, Pierre. *Other Words*. Essays Towards a Reflexive Sociology. Translated by Matthew Adamson. Stanford CA: Stanford University Press, 1990.]

BOURDIEU, Pierre. Estrutura, habitus e prática. In: _____. *A economia das trocas simbólicas*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992. pp. 237-261.

BOURDIEU, Pierre. Introdução a uma sociologia reflexiva. In: _____. *Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

BOURDIEU, Pierre. La logique des champs, In: _____. *Réponse*: pour une anthropologie reflexive, Paris: Ed. Seuil, 1992a.

BOURDIEU, Pierra. The logic of fields. In: *An Introduction to Reflexive Anthropology*. Pierre Bourdieu and Loïc Wacquant. Cambridge: Polity Press, 1992.]

BOURDIEU, Pierre. Notas provisórias sobre a percepção social sobre o corpo. *Pro-posições*. v.25, n.1 (73), Jan/Apr 2014. pp. 247-258.

BOURDIEU, Pierre. O conhecimento pelo corpo. In: _____. *Meditações Pascalianas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. pp. 157-198.

BOURDIEU, Pierre. *Pascalian Meditations*. Translated by Richard Nice. Stanford CA: Stanford University Press, 2000.]

BOURDIEU, Pierre. *O senso prático*. Petrópolis: Vozes, 2009.

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas*. Sobre a teoria da ação. 10. ed. Campina/SP: Papirus, 1996.

BOURDIEU, Pierre. The body as geometer: cosmogonic practice. In: _____. *Outline of a theory of practice*. New York: Cambridge University, 1977.

BOURDIEU, Pierre. The forms of capital. In: Richardson, J. *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education*. Westport, CT: Greenwood, 1986. pp. 241-258.

BOURDIEU, Pierre. The practice of reflexive sociology (the Paris workshop). In: *An Invitation to Reflexive Sociology*. Bourdieu and Wacquant. Cambridge: Polity Press, 1992.

BRITO, Angela Xavier de. Habitus de migrante. Um conceito que visa captar o cotidiano dos atores em mobilidade espacial. *Revista Sociedade e Estado* v.25, n.3, 2010. pp. 431-464.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo". In: LOURO, Guacira L. (ed.). *O corpo educado*: Pedagogias da sexualidade. Translation Tomáz Tadeu. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, pp. 151-172.

BUTLER, Judith. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. Florianópolis: *Rev. Estud. Fem*. v.10, n.1, 2002a.

CHALLINOR, Elizabeth P. The state of the immigrant body and the body of the state: negotiations ant the interface. *Saúde e Sociedade*. v.23, n.1, 2014. pp. 35-47.

CHAVES, Thiago Miguel. Empreendedorismo no setor da beleza: brasileiras na Quinta do Conde. In: PADILHA, Beatriz et al. *Novas e velhas configurações da imigração brasileira na Europa*. Ata do 2º Seminário de Estudos sobre imigração brasileira na Europa. Lisbon: ISCTE, 2012.

CSORDAS, Thomas J. Embodiment as a paradigm for Anthropology. *Ethos* v.18. n.1. Mar1990. p. 5-47.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*: uma história de costumes. v. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

ELIAS, Norbert. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ENNES, M.A., RAMOS, N. Cirurgias estéticas étnicas e migração em Portugal e Espanha. *Revista Mediações*. v.22. n.1, Jun 2017.

ENNES, M.A., RAMOS, N. Immigrants and Body Modifications in the Consumer Consumer Society. *Management science and engineering*. v.13, n.3, 2018.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 13 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

FOUCAULT, Michel. *Vigias e punir*: história da violência nas prisões. 23 ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

GOFFMAN, Erving. *Estigma*: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOFFMAN, Erving. *Ritual de interação*: ensaios sobre comportamento face a face. 1 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

HEROLD JR., Carlos. Corpo, cultura e educação na virada do século XIX ao XX: o Turnen em questão. *Educação em Revista* v. 30, n.1. 2014.

LE BRETON, David. *A sociologia do corpo*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

LE BRETON, David. *Rostos*: ensaio fotográfico. Petrópolis: Vozes, 2019.

MACHADO, Igor José Renó. Afetividade e poder. *Cadernos Pagu* n. 23, Jul/Dez, 2004. pp.257-278.

MAUSS, Marecel. *Techniques of the Body*. Economy and Society, v. 2, n. 1, pp. 70-88.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. 1 ed. São Paulo: Cosak Naify, 2003.

MERLEAU-PONTY, M. *O visível e o invisível*. 1 ed. São Paulo: Perspectiva, 1971.

NIECHAJEV, Igor; HARALDSSON, Per-Olle. Ethnic Profile of Patients Undergoing Aesthetic Rhinoplasty in Stockholm. *Aesthetic Plastic Surgery*. New York, 2, pp. 139- 145. 1997.

OLIVEIRA, Márcio de, KULAITIS, Fernando. Habitus Imigrante e Capital de Mobilidade: a Teoria de Pierre Bourdieu Aplicada aos Estudos Migratórios. *MEDIAÇÕES*, V. 22 n. 1, P. 15-47, Jan/Jun 2017.

PUSSETI, Chiara. Corpos indóceis: sexualidade, planeamento familiar e etnopolíticas da cidadania em imigrantes africanos. In: BAHIA, Joana, SANTOS, Miriam. *Corpos em trânsito*. 1. ed. Porto Alegre: Letra &Vida, 2015. pp. 105-127.

PUSSETI, Chiara. Nenhuma ferida fala por si mesma. Sofrimento estratégias de cura de imigrantes por de práticas de ethonography-based art. *Interface – Comunicação, saúde e educação* v. 20, n. 58. 2016.

REIS, Lyria, RAMOS, Natália. Imigrantes brasileiros em Lisboa e utilização de serviços de saúde. In: PADILHA, Beatriz et al. *Novas e velhas configurações da imigração brasileira na Europa*. Ata do 2º Seminário de Estudos sobre imigração brasileira na Europa. Lisbon: ISCTE, 2012.

ROSELLO, Meireille, WOLFE, Stephen F. Introduction. In: WOLFE, Stephen F. *Border aesthetics*: concepts and intersections. New York/Oxford: Berghanh, 2017.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, v. 20, n.2, pp. 71-99, 1995.

SENNET, R.*Flesh and Stone*: The Body and the City in Western Civilization. New York: WW Norton and Co., 1996

SOVIK, Liv. A ginga brasileira e o marketing global. *Comunicação, mídia e consumo*. v. 6, n.17. pp. 127-142. 2009.

TOGNI, Paula Christofolleti. 'Melhorar de vida' ou 'Aproveitar a vida'? Jovens brasileiros migrantes numa periferia de Lisboa (Portugal). In: PADILHA, Beatriz et al. *Novas e velhas configurações da imigração brasileira na Europa*. Ata do 2º Seminário de Estudos sobre imigração brasileira na Europa. Lisbon: ISCTE, 2012.

UNESCO. *Raça e Ciência*. Vols. 1 e 2 São Paulo: Perspectiva, 1972.

TURNER, B. *Body and Society.* London: Sage Publications. 1984

VACCHIANNO, Francesco. Os confins no corpo: experiência, subjetividade e incorporação nos itinerários dos jovens migrantes marroquinos na Europa. In: BAHIA, Joana, SANTOS, Miriam. *Corpos em trânsito*. 1 ed. Porto Alegre: Letra &Vida, 2015. pp. 128-156.

VIDAL, Dominique. Convivência, alteridade e identificações. Brasileiros e bolivianos nos bairros centrais de São Paulo. In. BAENINGER, Rosana. *Imigração Boliviana no Brasil*. Campinas: Núcleo de Estudos de População--Nepo/Unicamp; Fapesp; CNPq; Unfpa, 2012.

WACQUANT, Loïc. *Corpo e alma*. 1 ed. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 2002.

Submetido em 30 de janeiro de 2020
Aprovado em 04 de abril de 2020

Licenciado sob uma Licença Creative Commons Attribution 3.0

DOI: http://dx.doi.org/10.20336/rbs.593

REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

Migrantes centroamericanos en México: entre la violencia y los abusos de las políticas de control fronterizo en Estados Unidos

Migrantes centroamericanos no México: entre a violência e os abusos das políticas de controle fronteiriço nos Estados Unidos

Paola Iliana de la Rosa Rodriguez*

Lahys Sandy AntonyMaia**

RESUMEN

La oleada migratoria centroamericana que pasa por México rumbo a Estados Unidos es un movimiento involuntario y complejo. Este fenómeno presenta muchas aristas y resulta lucrativo para los interesados en oprimir, victimizar y explotar a la población que se encuentra en contexto de movilidad. La situación de vulnerabilidad para quien se desplaza es evidente, ya sea en su lugar de origen, de tránsito o en el país de destino. Este artículo pretende visibilizar los abusos y las violencias que pueden sufrir los migrantes centroamericanos por parte del Estado. Es decir, se realiza una crítica hacia arriba, o sea, hacia los gobernantes que han tomado decisiones políticas un tanto divergentes de los instrumentos jurídicos de protección a los migrantes y refugiados, vigentes en sus países.

Palabras-claves: Migrantes centroamericanos; Movimiento involuntario; Abusos y violencias.

* Licenciada en Derecho por la Universidad Autónoma de San Luis Potosí. Maestra en Abogacía con énfasis en Juicios Orales por SouthwesternLawSchool y en Derecho Internacional por ITESM. Doctora en Derecho. Profesora-investigadora de la UASLP, miembro del Sistema Nacional de Investigadores nivel 1. E-mail: paola.delarosa@uaslp.mx

** Licenciada en Derecho por la Universidade do Extremo Sul Catarinense – Brasil. Estudiante de Maestría en Derechos Humanos por la Universidad Autónoma de San Luis Potosí, becaria del Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología de México. E-mail: lahys.refugees@gmail.com

RESUMO

A onda migratória centro-americana rumo aos Estados Unidos que passa pelo México é um movimento involuntário e complexo. Este fenômeno apresenta múltiplas facetas e se mostra lucrativo para os mais interessados em oprimir, vitimar e explorar a população que se encontra em contexto de mobilidade. A situação de vulnerabilidade para quem se desloca é evidente, seja em seu lugar de origem, de trânsito ou no país de destino. Este artigo pretende visibilizar os abusos e as violências que podem sofrer os migrantes centro-americanos por parte do Estado. Ou seja, se realiza uma crítica vertical até os governantes que tomam decisões políticas um tanto divergentes dos instrumentos jurídicos de proteção aos migrantes e refugiados, vigentes em seus países.
Palavras-chave: Migrantes centro-americanos; Movimento involuntário; Abusos e violências.

Introducción

El tráfico de personas no es un acontecimiento novedoso ni exclusivo de ciertos países y de acuerdo al Programa de Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD) en la última parte del siglo XX se ha observado lo que se ha calificado como una "segunda gran oleada de migraciones de la época contemporánea" (MÉXICO, 2015, p. 3) en donde por lo menos 214 millones personas han migrado de sus lugares de origen.

Si bien, teóricamente, el concepto migración se ha definido tradicionalmente como el cambio de residencia que involucra un reajuste completo de las afiliaciones del individuo en la comunidad (CARASSOU, 2006, p. 24), lo que se ha transformado es la forma en que se emprenden estos movimientos, pues contrariamente a la concepción de que la migración se trata de un acto individual, espontáneo y voluntario (ARANGO, 2003, p. 3), este tipo de movilidad se está desplegando en forma colectiva y muchas veces estos desplazamientos son forzados por la inseguridad, violencia, así como, por la desigual distribución espacial del capital y del trabajo. Lo que persiste en estos traslados es que las personas tienden a dirigirse a aquellos lugares donde esperan obtener mejores condiciones de vida.

Históricamente, la ubicación geográfica de los países determina la existencia e incremento de flujos migratorios, por lo que México – a través de su extensa frontera con la Unión Americana en el norte y de territorio sureño

con Centroamérica - se ha constituido como un país de origen, tránsito, destino y retorno de personas cuyo estatus migratorio es irregular.

México ha sido tradicionalmente un país que ha abierto sus puertas a miles de migrantes que, debido a desastres naturales, dictaduras o crisis económicas, han visto en el país una protección temporal o bien un destino que han convertido en permanente. Es así que a lo largo de tres siglos desde la conquista, pasando por la independencia y hasta el México de la actualidad, la presencia de los extranjeros ha constituido poco a poco como una nación multiétnica.

A manera de ilustración, en la década de 1980 el tránsito de personas por México se incrementó debido a las guerras civiles. En 1998, el Huracán Mitch provocó graves destrucciones que incrementaron la pobreza de países como Honduras, Nicaragua, El Salvador y Guatemala, provocando en la región importantes flujos migratorios hacia el norte. Aunado a ello, los conflictos armados experimentados en la región durante las décadas de los setentas y ochentas obligaron a muchas personas a dejar sus países, sobre todo en las naciones mencionadas anteriormente.

De acuerdo al Alto Comisionado de la ONU para la Ayuda al Refugiado (ACNUR), cerca de 400.000 extranjeros ingresan cada año por la frontera sur de México. Por su parte, la Comisión Nacional de Derechos Humanos (CNDH) estima que son alrededor de 500.000 personas indocumentadas las que transitan por la nación mexicana anualmente.

A partir del año 2018, el número de centroamericanos indocumentados que ingresa a México ha aumentado en cientos de miles las cifras acostumbradas. En respuesta a la vulnerabilidad que representa viajar solo por el territorio mexicano, el migrante centroamericano ha decidido no transitar sólo sino en agrupaciones con las que pueda enfrentar el clima desfavorable de dicho movimiento.

Evidentemente, el número exacto de extranjeros que ingresan por la frontera sur mexicana es difícil de establecer, pues día con día la cifra aumenta o disminuye. No obstante, hay estimaciones que indican que para el año 2017, el total de inmigrantes fue de 1.224,169. Los datos más actuales del Boletín Mensual de Estadísticas Migratorias 2020 especifican que el número de eventos de extranjeros presentados ante la autoridad migratoria de enero a abril de 2020 fue de 3.131 salvadoreños, 11.106 guatemaltecos y 14.854 hondureños. De estos países, los extranjeros devueltos por la autoridad mi-

gratoria mexicana en este mismo período fueron 1.976 salvadoreños, 8.966 guatemaltecos y 9.881 hondureños (MÉXICO, 2020).

Este artículo plantea que los miles de migrantes que ingresan anualmente por la frontera sur de México, son víctimas de los eventos violentos ocurridos en territorio mexicano, generados por los altos índices de delincuencia en el país así como por la rigidez de la política migratoria mexicana la cual es consecuencia de la vecindad con los Estados Unidos. Se expone que en lugar de ser invasores en territorio mexicano, los migrantes indocumentados son víctimas tanto de las crisis económicas y de seguridad en sus países de origen como de las agendas anti-migrantes de los territorios por los que transitan.

Este trabajo se apoya en una amplia revisión documental de informes y datos estadísticos tanto de instituciones gubernamentales como de organismos internacionales, asimismo se han tomado en cuenta testimonios y quejas de migrantes ante asociaciones civiles, fiscalías generales de justicia y comisiones defensoras de Derechos Humano.

1. Factores que favorecen la migración

Los centroamericanos se han visto forzados a emprender el viaje hacia el norte de América debido a los problemas vividos en sus países de origen, especialmente la incapacidad de sus gobiernos para salvaguardar sus vidas. Estos migrantes enfrentan numerosos retos como la violencia y los abusos, principalmente contra las mujeres y niños, a lo largo de las rutas que utilizan para huir de la muerte. Y como si no fueran suficientes todos los peligros que involucra el proceso de migrar, los migrantes de Centroamérica también enfrentan el desinterés de los países de destino en ofrecerles la protección internacional que tanto necesitan.

Los migrantes centroamericanos sufren violencia, por lo menos, dos veces, una vez en su país de origen y la otra en el país de tránsito o de su destino final. En su país de origen, porque existe violencia generalizada, conflictos armados, violación masiva de los derechos humanos e, incluso, por las causas mencionadas en la Convención sobre el Estatuto de los Refugiados, de 1951. De acuerdo al CEPAL (2018) las tasas de feminicidios en los países del Triángulo del Norte de América Central (TNAC), que está compuesto por Guatemala, Honduras y El Salvador, son las mayores de América Latina, concentrando 87% de los casos ocurridos en el año 2017. Asimismo, sufren

violencia en el país de tránsito o destino, por la discriminación, los abusos, el engaño o por la violencia física, sexual, moral, psicológica y patrimonial.

En otras ocasiones son las fuertes crisis económicas, la falta de desarrollo económico sostenible, el desempleo, los bajos salarios, el encarecimiento de la canasta básica o cuestiones ambientales, los factores que obligan a nacionales del TNAC a dejar sus países en búsqueda de mejores condiciones y mayor poder adquisitivo. (DÍAZ; GONZÁLEZ; FLORES, 2018, p. 244/263). Para el año 2000, las salidas de los centroamericanos de sus países han sido originadas por la inseguridad que les genera la presencia de bandas delictivas organizadas internacionalmente, entre ellas, la mara salvatrucha. Por estas causas, los migrantes centroamericanos solicitan refugio a los Estados Unidos y México.

Sin embargo, esta situación ha llamado la atención en el ámbito del Derecho Internacional de los Refugiados, pues encontrar una salida a los desafíos de las Américas es tan urgente como en las crisis migratorias vividas en otras partes del mundo. Y:

> A pesar de ciertas paralelas con las situaciones de conflicto armado interno (como Siria), el escenario en el Triángulo Norte, plantea un conjunto distinto de retos adicionales en la búsqueda de protección para los refugiados y desplazados de estos países. (CANTOR, 2016, p. 77).

Ciertamente, es hasta que la Unión Americana concreta políticas migratorias más restrictivas que México tiene que enfrentar la movilidad centroamericana con diferentes perspectivas. En el siglo XX se construyen y habilitan las conocidas estaciones migratorias con el afán de detener y recluir a extranjeros indocumentados. Además, se implementan operativos de contención en donde son constantes las agresiones y violaciones a los derechos humanos de estas personas. A este respecto, Santiago (1993, p. 33) afirma que:

> Aunque el reconocimiento y protección de los derechos humanos básicos pertenezcan al Estado, el siglo XX ha sido testigo de que con alarmante frecuencia el Estado no sólo no cumple con esta tarea sino que se convierte con frecuencia en agente de violación de los mismos.

Si bien, existe un libre tránsito a través de la República Mexicana, los extranjeros sin documentos migratorios pagan su derecho de paso tanto a criminales como a oficiales abusivos y logran superar los obstáculos que

representan los controles migratorios. Dicho sea de paso, muy pocas veces y muy pocos migrantes recurren a la violencia para continuar su camino hacia el norte. (CASTILLAS, 2008, p.157/174).

Entre las vulnerabilidades que poseen los migrantes están los factores culturales como el idioma o la religión, el desconocimiento de la legislación, el no contar con recursos para costear los servicios de un abogado, los trámites burocráticos de las oficinas gubernamentales, la desconfianza en las autoridades, la carencia de un domicilio estable para recibir notificaciones, el temor de ser víctimas de la delincuencia organizada o de particulares, la impunidad entre instituciones y la discriminación por falta de un documento que acredite su estancia legal.

Los migrantes centroamericanos utilizan las vías terrestres, siguen el tránsito del ferrocarril y abordan en forma masiva los trenes de carga conocidos como "la bestia" que atraviesan el territorio mexicano transportando materias primas, algunas de alto riesgo como amoniaco, ácido sulfúrico y gas (DIARIO EL COMERCIO, 2014). Estos trenes llegan a transportar entre 1.000 y 1.500 migrantes. El tren tiene dos rutas. Una de ellas comienza en Tapachula, pasa por Veracruz y finaliza en el estado de Tamaulipas hasta llegar a Reynosa. La otra ruta Tapachula-Nogales-Tijuana es la más larga, inicia en Chiapas, recorre entidades como Irapuato, Querétaro, Estado de México, Guadalajara, Tepic, Mazatlán y Los Mochis para continuar en Hermosillo, finalizando su travesía en Nogales. (DÍAZ; GONZÁLEZ; FLORES, 2018, p. 147).

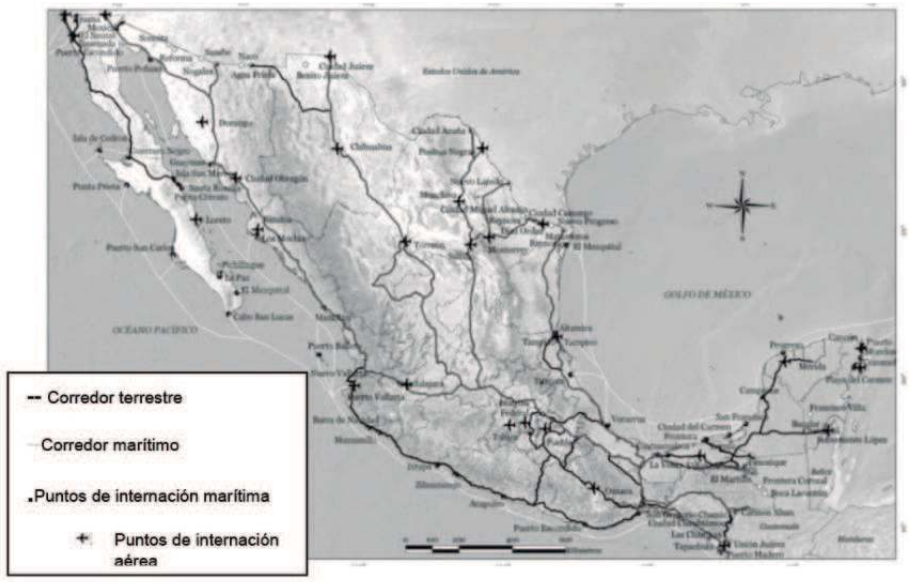
Rutas ferroviarias utilizadas por migrantes



Fuente: Hernández López; Porraz Gómez; Morante Aguirre, 2019.

Existen centroamericanos que comienzan su trayecto en la ciudad de Tenosique en Tabasco, cruzan ciudades como Córdoba y Orizaba previo a llegar a la Ciudad de México, y en Querétaro bifurcan su camino, siguen su paso por San Luis Potosí, se dirigen a Saltillo continúan en Monterrey, cruzan el libramiento ferroviario existente en los municipios de Escobedo y García. En su trayecto hacia el centro, entidades como San Luís Potosí se convierten en espacios que reúnen no solo a migrantes sino a traficantes de personas extranjeras. Otros llegan a Ciudad de México, desde donde siguen su camino hasta llegar a otras fronteras como Piedras Negras; Ciudad Juárez; Tijuana; Nogales, Agua Prieta o el Sásabe.

Rutas de los centroamericanos por México



Fuente: Castillas, 2008

Su recorrido puede durar entre tres semanas y dos meses, no obstante, muchos son repatriados. Debido a las políticas migratorias más restrictivas de los Estados Unidos, se han implementado programas que obstaculizan su cruce. De acuerdo al Instituto Nacional de Migración mexicano (INM), cada año son repatriados aproximadamente 250.000 centroamericanos y ascienden a 1.300 los que son asesinados y/o mutilados. Además, las rutas de los trenes en sus cientos de kilómetros están controladas por la delincuencia organizada. Todos afrontan los peligros e injusticias del transcurso del viaje,

pues son vulnerables a los abusos y violaciones a sus derechos humanos.

Por otro lado, la migración resulta lucrativa, porque ayuda a generar un movimiento de capital. Los migrantes consumen en los países de paso y de destino, y con los trabajos que consigan envían dinero a sus familiares o bien reciben de sus parientes que viven en los Estados Unidos. Frecuentemente tienen que pagar a los coyotes sus viajes clandestinos y asumir los gastos generados por la extorsión practicada por autoridades locales o por los secuestradores que se aprovechan del estado de vulnerabilidad de los migrantes.

Organizaciones civiles han documentado que autoridades mexicanas, entre las que se nombran agentes aduanales, autoridades migratorias, policías federales y municipales les cobran por "sus servicios". Por otro lado, encuentran en su camino a los llamados "polleros" o "coyotes", ya sean mexicanos o centroamericanos quienes facilitan su desplazamiento hasta la frontera norte. Precisamente son estos grupos quienes muchas veces los hostigan y solicitan precios elevados por estos servicios. En este ambiente de inseguridad y ante su desesperada necesidad de conseguir facilidades para su ingreso y tránsito, en el territorio nacional, los migrantes son presa de asaltos, violencia y, consecuentemente, de violación a sus derechos humanos. (DURAND, 2008).

Las políticas de contención de EUA seguidas por México han encarecido el traslado migratorio de los centroamericanos. Sin dinero, con necesidades básicas que cubrir y sujetos de costos y cobros ilegales, los migrantes se ven obligados a recurrir a distintas alternativas para financiar el gasto que implica la migración.

Una forma de financiamiento que ha resultado efectiva en los últimos años ha sido la recepción de remesas en su paso por México ya sea para continuar su trayecto al Norte – dinero que termina en manos de delincuentes como traficantes ilegales, polleros o funcionarios corruptos - o bien para regresar en caso de aquellos que desistan de su propósito. En este sentido, se aprecia un incremento en los servicios de *Western Union*y *MoneyGram* los cuales operan dentro de empresas mexicanas de autoservicios. De acuerdo a CASTILLAS (2008, p. 174), para octubre de 2006 *Western Union* ya tenía una amplísima red con 1.569 locales en México, 74 en Guatemala, 70 en Honduras, 30 en Panamá y 81 en Perú, con ambiciosos planes de expansión en los países citados y otros del entorno regional. Por otro lado, las remesas también han dado lugar a secuestros *express*.

Con todo ello, lo que se aprecia son procesos de articulación y cohesión entre los migrantes y sus familiares en los Estados Unidos que son sus patrocinadores, es decir, un fortalecimiento del tejido social desde, por y parael mundo subalterno de los migrantes.

2. Violencia y abusos

Las violencias que sufren los migrantes pueden categorizarse en violencia social, legal, criminal y estructural. Social debido a la discriminación, es decir, las conductas antisociales en su contra. La sociedad los considera intrusos ilegales que no tienen legitimidad para reclamar sus derechos. Además, son considerados revolucionarios que entran a un país sin permiso incitando confrontaciones e irrumpiendo el orden social.

Suele pasar que, basada en prácticas xenófobas, etnocéntricas y racistas, la sociedad receptora domina la población migrante y determina cómo será su calidad de vida, el tipo de trabajo que tendrá (como los subempleos), dónde vivirá (probablemente en los lugares más marginalizados, pobres o peligrosos de la ciudad), etc. La migración genera no solamente un sentimiento de rechazo, pero revela la falta de voluntad de solidarizarse con los migrantes forzados. Para agravar aún más esta situación, en el caso de los centroamericanos, considerados parte de la población de los países más violentos del mundo, terminan siendo asociados a las maras, al crimen organizado, al narcotráfico, a la prostitución, etc. Lo que resulta en choques culturales y desigualdades entre los nacionales y los extranjeros.

También padecen violencia legal debido a que las leyes antimigrantes y políticas cada vez más estrictas y restrictivas de los gobiernos, infringen el derecho humano al libre movimiento (MENJIVAR; ABREGO, 2012, p. 4). Los programas y acciones legales contra los migrantes se exponen en el punto V de este manuscrito.

Asimismo, sufren violencia criminal, tal como es referida en este apartado. Si bien el tránsito de migrantes ha sido una constante, la agenda migratoria México-Estados Unidos así como los altos índices de delincuencia organizada han obstaculizado el tránsito de los centroamericanos por territorio mexicano. Específicamente, a partir del 2007, la delincuencia organizada vio en estos extranjeros una fuente de ingresos y encontró en el secuestro de migrantes una fuente más de ingresos (IZCARA, 2016, p. 45).

En este contexto, los migrantes centroamericanos son vulnerables a la violencia, a la trata de personas, a la explotación, extorsión, abuso sexual, abuso de autoridad, robo, secuestro, discriminación, agresiones físicas y psicológicas, tal como lo informa La Oficina en Washington para Asuntos Latinoamericanos (KNIPPEN; BOGGS; MEYER, 2015). Por su parte, el INM documentó que del año 2012 al 2017 se reportaron 2.912 casos de migrantes víctimas de algún delito (HIGAREDA; PERALTA, 2018). La Red de Documentación de las Organizaciones Defensoras de Migrantes (REDODEM) realizó un estudio en el año 2015, en el que estimó que más de 1.700 de las 30.321 personas migrantes recibieron atención en los albergues y expresaron haber sido víctimas de algún delito. REDODEM (2017) especificó que en el año 2018, 3 de cada 4 de los delitos sufridos por los migrantes en tránsito corresponden a robos. Los migrantes centroamericanos refieren que los delitos que sufrieron fueron robos 66.5%, extorsiones 25.7%, lesiones 2.6% y secuestros 1.4%. Se calculó que 45.7% de esos delitos fueron ejecutados por miembros de la delincuencia organizada, 12.8% fueron cometidos particulares y 41.5% por las mismas autoridades, incluidos policías federales, municipales y estatales. (DÍAZ; GONZÁLEZ; FLORES, 2018, p. 149).

Como consecuencia de la sangrienta guerra contra los cárteles de la droga implementada en México, los migrantes son presas de crímenes como el secuestro, la explotación y el asesinato por parte de las bandas de narcotraficantes (ULTRERAS, 2012). REDODEM (2017) ha señalado que cerca de 31.000 personas han sido captadas, de las cuales el 90% son hombres y 10% son mujeres. En efecto, de acuerdo al INM, en promedio 4 de cada 10 migrantes atendidos por el INM fueron secuestrados. (HIGAREDA; PERALTA, 2018).

De acuerdo a las denuncias de ONG's, desde el año 2006 el cártel de Los Zetas organiza y ejecuta los secuestros de migrantes. Este cártel controla las rutas y los grupos del tráfico de indocumentados en el sureste de México y la frontera de Tamaulipas con Estados Unidos. Al inicio de esta década, el crimen organizado, principalmente Los Zetas, asumió el control total de esta actividad, y con ello también creció el peligro para los indocumentados por esta ruta. La delincuencia organizada aprovecha además para reclutar inmigrantes como integrantes del grupo delictivo. (GONZÁLEZ, 2018, p. 169/194).

Por cuanto al secuestro masivo de migrantes, en solo 5 meses casi 10.000 emigrantes centroamericanos que iban hacia los EUA fueron secuestrados.

72 migrantes fueron secuestrados y asesinados en Tamaulipas en 2010, 29 cuerpos fueron encontrados en Nuevo León, en 2012. En 2014, se reportaron más de 500 casos de víctimas de este crimen y 699 casos fueron reportados, en 2016. El delito de secuestro a personas migrantes es una problemática derivada de una política que se limita al control y rechazo a estos grupos vulnerables.

Los Zetas no es el único grupo delincuencial que desarrolla simultáneamente actividades de trata y tráfico con migrantes, un informe de la CNDH (2008) especificó que pandillas transnacionales como la "Mara Salvatrucha 13" y la "Barrio 18", asaltan y extorsionan a los migrantes, con participación de extranjeros en todo el país. Además, existen casas de seguridad difíciles de localizar para el analista social.

> Existen indicios de que algunos hoteles llegan a ser utilizados con este propósito, tanto en el sur–sureste como en localidades del centro–norte y en localidades fronterizas del norte mexicano, aparte de casas que igualmente se encuentran en lugares estratégicos de las rutas principales de transmigración. (CASTILLAS, 2008, p. 157/174).

En otras ocasiones, los migrantes son sujetos a privaciones arbitrarias de la libertad, abusos en las detenciones, irregularidades en las estaciones migratorias en las que sufren tratos crueles e inhumanos, hacinamiento y falta de atención médica, tráfico de narcóticos, tráfico ilícito de indocumentados, violaciones, trata de personas, etc.

Por otro lado, el Movimiento Migrante Mesoamericano[1] revela que la migración por parte de las mujeres ha incrementado y al cruzar la frontera sur de México, "7 de cada 10 mujeres sufren de abuso sexual y 9 de cada 10 son acosadas sexualmente durante el viaje rumbo a los Estados Unidos". Ellas son víctimas de "secuestros, violaciones, asaltos y trata de personas" en manos de los coyotes, del crimen organizado o de narcotraficantes. También son víctimas de autoridades policiales, que las amenazan con regresarlas si no cooperan con la violación.

En la región del TNAC, la violencia afecta principalmente a los jóvenes menores de 30 años, ya que a menudo los hombres jóvenes están obligados

1 MOVIMIENTO MIGRANTE MESOAMERICANO (2016), Mujeres migrantes en tránsito por México. Disponible en: https://movimientomigrantemesoamericano.org/2016/03/09/mujeres-migrantes-en-transito-por-mexico/. Acceso en: 27 de enero de 2020.

a entrar a pandillas, los padres de familia se convierten en víctimas de la extorsión de los grupos armados, los niños no van a la escuela por miedo a las acciones de los miembros de las pandillas, los adolescentes sufren por los ataques provocados por las fuerzas de seguridad, que creen que pertenecen a esas pandillas, y las mujeres, como anteriormente mencionado, sufren explotación sexual y demás formas de violencia. (AMNISTÍA INTERNACIONAL, 2016).

Es decir, por un lado, el desplazamiento de personas se ve impulsado por el crimen organizado y el aumento de redes ilícitas transnacionales, y, por otro, ha sido fortalecido por la persistente inacción de las autoridades para enfrentar las causas de la migración forzada y, consecuentemente, los abusos y violencias cometidos contra los extranjeros indocumentados, los cuáles no son investigados con diligencia.

En este sentido, parece que los Estados son conniventes con las causas de la migración forzada o que, en la mejor de las hipótesis, tienen poca fuerza estatal de policía para cohibir la actuación de los narcotraficantes y del crimen organizado.

En varias recomendaciones, la CNDH ha propuesto al Sistema Nacional de Seguridad Pública que emprenda acciones conjuntas para luchar contra el secuestro de las personas migrantes, la impunidad y la discriminación. Se ha recomendado que se tome a las personas migrantes como grupo vulnerable dentro de la Ley General del Sistema de Seguridad Pública y se ha solicitado que se ofrezca apoyo a las víctimas, se sancione a los responsables así como que se haga válida la reparación del daño.

Por tanto, si se analiza el fenómeno migratorio de modo más completo se ve que ello no representa solamente un problema social, sino también un problema jurídico por la negligencia de EUA y México en cumplir las leyes, por el irrespeto a la Convención de la ONU, de 1954, y la inexistencia de un estatuto internacional específico sobre los desplazamientos forzados. Asimismo, resulta un problema político por no haber políticas públicas de protección eficaces para los refugiados y mucho menos para los desplazados forzados.

3. Endurecimiento de las políticas migratorias de Estados Unidos

En la década de los 90, EUA iniciaron una nueva estrategia de contención, la cual se prolongaría a lo largo de ese decenio. Entre 1991 y 1993, se levanta una cerca en California, por el rumbo colindante con la ciudad de Tijuana, dos años después se aplican el operativo *Blockade* el cual cubría una extensión de 20 millas en el área urbana de El Paso y que consistió en que todos los agentes migratorios fueran transferidos desde la ciudad y colocados directamente en la frontera en donde existían la mayor cantidad de cruces de indocumentados. (ANDREAS, 2000). El operativo cambia su nombre – por la connotación negativa - a *Holdthe Line* (defender la frontera). El año de 1994, se aplica la Operación *Gatekeeper* en la región de San Diego. En 1995, el Operativo *Safeguard.*

Aparte, entre 1993 y 2006 las fronteras de Arizona, California y Texas implementaron operativos especiales en sitios en que de forma recurrente se han detectado ingresos irregulares de inmigrantes. A consecuencia de ello, los extranjeros indocumentados han buscado zonas más inseguras y riesgosas en sus trayectos. (ANGUIANO; TREJO PEÑA, 2007, p. 47/65).

Un cambio fundamental en la política migratoria se presenta durante la administración de George W. Bush quien después del ataque terrorista a las torres gemelas, en 2001, impulsó importantes cambios y en donde la seguridad nacional sería prioridad. Por su parte, Barack Obama deportó más migrantes que el período presidencial de Bush. Con la administración americana en turno, en 2017, a los pocos días de haber tomado protesta como Presidente de los EUA, Donald Trump firmó una orden ejecutiva sobre inmigración. El decreto exigía que el Secretario de Seguridad Nacional tomase las acciones necesarias para que las autoridades estatales y locales firmaran más acuerdos con el Servicio de Inmigración y Ciudadanía (ICE). De esta forma, más oficiales de policía estatal y local se convirtieron en agentes de inmigración. En específico, las nuevas prioridades de deportación dejaron más vulnerables a la mayoría de los migrantes indocumentados.

En octubre del año 2018, las movilizaciones migrantes adoptaron otra modalidad: las caravanas (HUERTA; MCLEAN, 2019). Ese año, otras cuatro caravanas entraron a México y en 2019 tuvieron lugar al menos otras 2. El presidente estadounidense Donald Trump, las calificó como una invasión y

amenaza a la seguridad de Estados Unidos. Esto hizo que el gobierno mexicano de Peña Nieto resistiera las caravanas con gases lacrimógenos y violencia por parte de policías antimotines, registrándose enfrentamientos entre migrantes y la Policía Federal en el puente fronterizo y detenciones masivas por parte de agentes migratorios. A pesar de las proyecciones del presidente mexicano electo López Obrador por defender el derecho del migrante al libre tránsito y de optar por una política de puertas abiertas a los hermanos migrantes, esta ayuda no pudo ser efectiva.

Además, los recortes presupuestales a la Comisión Mexicana de Ayuda a Refugiados (COMAR) y el incremento exponencial de la migración en el primer trimestre del gobierno de Andrés Manuel López Obrador, que tuvo un aumento de más de 200% respecto al año anterior, aunado a las amenazas de Trump, responsabilizando a México por la invasión migrante, provocaron que el discurso de López Obrador se endureciera. El discurso desafiante de Trump para imponer aranceles a productos mexicanos como represalia por la invasión migrante, originaron que el 7 de junio de 2019 se anunciara un acuerdo por el cual México se comprometía a desplegar efectivos de contención, al tiempo que aceptaba que los solicitantes de asilo en EUA esperaran la resolución de su caso en territorio mexicano. Con esto, México se convierte en «tercer país seguro». A cambio, el gobierno estadounidense desistía de los aranceles y otorgaba su respaldo al Plan Integral de Desarrollo para Centroamérica como estrategia para resolver la crisis migratoria (BOBES, 2019).

Una acción más agresiva fue la del 30 de junio de 2019 cuando se desplegaron hacia las fronteras miembros de la recién creada Guardia Nacional. Para septiembre ya se habían desplegado más de 25.000 efectivos en la frontera sur. Se inicia entonces una ofensiva contra los migrantes que incluye la multiplicación de operativos, redadas y retenes de verificación, en cuyo curso se han producido violaciones graves a los derechos humanos. En este contexto, las autoridades mexicanas bloquean el paso a migrantes, interceptan a los menores de edad no acompañados antes de que lleguen a territorio estadounidense, cumpliendo con las metas migratorias del gobierno estadounidense de Trump.

Es así que el gobierno mexicano, quien no cooperaría con la política antimigratoria de Trump, ha seguido una agenda de contención y devolución de migrantes. Estas medidas, han desplazado la política humanitaria migratoria y cancelaron la política de puertas abiertas y solidaridad del nuevo gobierno de México. (AHMED; SEMPLE, 2019).

4. Leyes migratorias y refugio en México

Por su parte, en México ha habido importantes cambios legislativos en materia migratoria. En este escenario, el marco jurídico de los migrantes se conforma por la Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos en sus artículos 1, 11, 14, 17, 30 y 33; la Ley General de Población; la Ley de Migración Nacional, de 2011; el Reglamento de la ley migratoria, de 2012 y la Ley de Refugiados y Protección Complementaria, de 2011. La Ley de Migración tiene como propósito erradicar la connotación de ilegalidad con la que se ha tratado a los migrantes, teniendo en consideración que las personas no son ilegales y que en todo caso tienen una condición irregular en el país.

En México, el hecho de que los extranjeros estén indocumentados no les hace criminales, pues es una falta de carácter administrativo más no un delito. Además, en la Constitución mexicana no se hace distinción entre nacionales o extranjeros cuando se habla de los derechos que esta otorga y, al estar incluidos en los tratados internacionales, México debe buscar la mayor protección para estos.

No obstante, se aprecian contradicciones en la política migratoria mexicana ya que con todo y las referidas reformas, la respuesta de México ha sido de cooperación con la Unión Americana, sobre todo después del tono amenazante con la administración de Trump ha procedido durante su administración. A través de ello, es posible afirmar que la principal contradicción social encontrada, a partir de esta crisis migratoria, es la incompatibilidad entre los logros y avances legales - en materia de migración - a lo largo de las décadas y el nítido retroceso de las políticas migratorias que, simplemente, cierran cada vez más las puertas de sus países para los extraños.

Sin lugar a duda, hay un contraste considerable entre los instrumentos jurídicos de protección a la persona desplazada o refugiada y el rechazo institucional o legal de México y EUA hacia los solicitantes de refugio. Las respuestas que les han dado a los solicitantes de refugio son adversas a lo que está determinado en convenciones y protocolos internacionales, acuerdos y pactos globales, declaraciones regionales y en las leyes nacionales de ambos países sobre los derechos humanos y sobre la protección de los refugiados y desplazados forzados.

Además, de acuerdo con el ACNUR (2018), los registros y solicitudes de refugio de personas oriundas del TNAC aumentaron más de dieciséis veces

entre 2011 y 2017. Por ejemplo, en el año 2016, 9 de cada 10 personas que solicitaron refugio eran originarias de los países del TNAC. Considerando el número total de solicitudes de refugio procedentes de Latinoamérica a partir del año 2017, con el incremento de las venezolanas, las solicitudes de refugio de centroamericanos contabilizaron 59%. Cabe mencionar que, en 2017, aumentó a 40% el porcentaje de solicitudes de refugio a México por parte de mujeres que huyen de violencia o persecución en sus países de origen y que el aumento de solicitudes de refugio por parte de niñas, niños y adolescentes fue de más de 300% entre 2013 y 2017. En general, los principales países de los que procedían las personas reconocidas como refugiadas o que recibieron protección complementaria, en 2017, fueron de El Salvador (34%) y Honduras (27%). Tan solo en este año, 14.596 personas solicitaron refugio en México. Solamente 30% logró concluir el procedimiento y únicamente 2.825 fueron reconocidas o recibieron protección complementaria. (COMAR, 2017).

En 2019, más de 30.000 migrantes hondureños solicitaron la condición de refugiado en México, de El Salvador se registraron 8.991 peticionarios, 8.677 casos de Cuba y 7.662 migrantes de Venezuela buscaron refugio ante la COMAR. Para ejemplificar esta situación se presenta la siguiente tabla:

Resoluciones emitidas por la COMAR a la condición de refugiado entre enero y septiembre de 2018

País de nacionalidad	Refugios concedidos	Refugios denegados	Desistidos
El Salvador	264	138	19
Guatemala	43	35	4
Honduras	279	285	62

Elaboración propia con datos de la COMAR

Como se puede apreciar, a pesar del incremento en solicitudes de refugio, a través de visas de carácter humanitario, son muy pocos los migrantes que reciben estos permisos de estancia por lo que en su desesperación por cambiar de entorno, la mayoría opta por la vía indocumentada para atravesar el territorio mexicano. En consecuencia, desde finales del siglo XX, las principales nacionalidades que conforman el total de extranjeros indocumentados son la guatemalteca, hondureña y salvadoreña.

Teniendo en cuenta el aumento progresivo de las solicitudes de refugio y que la mayoría de ellas ha sido rechazadas por los países de destino, es importante entender cómo se da la protección de los refugiados y desplazados forzados de Centroamérica en América del Norte y seguir defendiendo los

derechos humanos de todos y cada uno de los centroamericanos que huyen de la muerte en sus países, pues antes que nada ellos son seres humanos que también deben ser respetados en su individualidad.

Conclusiones

La migración centroamericana indocumentada mantiene un crecimiento constante debido, en su mayoría, a la precaria condición económica de los países que vive esta región. En su tránsito, los extranjeros que emprenden el trayecto a la Unión Americana no siguen una sola ruta sino que se observa una diversificación de flujos y caminos en los que, lamentablemente, encuentran abusos por parte de delincuentes, de autoridades migratorias y de elementos de seguridad pública.

Ahora bien, en sus recorridos intervienen diversas instituciones humanitarias, que conectan los espacios geográficos por los que se mueven, se trata de redes de apoyo y distintos actores sociales que, solidariamente, les tienden la mano y proveen satisfactores a sus necesidades básicas, les dan información, asesoría o bien proporcionan refugios y servicios de salud. En otras palabras, como contrapeso al ambiente que los vulnera, discrimina y excluye, existen varios actores y redes de ayuda que colaboran a su vez con otras organizaciones que atienden las necesidades básicas de los migrantes y promueven la defensa y protección de sus derechos humanos. Las familias de los propios migrantes juegan un papel importante al enviarles remesas, pues transmigrar requiere erogaciones que de otra forma sería imposible cubrir. Paradójicamente, estos apoyos económicos los convierten en presas de un negocio altamente lucrativo para delincuencia organizada, redes de narcotraficantes o bien para particulares.

Además de causar gran impacto en México, la actual y creciente crisis migratoria de Centroamérica, ha sido descuidada por los gobernantes de los países de origen de los migrantes que hemos abordado aquí, pues lo que se percibe es que ante el caos, la violencia y la desigualdad social, ellos permanecen indiferentes y no han ofrecido ninguna solución eficaz al desplazamiento forzado de su propia población.

Todo este caos migratorio vivenciado por los centroamericanos, revela la negligencia de los países de origen, tránsito y destino, y, consecuentemente, la vulnerabilidad y la masiva violación de los derechos humanos de

los migrantes. Así como, del derecho a la protección internacional de los refugiados y de los solicitantes de refugio que, en la mayoría de las veces, han tenido sus solicitudes negadas por los países de destino, que si los han enviado de vuelta a sus países de origen.

Sin embargo, más allá de mera negligencia internacional, la crisis migratoria ha demostrado la discriminación, la xenofobia, el racismo, la hegemonía, la falta de solidaridad y la connivencia con la victimización de los migrantes forzados por parte de los actores sociales involucrados, que se basan en discursos como el de velar por la seguridad y soberanía nacionales, resolver sus problemas internos e invertir en su propia población. Así, en detrimento de la vida de muchas personas, constatamos que el real interés de los países de tránsito y destino de migrantes forzados centroamericanos, buscan regularizar, no su permanencia, sino su deportación de vuelta a la muerte.

De esta forma, es esencial sopesar lo que vale más, en los días actuales: salvaguardar la dignidad humana o respetar las meras formalidades que, muchas veces, impiden el pleno gozo de los derechos humanos que, por supuesto, también son inherentes a los desplazados forzados que vienen de Centroamérica.

En este escenario, los migrantes quedan sujetos a las políticas migratorias de los estados del norte del continente por los que transitan y los que buscan como destino. Tanto México como EUA han experimentado varias reformas en materia de migración, mientras México promulga en 2011 una ley migratoria de mayor protección al migrante, dejándolo de ver como un ilegal, EUA endurece sus políticas migratorias e implementan operativos de deportación masiva. Esta situación a la que se suman las presiones de la administración de Trump ha originado que el Estado Mexicano tenga posiciones contradictorias en torno a la migración después de que, al menos en la ley, parecía estar transitando hacia el reconocimiento de que estos grupos gozan de libertad de tránsito.

Referencias

AHMED, Azam; SEMPLE, Kirk (2019), “México está cumpliendo con los planes fronterizos de Donald Trump”.*The New York Times.* Disponible en: https://www.nytimes.com/es/2019/03/01/espanol/america-latina/mexico-migrantes-trump.html. Acceso en: 15 de junio de 2020.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS - ACNUR (2018), *ACNUR expressa preocupação diante do grande aumento do deslocamento forçado no norte da América Central.* Disponible en: https://www.acnur.org/portugues/2018/05/22/acnur-expressa-preocupacao-diante-do-grande-aumento-do-deslocamento-forcado-no-norte-da-america-central/. Acceso en: 31 de mayo de 2018.

AMNISTÍA INTERNACIONAL (2016*), ¿Hogar dulce hogar? El papel de Honduras, Guatemala y El Salvador en la creciente crisis de refugiados.* Disponible en: https://www.amnesty.org/download/Documents/AMR0148652016SPANISH.PDF. Acceso en: 27 de enero de 2020.

ANDREAS, Peter (2000), *BorderGames: Policingthe U. S.- Mexico Divide*, Ithaca and London: CornellUniversityPress.

ANGUIANO, María Eugenia; TREJO PEÑA, Alma (2007), "Políticas de seguridad fronteriza y nuevas rutas de movilidad de migrantes mexicanos y guatemaltecos." *Liminar, Estudios Sociales y Humanitario,* vol. 5, n. 2, p. 47-65, diciembre 2007.

ARANGO, Joaquín (2003), "La explicación teórica de las migraciones: Luz y sombra." *Migración y Desarrollo,* n. 1, octubre 2003. Disponible en: http://rimd.reduaz.mx/revista/rev1/JoaquinArango.pdf. Acceso en: 24 de junio de 2020.

BOBES, Velia Cecilia (2019), "De las puertas abiertas al 'ya no son bienvenidos': El giro de la política migratoria mexicana." *Nueva Sociedad* – NUSO, n. 284, 2019. Disponible en: https://nuso.org/articulo/de-las-puertas-abiertas-al-ya-no-son-bienvenidos/. Acceso en: 15 de junio de 2020.

CANTOR, David James (2016), "As deadly as armedconflict? Gangviolence and forceddisplacement in theNorthernTriangle of Central America." *Revista Agenda Internacional*, vol. 23, n. 34, p. 77-97, 2016. Disponible en: http://revistas.pucp.edu.pe/index.php/agendainternacional/article/view/15277/15742. Acceso en: 31 de mayo de 2018.

CARASSOU, Roberto Herrera (2006), *La perspectiva teórica en el estudio de las migraciones*. México: Siglo XXI.

CASTILLAS, Rodolfo (2008), "Las rutas de los centroamericanos por México, un ejercicio de caracterización, actores principales y complejidades." *Migración y desarrollo*, n.10, p. 157-174, enero 2008.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE – CEPAL (2018), "Feminicidio", *Observatorio de Igualdad de Género de América Latina y el Caribe*. Disponible en: https://oig.cepal.org/es/indicadores/feminicidio. Acceso en: 15 de junio de 2020.

COMISIÓN MEXICANA DE AYUDA AL REFUGIADO – COMAR (2017), *Resolución emitida por la COMAR a las solicitudes de la condición de refugia-*

dos en México. Boletín estadístico anual. Disponible en: http://portales.segob.gob.mx/es/PoliticaMigratoria/CuadrosCOMAR?Anual=2017.Acceso en: 15 de junio de 2020.

COMISIÓN NACIONAL DE LOS DERECHOS HUMANOS - CNDH (2008), *Informe sobre las pandillas delictivas conocidas como "maras".* Disponible en: http://www.cndh.org.mx/lacndh/informes/espec/maras/Maras31mar08.pdf. Acceso en: 30 de enero de 2020.

DIARIO EL COMERCIO (2014), *Tren 'La Bestia' irá más veloz para impedir ascenso de los migrantes.* Disponible en: *https://www.elcomercio.com/actualidad/ee-uu-labestia-migracion-veloz.html.* Acceso en: 16 de julio de 2014.

DÍAZ, Hilda Verónica Arreola; GONZÁLEZ, Adriana Hernández; FLORES, Cristina Corona (2018), "Guadalajara, refugio de migrantes centroamericanos." *Revista Iberoamericana de las Ciencias Sociales y Humanísticas - RICSH*, vol. 7, n. 13, enero – junio 2018.

DURAND, Jorge (2008), *México país de tránsito*, Diario La Jornada. Disponible en: https://www.jornada.com.mx/2008/08/31/index.php?section=politica&article=019a1pol. Acceso en: 27 de enero de 2020.

GONZÁLEZ, Gonzalo Carrasco (2018), "La migración centroamericana en su tránsito por México hacia los Estados Unidos", *Alegatos*, vol. 27, n. 83. Disponible en: http://alegatos.azc.uam.mx/index.php/ra/article/view/187/169. Acceso en: 27 de enero de 2020.

HERNÁNDEZ LÓPEZ, Rafael Alonso; PORRAZ GÓMEZ, Iván Francisco; MORANTE AGUIRRE, Mariana. (2019). "Refronterización de la migración en tránsito por México. El caso de las migraciones centroamericanas por la Zona Metropolitana de Guadalajara." *Estudios fronterizos*, vol. *20*, e032, octubre 2019. Disponible en: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S0187--69612019000100111&script=sci_abstract. Acceso en: 15 de junio de 2020.

HIGAREDA, Diana; PERALTA, Montserrat (2018), "Secuestros azotan a migrantes de Centroamérica", *El Universal*. Disponible en: https://www.eluniversal.com.mx/nacion/sociedad/secuestros-azotan-migrantes-de-centroamerica. Acceso en: 22 de junio de 2020.

HUERTA, Amarela Varela; MCLEAN, Lisa. Caravanas de migrantes en México: nueva forma de autodefensa y transmigración. Revista CIDOB d'AfersInternacionals, 2019, p. 163-185

IZCARA PALACIOS, Simón Pedro (2016), "Violencia postestructural: migrantes centroamericanos y cárteles de la droga en México." *Revista de Estudios Sociales*, Bogotá, n. 56, p.12-25, junio 2016.

KNIPPEN, José; BOGGS, Clay; MEYER, Maureen (2015), *UN CAMINO INCIERTO. Justicia para delitos y violaciones a los derechos humanos contra personas migrantes y refugiadas en México.* Disponible en: https://www.

wola.org/wp-content/uploads/2015/11/Un-camino-incierto_Nov2015.pdf. Acceso en: 27 de enero de 2020.

MENJIVAR, Cecilia; ABREGO, Leisy (2012). "Legal violence: Immigration-law and thelives of Central American immigrants." *American Journal of Sociology* , vol. 117, n. 5, p.1380-1421, marzo 2012.

MÉXICO (2015), *México en la encrucijada: implicaciones internas e internacionales de la migración.* Centro de estudios internacionales Gilberto Bosques del Senado de la Republica. Disponible en: https://www.senado.gob.mx/BMO/index_htm_files/Mexico_encrucijada_distribucion.pdf. Acceso en: 29 de enero de 2020.

MOVIMIENTO MIGRANTE MESOAMERICANO (2016), *Mujeres migrantes en tránsito por México.* Disponible en: https://movimientomigrantemesoamericano.org/2016/03/09/mujeres-migrantes-en-transito-por-mexico/. Acceso en: 27 de enero de 2020.

RED DE DOCUMENTACIÓN DE LAS ORGANIZACIONES DEFENSORAS DE MIGRANTES - REDODEM (2017), *El Estado indolente: recuento de la violencia en las rutas migratorias y perfiles de movilidad en México*, Ciudad de México, Informe 2017. Disponible en: http://redodem.org/wp-content/uploads/2019/07/Informe-Redodem-2017.pdf. Acceso en: 15 de junio de 2020.

SANTIAGO, Jaime Ruiz de (1993), El Derecho Internacional de los Refugiados en su relación con los Derechos Humanos y en su evolución histórica. En: BARRENNE, Jeannette Irigoin. (Org.). *Derecho Internacional de los Refugiados.* Santiago de Chile: Instituto de Estudios Internacionales de la Universidad de Chile.

ULTRERAS, Pedro (2012), *La bestia: la tragedia de migrantes centroamericanos en México*. Estados Unidos de América: HispanicInstitute of Social Issues.

Submetido em 30 de janeiro 2020
Aprovado em 03 de maio 2020

Licenciado sob uma Licença Creative Commons Attribution 3.0

DOI: http://dx.doi.org/10.20336/rbs.563

REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

Brazilian Foreign Policy for Immigrants and Refugees: New Concepts and Ethical Issues

Política Externa Migratória Brasileira: Novos Conceitos e Questões Éticas

Roberto Rodolfo Georg Uebel*

ABSTRACT

In the last decades, Brazil has received about 2,1 million immigrants, according to the Federal Police. In this contingency, migration flows from Latin America, Caribbean and West African coast can be highlighted, represented respectively by Haitians, Cubans, Venezuelans, Bolivians, Senegalese and Ghanaians.Thus, this paper will discuss the role of Brazilian Foreign Policy, as a legal tool to coordinate Brazil's immigration agenda and it aims to present the possibilities of the practical application of public policies for immigrants and refugees in the country based on the ethical challenges encountered by the Brazilian State and by the immigrants themselves, vis-à-vis to the foregoing context. Also, the paper will also present a brief immigration overview of Brazil, as well as launching for debate the concept of Brazilian Foreign Policy for Migrants and Refugees and its ethical challenges and delimitations in the Brazilian migration governance.

Keywords: Ethics; International Migration; Brazil.

* Doutor em Estudos Estratégicos Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, professor do Curso de Graduação em Relações Internacionais da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM-POA). E-mail: roberto.uebel@espm.br.

RESUMO

Nas últimas décadas, o Brasil recebeu cerca de 2,1 milhões de imigrantes, de acordo com a Polícia Federal. Neste cômputo, os fluxos migratórios da América Latina, Caribe e costa oeste da África se destacaram, representados respectivamente pelos haitianos, cubanos, venezuelanos, bolivianos, senegaleses e ganeses. Deste modo, este artigo discutirá o papel da Política Externa Brasileira, como uma ferramenta legal de coordenação da agenda imigratória do Brasil e tem como objetivo apresentar as possibilidades de aplicação prática de políticas públicas para imigrantes e refugiados no país baseada nos desafios éticos encontrados pelo Estado brasileiro e pelos próprios imigrantes dado o cenário corrente. O artigo apresentará também um breve panorama imigratório do Brasil, bem como lançará para debate o conceito de Política Externa Migratória Brasileira e seus desafios éticos e delimitações na governança migratória brasileira.
Palavras-chave: Ética; Migrações Internacionais; Brasil.

Introduction

Human mobility has always been a subject of studies and debates in the most varied aspects of modern science. While anthropologists devote themselves to investigate transcontinental migration causes, demographers analyse their population aspects, sociologists face the issues between being a migrant and the host society, psychologists observe the impacts on the mental health from the act of migrate and political scientists, geographers and internationalists estimate the political, territorial and international repercussions of migration.

However, over the last three decades with the advent of the technical-scientific informational globalization (SANTOS, 2017), which allowed the free circulation of capital, goods and information itself, but placed obstacles to human mobility-free, the ethical aspect of international migration has appeared most frequently in the collective, media, political and academic debate.

The migrant crisis in the Middle East and in the Mediterranean, of the Rohingya people and, more recently of the Venezuelans, have drawn social attention to the ethical treatment of migrants through the state, governments, international organizations and, ultimately, the most important one, through the civil society itself.

In this context, Brazil, the country that has received the most part of immigrants in South America in the last two decades (UEBEL, 2017), has

not remained immune to discussions about the ethical parameters brought about by the migration of Latin Americans and Caribbean People and West Africans, the main groups of new immigrants, represented by Bolivians, Venezuelans, Haitians, Cubans and Senegalese.It is also worth noting the intense migration flow of Syrians to Brazil in the last three decades, due to the Civil War that takes place in Syria. Despite this article addressing economic migration, we cannot forget the contingent of asylum seekers and Syrian refugees in Brazil in recent years, which also imply ethical issues.

With changes in governmental and political agendas, transfigured into a polarization from a Centre-left progressive camp to a Far-right nationalist policy, the country included in its political agenda the migration issue, including its ethical dimension.

With that being said, this paper, which is divided into two sections, in addition to this Introduction and Conclusion, will address, through a bibliographic, documental, exploratory and qualitative research methodology, the ethical challenges arising from the International Relations field for discussion of international migration in the plan of the Brazilian Foreign Policy for Immigrants and Refugees, object of the doctoral thesis of the author. Thus, the first section will discuss the theoretical issues, presenting a brief immigration panorama in Brazil, a summary of the Brazilian Foreign Policy for Migrants and Refugees – concept proposed by the author –, the ethical challenges and the contemporary International Relations, and finally, the government institutional agenda, which will also be discussed in the second section, as a practical application of the present research object.

1. Theoretical Questions

In order to shed light on the theoretical debate about the international migrations to Brazil in the last two decades, vis-à-vis the ethical dimensions, it will be presented in the following four subsections a synthesis about 1) Brazil's immigration overview; 2)The Brazilian Foreign Policy for Migrants and Refugees;3) Ethical Challenges and Contemporary International Relations; and 4) The governmental institutional agenda as a path to practical application. These questions will be confronted in the next section with the objective to provide ethical application of the research problem in discussion.

1.1 Brazil's Migration Overview

Brazil's social, economic and cultural formation is the result of a multi-ethnic migration and it permeates the whole history of the country, from the colonial period of Portuguese exploitation to the present day, when the thirty years of national re-democratization are celebrated.

In the early days of Portuguese colonial exploitation, the immigration to Brazil took place in an ordered way, first by the Portuguese themselves, followed by the Spanish, and later through colonial invasions of the Dutch in the Northeast and the French in the Southeast region, especially in Rio de Janeiro State. Added to these flows of European, the slavery of black Africans, considered by some authors a forced migration through the institutionalized trafficking by the Kingdom of Portugal itself and later by the Empire of Brazil, led to the formation of a mixed Brazilian society -including the indigenous peoples –, multi-ethnic and multicultural (HOLANDA, 2012).

The first ethical dilemmas of immigration in Brazil – which will be discussed later – arise in this context of colonialism, and will be aggravated after independence in 1822 and with the Proclamation of the Republic in 1889, when immigration of Germans, Italians, Spanish and Japanese becomes a Federal Government program, designed to incorporate this workforce into the South-eastern coffee economy and settlement of the South, Midwest and North borders regions of the country.

From the World War 1 onwards and with the establishment of Getulio Vargas' *Estado Novo*(New State) dictatorship(SEYFERTH, 1999), immigration flows started being controlled by the state apparatus, i.e., the new immigrants such as Syrian-Lebanese, Swiss, Chinese and Koreans, among other nationalities, would become Brazil's new type of immigration: war refugees and builders of the final stage of Brazilian multicultural society.

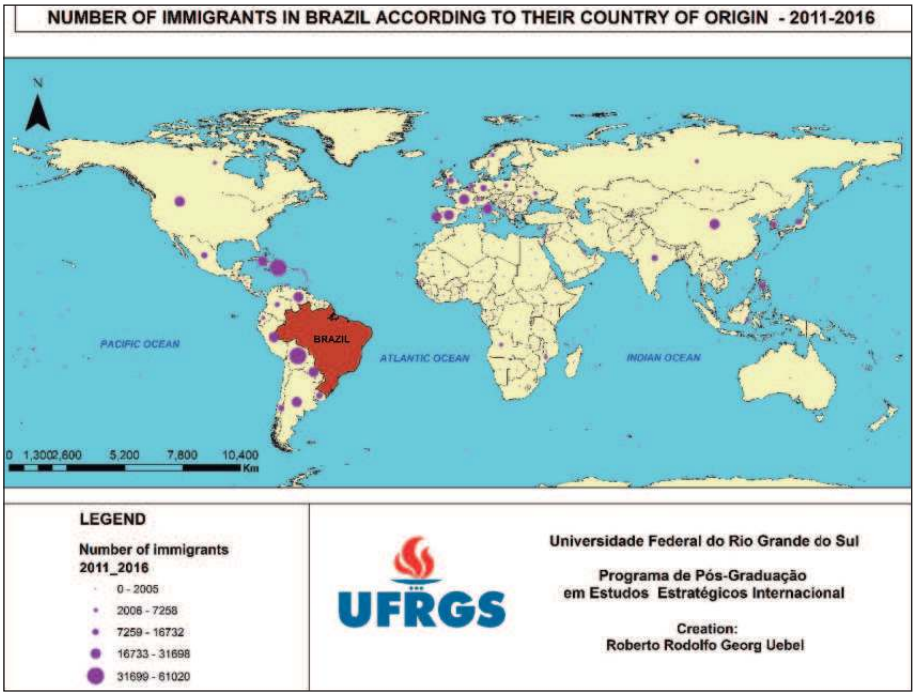
After a period of almost half a century, due to the civil-military dictatorship implemented by the coup d'état in 1964, which ended in 1985, international migrations started the resumption of the flow to Brazil, initially with citizens from Mercosur countries in the 1990s, followed by the Bolivians in the 2000s, and the new flows from Haiti and West African Coast, especially Senegal and Ghana in the 2010s.

The economic boom experienced by Brazil from the neo-developmentalist government agenda since 2003 has opened space for new job positions not fil-

led by Brazilians in the labour market and which, coupled with the country's strategic insertion in the Global South, has attracted immigrants from distant regions such as Bangladesh, India e Philippines and neighbours too, such as Cuba and Venezuela (in this case, most immigrants sought refuge and political asylum)and not just the traditional Brazil's immigration profiles.

That being said,Brazil's immigration profile today shows, according to the Federal Police data, the official migration authority, about 2,1 million immigrants in regular situation, besides others 500,000 undocumented migrants, according to the map in Figure 1, from Latin America and Caribbean, Western Europe, west coast of Africa and Southeast Asia.As mentioned in the introduction to this article, the immigration flow of the Syrians is also considerable, since they are the largest group of asylum seekers and refugees in the country who are from outside the continent.

Figure 1 – Map of the number of immigrants in Brazil by country of origin – 2011/2016



Source: Uebel (2018).

1.2 Brazilian Foreign Policy for Migrants and Refugees

To understand how the international migrations to Brazil were motivated in the last two decades, it is necessary to discuss the role of the strategic insertion of the country in the migrants' countries of origin, that is, the re-orientation of the Brazilian Foreign Policy towards the Latin America and Africa (HIRST; LIMA; PINHEIRO, 2010), namely, in this case, the countries of its west coast and the Luso-African states,called PALOP.

Starting from an "active and haughty" foreign policy agenda, a term coined by the then chancellor Amorim (AMORIM, 2017),the Brazilian government, from the Lula da Silva's administration until the beginning of the second Rousseff government, was based on some global themes which, according to their own interpretation, would elevate Brazil to a definite dreamt seat on the United Nations Security Council.

In this context, the Ministry of Foreign Affairs – Itamaraty – has prioritized topics that are important to the ethics to the very ethics of the contemporary international relations, such as humanitarian and peace missions, the fight against hunger and misery, gender equality, climate changes, eradication of child labour and analogous to slavery and, last but not least, international migrations.

Being the formulator of the Brazilian Foreign Policy for Migrants and Refugees, with full endorsement of the president of the Republic and with the minimal participation of some congressmen and civil society itself, Itamaraty drew the foundations of what Uebel (2018) identified as "Brazilian Foreign Policy for Migrants and Refugees", or that is, Brazil's foreign policy agenda for immigrants and refugees, which, to some extent, entitles the present paper.

Brazilian Foreign Policy for Migrants and Refugees(*Política Externa Migratória Brasileira*) – or PEXMB – differs from the national immigration policies from other countries such as Canada, Australia and Argentina, for example, as it is not an independent and exclusive national public policy for immigrants and refugees (MOREIRA, 2015), but rather a Brazilian foreign policy sub-agenda for these groups, with specific contributions from other federal agencies such as the Federal Police, the Brazilian Institute of Geography and Statistics, the National Immigration Council (CNIg) and the National Refugee Committee(CONARE), as well as sporadic participation of the Ministries of Economy, Justice and Health.

Exposed that, it is possible to state that the entire Brazilian governmental agenda abroad was supported by an ethical axis, that is, a humanitarian bias, but with a practical objective already mentioned and that, after all, has sought to raise Brazil to a position of equal weight with the other major global powers, such as the United States, Russia, and China, not necessarily those that most respected the international ethics especially in the field of migration, our subject of discussion.

As part of PEXMB, which eventually influenced the Latin American and West African migrations to Brazil, it is possible to mention a number of strategic insertions and actions promoting the country abroad, such as: participation and leadership in humanitarian and peacekeeping missions in Haiti and in the African countries;granting scholarships and research fellowships through programs targeting Latin America and Africa, such as PEC-G and PEC-PG; technical, educational, cultural and sports cooperation agreements, that led to an increase of exchange of potential immigrants to Brazil; immigration subsidized by the *Mais Médicos*(More Doctors) Program; Brazil's positive imagery created by major world sporting events, such as the 2014 Football World Cup and the 2016 Olympics and Paralympics, with their respective visa waiver for tourists, where many immigrants entered Brazil using this way.

It is precisely from this strategic insertion and the specific programs mentioned before that was identified the first ethical issues involving migrants and the Brazilian State in our research: after all, these were projects developed by the Brazilian government to leverage its international projection, serving a purpose of launching the country as a global power, however, the repercussions brought a significant increase in immigration flows, absorbed at first by the job offer and, subsequently, rejected due to the worsening of political, economic and social crisis in Brazil from 2014 to 2019.

It is noteworthy, therefore, that the previously desired immigrant, became in a short period of time, what we call hyperdynamization of migrations, an unwanted social actor and bearer of all dissatisfactions of Brazilian society, which start realizing an increase in unemployment, social inequality and in civil-collective discouragement. Obviously, the new 2,1 million immigrants were not responsible for the Brazilian crisis, but they served as a speech for social dissatisfaction and a target of the Far-right political opposition, which was victorious in the 2018 elections.

That being said, it is notable to observe that the contemporary immigration in Brazil, as a result of a federal and state policy, that is, the Brazilian Foreign Policy itself, has become an object of political and electoral discussion. This objectification resulted in episodes of effective xenophobia and persecution of immigrants, as depicted in Figure 2, with an unprecedented anti-immigration march, something that raise questions towards the ethical treatment of migrations by the Brazilian state and its government and that will be discussed in the next subsection.

Figure 2 – March against the new Immigration Law in SãoPaulo, on May16, 2017



Source: Cris Faga/Fox Press Photo/Folhapress/ Veja Magazine.

1.3 Ethical Challenges and Contemporary International Relations

In the field of International Relations, whether as a subarea of Political Science, or a process of interaction between the different international actors, the ethical dilemma has always been present, from the first schools of idealistic and realistic thought to contemporary, postmodern, critical and constructivist theories (SARFATI, 2005).

Regarding the international migration, the discussion arising from the decolonial and post-colonial and post-positivist theories has allowed the

inclusion of the human mobility issue not only in the academic debates, but also in the work agenda of international organizations such as the United Nations itself and its specific agencies: United Nations High-Commissioner for Refugees (UNHCR) and the International Organization for Migration (IOM).

Having said that, the issue of the governmental and therefore state treatment of migration has reached a relevant ethical step in the International System and endorsed by international organizations, in other words, commitments have been established among states to ensure the dignity of migrants and refugees by its underwriters, although in practice reality is noticeable distinct from less developed countries, such as Bangladesh and the Rohingya People, to countries considered to have high Human Development Index, such as the United States and its severe anti-immigration policy against Latin Americans, which today is even materialized in border walls (THOMPSON, 2017).

In this regard, at least three international legal documents stand as guarantors of a minimal ethical and humanitarian treatment of migration, obliging signatory states to a series of protocols and standards, namely: The United Nations Convention on The Status of the Refugee – also known as the 1951 Geneva Convention –, the 1984 Cartagena Declaration on Refugees, and more recently, the 2018 Global Compact for Safe, Ordered and Regular Migration.

These three international legal landmarks allowed the migration issue to be treated by the states and governments through an ethical-normative prism until then inexistent, which entails, in the addition to the agreed obligations, a link between the domestic policies and a range of issues, such as social security,labour rights, access to public education and universal mental health, gender equality treatment,family reunification, human trafficking combat and unaccompanied child migration, etc.

The reflexes resulting from the incorporation of these themes considered ethical are also linked, according to Sassen (2007), to other contemporary International Relations topics, such as neo-colonialism, the securitization of borders, the statelessness issue and the diplomatic relations between nation-states. This way, the author draws attention to what it is described as "linking mechanisms" between different agendas of a national government in light of the key actor that is the international immigrant.

Thus, it is possible to understand that the ethical challenges arising from international migrations are intertwined with the of the receiving state's own internal ethical demands, something that we will see later in the case of Brazil. After all, free and universal access to security, education, health, housing and welfare is a demand of both migrants and national citizens, so it is, as the name itself says, universal.

It is in the question of the universality of rights, guarantees and benefits where the main differentiators of the migration ethical questions are found, which are presented through xenophobia and its multiple aspects – social, institutional, governmental and media –, securitization of the borders, criminalization of migrations and the effervescence of nationalist, separatist and supremacist movements in both hemispheres. This is best represented when we analyse the main agendas of Far-right political parties in countries such as Germany, France, and the Netherlands, in the European case, and in the conservative party groups from countries formed by migrants, such as the United States, Canada, Brazil and Argentina.

To conclude this section, this paper resumes the work of Cardoso and Faletto(1979), who by mentioning the process of dependence and development in Latin America invoke the dual character of migration to Latin America countries: sometimes considering the immigrant as a labour force, useful, pioneering and formative of the nation-states, sometimes considering the migrant an undesirable individual, bearer of all the ills of the underdeveloped world and a threat of national and sovereignty security, the jobs of the national citizens and democracy itself, something that, we see as cyclical according to the economic *momentum* under analysis. In the case of Brazil, it will not be different.

The dependence relations diagnosed by the two authors (CARDOSO; FALETTO, 1979) imply in our analysis a crucial role in the development of international migrations internally in Latin America and, more specifically, in Brazil.The immigrant workforce in Brazil has in its dualities a dependence on the country's own performance in Latin America. The immigrant is not seen, at least nowadays, as a driving force for development, except in very exceptional scenarios, being characterized by other names, such as expatriates, for example.The interesting and shifting point, which we highlight here, is that these perceptions have come to be adopted even institutionally, reflecting, in one way or another, in Brazil's migration policy and in public policies that reach migrants and refugees.

In the next subsection, therefore, it will be seen how the institutional agenda in Brazil is translated and a path to a practical application of the ethical treatment of migrations. It will be presented innovations brought by the new Immigration Law in force since2017, and the remaining legal and political issues of the extinct Foreigner Statute, redrawn in the anti-immigration speech of the Jair Bolsonaro's current government.

1.4 Governmental Institutional Agenda: A Road to a Practical Application

As observed in the previous section, the ethical treatment of international migrations is protected by interstate agreements, which allow for a minimum dignified and humanitarian treatment of human mobility, although in its practical application, object of this subsection, there is a distance, many times intentional and arbitrary, from the agreed cause.

In the case of Brazil, since 1980, therefore, still under the civil-military dictatorship, which began in 1964, the then Foreigners Statute was in force, which perceived the foreigners – there are only two mentions to the word immigrant in that legal text – as elements of potential threat to national security and sovereignty, especially in the labour field, and provided for a series of restrictions on immigration and refugee status itself, in full discussion at the time, due to the high flows of asylum seekers from the Union of Soviet Socialist Republics and its satellite republics[1], such as East Germany, and from the exiles themselves from the Latin American dictatorial republics, including Brazil.

With the re-democratization of the country from 1985 on, which culminated with the promulgation of the new Federal Constitution in 1988 and the first direct elections in 1989, the Foreigners Statute lost practical applicability in favour of successive normative instructions from CNIg and CONARE, under the endorsement of the Ministry of Justice and supervision of the Federal Public Prosecution Service, and to a large extent was suspended by the new Refugee Law in 1997, considered one of the most modern refugee laws in the world.

1 Still at a time of great global tension due to the Cold War, migration flows from countries in the socialist bloc were perceived with caution by governments aligned with the United States, such as Brazil. In one of his chapters on West-East movements, Lowe (2005) discusses these issues.

However, it was only after 37 years of validity that the Foreigners Statute was promulgated and replaced by the new Immigration Law, which began in Lula da Silva's administration, survived the political and parliamentary instability of the Rousseff governments and was finally promulgated in the government of Michel Temer, whose chancellor, Aloysio Nunes Ferreira, was one of the main authors of the bill that became Law n.º 13.445/2017.

In force since 2017, the new Immigration Law in Brazil has consolidated, although suffering some presidential vetoes directed by the military cabinet[2], a series of guarantees of rights to the new migrants, in addition to establishing the obligations of the Brazilian state, giving amnesty to immigrants in irregular situation and defining the guidelines of what was advocated as "Brazilian immigration policy", but in reality, it has not advanced beyond a governmental institutional agenda.

This government institutional agenda, which is called Brazilian Foreign Policy for Migrants and Refugees, presents as possibilities of practical application, a series of governmental programs based on the paternalist character of the Brazilian State, that is, top-down initiatives, however, with increasing participation of civil society actors, including immigrants and refugees themselves.

Among these possibilities of practical applications, it is necessary to draw attention to three examples, in which the ethical dimension can be perceived: a) the regional and national conferences on migration and refuge; b) the permanent human mobility forums; e c) immigrant collectives and associations, which until the promulgation of the new law in 2017, were considered illegal – to this day, foreign citizens, including immigrants, living legally in Brazil cannot vote or join political parties.

In the three cases mentioned above, Tedesco e Vanin (2018) find a similarity of institutional participation; the Brazilian state does not present itself directly through government agencies, but it is represented by state entities or public civil society organizations, such as trade unions, religious ministries, NGOs, business associations and professional councils. Non-executive state institutions, such as the Labour Public Prosecution Service, Attorney's

2 Invoking issues of security and national sovereignty, the military suggested vetoing some articles of the new Immigration Law. At the time, the Brazilian press reported this influence, as Araújo and Monteiro (2017) wrote.

office and the Legislative committee commissions were the only representatives of the Public Power in these conferences.

Such scene points to a complex system of immigrant protection Brazil that is not led by the municipal, state and much less federal governments, but rather by state institutions, which became representatives, responsible and, often, intermediaries of migrants next to the Executive Branch, which advocates an ethical-legal question about the role of each state actor in the migration field.

The way forward for the practical application regarding this ethical challenge and arising from the possibilities of the new Migration Law stems, therefore, from the gaps of the Brazilian State in the attention of migrations. In short: the reason of xenophobic episodes against Senegalese, Haitians and Venezuelans to happen, it is because the state is not present in public security; IfBolivian and Syrian children are not enrolled in public schools, it is because the state is not present in education; If Cuban and Angolans fail to register with the Professional Councils, it is because the state is not obeying the constitutional principle of the efficiency of public affairs.

In this sense, the next section, which aimed at the practical application of the research problem, will point out how the Government Institutional Agenda can be accomplished and positivized in a context of new migration legislation and disconnection of the Executive Branch – or the State in general– to the demands of immigrants and refugees vis-à-vis the very economic, political and social scenario of contemporary Brazil.

2. Practical Application

The Brazilian Dictionary of the Portuguese Language (2019) presents two Luso-Brazilian definitions for the word ethics, namely: a) The branch of philosophy that aims to reflect on the essence of principles, values and fundamental problems of morals, such as the purpose and the meaning of human life, the nature of good and evil, the fundamentals of the obligation and duty, based on norms considered universally valid and that guide human behaviour; and b) Set of principles, values and moral standards and conduct of an individual, social group or society.

Therefore, it is possible to admit that a practical application of the ethical element in the research problem invokes a state conduct, in addition, the

social and collective conduct is also necessary when migration issues in contemporary Brazil are considered. When an immigrant from a peripheral country seeks care at health or seeks regularization of their work documents and such services are denied by the Brazilian state, the ethical conditions described above arise.

What solution is presented through this practical application? The answer is obtained from two examples from recent Brazilian history. First, with regard to the Native peoples, protected by Federal Constitution of 1988, who have series of guarantees and rights in the most diverse fields of the State, especially in the professional field and integration with urban areas. The National Indigenous Foundation, a state-governmental agency in 1967 and linked to the Ministry of Justice and Public Security[3], acts directly in the elaboration and conduction of the public policies for the Native Peoples.

The second, more recent example, is the policies of racial equality promoted since the government of Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) which deal with a variety of themes that aim to include Afro-Brazilians in the Brazilian society, especially in the higher education, in the labour market and in the public service, and the culmination of which was the Special Secretariat for Policies to Promote Racial Equality, which had ministerial status in administrations of Lula da Silva and Dilma Rousseff .

These two examples summarize the argument that the approach to migration in Brazil should be done in the format top-down, since, as in the case of indigenous peoples and the Afro-Brazilians, a process of re-education of Brazilian society about the role and presence of immigrant communities in the country, including the historical rescue of Brazil's social formation, which is mostly mixed and multi-ethnic.

The collective awareness promoted through public agendas of Brazilian government and other government spheres –states and cities – also serves as one of the main pillars in 2018 Global Compact for Safe, Ordered and Regular Migration, which foresees not only integration and inclusion of immigrants and refugees in host societies, but also their social aggregation,

3 The National Indigenous Foundation has been part of several ministerial structures since the re-democratization, having its responsibilities initially divided, under the government of Jair Bolsonaro, between the Ministry of Justice and Public Security and the Ministry of Women, Family and Human Rights. In the past, it has always been linked to the Human Rights office.

i.e., the cultural approximation, traditions, rights and guarantees between national citizens and the newly arrived foreigners .

It is possible to find scenarios in which social aggregation promoted by a national migration policy or agenda has led to successes, such as Canada, in the Northern Hemisphere, and Uruguay itself, Brazil's border neighbour, where an advanced approach is underway, among immigrants – many are from the same groups that migrated to Brazil in the last two decades – and the national society.

In the case of Brazil, the practical application of ethical treatment also involves reviewing the treatment of migration and governmental authorities, such as agents of the Federal Police and Labour Ministry(now Ministry of Economy), when dealing directly with immigrants and refugees, since there are reports of differentiated treatment of foreigners from central countries to the detriment of those from peripheral countries.

In addition, it is necessary to draw attention to one of the main ethical challenges, which could turn into a possibility of social aggregation in the future, which is the press's approach to immigrants and refugees, commonly portrayed through media sensationalism and in inappropriate language, as if they were illegal or clandestine individuals. In recent years, the Brazilian press has given much attention to the migration flows, however, with a background of poverty, violence and social vulnerability, instead of presenting positive possibilities for the reception of immigrants from countries with a cultural, ethnic and social plurality so diverse from Brazil, in order to build a multicultural country and open to globalization, as advocated in its own Foreign Policy.

In conclusion, it was identified in the extinct figure of National Conference on Migration and Refuge (1stCOMIGRAR), held in 2014, a retake possibility of the practical application of ethical treatment to immigrants and refugees, since it was an event that brought together more than two hundred governmental institutions, state-owned and non-governmental organizations, churches, academia, trade unions and immigrant associations, and outlined a National Immigration Strategy, represented by the National Books of Proposals, which advocated a hundred public policies, agendas and practical applications for the social aggregation of migrants in Brazil.

Conclusion

This paper was an attempt to present a panorama of international migration in Brazil, as well as a concept of Brazilian Foreign Policy for Migrants and Refugees, i.e., the agenda for Migration from the foreign policy promoted by the Ministry of Foreign Affairs, one of the departments of the Executive Branch i.e., the Federal Government.

The socio-historical processes of migrations to Brazil also made it possible to identify a dual character assumed or portrayed by migrants already established in Brazilian territory, conditioned to their countries of origin and to the institutional view of the Brazilian government vis-à-vis those countries.

It was also promoted a discussion about the ethical challenges surrounding the country's Immigration issue, such as episodes of social, institutional and governmental xenophobia, and the difficulties created by the Brazilian state itself for the inclusion, integration and social aggregation of immigrants and refugees in the country, that is also a signatory of international agreements and pacts that advocate the ethical and humanitarian treatment of these groups.

Despite the current governmental agenda of not including migration ethics, the re-creation of the Ministry of Women, Family and Human Rights could try some possibility of practical application of state ethical treatment of immigrants and refugees, as seen in section 2.

Thus, once again it is reiterated the importance of the top-down collective construction to: a) a re-education and e re-awareness of Brazilian society regarding the migration issue; b) The advancement of municipal and state public policies for immigrants and refugees; c) Adequacy of the Brazilian State to the international agreements mentioned at the beginning of the text, notably of those of Geneva, Cartagena e Marrakesh.

Just as the countries of the Northern Hemisphere faced the migration issue, either through crisis or through readjustment of national or regional legislation (as in the case of European Union), Brazil today faces the same issue, however, with a high burden of ethical dimensions and which is supported by the wishes of the civil society and the blocs of which is part such as MERCOSUR and the Organization of the American States.

As innovative points of this research, we highlight the role assumed both

by the Brazilian government, and by its specific structure of the Ministry of Foreign Affairs, during the analysed period, as protagonists in the elaboration of immigration and refuge agendas. Until then, these issues always appeared fragmented in different governmental and political structures.

In summary, for the Brazilian State to address the international immigration topic in the country, with an ethical bias, in addition to putting into effect the new 2017 Immigration Law, it will be necessary a process of reconstruction of interrupted agendas in recent years and linked to reorientation of speeches and practices of government agencies, the press and the society itself. These are the main ethical, institutional and political challenges to be faced by Brazilian institutions, however, the positive examples border the country's history as presented in this paper, including the possibility of immediate application.

References

AMORIM, Celso. (2017), Acting Globally: Memoirs of Brazil's Assertive Foreign Policy.Lanham: Hamilton Books.

ARAÚJO, Carla; MONTEIRO, Tânia. Temer sanciona Lei da Migração com diversos vetos. 2017. Disponível em: https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,temer-sanciona-lei-da-migracao-com-diversos-vetos,70001812512. Acessoem: 22 abr. 2020.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. (1979), Dependency and Development in Latin America.Berkeley: UniversityofCalifornia Press.

HIRST, Monica; LIMA, Maria Regina Soares de; PINHEIRO, Leticia. (2010), "A política externa brasileira em tempos de novos horizontes e desafios". Nueva Sociedad, número especial, pp. 22-41.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (2012),Roots ofBrazil.Notre Dame: University of Notre Dame Press.

LOWE, Norman (2005), Mastering Modern World History.London: Palgrave Macmillan.

MOREIRA, Julia Bertino. (2015), "Política Externa e Refugiados no Brasil: uma análise sobre o governo Lula (2003-2010)". Carta Internacional, v. 10, n. 3, pp. 133-151.

SANTOS, Milton. (2017),Toward an Other Globalization: From the Single Thought to Universal Conscience.Cham: Springer.

SARFATI, Gilberto. (2005),Teorias de relações internacionais. São Paulo: Saraiva.

SASSEN, Saskia. (2007), A Sociology of Globalization. Nova York: W. W. Norton & Company.

SEYFERTH, Giralda. (1999),"Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo". In: PANDOLFI, Dulce (Ed.). Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas.

THOMPSON, Charles D., Jr. (2017),Border Odyssey: Travels along the U.S./ Mexico Divide. Austin: University of Texas Press.

UEBEL, Roberto Rodolfo Georg. (2017),"International Migrations to Brazil in the 21st Century: Profile, Outlook and Trends". PopulationReview, v. 56, n. 1, pp.68-101.

UEBEL, Roberto Rodolfo Georg. (2018),Política Externa Migratória Brasileira: das Migrações de Perspectiva à Hiperdinamização das Migrações durante os Governos Lula da Silva e Dilma Rousseff. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Submetido em 30 de dezembro de 2019
Aprovado em 04 de maio de 2020

Licenciado sob uma Licença Creative Commons Attribution 3.0

DOI: http://dx.doi.org/10.20336/rbs.581

REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

Migrações internacionais contemporâneas e crise de refugiados no arco noroeste do Brasil: o caso do acolhimento de venezuelanos pelo estado de Roraima (2018 – 2019)

Contemporary international migration and refugee crisis in the northwestern arch of Brazil: the case of the reception of venezuelans by the state of Roraima (2018 - 2019)

Érica Sarmiento da Silva*
Fernando da Silva Rodrigues**

RESUMO

Neste artigo, tem-se por objetivo analisar o fluxo de migrações internacionais no contexto da crise de refugiados venezuelanos no arco noroeste do Brasil, mais especificamente no estado de Roraima. Mais do que a simples entrada de venezuelanos, investiga-se a capacidade do Brasil para acolher os pedidos de asilo que recebeu nos anos de 2018 e 2019, bem como as políticas e ações então desenvolvidas. Diante desta conjuntura, o Estado brasileiro adotou medidas que demandaram solidariedade, união e trabalho interagências estatais e não estatais, nas ações de controle das migrações, realocação dos que pediram asilo, e reinstalação de pessoas necessitadas. Como uma operação de guerra, foi montada uma estrutura logística militar para acolher os venezuelanos em território brasileiro.

Palavras-chave: Venezuela; Migração; Refugiados; Fronteiras; Operação Acolhida.

* Doutora em História pela Universidade de Santiago de Compostela, professora adjunta de História de América da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), coordenadora do Laboratório de Estudos de imigração (LABIMI/UERJ), bolsista de Produtividade em Pesquisa 2 CNPQ e Pesquisadora Jovem Cientista do Nosso Estado FAPERJ. E-mail: erisarmiento@gmail.com

** Doutor em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), professor titular do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira e Pesquisador Jovem Cientista do Nosso Estado FAPERJ. E-mail: fernandoahex@gmail.com

ABSTRACT

This article aims to analyze the international migration flux in the context of the Venezuelan refugee crisis in the northwestern arch of Brazil in the state of Roraima. Beyond the Venezuelan entry, this work also analyses the Brazilian capacity to admit the asylum requests that the country received between the years of 2018 and 2019, as well as the policies and actions in this matter. In this scenario, the Brazilian state adopted some measures that demanded solidarity, union, and the inter-state and non-estate work in the actions that deals with migration control, reallocation of those who required for asylum, and the resettlement of people in need. As a war operation, a military logistic was set up to welcome the Venezuelan in Brazilian´s territory.
Keywords: Venezuela; Migration; Refugees; Boundaries and "Operação Acolhida".

Introdução

Na América Latina, o drama das migrações forçadas no século XXI tem suscitado intensos debates e ações nas políticas governamentais, em organizações civis, nos órgãos de apoio humanitário e, também, nos espaços acadêmicos. Para a bibliografia atual que analisa o fenômeno das migrações forçadas, elas representam um tipo particular de deslocamento, que reúne características singulares no conjunto dos movimentos populacionais. As migrações ocorrem em meio a complexas situações, vividas em sociedades marcadas por conflitos, guerras, desequilíbrios socioeconômicos, violência, pobreza, fome e exploração. E quando, em meio a tantas circunstâncias, se verificam perseguições contra indivíduos devido às suas ideias políticas, ou ainda por motivos de raça, religião, nacionalidade ou grupo social, eles passam a ser obrigados a deixar a própria pátria, famílias, bens e raízes, para buscar proteção e salvar a própria vida sob o abrigo de outros países que não os de sua nacionalidade ou residência habitual (MILESI, 2004).

Acerca das migrações forçadas, Coraza explica a sua especificidade:

> Sus características, asociadas a la violencia directa o potencial de ver peligrada la integridad física, moral o los medios de vida de los individuos, parejas, hijos o grupo de pertenencia, las hacen revestir cierta especificidad y diferenciación dentro de los mismos. De igual forma, otro de los elementos particulares es la inmediatez, la urgencia de la salida que no permite o, en todo caso, reduce al mínimo las posibilidades de elaborar un proyecto migratorio, revistiendo ese carácter de in-volun-

> tarias. Otro aspecto a destacar, es la sensación de trauma (derivados de la violencia y del despojo) y de paréntesis en el que la necesidad del retorno forma parte de los sentidos con que se dota a los exilios en la mayoría de los casos (CORAZA DE LOS SANTOS, 2014, p. 201).

As migrações forçadas não representam um fenômeno exclusivo do século XXI. A questão dos refugiados, por exemplo, entrou na pauta do Direito Internacional após a Primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa. Milhões de pessoas foram obrigadas a se deslocar devido aos conflitos bélicos, e o contexto passou a exigir um marco de legalidade (Jubilut e Madureira, 2014, p. 13). Do ponto de vista conceitual, é importante definir o que entendemos como migrante e refugiado. Segundo Lená Menezes de Medeiros (2019, p.315), o conceito de refugiado é de construção mais recente, e o conceito de migrações forçadas, de longa duração, guarda relação com a busca e proteção em outras terras, com a ocorrência de deslocamentos sucessivos na busca de um distanciamento maior dos perigos existentes na terra de origem.

De acordo com a Convenção da ONU de 1951, referente ao Estatuto dos Refugiados[1], e o Protocolo do Estatuto dos Refugiados de 1967[2], que foi amparado com base no direito internacional para dar legitimidade à proteção que buscavam, entendemos que os refugiados são pessoas que escaparam de conflitos armados ou perseguições por motivo de raça, sexo, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, atravessando fronteiras internacionais e que necessitam de asilo político em outro país, por conta da inviabilidade do seu retorno ao país de origem. A partir de 1967, os Estados independentes passaram a aplicar as cláusulas da Convenção de 1951 para todos os refugiados, sem limite de temporalidade ou espaço, e mais ainda, a Convenção definiu que nenhum país pode expulsar ou repatriar um refugiado contra a sua vontade para um Estado onde possa sofrer perseguição.

Com relação ao termo migrante, ele não é considerado sinônimo de refugiado, seu significado é mais abrangente, enquadrando tanto os migrantes como os refugiados. Os refugiados têm direito a proteção legal do Estado

1 Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados, de 1951. Disponível em: <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf>. Acesso em 30/12/2019.

2 Protocolo de 1967 Relativo ao Estatuto dos Refugiados. Disponível em: <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Protocolo_de_1967.pdf>. Acesso em 30/12/2019.

acolhedor, que deverá ser feito através de uma ação operacional adequada à situação. Para a ONU, o termo refugiado só poderá ser utilizado para as pessoas que fogem por motivo de perseguição, conflito ou guerra. Entende-se que o migrante não corre o risco imediato de vida e faz o trânsito entre países procurando condições melhores para se estabelecer. Como podemos perceber, a condição de refugiado é legitimada por institutos jurídicos internacionais de amplo alcance, com diretrizes mundiais definidas, reguladas pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), considerado como medida de caráter humanitário.

Entretanto, muitos tipos de migrações forçadas não se encontram protegidos pelo refúgio. Entendidos como pessoas que foram forçadas a deixar seu habitat natural, temporária ou permanentemente, em razão de uma determinada ruptura ambiental (cada vez mais presente em função das mudanças climáticas e de desastres naturais, sejam provocados ou não pela ação humana), que ameaçou sua existência ou afetou seriamente sua qualidade de vida. Também não se encontram protegidos pelo refúgio, muitas vezes, as vítimas de tráfico humano, que contam cada vez mais com normas protetivas internas e internacionais, mas seguem amiúde com dificuldade para garantir formas de permanecer em um país que não seja o seu ou o da origem do tráfico (JUBILUT E MADUREIRA, 2014, p. 17).

No Brasil, a definição de refugiado foi estabelecida por meio da Lei Nº 9474, de 22 de julho de 1997. O país, que é signatário da Convenção de 1951 (Estatuto do Refugiado), aderiu ao Protocolo de 1967, recebendo 28.848 refugiados, entre homens, mulheres e crianças que desembarcaram entre julho e dezembro de 1951 (Menezes, 2019, p. 317). Os dados e o histórico do Estado brasileiro demonstram a atenção do Brasil em relação aos problemas dos migrantes forçados. Segundo Lená Medeiros de Menezes (219, p.318), deve ser destacado que o Brasil foi um dos primeiros países a aceitar o reassentamento de famílias completas, com críticas dirigidas ao sistema de recrutamento que acabava por romper os vínculos familiares.

O posicionamento internacional do país, nos anos recentes, tem demonstrado maior maturidade da sua política de direitos humanos e da sua tradição de asilo. Dá-se, então, uma combinação entre a conhecida hospitalidade brasileira e a tradicional política pacifista do país, adequada aos tempos atuais de globalização. Dentro deste contexto, a Lei 9474/97, que define a implementação da Convenção de 1951 e incorpora outros ins-

trumentos fundamentais, como a Declaração de Cartagena[3], é sem dúvida um eloquente exemplo de boa prática que aporta uma normativa jurídica avançada e de ampla sensibilidade a respeito dos direitos dos refugiados (RAMIREZ, 2010, p.7).

Em 19 de dezembro de 1989, por meio do decreto presidencial nº 98.602, o Brasil aderiu plenamente à Declaração de Cartagena, o que permitiu ao país receber um fluxo maior de refugiados, independentemente da origem dessas pessoas. E, em 29 de julho de 1991, já na nova fase de estabilidade política, mas ainda com número muito pequeno de refugiados no Brasil, o Ministério da Justiça edita a portaria interministerial nº 394, com o dispositivo jurídico de proteção a refugiados, estabelecendo uma dinâmica processual para a solicitação e concessão de refúgio. A situação de pouca demanda persistiu até o final de 1992, quando começam a ingressar no Brasil, intensamente, refugiados de Angola, da República Democrática do Congo (ex-Zaire), da Libéria e da ex-Iugoslávia (BARRETO, 2010, p.18).

No século XXI, o Brasil tem sido o receptor de fluxos de refugiados advindos de vários países, como a Síria e a Venezuela. Segundo Renato Leão (2010), o Comitê Nacional para os Refugiados[4] (CONARE) utiliza os princípios normativos e doutrinários mais contemporâneos do Direito Internacional dos Refugiados em suas decisões. Agrega, ademais, um olhar crítico e fincado nas premissas da convergência das três vertentes da proteção internacional da pessoa humana (Direito dos Conflitos Armados, Direitos Humanos e Direito dos Refugiados). E, conforme esclarece ainda Leão (2010, p.95), não poderia ser diferente, já que essas três vertentes possuem a dignidade humana como núcleo comum.

No caso deste artigo, tentaremos analisar, de forma breve, o processo de acolhimento da imigração venezuelana na fronteira brasileira, que se tornou

3 Em 1984, um grupo de especialistas governamentais e reconhecidos juristas de diferentes países da América Latina reuniu-se na cidade colombiana de Cartagena das Índias para debater os problemas legais e humanitários que afetavam as pessoas em situação de refúgio naquela região. O resultado deste encontro foi a *"Declaração de Cartagena sobre Refugiados"*, que se tornou um exemplo de como a solidariedade e a cooperação internacional podem responder, de maneira efetiva, às diferentes situações de deslocamento forçado nas Américas. Ver ACNUR, publicado em: <https://www.acnur.org/cartagena30/pt-br/antecedentes-e-desafios/>. Acesso em 16/04/2020.

4 O Conare é um órgão colegiado, vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, que delibera sobre as solicitações de reconhecimento da condição de refugiado no Brasil. Suas competências e composição estão definidos no art. 12 da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997. Publicado em: <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/conare>. Acesso em 16/04/2020.

presença frequente em território brasileiro, após passar por condições quase sempre árduas e desumanas em sua "travessia". Uma das soluções para acolher a chegada de milhares de vítimas das migrações forçadas é a criação de zonas de desenvolvimento e bem-estar. Parte-se da premissa de que os migrantes são aliados do desenvolvimento, e, dessa forma, as migrações passam a ser vistas como uma atividade global, e não como um problema. As zonas fronteiriças se destacam como áreas de circulação cultural e, por isso, tornam-se um lugar privilegiado para a compreensão do fenômeno migratório internacional. A fronteira deve ser entendida com um lugar, um espaço vivenciado em comum pelas pessoas de uma comunidade fronteiriça em suas atividades cotidianas de trabalho, lazer, estudo, convívio familiar, negócios (VARGAS, 2017, p. 44).

Vale ressaltar, seguindo Frederik Barth (1976), que as fronteiras estatais marcam os limites das identidades territoriais politicamente independentes e que essas linhas de demarcação desempenham uma função constitutiva das identidades socialmente compartilhadas. No que concerne à compreensão do sentido de fronteira política, entende-se que o território está demarcado, administrativa e jurisdicionalmente, conformando o perímetro "nosso" e "o outro", mas, por outro lado, na história das migrações, as fronteiras são muito mais complexas e estão associadas a imagens ambivalentes:

> ... al alumbramento de una tierra de promisión y al escenario de no pocas trágicas historias personales. Frontera y nueva vida, frontera y experiencia de relegación e inequidad. Las fronteras constituyen estructuras ambivalentes de apertura y cierre, de inserción y exclusión, lugares de paso y encuentro al tempo que líneas de separación (VELASCO, 2016, p. 82).

É nesse espaço fronteiriço, plural, de encontros e separações, que iremos contextualizara migração venezuelana ao longo deste artigo, a partir da percepção do Estado que organiza a recepção daqueles que conseguem cruzar a fronteira brasileira, e que atua no acolhimento desse migrante. Existem muitas formas de analisar um fluxo migratório, a partir de diferentes atores, perspectivas, narrativas e fontes documentais. No caso deste artigo, optamos por analisar a situação migratória a partir das propostas e ações de acolhimento do Estado brasileiro. Não será possível abranger todos os temas direcionados à migração venezuelana, como, por exemplo, as causas que envolvem essa

imigração, bem como não será objetivo da pesquisa em questão abordar as histórias de vida dos imigrantes. O estudo se desenvolverá através da análise das iniciativas e dos programas implementados pelo Estado brasileiro, mais especificamente a chamada "Operação Acolhida", uma proposta de proteção legal e de ajuda humanitária. Priorizaremos um dos lados partícipes do processo migratório, o Estado brasileiro, buscando compreender assim como o Brasil atua no acolhimento desse novo contingente, que se torna cada vez mais numeroso, envolvido no cenário global das migrações forçadas.

O uso das fontes utilizadas durante a investigação contribuiu para a elaboração desta pesquisa. É importante frisar que a documentação levantada recebeu, até o momento, pouca atenção de parte dos pesquisadores. Os documentos, pelo seu ineditismo, contribuíram para preencher parte das lacunas existentes e renovar a produção bibliográfica. Os documentos consultados pertencem ao Ministério da Defesa (documentos institucionais), sendo os acervos de origem pública e oficial.

O acervo documental pesquisado recebeu tratamento quantitativo, com a projeção de gráficos, e qualitativo, através da análise textual. A abordagem qualitativa visou investigar a bibliografia, acontecimentos relacionados aos imigrantes venezuelanos veiculados em alguns periódicos, e os relatórios produzidos pelo Ministério da Defesa, cujos textos foram analisados enquanto discurso a ser compreendido e questionado quanto à formulação dos atores políticos, e ao papel no processo interventor do Estado. É necessário considerar que todo documento é portador de um discurso, uma construção, e não pode ser visto apenas como um registro que reproduz a verdade. Um texto não se dissocia de seu contexto de produção.

1. Operação Acolhida: institucionalização da proteção legal e da ajuda humanitária

A instabilidade venezuelana vem preocupando o cenário internacional há alguns anos. A crise econômica e social da Venezuela tem levado parte da população a buscar abrigos em nações vizinhas. Segundo o artigo de Rafael Araujo e Jeancezar Ribeiro, entre janeiro de 2017 e junho de 2018, aproximadamente 58.810 venezuelanos solicitaram refúgio formal ou residência temporária ao governo brasileiro. Os autores ainda afirmam que, apesar do número de cidadãos venezuelanos que cruza a fronteira brasileira ter au-

mentando em 1000% nos últimos anos, o Brasil está longe de se constituir em principal destino dos migrantes venezuelanos. O número de venezuelanos no Brasil é menor se comparado com outros países fronteiriços. É o caso, por exemplo, do Chile, que, mesmo mais distante geograficamente da Venezuela do que o Brasil, abrigou 105,7 mil venezuelanos comparados com os aproximados 50 mil que entraram no Brasil (ARAÚJO E RIBEIRO, 2019, p.176 e p.177).

No contexto da América Latina, até os anos 1990, os destinos mais comuns dos latino-americanos e caribenhos que abandonavam os seus países eram os Estados Unidos e o México, e, em menor medida, a Espanha. Entretanto, os problemas econômicos, os atentados terroristas e o endurecimento das medidas de entrada à fronteira estadunidense influenciaram na mudança das rotas de migração, motivando os latino-americanos e caribenhos na busca de novos destinos. Foi assim que o Chile emergiu como país receptor de imigração latino-americana. Segundo as cifras expostas pelo *Anuario Estadístico Nacional Migratorio*, relatado em artigo de autoria de Carmen Norambuena e Maria Paz Pardo, desde 1982 até 2014 houve um incremento de 83 mil migrantes para 411 mil. O Censo realizado pelo Instituto Nacional de Estatística de 2017, no Chile, sinaliza que a porcentagem da migração internacional nesse país sul-americano é de 24% em relação à população total. Segundo Norambuena e Pardo (2019, p.254), são números relativamente baixos, mas, ainda assim, revelam-se como as taxas mais altas da história do país.

Para o caso dos venezuelanos, nosso grupo de interesse, identifica-se na região, nos últimos anos, um esforço para uma atuação em conjunto dos países da América do Sul no acolhimento dos migrantes. Em março de 2018, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) emitiu a resolução 2/2018, "Migração forçada de pessoas venezuelanas", considerando as graves violações de direitos humanos cometidas na Venezuela, estabeleceu um marco de responsabilidade compartilhada e em conjunto com a comunidade internacional, reafirmando que os Estados têm responsabilidade perante as temáticas das migrações. Segundo Liliana Jubilut e Ananda Fernandes (2018, p. 168-169 e p.173), todos esses esforços regionais, contudo, precisam de ações nacionais para que possam ser implementados de fato. Até o ano de 2017, por exemplo, o México era o único país que havia proferido decisões reconhecendo os venezuelanos como re-

fugiados nos termos da Declaração de Cartagena, com 907 solicitações de refúgio aceitas pelo governo mexicano.

No caso do Brasil, dois anos após a iniciativa do México, em dezembro de 2019, foram aprovadas 21 mil solicitações de refúgio de venezuelanos, número correspondente a quase o dobro do contingente de refugiados que já havia no Brasil. O Governo brasileiro passa, assim, a considerar a Venezuela como um país em situação de grave e generalizada violação aos direitos humanos. Segundo reportagem do *G1*, veiculada no dia 5 de dezembro de 2019:

> Em junho, o Comitê Nacional para Refugiados (Conare) passou a classificar a Venezuela como país em situação de "grave e generalizada violação de direitos humanos", o que, segundo o comitê, dá mais celeridade aos pedidos de refúgio. Assim, os mais de 21 mil refugiados venezuelanos reconhecidos nesta quinta-feira se somam às 11.231 pessoas de diferentes nacionalidades que já tinham status de refúgio no Brasil segundo dados do Conare. Portanto, a recente decisão quase triplicou o total de refugiados cadastrados no país (VIDIGAL, 2019).

Nos últimos anos, o crescente número de movimentos migratórios na direção do Brasil e todas as questões que permeiam a crise na Venezuela expõem as fronteiras brasileiras, fazendo com que o Estado brasileiro tome uma posição intervencionista no acolhimento dos migrantes vindos pelo canto noroeste, através da cidade de Pacaraima, no estado de Roraima.

No contexto da intensificação do fluxo de migrantes oriundos da Venezuela para o Brasil no ano de 2017 e o estabelecimento de uma crise humanitária no estado de Roraima, um novo desafio surgiu para o governo federal. O presidente da República Michel Temer assinou, em fevereiro de 2018, uma medida provisória e dois decretos com o objetivo de viabilizar o acolhimento emergencial dos imigrantes (KANAAN et al., 2018, p. 68). A Força Tarefa Logística Humanitária para o Estado de Roraima – Operação Acolhida – foi criada para receber, acolher e interiorizar os refugiados venezuelanos que chegam ao Brasil por Roraima. Apesar da complexidade da estrutura organizacional, fica claro que o Ministério da Defesa é o principal sujeito dessa articulação, e as Forças Armadas (Marinha, Exército e Aeronáutica) os seus braços operacionais, utilizando como centro de operações a Base de Apoio Logístico montada pelo Exército, na cidade de Boa Vista.

A Operação Acolhida tem por objetivo recepcionar, identificar, triar, imunizar, abrigar e interiorizar migrantes em situação de vulnerabilidade (desassistidos) decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária. A missão da Força-Tarefa é cooperar com o Governo Federal no que diz respeito à assistência emergencial dos imigrantes vulneráveis. A vulnerabilidade é uma condição presente e dramática nas migrações forçadas. Ao longo dos deslocamentos, os migrantes passam por situações extremas como o cansaço físico, a fome, o medo de serem presos, vivenciando, dessa forma, diversos tipos de violência.

Em reportagem veiculada no site amazoniareal, datada do dia 25 de fevereiro de 2019, realizada em Pacaraima, alguns depoimentos são registrados, demonstrando a violência sofrida na primeira fase da experiência migratória. Os migrantes são obrigados a escapar de confrontos dentro de seu país e, também, entre os Estados, enfrentando os perigos que impõem as fronteiras, chegando ao Brasil com fome e sinais de desidratação, percorrendo a pé trilhas perigosas. Uma vez que chegam ao Brasil, iniciam uma nova fase, a de buscar um futuro no novo país de acolhimento (WLADIMILA, 2019). Na tentativa de sair do país, muitos venezuelanos se deslocam até a cidade de Santa Elena do Uairén, na fronteira com o Brasil. Em fevereiro de 2019, a fronteira foi fechada desde a manhã de 22 de fevereiro por militares venezuelanos, por determinação do presidente Nicolás Maduro. O nosso entendimento é o de que a migração forçada, por si só, já eleva as tensões nos espaços onde ocorrem, e que, cada vez que uma fronteira é militarizada para restrição de mobilidade, os direitos humanos são violados, tornando a travessia migratória ainda mais violenta e traumática.

> O Exército Brasileiro não sabe informar quantos saíram pelas trincheiras, pois muitos entraram para comprar comida nos mercados de Pacaraima, do lado brasileiro, e regressaram com sacolas plásticas lotadas. Em muitos momentos do sábado (23), o fluxo de pessoas era intenso, principalmente na trincheira que passa por cima do monumento que separa os dois países. Nesse exato trecho, muitos refugiados comemoraram, alguns até cantarolaram debochados para os guardas, ou foram recebidos com alegria (WLADIMILA, 2019).

A violência sofrida ao longo dos deslocamentos tem sido relatada com frequência por diferentes grupos de migrantes. Segundo Roseli Boschillia (2019, p. 224), em artigo sobre os haitianos no Brasil, em testemunhos nar-

rados pelos migrantes, antes de chegar ao território brasileiro, eles tinham que passar pelo Equador e Peru e, para fugirem do controle dos órgãos responsáveis pela fiscalização das fronteiras existentes entre os dois países, os migrantes eram conduzidos pelos "coiotes" por caminhos alternativos, até o ingresso em território peruano. A violência torna-se presente desde o momento em que se inicia a mobilidade, durante o trânsito, até a chegada e permanência na sociedade de recepção.

Quando conseguem atravessar as fronteiras, os migrantes devem enfrentar novos tipos de problemas. Uma preocupação constante em relação aos imigrantes venezuelanos na região fronteiriça é a xenofobia. Na cidade de Pacaraima, devido ao incremento do fluxo migratório, os venezuelanos têm sido culpabilizados pelo aumento dos índices de violência no estado, pelo desemprego de brasileiros e pelo caos na saúde.

> A relação automática entre migração venezuelana e o agravamento dos problemas sociais em Boa Vista tornou-se lugar comum. Um recurso narrativo através do qual os moradores locais demonstram frequentemente a sua insatisfação com o acolhimento desses migrantes, ainda que esta correlação seja fortemente questionável (SARMENTO E RODRIGUES, 2018, p.242).

Segundo Rickson Rios Figueira (2018, p.224), em ensaio escrito sobre a violência xenófoba contra imigrantes venezuelanos em Roraima, o ano de 2018 foi marcado por uma série de ocorrências violentas, de natureza xenófoba, em diferentes cidades, entre elas Pacaraima e a capital Boa Vista. O aumento das migrações mudou o cenário urbano, aprofundando um sentimento de ansiedade em relação ao estrangeiro. Os atos xenófobos contra os venezuelanos foram noticiados por diversos meios de comunicação, ganhando destaque nacional.

No dia 18 de agosto de 2018, um grupo de brasileiros destruiu acampamentos improvisados de centenas de migrantes. Segundo reportagem divulgada no jornal *El País*, a gota d'água para justificar o ataque aos imigrantes foi a notícia de que um comerciante de Pacaraima, Raimundo Nonato, havia sido roubado e espancado, e o crime foi cometido supostamente por quatro venezuelanos[5].

5 O "monstro da xenofobia" ronda a porta de entrada de venezuelanos no Brasil. *El País*. 17 de agosto de 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/17/politica/1534459908_846691.html>.

O caso ganhou repercussão internacional, deixando em evidência as tensões vividas nas regiões fronteiriças.

Está claro que não há solução fácil e imediata para a xenofobia. É necessário, no entanto, o quanto antes, uma atuação eficaz dos agentes políticos, juntamente com as organizações civis e um forte investimento em educação. De parte do Estado, uma das medidas para tentar reduzir a violência e xenofobia é o programa federal de interiorização de migrantes. É nesse sentido que a Operação Acolhida contribuirá para diminuir os atos de xenofobia contra os migrantes venezuelanos, através das ações de acolhida, de ajuda humanitária e de integração em território brasileiro.

2. Operações de Ajuda Humanitária: uma proposta pragmática do Estado brasileiro a uma crise global

A partir da crise humanitária estabelecida no arco noroeste brasileiro envolvendo migrantes venezuelanos, o Estado se posicionou de forma intervencionista no processo de ajuda frente ao problema regional, que foi tipificado como problema de segurança. A Operação Acolhida, organizada pelo Estado brasileiro, caracteriza-se por ser uma atividade conjunta, com atuação interagências e de natureza humanitária, comandada por um general do Exército, o que define a militarização da proposta.

Entre os participantes podemos identificar sujeitos bem distintos, que vão de instituições públicas federais, estaduais, municipais da área econômica, da saúde, de segurança e da defesa, às organizações da sociedade civil. Dentre elas podemos registrar a presença da Receita Federal, da Agência Brasileira de Inteligência, da Fundação Nacional de Saúde, da Defensoria Pública da União, do governo de Roraima, da Eletrobrás, da prefeitura de Boa Vista, do Conselho Tutelar, da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, da Força Nacional de Segurança, do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, da Organização Internacional de Migração, do SENAC, do SESC, das Universidades Estadual e Federal de Roraima, dos Médicos Sem Fronteiras, de entidades religiosas, da Cruz Vermelha Internacional, do Rotary Clube Internacional, da Cáritas Brasileira, do Exército da Salvação, e da Associação de Voluntários para o Serviço Internacional da Itália.

As estruturas para a recepção dos venezuelanos foram montadas pelo governo federal brasileiro, que criou o Comitê Federal de Assistência de Emer-

gência[6] (braço político), e organizou a Força-Tarefa de Logística Humanitária para Roraima (cuja Operação Acolhida é o seu braço operacional). O Comitê é o órgão deliberativo responsável por estabelecer as diretrizes de assistência emergencial e as ações de acolhimento de pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado pela crise humanitária. Também compete ao Comitê promover e articular a participação das entidades e organizações da sociedade civil na execução destas iniciativas de acolhimento. Foi criado pelo Decreto Lei nº 9.286, de 15 de fevereiro de 2018, articulado por disposição de medidas de assistência emergencial, publicadas na Lei nº 13.684, de 21 de junho de 2018. O Comitê foi reformulado por decreto presidencial nº 9.970, de 14 de agosto de 2019, que tornou sem efeito o decreto nº 9.286. Atualmente, compete ao Comitê articular ações, projetos e atividades desenvolvidas com apoio das entidades políticas nacionais no âmbito da assistência emergencial; estabelecer as diretrizes e as ações prioritárias do governo federal para implementação da assistência emergencial; firmar parcerias; e outras competências constantes do artigo 2º, do decreto 9.970. Podemos observar nessas ações a necessidade do Estado em articular um arcabouço jurídico para legitimar sua atuação frente à crise humanitária que se estabeleceu nas fronteiras brasileiras. A Operação Acolhida tornou-se a operacionalidade de um braço político do Estado brasileiro.

Como entendemos, a Operação Acolhida é o braço operacional do governo federal destinado a apoiar a montagem de estruturas e a organização das atividades no acolhimento, com pessoal, material e instalações, e faz parte do ordenamento imposto na fronteira noroeste, sobre cujas bases, o governo federal montou uma estrutura de triagem na cidade fronteiriça de Pacaraima. Neste posto de triagem, o venezuelano faz na fronteira sua regularização migratória na Polícia Federal com atendimento médico e vacinação, com a emissão de Cadastro de Pessoa Física (CPF) e carteira de trabalho; e ainda faz seu cadastro junto à ONU. Foi criado também um posto de atendimento avançado, que acolhe pessoas que precisam de atenção médica de emergência e casos de internação. Ao final dessa primeira fase, o migrante é acolhido em abrigos montados em Pacaraima e Boa Vista. O objetivo previsto da Ope-

6 O Comitê formado em 2018 era constituído pelos seguintes Ministérios: Defesa, Relações Exteriores, Justiça e Segurança Pública, Segurança Institucional, Direitos Humanos, Integração Nacional, Educação, Planejamento, Trabalho, Desenvolvimento Social, Saúde e Casa Civil da Presidência da República.

ração Acolhida é o atendimento humanitário ao migrante na fronteira, com oferta de política de regularização migratória, saúde, educação, assistência social, alimentação e principalmente, o acolhimento.

Quanto aos abrigos humanitários, temporários ou de maior permanência usados para o acolhimento, os ambientes possuem instalações semipermanentes, como barracas coletivas e individuais, contêineres sanitários, escritórios, depósitos e cobertura para áreas de convivência e alimentação. Nesses espaços, os migrantes recebem a atualização da situação migratória e são imunizados contra as doenças mais comuns e outras que têm surgido na área, como o sarampo. São cadastrados para o trato humanitário, pela ACNUR e pelas Organizações Não Governamentais (ONGs) parceiras, e recebem alimentação e visitas médicas diárias. Nesse caso, o enfoque estatal brasileiro tenta ser humanizado, dentro dos aspectos civilizatórios que estão previsto pelas organizações mundiais de ajuda humanitária.

Segundo Gilberto Rodrigues, em artigo intitulado "O futuro do refúgio no Brasil e seu papel no cenário humanitário", a diplomacia brasileira vem ampliando o escopo de suas ações humanitárias, tanto em nível regional, como em âmbito global. Tais ações, que incluem iniciativas unilaterais (doações, cooperação técnica) e multilaterais (atuação em missões de paz – como a Minustah – e na Comissão de Consolidação da Paz, além de prover cooperação técnica), inserem-se conceitualmente no "princípio da não-indiferença". Vê-se, claramente, que a nova política internacional brasileira se dispõe a atuar no campo humanitário dentro de uma macroestratégia de cooperação Sul-Sul (RODRIGUES, 2010, p. 135). Em relação ao campo da temática do refúgio:

> O tema dos refugiados não escapa dessa nova política internacional do país com amplitude de atuação humanitária. Vinculado juridicamente e compromissado politicamente em nível global e regional com o tema do refúgio, o Brasil se depara com a possibilidade de vir a se consolidar como um país de acolhimento. Entretanto, ao contrário das ações externas humanitárias, que não implicam nem a convivência permanente com estrangeiros, nem políticas públicas multidimensionais com orçamento do próprio Estado, a política para refugiados demanda ações internas que envolvem todas as esferas de governo (União, Estados e Municípios), além da sociedade civil organizada (RODRIGUES, 2010, p. 135).

Após essa fase de ordenamento de fronteira com a operação de acolhimento, o migrante pode passar para a fase seguinte relacionada à interiorização, quando esses venezuelanos são deslocados voluntariamente para outras cidades brasileiras, cuja ação depende do número de vagas ofertadas por essas cidades. A interiorização é de responsabilidade da Casa Civil e trabalha diretamente com a Organização Internacional para as Migrações (OIM) – órgão da ONU com experiência mundial no assessoramento a governos, no que tange à realocação geográfica de grandes efetivos populacionais. Nessa fase, há uma tentativa de integração do migrante ao fator de desenvolvimento local, com a absorção pelo mercado de trabalho; ponto de extrema tensão social, por conta do ambiente hostil que o migrante encontra. O Brasil por ter uma economia ainda em desenvolvimento, e ter uma grande desigualdade na distribuição de renda, favorece a intensificação dessas hostilidades ao outro, ao migrante.

Os migrantes podem ter três destinos possíveis no Brasil: absorção pelo mercado de trabalho local, interiorização em outras cidades no Brasil ou retorno ao país de origem. Para a interiorização, o migrante precisa estar em um abrigo sob a administração de órgãos estatais, em conjunto com o ACNUR e as ONGs parceiras; estar com sua situação migratória regularizada; estar vacinado e imunizado; ser voluntário ao processo e ter destino certo na localidade para onde migrará.

A Base de Apoio de Pacaraima para a Operação Acolhida, sediada em frente do 3º Pelotão Especial de Fronteira (Pacaraima), do 7º Batalhão de Infantaria de Selva, do Comando de Fronteira de Roraima, fica na ponta da lança no recebimento dos migrantes venezuelanos. É a porta de entrada do fluxo migratório venezuelano. A cidade fica a 215 km de Boa Vista, pela BR 174. Na região, a Operação Acolhida funciona em coordenação com órgãos governamentais, organismos internacionais e organizações não governamentais, com a seguinte estrutura: um Posto de Atendimento Avançado (PAA), um Posto de Interiorização e Triagem (PI Trg), um Posto de Recepção e Identificação (PRI), a Base Pacaraima, o abrigo Janokoida e o Alojamento BV - 8.

O Posto de Recepção e Identificação é formado com pessoal do Ministério da Defesa (militares das três forças), da Agência de Vigilância Sanitária, da OIM e do ACNUR. O controle migratório é feito pela Polícia Federal, que identifica os migrantes e os turistas que seguem viagem. Os migrantes recebem o *status* de refúgio ou residência temporária no Brasil definidos pela

ACNUR ou pela OIM. Na área de espera recebem lanche, água e são direcionados para a vacinação.

No Posto de Interiorização e Triagem ocorre a revista de material realizada pela Receita Federal, a doação da alimentação para consumo no local, o cadastramento pela ACNUR e o recebimento da documentação de migração (CPF e carteira de trabalho provisória). Após essa etapa é realizada uma entrevista mais aprofundada com a OIM, podendo o migrante receber a opção de abrigamento aos desassistidos e interiorização. No Posto de Atendimento Avançado, os migrantes passam por uma junta médica formada por militares, acompanhados por representantes da Cruz Vermelha Internacional. Todo esse processo de triagem acaba funcionando como um eficaz instrumento de restrição do sujeito migrante. O processo estatizado e militarizado, por ser impregnado ideologicamente pelo excessivo controle de segurança, comum entre as forças de repressão do Estado, frente ao provável inimigo identificado no trânsito de venezuelanos, age de forma a transferir suas tensões políticas estabelecidas para o outro.

Os abrigos foram estruturados para permitir a inserção gradual do migrante no município. Nos abrigos eles recebem alimentação, assistência médica e acomodações, com acesso a instalações sanitárias, lavanderia, coleta de lixo e dejetos, área de convivência. Existe um alojamento de transição para desassistidos, o BV – 8, e um abrigo indígena, Janokoida (Casa Grande), criado para receber refugiados da tribo Warau, respeitando a cultura e a rotina diária desse povo nativo da Venezuela. A partir desses abrigos, os migrantes poderão ser encaminhados para os abrigos em Boa Vista.

Em Boa Vista, a Operação Acolhida tem organização bastante similar à de Pacaraima, respeitando o dimensionamento e a profundidade da atividade. Possui a base de Boa Vista um Posto de Interiorização e Triagem, e um Posto de Recepção e Apoio (PRA) para atender o fluxo de migrantes vindos do arco noroeste. O PRA possui três estruturas localizadas em área contínua à rodoviária, sendo um guarda-volumes e uma área para pernoite (PRA1), uma área de banho e lavanderia (PRA2) e uma área para distribuição e consumo de refeições doadas (PRA3). Na cidade os migrantes passam por revista, identificação, atendimento médico, imunização, recebem água e lanche, e têm acesso a instalações sanitárias. Após uma entrevista mais aprofundada é oferecido abrigo para os desassistidos. Na atualidade Boa Vista possui uma área de interiorização, e dez abrigos em atividade com capacidade para re-

ceber mais de cinco mil pessoas, aonde são oferecidas mais de dezesseis mil refeições diárias[7] e atendimento médico, sendo que a maior dificuldade está no processo de interiorização desses migrantes.

Como parte dessa complexa organização de ajuda humanitária, no município de Manaus, no Estado do Amazonas, funciona um Alojamento de Trânsito (ATM), que opera como "HUB" no processo de interiorização, uma Base de Apoio, um Posto de Recepção e Apoio (rodoviária) e um Posto de Interiorização e Triagem.

Uma análise mais pragmática dessa operação de acolhimento dos migrantes pode ser observada pelo Sumário Diário de Situação, documento produzido pelo Ministério da Defesa sobre os trabalhos da Força Tarefa Logística Humanitária, como parte do dimensionamento militarizado da tarefa. De posse do sumário número 345, de 11 de dezembro de 2019, extraímos do anexo e analisamos as partes referentes aos itens interiorização e acolhimento/abrigos. O documento é mais complexo e inclui outras partes, referentes aos postos de recepção e apoio (rodoviária), de recepção e identificação, interiorização e triagem, logística, engenharia, assuntos civis, administração financeira e saúde, que servirão para outras análises construídas a partir dessa primeira investigação.

Para iniciar essa análise quantitativa da Operação Acolhida, achamos importante registrar os números dos sujeitos históricos que fazem parte do outro lado da ação, neste caso, os militares que estão envolvidos na organização e operacionalização da atividade, e que dão o tom da militarização da operação. Em dezembro de 2019, a Operação Acolhida passou a atuar com o VII Contingente de pessoal das Forças Armadas, distribuídos entre as cidades de Boa Vista (BV), de Pacaraima e de Manaus, conforme tabela abaixo:

Tabela 1 – Contingente de Pessoal das FFAA

Participantes	Oficiais			Praças			Total de Militares
	BV	Pacaraima	Manaus	BV	Pacaraima	Manaus	
Marinha	10	3	1	21	2	1	38
Exército	99	19	8	283	85	41	535
Força Aérea	3	4	0	0	2	0	9
Total	112	26	9	304	89	42	582

Fonte: Sumário Diário de Situação NR 345/19.

7 Sumário Diário de Situação NR 345/19 – Fornecimento de Alimentação em Boa Vista.

Os números registrados na tabela acima mostram bem o controle do Exército sobre a Operação Acolhida, que se caracteriza como ação subsidiária e não como atividade fim de uma instituição militar. Esse fator pode ser compreendido através de várias motivações, entre as quais podemos citar que a Força Tarefa é comandada por um oficial general do Exército, que o seu quantitativo é muito superior conforme verificado na tabela 1, e que a região onde ocorre a atividade tem predominância de organizações militares da força terrestre.

O acolhimento de migrantes faz parte do processo que envolve toda a operação de ajuda humanitária. Outra face do processo que merece ser mencionada é a da interiorização. Se no recebimento dos migrantes temos o momento de inserção de um grupo de estrangeiros na conjuntura local, fazendo pressão na localidade com todos os seus problemas socioeconômicos, na interiorização deverá ocorrer a diminuição dessas tensões, pela redistribuição do quantitativo recebido. Por isso é importante analisar o número de migrantes recebidos/acolhidos nos abrigos, e a interiorização como uma face importante do processo.

Tabela 2 – Acolhimento de Migrantes

Abrigos	Migrantes			Capacidade Máxima
	Classificação	Dia 10 Dez.	Dia 11 Dez.	
BOA VISTA (10 abrigos + 1 área de interiorização)	Indígenas	567	567	590
	Não Indígenas	4.974	4.950	5.492
	Total – Boa Vista	5.541	5.517	6.082
PACARAIMA (1 abrigo + Vulneráveis e Interiorização – Alj BV-8)	Indígenas	472	473	460
	Não Indígenas	262	283	496
	Total – Pacaraima	734	756	956
TOTAL	Indígenas	1.039	1.040	1.050
	Não Indígenas	5.236	5.233	5.988
TOTAL GERAL		6.275	6.273	7.038

Fonte: Sumário Diário de Situação NR 345/19.

Pela tabela acima podemos perceber que a capacidade máxima nos abrigos para o mês de dezembro estava quase plena. O número de vagas (capacidade máxima) se dá pela quantidade de leitos. Crianças de colo são contabilizadas como abrigadas, mas dividem o leito com um dos seus pais. Os tipificados como vulneráveis em Pacaraima ficam aguardando transferência para abrigos em Boa Vista.

Analisando esses números separadamente por abrigos, podemos ter uma visão menos totalizante e mais específica para cada um deles. Para além dos números de migrantes abrigados, registramos também a relação dos dez abri-

gos e da área de interiorização em Boa Vista, e o abrigo indígena Jonokoida e o Alojamento BV – 8, em Pacaraima.

Na região de Pacaraima podemos observar que o migrante passa por um processo mais complexo, pois envolve um abrigo indígena e o uso do Alojamento BV – 8, com a possibilidade de receber abrigo ou somente o pernoite, além da tipificação, que definirá o seu processo. Os que têm processos reagendados ou finalizados ficam somente de pernoite e seguem destino no dia seguinte, como parte do primeiro fluxo. Os vulneráveis ficam abrigados aguardando transferência para acolhimento em Boa Vista, como parte do segundo fluxo. Os vulneráveis de rua/indígenas são acolhidos com a sobra de vagas, após os dois primeiros fluxos.

Tabela 3 – Abrigos em Boa Vista

Abrigos	Migrantes		Capacidade Máxima
	Dia 10 Dez	Dia 11 Dez	
Rondon I	796	796	810
Rondon II (área de interiorização)	538	567	600
Rondon III	1.131	1.128	1.136
São Vicente	344	348	319
Latife Salomão	308	294	460
Jardim Floresta	602	599	600
Santas Tereza	335	337	602
Tancredo Neves	300	287	301
Nova Canaã	345	331	378
Pintolândia (indígena)	567	567	590
São Vicente II	275	263	286
TOTAL	5.541	5.517	6.082

Fonte: Sumário Diário de Situação NR 345/19 – Anexo II.

Tabela 4 – Abrigo/Alojamento em Pacaraima

Abrigos		Migrantes		Capacidade Máxima
		Dia 10 Dez	Dia 11 Dez	
Janokoida (indígena)		472	473	460
Alojamento BV – 8 Abrigados + Pernoite	Vulneráveis	155	158	XXXX
	Interiorização Definida	107	125	XXXX
	Reagendados	313	332	XXXX
	Finalizados	138	127	XXXX
	Vulneráveis de Rua/Indígena	8	0	XXXX
	TOTAL BV – 8	721	742	1.100
TOTAL ABRIGADO (Janokoida + BV – 8)		734	756	956
TOTAL PERNOITE		459	459	604
TOTAL ABRIGADO + PERNOITE		1.193	1.215	1.560

Fonte: Sumário Diário de Situação NR 345/19.

Antes de proceder à análise do processo de interiorização dos migrantes, achamos importante registrar os números do Posto de Interiorização e Triagem de Boa Vista e de Pacaraima (tabelas 5 e 6), para fundamentar essa parte da investigação, de modo que possamos partir de observações mais gerais para as mais específicas. É importante ressaltar que o número de entrada no Posto de Interiorização e Triagem não será necessariamente igual ao da entrada de venezuelanos no Posto de Recepção e Identificação, visto que os migrantes que não concluem os serviços no mesmo dia retornam ao PI Trg no dia posterior. Outro ponto que fica claro é a diferença no número total de atendidos no PI Tr de Pacaraima e no de Boa Vista. Os números aumentam muito no PI Trg de Boa Vista pela dimensão da estrutura da Operação Acolhida, e por ser local central das decisões quanto à interiorização, medidas administrativas de permanência no Brasil, e trânsito para outros países. Enquanto Pacaraima é a porta de entrada, Boa Vista é o principal centro gestor das decisões jurídicas e administrativas da operação.

Tabela 5 – Atendimentos no Posto de Interiorização e Triagem (Pacaraima)

Atividade		Atendimentos		Quantitativo Total	
		Dia 10 Dez.	Dia 11 Dez.	Dia 10 Dez.	Dia 11 Dez.
Polícia Federal	Refúgio	63	43	38.328	38.371
	Residência Temporária	184	166	49.729	49.895
	Agendamentos	311	332	79.729	80.107
	Renovação Refúgio	7	6	40	46
	Entrega de 2ª Via	28	20	95	115
	Entrega de CRNM	28	13	81	94
Receita Federal (CPF)		246	155	82.822	82.977
Total Receita Federal + PF		867	735	250.870	251.605
Sócio Assistencial	Ministério da Cidadania	113	212	73.951	74.163
	ACNUR	198	206	58.574	58.780
	OIM	173	185	44.183	44.368
	MMFDH / UNFPA	268	350	52.460	52.810
	UNICEF / Visão Mundial	76	49	31.854	31.903
	CICV / Cruz Vermelha	394	494	125.602	126.096
Total – Sócio Assistencial		1.222	1.496	386.624	388.20
TOTAL GERAL		2.089	2231	637.494	639.725

Fonte: Sumário Diário de Situação NR 345/19.

Tabela 6 – Atendimentos no Posto de Interiorização e Triagem (Boa Vista)

Atividade		Atendimentos		Quantitativo Total	
		Dia 10 Dez	Dia 11 Dez	Dia 10 Dez	Dia 11 Dez
Pré Registro ACNUR		20	58	42.772	42.830
Pré Registro OIM		0	65	42.178	42.143
Polícia Federal	Refúgio	192	124	37.387	37.511
	Residência Temporária	124	75	42.757	42.832
	Renovação Refúgio	52	72	14.193	14.265
	Entrega de 2ª Via	67	62	8.894	8.956
	Entrega de CRNM	179	142	28.841	28.983
Receita Federal (CPF)		0	0	60.339	60.339
Carteira de Trabalho	Protocolos Aberto	0	0	38.743	38.743
	Programa de Validade	0	0	8.359	8.359
	Entrega	0	0	38.163	38.163
Vacinação	Total de Doses	210	127	38.842	38.969
	Total de Vacinados	108	49	23.597	23.646
Atendimento Médico		75	8	17.619	17.627
Interiorização (registros)		210	90	72.151	72.241
UNICEF / Espaço para crianças		34	57	22.115	22.172
UNPA		51	45	20.480	20.525
CICV / Cruz Vermelha		239	146	61.570	61.716
Registro Final ACNUR		16	8	33.837	33.845
Alocação em Abrigos		0	0	7.877	7.877
TOTAL		Posto de Triagem		Dia 10 Dez	Dia 11 Dez
		Pessoas Atendidas		1.007	622
		Atendimentos		1.367	1.001

Fonte: Sumário Diário de Situação NR 345/19.

A partir dessa apresentação sobre os números da triagem e da interiorização, percebemos que o processo de interiorização deve ser observado pela lógica da necessidade de diminuir os problemas dos migrantes. Pelo documento abaixo do Ministério da Defesa foram interiorizados até 11 de dezembro, 270 migrantes, número inexpressível diante da realidade dos fatos, e do número de migrantes recebidos, o que leva ao aumento das tensões socioeconômicas da região.

Tabela 7 - Total de Interiorizados do dia

Processos de Interiorização	RF	RS	PVAS	INST	SOC. CIVIL	MOV. DIA	Acumulado (desde dez. 2019)	Acumulado (desde abril 2018)
Comitê Federal Assistência Emergencial	0	0	0	0	0	0	236	14.415
Comitê Federal apoiado por Sociedade Civil	0	0	0	0	0	0	34	10.399
Total Interiorizado	0	0	0	0	0	0	270	24.814

Fonte: Sumário Diário de Situação NR 345/19.

De acordo com a tabela abaixo, o Sul e o Sudeste concentram os estados da federação que mais recebem migrantes para interiorização, inversamente proporcional à quantidade de estados que possuem. Em terceiro lugar fica a região Norte, por conta de uma política positiva do estado do Amazonas. Por último fica o Nordeste e Centro-Oeste, com números muito baixos de recebimento de migrantes venezuelanos.

Tabela 8 – Interiorização por Estados

INTERIORIZADOS									
258									
SUL		CENTRO-OESTE		SUDESTE		NORTE		NORDESTE	
146		11		52		36		13	
Estado	QTD	Estado	QTD	Estado	QTD	Estado	QTD	Estado	QTD
RS	25	GO	0	ES	0	AM	36	AL	0
SC	91	DF	0	RJ	3	AC	0	BA	2
PR	30	MT	0	SP	28	PA	0	CE	0
		MS	11	MG	21	RO	0	MA	0
						RR	0	PB	0
						TO	0	PE	8
						AP	0	PI	0
								RN	3
								SE	0

Fonte: Sumário Diário de Situação NR 345/19.

O caso do Rio de Janeiro tem se tornado emblemático no último ano. Segundo o Programa de Atendimento a refugiados e solicitantes de Refúgio (PARES), pertencente à Cáritas/Rio de Janeiro, a cidade recebeu, somente no primeiro semestre de 2019, o total de 430 solicitações de refúgio de venezuelanos. O grupo lidera, com muita vantagem, a lista dos 14 países que aparecem no site da instituição, como o Congo, que ocupa um segundo lugar, com 130 solicitantes[8].

8 Número do refúgio. Disponível em: <http://www.caritas-rj.org.br/numeros-atendimentos-na-caritas-rj.html>.

Pelo Sumário Diário de Situação identificamos que os principais setores responsáveis pelo processo de interiorização são o Comitê Federal de Assistência Emergencial, órgão deliberativo do governo federal, através do Subcomitê Federal para interiorização[9], e a sociedade civil que também tem participação importante, mas ainda pouco expressiva, conforme podemos observar na tabela 5. Na próxima tabela identificamos as entidades da sociedade civil apoiadores da Força Tarefa Logística Humanitária, no processo de interiorização, com resultado dos onze primeiros dias de dezembro.

Tabela 9 – Entidades Apoiadoras no Processo de Interiorização.

ENTIDADES	INTERIORIZADOS (Referente a dezembro de 2019)
Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias	0
Fraternidade Sem Fronteira	0
Pastoral Universitária	8
Serviços Jesuítas	0
CARITAS	0
JOCUM	0
Comunidade Evangélica APRISCO	0
ADRA	0
AME/Manaus	10
Associação Igreja Metodista Central Boa Vista	1
Refúgio 343	6
TOTAL	25

Fonte: Sumário Diário de Situação NR 345/19.

A contínua chegada de migrantes venezuelanos a Roraima, recebidos pela Operação Acolhida, mobilizou diversas instituições na cidade do Rio de Janeiro, no intuito de participarem do programa de interiorização e integração dos refugiados. A Cáritas – RJ inaugurou, em julho de 2018, em parceria com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), o Colégio Santo Inácio e a Paróquia Imaculada Conceição, do Recreio, a Casa de Acolhida Papa Francisco, destinada a ser um abrigo temporário para venezuelanas solicitantes de refúgio que estão em Roraima (RR) em situação de extrema vulnerabilidade. Segundo a Cáritas, para participarem desse processo, as mulheres devem aceitar voluntariamente a transferência de estado, vacinar-se e fazer exames de saúde, além de regularizar seus documentos

9 Item III, Art. 6º, do Decreto Presidencial Nº 9.970, de 14 de agosto de 2019.

antes de sair de Roraima. A casa de acolhida recebe exclusivamente mulheres e tem capacidade para 40 pessoas[10].

> As venezuelanas podem viver na casa por três meses, renováveis por mais três meses em casos de necessidade. Durante o período de residência na casa, elas têm acesso a todos os serviços oferecidos pela Cáritas RJ, como aulas de português, cursos de capacitação, apoio de advogados e atendimento social e psicológico.
>
> O foco principal do PARES com as venezuelanas interiorizadas é trabalhar para que elas consigam se inserir profissionalmente, de forma a terem uma fonte de renda própria. A residência provisória na Casa de Acolhida Papa Francisco é uma oportunidade para que as solicitantes de refúgio possam organizar sua vida no Brasil, e, ao final do período acordado de permanência, saírem da casa para continuar seu processo de integração com autonomia[11].

Temos, nesse caso, uma boa prática de parcerias entre o governo e as organizações não governamentais em prol do bem-estar, do acolhimento e da integração dos refugiados venezuelanos.

Considerações finais

Ao final dessa investigação envolvendo o estudo das migrações internacionais contemporâneas e a crise de refugiados venezuelanos que entraram pelo estado de Roraima, nos anos de 2018 e 2019, e foram acolhidos pelo Estado brasileiro, podemos entender melhor a participação do governo federal no processo mais amplo que se inicia na entrada do migrante, passa pelo acolhimento e vai até a interiorização ou o deslocamento para outro país. A Força Tarefa Logística Humanitária para o Estado de Roraima – Operação Acolhida –, que foi criada para atender os refugiados venezuelanos que chegam ao Brasil por Roraima, deve ser vista como a base para a execução de todo o processo militarizado implantando no Brasil. É o resultado imediato de uma política nacional subsidiária de intervenção militar para ajuda humanitária.

10 Disponível em: <http://www.caritas-rj.org.br/casa-de-acolhida-papa-francisco.html>.
11 Disponível em: <http://www.caritas-rj.org.br/casa-de-acolhida-papa-francisco.html>.

Numa trajetória de prioridade nas ações subsidiárias, as Forças Armadas brasileiras acabam assumindo um papel que pertence a outros atores estatais, com responsabilidade pela condução de políticas públicas, o que, de certa forma, provoca uma acomodação da classe política, representada pela conveniência e conivência do Estado com esse tipo de ação. Por outro lado, entendemos que esse papel assumido em atribuições subsidiárias provoca um desvio do papel dos militares, previsto na Constituição Federal de 1988, que é a defesa da Pátria, a garantia dos poderes constitucionais, a garantia da lei e da ordem, e a participação de operações internacionais. É notório que essa ação política permanente das forças em ações subsidiárias pode desgastar as funções principais institucional, definidas constitucionalmente, o que em tese pode reduzir sua capacidade de emprego operacional para a guerra (RODRIGUEs, 2020, p. 56).

Nesse debate percebemos a presença dos militares relacionada à vontade do Estado e das instituições militares de controle do território e das fronteiras. O uso dos militares no campo da segurança mostra a relação direta do Estado com a coisa pública. As Forças Armadas são percebidas como o próprio Estado em ação. Para as instituições militares, o controle do território ganha relevância quando percebem, em pleno século XXI, que o Estado nacional ainda não terminou o seu processo de formação. Nesse caso, podemos entender a grande importância dada à presença no território, compreendida com peça fundamental da segurança e da defesa do Estado.

Mais do que a simples entrada de venezuelanos, a investigação analisou a capacidade do Brasil em acolher os pedidos de asilo que recebeu nesses dois anos, bem como suas políticas públicas e ações desenvolvidas. Diante desta conjuntura, o Estado brasileiro adotou medidas que demandaram solidariedade, união participativa e trabalho interagências estatais e não estatais nas ações de controle das migrações, na realocação dos que pediram asilo, na reinstalação de pessoas necessitadas e na movimentação para outros países. Essa operação interagência deve ser vista como um ponto importante para futuros debates e aplicabilidades pelo setor estatal, pois existe na prática uma dificuldade enorme na operacionalização desse tipo de atividade, que normalmente conta com a má vontade dos partícipes, além da falta de controle e das intransigências individuais de membros dos setores de segurança, e da falta de recursos financeiros federais, estaduais e municipais.

Como podemos verificar, existe uma complexa operação em andamento, que foi montada em cima de uma estrutura logística militar para receber e acolher os venezuelanos em território nacional. A estrutura tem como ponto principal a participação dos militares das Forças Armadas, como membros efetivos do Ministério da Defesa, articulados a funcionários de outros ministérios e pessoal de organizações da sociedade. Nesse momento, temos a oportunidade de ver um exemplo de parcerias entre o governo federal, estadual, municipal e outras organizações privadas, parcerias visando o bem-estar, o acolhimento e a integração do migrante venezuelano.

Referências

ARAUJO, Rafael; RIBEIRO, Jeancezar Dittz de Souza. (2019), A Venezuela entre 1989 e 2018: da crise do pacto de Punto Fijo ao governo de Nicolás Maduro. In: SARMIENTO, Érica; ARAUJO, Rafael; SARDENBERG, Helenice (orgs.) *Deslocamentos contemporâneos nas Américas:* novos desafios e discussões teóricas (século XX a atualidade). Rio de Janeiro: Editora Metanoia.

BARRETO, Luiz Paulo Teles Ferreira. (2010), A Lei brasileira de refúgio - sua história. In: BARRETO, Luiz Paulo Teles Ferreira (org.). *Refúgio no Brasil:* a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas. Brasília: ACNUR, Ministério da Justiça, pp.10-21.

BARTH, Frederik. (1976), *Los grupos étnicos y sus fronteras*. La organización social de las diferencias culturales, FCE, México.

BOSCHILIA, Roseli. (2019), Quando emigrar é preciso: narrativas sobre a diáspora haitiana. ARAUJO, Rafael; SARDENBERG, Helenice (orgs.). *Deslocamentos contemporâneos nas Américas:* novos desafios e discussões teóricas (século XX a atualidade). Rio de Janeiro: Editora Metanoia.

BRASIL. Ministério da Defesa. Sumário Diário de Situação NR 345/19, da Força Tarefa Logística Humanitária, do dia 11 de dezembro de 2019 (Terça-Feira).

CORAZA DE LOS SANTOS, Enrique. (2017), Cómo estudiar y representar las migraciones forzadas en América latina. In: SARMIENTO, Érica; LAZARO, Alicia Gil; VICENTE, Maria José. *Migrações Atlânticas no mundo contemporâneo (séculos XIX –XXI):* novas abordagens e avanços teóricos. Curitiba: Editora Prismas.

CORAZA DE LOS SANTOS, Enrique. (2014), Territorialidades de la migración forzada. Los espacios nacionales y transnacionales como estrategia política. *Espacialidades, Revista de temas contemporáneos sobre lugares, política y cultura*. V. 4, n.1, enero-junio, p.201 (p 197-221).

FASSIN, Didier. (2018), *Por uma repolitización del mundo*. Las vidas descartables como desafio del siglo XXI. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores.

FIGUEIRA, Rickson Rios. (2018), Razões da Xenofobia. Ensaio sobre os fatores contribuintes da violência xenófoba contra imigrantes e refugiados venezuelanos em Roraima. In: BAENINGER, Rosana et al. (orgs.). *Migrações venezuelanas*. Campinas, Sp: Núcleo de estudos de população "Elza Berquó" - Nepo/Unicamp, pp.224-230.

JUBILUT, Liliana Lyra; FERNANDES Pórpora Ananda. (2018), A atual proteção aos deslocados forçados da Venezuela pelos países da América Latina. In: BAENINGER, Rosana et al. (orgs.). *Migrações venezuelanas*. Campinas, Sp: Núcleo de estudos de população "Elza Berquó" - Nepo/Unicamp.

JUBILUT, Liliana Lyra; MADUREIRA, André de Lima. (2014), Os Desafios de proteção aos refugiados e migrantes forçados no marco de Cartagena + 30 Dossiê Migrações Forçadas REMHU - *Revista Interdisciplinar Mobilidade Humana*. Brasília, Ano XXII, n. 43, pp. 11-33, jul./dez.

LEÃO, Renato Zerbini Ribeiro. (2010), O reconhecimento do refugiado no Brasil no início do século XXI. In: BARRETO, Luiz Paulo Teles Ferreira (org.). *Refúgio no Brasil:* a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas. Brasília: ACNUR, Ministério da Justiça, pp.70-97.

KANAAN, Georges. (2018), As ações do exército brasileiro na ajuda humanitária aos imigrantes venezuelanos. In: BAENINGER, Rosana et al. (orgs.). *Migrações venezuelanas*. Campinas, Sp: Núcleo de estudos de população "Elza Berquó"- Nepo/Unicamp.

MARQUES, Adriana A. (2007), *Amazônia*: pensamento e presença militar. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, pp.68-71.

MENEZES, Lená Medeiros de. (2019), Sobre tempo, conceitos e representações: imigrantes, estrangeiros e refugiados. In: SARMIENTO, Érica; ARAUJO, Rafael; SARDENBERG, Helenice (orgs.). *Deslocamentos contemporâneos nas Américas:* novos desafios e discussões teóricas (século XX a atualidade). Rio de Janeiro: Editora Metanoia.

MILESI, Rosita. (2004), *Refugiados e Migrações Forçadas*: Uma reflexão aos 20 anos da Declaração de Cartagena. Disponível em: https://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/estrangeiros/art_irmarosita.pdf>. Acesso em 30/12/2019

NORAMBUENA, Carmen; PARDO, Maria Paz. (2019), Migración hatiana em Chile. 2010-2017. In: SARMIENTO, Érica; ARAUJO, Rafael; SARDENBERG, Helenice (orgs.) *Deslocamentos contemporâneos nas Américas:* novos desafios e discussões teóricas (século XX a atualidade). Rio de Janeiro: Editora Metanoia.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados, de 1951. Disponível em: <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf>. Acesso em 30/12/2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Protocolo de 1967, Relativo ao Estatuto dos Refugiados. Disponível em: <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Protocolo_de_1967.pdf>. Acesso em 30/12/2019.

RAMIREZ, Andres. (2010), Representante no Brasil do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) Lei 9474/97 e Coletânea de Instrumentos de Proteção Internacional dos Refugiados. 3ª Ed., Brasília.

RODRIGUES, Fernando. Estratégia da presença e evolução militar no Brasil: passado e presente. *Revista Análise Estratégica*. V. 15 (1) Dez./Fev. 2020.

RODRIGUES, Gilberto M.A. (2010), O futuro do refúgio no Brasil e seu papel no cenário humanitário. In: BARRETO, Luiz Paulo Teles Ferreira (org.). *Refúgio no Brasil:* a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas. Brasília: ACNUR, Ministério da Justiça, pp.134-149.

SARMENTO, Gilmara Gomes da Silva; RODRIGUES, Francilene dos Santos. (2018), Entre a acolhida e o rechaço: breves notas sobre a violência e os paradoxos da migração venezuelana para o Brasil. In: BAENINGER, Rosana et al. (orgs.). *Migrações venezuelanas.* Campinas, Sp: Núcleo de estudos de população "Elza Berquó" - Nepo/Unicamp.

VARGAS, Fábio Aristimunho. (2017), *Formação das Fronteiras Latino-Americana*. Brasília: FUNAG.

VELASCO, Juan Carlos. (2016), *El azar de las fronteras*. Políticas migratórias, cuidadanía y justicia. México: FCE.

VIDIGAL, Lucas. (2019), De uma vez, Brasil aprova mais de 21 mil solicitações de refúgio de venezuelanos. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/12/05/brasil-aprova-mais-de-21-mil-pedidos-de-refugio-de-venezuelanos.ghtml>.

WLADIMILA, Nayra. (2019), Venezuelanos relatam o drama de chegar pela trincheira ao lado brasileiro da fronteira. *Amazonia Real*, 25 de fevereiro de 2019. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/venezuelanos-relatam-o-drama-de-chegar-pela-trincheira-ao-lado-brasileiro-da-fronteira/>.

Submetido em 17 de janeiro. 2020
Aprovado em 15 de maio 2020

Licenciado sob uma Licença Creative Commons Attribution 3.0

DOI: http://dx.doi.org/10.20336/rbs.619

REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

A migração haitiana e a construção de seus "Nortes": Brasil um "Norte" alternativo e temporário

Haitian migration and the construction of its "Nortes": Brazil an alternative and temporary "North"

Kassoum Dieme
Tânia Tonhati
Lorena Pereda

RESUMO

Desde 2010, o Brasil vivencia as migrações internacionais com maior intensidade e complexidade. Uma das mais expressivas mudanças foi à chegada dos novos fluxos migratórios, com destaque para os haitianos. A imigração haitiana no Brasil tem se consolidado e o presente estudo procurou entender: qual é o local que o Brasil ocupa nos projetos migratórios dos haitianos? Para responder a essa pergunta contamos com os dados da pesquisa *Imigração e crise econômica: as táticas migratórias de retorno e circularidade dos haitianos**.O trabalho de campo foi realizado no Brasil e Haiti, entre 2018 e 2019. Os resultados encontrados foram que o Brasil é visto frequentemente, nos projetos migratórios dos haitianos, como um "Norte alternativo e temporário", onde é possível acumular capitais de mobilidade, acadêmico e econômico e, assim, expandir os horizontes de circularidade migratória.
Palavras-chave: Migração haitiana; Brasil; projetos migratórios.

* Esse estudo foi realizado pelo Laboratório de Estudos sobre Migrações Internacionais (LAEMI) da Universidade de Brasília (UnB), em conjunto com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), com o apoio da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP-DF).
** autores

ABSTRACT

Since 2010, Brazil has experienced international migration with greater intensity and complexity. One of the most significant changes faced by the country was the arrival of new migratory flows, especially from Haiti. The Haitian immigration in Brazil has been consolidated and the present study aims to understand: which role Brazil plays in the migratory projects of Haitians? To answer this question, we rely on data from the research named: Immigration and economic crisis: the migratory tactics of return and circularity of Haitians. The fieldwork was carried out in Brazil and Haiti, between 2018 and 2019. The results found were that Brazil is seen frequently reported as an "Alternative and Temporary North", where it is possible to accumulate capital of mobility, education and economic, which allow them expanding their migratory circularity's horizons.
Keywords: Haitian Migration; Brazil; migratory projects

Introdução

De 2010 a 2019,a sociedade brasileira passou por transformações no âmbito das migrações internacionais. Uma das mais expressivas foi à chegada de novos fluxos migratórios e a alteração do perfil migratório do país. Considerado país de imigração, o Brasil recebeu majoritariamente europeus até a primeira metade do século XX (SEYFERTH, 2002; COGO e BADET, 2013). Entre o final dos anos 1940 até o início da década de 1980, o Brasil vivenciou e participou pouco dos movimentos migratórios (PATARRA, 2012). Depois do encerramento do período de ditatura militar (1964-1985), que limitava a chegada de imigrantes e mesmo a saída dos brasileiros, o país voltou a fazer parte da dinâmica migratória. Desta vez através da emigração dos brasileiros para os países do chamado Norte Global, tais como os Estados Unidos, Canadá e países europeus (MARGOLIS, 2013; SOLÉ, ET. AL. 2011; TONHATI, 2019).

A partir de 2010, observou-se, no entanto, um crescimento da população imigrante proveniente de países do Sul Global, fazendo com que, de forma pouco expectável, a população imigrante mais representativa no Brasil torna-se proveniente do Haiti (HANDERSON, 2015). Como demonstrou Telemaque (2012), a imigração haitiana para o Brasil começou antes de 2010, porém, é como advento do terremoto em janeiro daquele ano, que se nota saídas mais expressivas de haitianos, das regiões mais atingidas para outras e para fora do país, inclusive para o Brasil (GODOY, 2011; BERSANI, 2015).

Diferentemente da República Dominicana, o Brasil não era um destino usual da migração haitiana. Autores como Godoy (2011), Fernandes e Castro (2014), Baptiste (2015) e Handerson (2015) demonstraram como o Brasil entrou na rota da migração haitiana. Para esse último, o país não foi o destino procurado pelos primeiros haitianos que chegaram após o terremoto em 2010. O destino desses era a Guiana Francesa e, posteriormente, a França metropolitana. No entanto, a Guiana Francesa fechou a fronteira para os haitianos e passou a impor diversas restrições. Tal circunstância fez com que dezenas de haitianos ficassem em território brasileiro, dando início à criação das redes migratórias dos haitianos no país. A partir de então, o número de haitianos adentrando o Brasil pela fronteira Norte (Acre e Amazonas)aumentou gradativamente.

Estudos como de Dieme (2016), Handerson (2015), Tonhati *et al.* (2016) relataram que o Brasil foi gradualmente se tornando o destino de milhares de haitianos. Como forma de organizar e melhor gerir essa migração o Conselho Nacional de Imigração (CNIg) acionou a RN (Resolução Normativa) nº 27 e criou a RN nº 97[1]. A RN nº 27 atendeu aos cidadãos haitianos, que estavam entrando sem vistos no país solicitando refúgio. A resolução nº 97 permitiu ao governo brasileiro conceder visto permanente, de cinco anos, exclusivamente aos nacionais do Haiti por razões humanitárias, o que na prática regularizou a situação migratória desse coletivo no Brasil.

O ano em que começou este fluxo, assim como nos subsequentes,o Brasil estava em um momento de crescimento econômico, enquanto a crise econômica afetava boa parte do mundo desde 2008 (PATARRA, 2012). Esta prosperidade, no entanto,começou a sofrerum declínio, que, de acordo com Oliveira (2016), se acentuou a partir de 2015. Ele sublinha que a crise econômica "se instalou no país com mais vigor no ano de 2015, chegando a reduzir os postos de trabalho para nacionais [...]" (OLIVEIRA, 2016, p. 60). Dieme (2016, 2019) observou que a partir de 2015, o processo migratório dos haitianos no Brasil entrou em um novo momento. Ao mesmo tempo em que continuavam chegando imigrantes haitianos tambémocorreram (re)migra-

1 Esta Resolução Normativa do CNIg - publicada no Diário Oficial da União – Seção 1 Nº 10 de 13 de janeiro de 2012 - previu em seu Art. 1º a possibilidade de conceder visto permanente de 5 anos exclusivamente ao nacional de Haiti por razões humanitárias. Estas são as "resultantes do agravamento das condições de vida da população haitiana em decorrência do terremoto ocorrido naquele país em 12 de janeiro de 2010" (DIEME, 2016, p. 237).

ções destes para outros países tanto da América do Sul[2], como para outros destinos, além de movimentos de retorno.

Os fluxos simultâneos de entrada e de saída dos imigrantes haitianos do Brasil, nos remeteu ao estudo de Maria Ioannis Baganha (2002). Essa autora pesquisou a migração portuguesa e constatou que Portugal era uma "anomalia teórica" para os estudos migratórios. Esse caráter anómalo das migrações significava que o país "importa" e "exporta" migrantes com perfis semelhantes simultaneamente. Nesse sentido, Portugal segundo a autora, seria um "laboratório fascinante" de uma complexa combinação de características sociais paradigmaticamente opostas, que o posicionava em uma situação singular em termos dos processos migratórios.

Para Baganha (2002), dentro das dinâmicas migratórias, Portugal se consolidou desde a década de 1990 como sendo uma "placa giratória" (ibidem: 147), redistribuindo a mão de obra migrante pela Europa, tanto portuguesa, quanto brasileira e/ou africana. Como ela argumentou, é pouco provável que "Portugal deixe de ser o Sul para a Europa e o Norte para a África" (BAGANHA, 2002: 153), ou seja, o país atraía imigrantes de países do Sul Global, ao mesmo tempo, que seus nacionais e mesmo os imigrantes residentes nele,(re) migram para países mais ricos do Norte da Europa. Em face do caráter instigante da argumentação de Baganha (2002) e devido aos achados da nossaprópria pesquisa com os imigrantes haitianos no Brasil, nós nos propomos a analisar, se o Brasil na década de 2010-2019, tornou-se uma "placa giratória" na América do Sul,diante da migração haitiana. Esse artigo, portanto, busca identificar o lugar queo Brasil ocupa na dinâmica migratória do coletivo haitiano.

Este trabalho foi dividido em cincoseções, sendo essa introdução a primeira delas. A segunda faz uma breve revisão da literatura existente, dialogando com os principais autores que debatem sobre a migração haitiana no Brasil. Nessa seção realizamos uma discussão histórico-teórica. Na terceira parte apresentamos a metodologia adotada pela pesquisa. E, finalmente, na quarta e quinta partes, discorremos sobre os resultados da pesquisa e concluímos o artigo trazendo algumas ponderações sobre os nossos achados.

2 Para mais informações ver Cf. *Folha de São Paulo*. https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/05/1768958-para-fugir-da-crise-haitianos-trocam-o-brasil-pelo-chile.shtml

1. Fatores histórico-teóricos que influenciaram a migração haitiana para o Brasil

No que tange à imigração do Sul Global, os haitianos ocupam um lugar de destaque no Brasil.Apresentaremos, primeiramente, alguns dos fatores que levaram à emigração dos haitianos para o Brasil, posteriormente, iremos elencar alguns dos fatores que colocaram o Brasil na rota migratória dos cidadãos caribenhos em tela. De modo geral, a análise das migrações internacionais demanda não só um olhar diacrônico, mas também sincrônico. Sayad (1998) assinala que a migração tem uma "dupla dimensão":a "cronológica", isto é, as saídas precedem as chegadas, e a "epistemológica", ou seja, a chamada *imigração* aqui é para outra sociedade uma*emigração*.

Dentre os fatores que levam à saída dos haitianos do seu país ao longo da história,os estudos citamas questões conjunturaise estruturais. Partindo de alguns estudos recentes é possível afirmar que há uma estreita relação entre a história do Haiti e os movimentos mundiais de colonização, imperialismo, neoliberalismo e ocupações (BAPTISTE, 2015; HANDERSON, 2015; SEGUY, 2014; TELEMAQUE, 2012). De igual modo, cabe abordar a emigração haitiana considerando os contextos nacional e global.

Assim, é pertinente analisar a migração em questão para o Brasil considerando fatores macro-estruturais. É o que ocorre, por exemplo,nas análises dos problemas políticos e econômicos provocados pela herança colonial e pelo neocolonialismono Haiti (DIEME, 2016; THOMAZ, 2010). Sabe-se queo Haiti passou por instabilidades cujas causas profundas são o legado da colonização e de suas novas formas de operar (SEGUY, 2014). Algumas destas serviram de justificativas para intervenções unilaterais ou internacionais que teriam como objetivo assegurar a estabilidade no país. De 2004 a 2017, a MINUSTAH[3], uma Missão de Paz da Organização das Nações Unidas atuou no Haiti, tendo sido antecedida por outras. De acordo com Thomaz (2010) desde o começo da década 1990, o Haiti está inteiramente sob "tutela das grandes organizações internacionais" (p. 24). Para Mamed (2018, p. 68) o terremoto em 12 de janeiro de 2010 no Haiti "mobilizou a 'Internacional Comunitária' e as bases para a 'recolonização' do país, na qual a atuação brasileira,

3 Esta missão foi estabelecida em 2004 pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas *"sob o nome de Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haïti."* (DIEME, 2017, p. 27).

desde 2004, como líder [do braço militar] da [...] Minustah, já demonstrava integrar o ambicioso projeto subimperialista"[4].

Embora insuficiente para explicar a emigração haitiana para o Brasil,a colonização, as invasões e mesmo a Missão de Paz foram fatores considerados relevantes para analisar este fenômeno. A esse respeito, Baeninger e Peres (2017) colocaram que,

> [...] o Haiti se constrói historicamente com a presença econômica e militar estrangeira (CASTOR, 2008; SEGUY, 2014), com o domínio colonial no século XVIII (JAMES, 2010), com o controle político e militar dos Estados Unidos no século XX (CASTOR, 1971) e com a presença brasileira no início do século XXI (LUCE, 2011; MAGALHÃES, 2014). Assim, seus processos emigratórios vinculam-se também a tais presenças militares em território haitiano (p. 123).

A colonização e as ocupaçõesaparecem na literatura sobre as migrações como fatores geradores, acurto, médio ou longo prazo, das contracorrentes migratórias. Por exemplo, Portugal recebeimigrantes das suas ex-colônias naÁfrica, sobretudo, angolanos, cabo-verdianos, da América do Sul, cidadãos brasileiros (BAGANHA, 2002; NOLASCO e RIBEIRO, 2018). A França é o destino de magrebinos, africanos francófonos, indochineses e haitianos (DUROUX, 2011; HANDERSON, 2015).A relação colonização, ocupação e migração levou autores como Fernandes e Castro (2014), Handerson (2015), Seguy, (2014) e Baeninger e Peres (2017) a correlacionar apresença militar brasileira no Haiticom a migração desse coletivopara o Brasil.

A essas intervenções e à herança colonial se somam osefeitos daspolíticas macroeconômicas globais e os fechamentos das fronteiras de alguns dos destinos tradicionais da emigração haitiana, como por exemplo,para países do Norte Global, comoEstados Unidos e França. Segundo dados da OCDE/INURED (2017)[5], em 2015,11,2% da população haitiana viviam fora do Haiti, sendo que desse número 600 mil estavam nos EUA e 70 mil na França. Esta presença significativa não é necessariamente sinônima de permanência legal, nem de boa acolhida. Em 2018,o jornal espanhol *EL PAÍS*[6] informou que

4 Cabe notar que a relação entre migração internacional e colonização é referida por vários estudos (SEYFERTH, 2002; SEGUY, 2014; HANDERSON, 2015, SAYAD, 1998; SANTOS, 2002; DUMONT, 2019).

5 Cf. https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/9789264278844-6-fr.pdf?expires=1580271266&id=id&accname=guest&checksum=69DE5E73DF0107A15DE57346F1CE06B1

6 Cf. https://brasil.elpais.com/brasil/2018/01/11/internacional/1515710855_459301.html

o presidente dos EUA (Donald Trump) retirou os haitianos de um programa que permitia sua residência legal. Tal política restritiva afetou a 59.000 haitianos. Handerson (2016) observou também políticas de restrições à entrada de haitianos em território francês da Guiana após 2010.

Com relação àspolíticas macroeconômicas globais, Galeano (2014) afirma que o Haiti é um "país submisso às ordens do Banco Mundial e do Fundo Monetário, o Haiti havia obedecido suas instruções sem murmúrios" (Cf. DIEME, 2016, p. 67). Essas políticas levariam à instabilidade política e socioeconômica. O que se desdobra, segundo Handerson (2015) em um leque de carências como: a falta de serviços de saúde, de oportunidade de estudo e trabalho.

Importa notar, ainda,como fator que levou à saída de milhares de haitianos para o Brasil, o terremoto de 12 de janeiro de 2010. Esse atingiu de forma particularmente violenta não só a capital haitiana Porto Príncipe - sendo essa a principal cidade e o principal polo de imigração, como afirmado por nossos interlocutores haitianos retornados do Brasil – mas também, de acordo com Thomaz (2010, p. 24), as seguintes cidades: *Pétionville, Léogâne, Petit-Goâve, Grand-Goâve e Jacmel.* Ou seja, "Porto Príncipe, [...], e seus entornos, área mais densamente habitada" (SEGUY, 2014, p. 24). Descrito como um fenômeno ambiental, seu impacto é analisado por este autor como fruto de natureza devastada desde os tempos coloniais e que não foi, nem depois da catástrofe, objeto de preocupações políticas sérias. Segundo Seguy (2014) e Handerson (2015), o terremoto veio agravar um contexto já marcado pelas carências estruturais. Diante desse agravamento uma das soluções às quais a juventude recorreu foià emigração, socialmente entendida como uma forma de ascensão social (BAPTISTE, 2015, HANDERSON, 2015).

Como apontou Handerson (2015; 2016) e Dieme (2016) dois pontos sobressaltam quando buscamos explicar a emigração haitiana para o Brasil. Primeiro,tem que se levar em conta a saturação e a tensão que sofrem os haitianos na vizinha República Dominicana. Segundo, o fechamento das fronteiras e as políticas restritivas dos países como: os Estados Unidos, Canadá ea França. Esses são alguns elementos, adicionados aos outros que mencionamos mais acima, que contribuíram para que os haitianos buscassem um país "alternativo", em que fosse possível atender as necessidades de formação acadêmica, técnica, de trabalho ou emprego e também de segurança.

O Brasil, até meados de 2014, tinha um bom desempenho econômico, e era uma opção interessante no Sul Global, entrando de forma inesperada no-

horizonte da migração haitiana (PATARRA, 2012; HANDERSON, 2015). Sendo, segundo Dieme (2016), apresentado pelos chamados *coiotes* como um país onde se poderiatrabalhar e ganhar um salário alto, isto é, como um novo *peyi blan*[7]. Para Patarra (2012), a vinda dos haitianos se justificava também pela liderança brasileira na América Latina e pela sua avançada legislação sobre refúgio[8], às quais se somou a criação,em janeiro de 2012 e com base na Resolução Normativa nº 97 -o visto humanitário criado exclusivamente para os cidadãos haitianos que almejam vir residir no país.

O visto humanitário para os haitianos foi definido como permanente, tinha validade de cinco anos e sua renovação dependia de comprovação da situação laboral do requerente. Inicialmente foi previsto a emissão de 100 vistos por mês, isto é, 1.200 por ano durante dois anos. No entanto, estas quotas foram retiradas diante do tamanho da demanda e da continuidade de entradas de haitianos no Brasil pela fronteira Norte. O Brasil autorizou, por algum momento, a emissão desse visto em embaixadas do Brasil em São Domingos, Lima, Quito e Panamá, além de Porto Príncipe. Apesar desta medida, que buscava pôr um fim na entrada de migrantes haitianos sem visto no país, envolvendo indiretamente países terceiros tal como o Equador e o Peru, na busca dessa solução, observou-se que pelo menos até 2015, a fronteira terrestre no Norte ainda servia de lugar de entrada para os haitianos (DIEME, 2016; TONHATI, 2016). Extinto o visto permanente criado pela RN nº 97 em outubro de 2017, foi criado outro, temporário, em 6 de abril de 2018 pela Portaria Interministerial nº 10, e também reservado aos mesmos cidadãos, além de apátridas residentes no Haiti por razões humanitárias[9].

O Conselho Nacional de Imigração (CNIg) concedeu 708 autorizações de residência a haitianos em 2011. Em 2012 foram 4.825 concessões para esta

7 "Peyi blan é umpaís estrangeiro, mas, geralmente, aqueles considerados como tendo um bomdesenvolvimento socioeconômico. No imaginário haitiano, é considerado comoum paraíso, onde há neve, faz frio, ganha muito dinheiro, enfim, onde há bem-estar social, uma realidade totalmente diferente do Haiti" (Handerson, 2015, p. 28).

8 Para Barreto (2010), a Lei Nº 9474 de 22 de julho de 1997 é considerada *aberta, avançada e respeitosa pela ONU* (Cf. DIEME, 2016, p. 148) pois, entre outras coisas, possibilita a obtenção de documento provisório para solicitante de refúgio, que pode inclusive trabalhar enquanto aguarda a decisão do CONARE (Comitê Nacional para Refugiados), ao contrário do que ocorre países como a França ou Estados Unidos, por exemplo.

9 Segundo o Ministério das Relações Exteriores: "Esse visto será emitido exclusivamente pela Embaixada do Brasil em Porto Príncipe e permitirá a concessão de residência temporária de dois anos no Brasil, passível de transformação em residência por prazo indeterminado ao final desse período".Para saber mais ver: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/18622-visto-humanitario-para-haitianos.

nacionalidade. Estes números diminuíam para 2.069 em 2013 e para 1.890 em 2014. No entanto, atingiram 34.773 em 2015. Segundo Tonhati (2016), tal aumento ocorreu em razão de que de 2010 a 2015, uma tática migratória utilizada pelos haitianos para dar entrada, permanecer e trabalhar (com carteira de trabalho) no Brasil foi solicitar refúgio ao governo brasileiro. Porém, muitos desses imigrantes não cumpriam os requisitos do estatuto do refúgio. Desde modo, no ano de 2015, o Ministério do Trabalho e da Justiça assinaram um ato conjunto com o objetivo de regularizar a situação migratória dos haitianos que solicitaram refúgio, mas não se enquadravam na condição de refugiados. O CNIg concedeu aos nacionais do Haiti o visto permanente por razões humanitárias. Já a ausência de autorizações de residência a haitianos em 2016 está ligada ao redirecionamento dos vistos aos haitianos para o Ministério da Justiça,a redução das entradas terrestres e à regularização migratória definitiva. Em 2017 e 2018 foram respectivamente 1.244 e 364 solicitações de autorização de residência pedidas ao CNIg (DIEME *et al.* 2019). Somando 45.873 concessões de residência por razões humanitárias a haitianos que já se encontravam no Brasil pelo CNIg de 2011 a 2018. De acordo com Oliveira (2018):

> [...] a partir de 2010, os haitianos (101,9 mil) aparecem como primeira nacionalidade em termos de regularização no período, acompanhados na sequência entre os principais países por: bolivianos (79,4 mil), colombianos (48,2 mil), argentinos (40,9 mil) e norte-americanos (39,9 mil), o que demonstra claramente o deslocamento para o Hemisfério Sul entre as origens mais determinantes (OLIVEIRA, 2018, p. 61).

Em suma, como demonstrado pela literatura existente, à migração haitiana para o Brasil combina elementos sócios históricos, estruturais e ambientais. Tais fatos levaram esse país a apresentar alto déficit de desenvolvimento social e econômico, entre outros, o que proporcionou a emigração de seus cidadãos para outros países, criando uma cultura de migração (HANDERSON, 2015). Os autores, que buscaram um olhar particular para a imigração haitiana no Brasil, revelaram que essa tem um crescimento significativo a partir de 2010, após o terremoto que devastou o Haiti. Como vimos, o Brasil entra na rota da migração haitiana como uma alternativa, já que países como Estados Unidos, França, Canadá criaram políticas restritivas. Nesse processo, o Brasil é construído, tal como demostrado nas próximas seções, como um "Norte Global alternativo" e "temporário" para a migração haitiana.

2. Metodologia

O presente artigo teve como base o projeto de pesquisa: *Imigração e crise econômica: as táticas migratórias de retorno e circularidade dos haitianos*, desenvolvido pelo Laboratório de Estudos sobre Migrações Internacionais (LAEMI) da Universidade de Brasília (UnB), em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), com o apoio da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP-DF). A pesquisa foi multisituada (Marcus, 1995) e realizada no Brasil, no Distrito Federal (Brasília, São Sebastião, Paranoá, Itapoá, Plano Piloto e Guará II) e em Paraná (Curitiba), e no Haiti, na capital Porto Príncipe[10] e em outras cidades: Jacmel, Mare Rouge, Anse-Rouge e Saint-Marc.

A pesquisa foi realizada através de entrevistas semi estruturadas e o contato com os participantes se deu em função do critério de heterogeneidade e acessibilidade, recorrendo à técnica da "bola de neve"[11] (BALDIN E MUNHOZ, 2011).No Brasil foram entrevistados 45 haitianos, sendo 34 homens e 11 mulheres. No Haiti foram 19 entrevistados retornados do Brasil, sendo 13 homens e 6 mulheres. Além das entrevistas, o estudo realizou grupos focais nas cidades brasileiras. Em Brasília (DF), o grupo focal,com 5 homens e 2 mulheres,foi realizado em 01 de maio de 2018. Em Curitiba (Paraná), o grupo focal, composto por 14 homens e 6 mulheres, foi realizado em 4 de agosto deste ano.

3. Brasil, um "Norte Global alternativo": redes e formação acadêmica

As redes no contexto das migrações internacionais são entendidas por Pedone (2004) como:

> […] estrategias puestas en marcha por los propios migrantes ante el juego de poderes nacionales e internacionales y para interpretar la per-

10 Na capital foram realizadas entrevistas em Pétion Ville, Jacmel, Croix de Bouquets, Carrefour e Delmas.

11 A técnica "Bola de Neve" é uma forma de amostra não probabilística utilizada em pesquisas sociais, na qual os participantes iniciais do estudo indicam novos participantes que, por sua vez, indicam novos participantes, até que seja alcançado o objetivo proposto ou o ponto de saturação da pesquisa. O IMDH, estudantes, ex-estudantes ou trabalhadores haitianos residentes no Brasil ou no Haiti, bem como o Centro Cultural Brasil-Haiti ajudaram nesse sentido.

> manente redefinición de las relaciones de solidaridad y de conflicto, en distintos niveles (Cf. PEREDA, 2019, p. 25)12.

Nossa pesquisa de campo revelou que a imigração haitiana para o Brasil contou com a centralidade das redes migratórias envolvendo instituições religiosas ou laicas, familiares e de amizade, legais ou "ilegais" mobilizadas pelos imigrantes e/ou seus familiares. Entre os nossos entrevistados, muitos contaram ter recebido apoio de redes religiosas para poder ir morar e estudar no Brasil. Uma participante informouter sido apoiada pela mãe e viajado com a ajuda de atravessadores, e outro entrevistado contou com a ajuda de um amigo migrante retornado.

Frano, um entrevistado retornado do Brasil para o Haiticita uma das razões que o motivou a vir estudar no Brasil:

> *Meu melhor amigo naquele tempo, já tinha estudado no Brasil,* [...], *ele foi assassinado no dia do terremoto em 2010. Ele era professor na faculdade, ele fez seu mestrado e doutorado na UFPE em Pernambuco. Então quando eu conversei com ele sobre o meu projeto, ele me respondeu assim: "Eu acho, que a minha faculdade é o lugar ideal para você desenvolver essa pesquisa porque tem um centro de pesquisa sobre movimentos sociais* (Frano, Porto Príncipe – Haiti).

Já outro entrevistado, Federico, morador de Brasília, quando perguntado sobre as facilidades identificadas na chegada ao Brasil falou:

> *A facilidade para vir, porque a gente já tinha família aqui né,* [...], *a gente vem direto na casa da família, a gente já tem pessoa que sabe, que fala a língua natal né, a gente morava juntos lá no Haiti e viemos morar aqui no Brasil juntos, pramim é uma facilidade, tem gente que vem em um país sem saber a língua né, só vem para cá para conhecer e não sabe onde vai morar, pra mim, que tem mãe e irmã, é uma facilidade.*(Federico, Brasília – Brasil).

Além dos estudos, o entrevistado Lysno afirmou que a facilidade para a obtenção do visto e a presença do primo, que já morava no país, foram fatores determinantes para sua vinda ao Brasil.

12 Tradução nossa: "estratégias implementadas pelos próprios imigrantes frente ao jogo de poderes nacionais e internacionaise para interpretar a permanente redefinição das relações de solidariedade e de conflito, em distintos níveis"

> *No momento que eu encontrei esse visto, eu não tive tempo de terminar meu TCC, mas eu vim, e eu tinha o meu primo, que estava morando aqui em Brasília. Eu vim para cá,* [...] *a gente morou 1 ano junto, depois eu saí e fui morar com meu irmão só.* (Lysno, Brasília - Brasil).

Para além das redes de contato de familiares e amigos, a pesquisa encontrou que instituições religiosas foram fundamentais para a vinda de alguns haitianos para o Brasil. Nelive, imigrante retornada disse: *Na igreja onde vocês foram, é aquele pastor que entrou em contato com a instituição Izabela Hendrix. É ele que fez tudo, todos os tramites até a obtenção do visto. Ele inclusive viajou conosco.* Lenga, Quinjo e Caniesh vieram com o auxílio dessa instituição também.Eles demonstraram satisfação em poder avançar em sua formação no Brasil, argumentando que teriam uma formação de qualidade, a qual seria bem reconhecida, possibilitaria a abertura do mercado de trabalho e ajudaria no desenvolvimento do Haiti.O entrevistado retornado Quinjo disse:

> [...] *esse programa que eu participei foi um programa no ministério aqui no Haiti que se chama Ministério de visão global do Haiti que teve contato com o reitor da faculdade Izabela Hendrix na época, então deu essa oportunidade de ir pra lá para estudar. Mas, o objetivo foi ir lá para estudar e depois voltar o país para ajudar na questão do conhecimento que a gente conseguiu lá, volta pra trabalhar para ajudar o país, foi isso o objetivo.* (Quinjo, Porto Príncipe – Haiti).

Para esse subconjunto de imigrantes retornados, bem como para Toussaint, Frano, Mondieu e Sanité,que vieram para o Brasil em busca de formação educacional e financiados pelo governo brasileiro- o que foi um fator determinantena escolha do Brasil como destino - através de bolsas de estudo de pós-graduação, o país se tornouum"Norte Global alternativo". Observamos que esses entrevistados colocam o Brasilmais próximo do Norte do que do Sul Global, em termos de status acadêmico que conseguiram atingir. Ao mesmo tempo, a escolha pelo Brasil também se deu por acreditar que esse tinha mais semelhanças com o próprio Haiti, o que o distanciaria do Norte Global. É possível observar esse paradoxo na fala do participante a seguir, caracterizando essa construção de um espaço alternativo:

> *Porque em 2007 quando eu estava me preparando pra o meu projeto de estudo, eu tive um professor na minha faculdade, ele praticamente*

> *lutou comigo pra não ir pro Brasil. "Não, mas tem uma bolsa pra Washington, porque é que você prefere o Brasil?" Eu tinha essa oportunidade de ir para Washington, mas aí eu falei: "Não, eu acho que o Brasil é melhor para mim", "Mas por quê?". "Eu não conheço o Brasil, mas eu acredito que eu talvez, ou com certeza, é mais fácil eu encontrar algumas realidades mais próximas das realidades haitianas do que num Estado como Washington* (Frano, Porto Príncipe – Haiti).

A pesquisa observou, ainda, que para os imigrantes haitianos que vieram para o Brasil com o propósito principal de acumulação e envio de remessas, e, portanto, tinham a atividade laboral como prioridade (mesmo que muitos reportaram desejo em combinar trabalho e formação acadêmica), o Brasil também foi entendido como um "Norte Global alternativo". Embora o país não lhes ofereça altos salários e apresente grandes desafios na vida laboral, à maioria dos entrevistados avaliou melhor o Brasil que o Haiti, tanto em termos de oportunidades de trabalho como de segurança. É o que relatam os entrevistados a seguir.

> *É por conta de segurança mesmo, porque quando eu estava lá, ganhava mais né, mas aqui, é mais tranquilo né?* (Federico, Brasília – Brasil).

O Brasil, portanto, é construído nas narrativas dos nossos participantes como um local "alternativo",que permite a realização, bem ou mal, de seus objetivos centrais: estudar e/ou trabalhar. Ou seja, é possível adquirir renda, formação acadêmica e até mesmo segurança no Brasil. Esses elementos permitiriam a eles alcançar status social perante amigos, familiares e a sociedade no Haiti. É nesse sentido que caberia a apelação de "Norte Global alternativo" para designar o Brasil.

As conversas com nossos interlocutores no Brasil e no Haiti revelaram ainda que as ideias de "temporalidade" e "provisoriedade" são bastante recorrentes nos relatos das suas experiências migratórias, inclusive após o retorno. Nesse sentido, nos perguntamos: Seria o Brasil,para além, de um "Norte Global alternativo", um "Norte temporário"?

4. Brasil: "Norte temporário" e "placa giratória" na construção do projeto migratório dos haitianos

Os termos *"temporário"* e *"placa giratória"*são conceitos relacionados à migração internacional, que remetem não só ao movimento geográfico de pessoas, mas também a suas condições jurídicas, econômicas e/ou sociais. Como já dizia Sayad (1998, p. 45).

> [...] a imigração condena-se em engendrar uma situação que parece destiná-la a uma dupla contradição: Não se sabe mais se se trata de um estado provisório que se gosta de prolongar indefinidamente ou, ao contrário, se se trata de um estado mais duradouro, mas que se gosta de viver com um intenso sentimento de provisoriedade (SAYAD, 1998, p. 45).

No âmbito de migração internacional, portanto, o adjetivo *"temporário"* remete à condição de *provisoriedade,* objeto de análise em Sayad (1998) que o entendeu como ilusório. Para o autor, o fenômeno migratório gira em torno da ilusão da provisoriedade e têm três *"parceiros que são a sociedade de emigração, a sociedade de imigração e os próprios emigrantes/imigrantes, os primeiros envolvidos"* (SAYAD, 1998, p.18). Se o Brasil é aqui entendido como um "Norte Global alternativo" para as migrações dos Sul Global, na medida em que exerce sobre eles um elevado poder de atração na última década (2010-2019), e que nele podem arrumar trabalho, ganhar dinheiro,adquirir formação acadêmica, competências, ter relativamente paz e viver num lugar bom, como sugeriu,de certa forma, Handerson (2015) com a noção de *peyi blan*, a questão que se coloca agora é seguinte: É a estadia de haitianos no Brasil temporária?

Para responder a esta pergunta, consideramos num primeiro momento as medidas jurídicas tomadas ou acionadas pelo Estado diante da imigração haitiana. Observamos que as resoluções, como foi o caso da RN nº 97 de 12 de janeiro de 2012 e da Portaria Interministerial nº 10 de 06 de abril de 2018, bem como a aplicação da RN nº 27, todos dispositivos legais, remetem explícita ou implicitamente à *provisoriedade*. O documento interministerial de forma mais evidente e os demais um pouco menos, mesmo quando são considerados como vistos permanentes, demandam renovação periódica a cada dois ou cinco anos.

Em termos econômicos e/ou sociais a *provisoriedade* da permanência no Brasil foi relatada pelos entrevistados da nossa pesquisa, no sentido das di-

ficuldades de acender a postos de trabalho com remuneração mais alta, e ainda, as incertezas com relação a permanência no mercado de trabalho, em consequência da crise econômica brasileira. E, até mesmo, a dificuldade de combinar as atividades do trabalho e a ampliação da formação acadêmica. Encontramos diversos relatos que colocaram a estadia no Brasil como sendo passageira. Alguns dos participantes reportaram que tinham planos de deixar o país a médio ou longo prazo e retornar para o Haiti.

> *[...] Na verdade, fico até o dia que melhorar a segurança de lá, aí eu vou, porque o Haiti,porque lá fica melhor para mim"* (Federico, Brasília - Brasil).
> *[...] eu quero ficar fora do país* [Haiti] *alguns anos, talvez 10 a 15 anos, não sei, mas depois eu quero voltar também"* (Dans, Curitiba - Brasil).

Os chamados países do Norte Global constituem os destinos mais almejados após eventual saída do Brasil. Em seu relato, o entrevistado Enzy, assinalou que pretendia permanecer no Brasil por um tempo determinado.Para ele, a estadia no país se estenderia até que conseguisse ir para os EUA,e depois para o Canadá, onde ele acredita que atingiria uma estabilidade maior.

> *Pesquisador: Mas você está querendo ir daqui para o Haiti, do Haiti para os EUA e dos EUA para o Canadá?*
> *Enzy: Sim, exatamente. E aí vai ficar mais estável.*

O desejo de realizar esse percurso também foi expresso por outra entrevistada, Venala, moradora de Curitiba. Ela afirmou:

> *Eu quero ir pros Estados Unidos ou Canadá, porque lá no Canadá você estuda melhor. Tenho bastante família também. Visto de estudante tá difícil porque eu sou haitiana e to aqui no Brasil, eu já pedi visto pros EUA, mas eles negaram, porque sabiam que eu não ia voltar, eles negaram, não deixa. Mas* [...], *eu quero mais Canadá agora, porque dá mais oportunidade pra trabalhar, trabalhar não, estudar.* (Venala, Curitiba – Brasil).

A entrevistada Nadecha, disse: *Saio do Brasil se for para ir pros Estados Unidos e França também sim, para outro país não* (Nadecha, Curitiba – Brasil).

Para além dos Estados Unidos,do Canadá e da França, também apareceu o Chile nos projetos migratórios de circularidade haitiana. Sanité disse:

> [...] *o foco migratório não é mais o Brasil, agora pouco era o Chile. Acho que agora diminui um pouco, porque começaram a mandar os haitianos de volta pra cá e tudo mais, mas tem muitos haitianos que deixam o Brasil por conta da crise, e foram para o Chile* (Sanité, Porto Príncipe, Haiti).

As falas dos nossos entrevistados, que tinham o desejo de (re)migrar saindo do Brasil, mostram que para estes o Brasil se constitui dentro do projeto migratório como um país alternativo e também temporário. Ele é visto como um lugar que permite atingir alguns objetivos como: juntar algum recurso financeiro, obter formação acadêmica, visto. Esses são elementos a serem adquiridos, ou como cunhados por Oliveira e Kulaitis (2017), são capitais de mobilidade, que serão posteriormente utilizados para continuar o projeto migratório.

A presente pesquisa contou com entrevistas com haitianos retornados do Brasil para o Haiti, como reportado na metodologia. Quando consideramos as falas desses interlocutores, vimos que quase todos haviam emigrado para realizar estudos nos seguintes níveis: graduação, especialização ou mestrado. Portanto, migraram já com o propósito de uma estadia temporária. A maioria havia atingido seus objetivos estabelecidos, quando retornaram e relataram que tinham *"boas expectativas de emprego"* e/ou *"retomada do trabalho deixado"*. Foi o caso de Quinjo, Toussaint e Caniesh. A entrevistada Caniesh quando perguntada sobre a sua experiência migratória e a contribuição dessa para sua mobilidade social e econômico no Haiti, respondeu:

> *É, eu acho que contribuiu sim, porque eu achei um trabalho porque eu estudei* [...] *e eu trabalho em projetos aqui no ministério e o ministério é do governo e aí eu acho que contribui assim, porque aqui se você não tem um papel, não vai poder achar um trabalho* (Caniesh, Porto príncipe – Haiti).

O Brasil, para muitos desses, foi um "Norte alternativo e temporário" não só por oferecer uma boa formação, mas também pelo nível de desenvolvimento em relação ao Haiti e, sobretudo, pela intenção, compromisso e ato de retornar para Haiti. Muitos dos retornados relataram que após os estudos no

Brasil conseguiram um emprego satisfatório ou melhores condições laborais no Haiti. Foi o caso do entrevistado Lenga.

> *Ele [o diretor] tinha dito "poderia ter ficado pra fazer doutorado", eu falei "não, agora vou voltar". E agora sinceramente estou muito satisfeito, o projeto que estou tá ajudando na formação de jovens, técnicos agrícolas, [...], então quer dizer, uma pessoa que queria sair do país para ir pro Brasil, pra Chile pra poder fazer isso, mas ao invés disso pode fazer aqui, porque tem uma empresa*[agrícola]*, isso me deixa satisfeito, sabe?* (Lenga, Jacmel, Haiti).

A estadia temporária de imigrantes, que teria o retorno com um desfecho final é, do ponto de vista teórico discutível, pois como demonstraram os trabalhos de Cassarino (2013) e Sayad (2000), o retorno não põe fim à migração,esse faz parte do próprio fenômeno. Cavalcanti e Parella (2013, p. 16) afirmam que*"el retorno debe ser conceptualizado desde enfoques que lodefinan como una etapa más del ciclo migratorio, a partir de patrones de circularidad"*[13].

Tal fato, também apareceu em nosso estudo, seis dos retornados que entrevistamos ainda almejam (re)emigrar para outro país para avançar nos estudos,fazer um curso ou para trabalhar. Eles procuram dar continuidade ao seu projeto de vida através da realização de projetos migratórios. Assim, fomos chegando à conclusão de que o Brasil se constitui para a migração haitiana recente como uma possível "placa giratória". O país passa a ser um local importante para aquisição de conhecimentos e recursos financeiros para impulsionar e construir a possibilidade de uma nova mobilidade.

A noção de "placa giratória" cunhada por Baganha (2002) está associada às ideias de chegada de imigrantes, de provisoriedade de sua estadia, de qualificação profissional e de emigração dos nacionais e/ou imigrantes para outros destinos. Ela remete também a uma posição classificável como intermediária do território analisado entre o Norte e o Sul Globais. Para se enquadrar como "placa giratória", o Brasil deve ser considerado como parte da periferia do Norte Global.

13 Tradução nossa: "o retorno deve ser conceituado desde enfoques que o definam como mais uma etapa do ciclo migratório, a partir de padrões de circularidade".

Diante do que foi exposto, percebemos que o Brasil recebe imigrantes haitianos, tanto formados e em busca de mais qualificação, quanto com pouca formação profissional ou escolaridade. No caso dos entrevistados, alguns se qualificaram, outros elevaram seu grau de qualificação e outros mantiveram os perfis profissionais. Muitos dos nossos entrevistados almejam (re) emigrar para um país do Norte Global (Estados Unidos e Canadá) em busca de melhores condições laborais e também de formação acadêmica e/ou capacitação profissional. Outros mencionaram a possibilidade de ir para o Chile, ou ainda, pretendem retornar para o Haiti, por um período e repensar possibilidades de outras mobilidades. Nesse sentido, podemos dizer que a migração haitiana complexificou o papel do Brasil no contexto das migrações internacionais. Com relação aos debates teóricos, o Brasil pode ser, portanto, pensado como exercendo a função de uma "placa giratória" para os imigrantes haitianos. O país entrou no circuito dessa migração e é parte da construção do projeto migratório de diversos haitianos.

Considerações finais

O presente artigo debateu sobre a construção e o local que o Brasil ocupa na migração haitiana. Nosso olhar analítico sobre as entrevistas realizadas revelou que, de modo geral, para os imigrantes haitianos participantes do nosso estudo, tanto para aqueles ainda residentes no Brasil, quanto para os que retornaram para o Haiti, o Brasil é visto como um lugar em que é possível encontrar condições favoráveis para "melhorar de vida". Isto é, atingir importantes objetivos, seja mediante o trabalho e/ou os estudos/cursos. O Brasil, assim, se constitui como um "Norte alternativo".

No entanto, o estudo também reportou que com a experiência de viver no Brasil, este passou a ser entendido, por alguns dos entrevistados, como situado fora do Norte Global. Tal posição torna o país ao mesmo tempo um "Norte alternativo" e "temporário", na medida em que o Norte Global almejado é de difícil acesso e que o Brasil é procurado pelos imigrantes haitianos como um destino atrativo para trabalhar, ter experiências profissionais, formação acadêmica e ampliar o horizonte migratório. Na prática, esta passagem tida como "temporária" nem sempre ocorre como desejada, o que faz com que a provisoriedade da estadia no Brasil possa se alongar por anos.

Em outros termos, conclui-se que o Brasil atrai tanto haitianos qualificados, quanto aqueles em busca de mais qualificação e oportunidade de trabalho. Assim, o país foi visto como um "Norte alternativo", onde é possível acumular conhecimento, *savoir-faire* ou capital econômico, e parte dos que aqui adquirem estes capitais deixam o país retornando para o Haiti ou indo para um país do Norte Global ou outro "Norte alternativo". Neste sentido, o Brasil recebe e perde, não na mesma proporção, imigrantes com características semelhantes: sem formação, pouco formados ou altamente qualificados, se tornando uma placa giratória para a migração haitiana.

O caso da migração haitiana no Brasil contribui para ilustrar o lugar que este vem ocupando na migração internacional contemporânea. O país é tanto um "Norte alternativo"como um "Norte temporário" para os imigrantes haitianos. O caso particular do coletivo haitiano permite pensar que é pouco provável que o Brasil deixe de ser um Sul para os Estados Unidos, Canadá e França e um Norte para o Caribe e a América Latina - como diria Baganha (2002).

Referências

BAENINGER, Rosana e PERES, Roberta. (2017), "Migração de crise: a migração haitiana para o Brasil". *Revista Brasileira de Estudos de População*, Belo Horizonte, v.34, n.1, p.119-143.

BAGANHA, Maria Ioannis. (2002), "A cada Sul o seu Norte: dinâmicas migratórias em Portugal". In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *A globalização e as ciências sociais*. - 2. Ed. – São Paulo. Cortez.

BAPTISTE, Chandeline Jean. (2015), *Transição para a vida adulta e migração internacional*: ocaso dos jovens haitianos na cidade de São Paulo. Dissertação (Mestrado em demografia). Universidade Estadual de Campinas.

BALDIN, Nelma; MUNHOZ, Elzira. M. B..(2011), "Snowball (Bola de Neve): Uma técnica metodológica para pesquisa em Educação Ambiental Comunitária". In: *X EDUCERE* e I.

BERSANI, Ana Elisa.(2015),*O (extra)ordinário da ajuda*: histórias não contadas sobre desastre e generosidade na Grand'Anse, Haiti. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas – Campinas.

CASSARINO, Jean-Pierre. (2013), "Teorizando sobre a migração de retorno: uma abordagem conceitual revisitada sobre migrantes de retorno". In: *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, Brasília, Ano XXI, n. 41, p. 21-54, jul./dez. 2013. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1980-

-85852013000200003&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 02 de março de 2020.

CAVALCANTI, Leonardo; PARELLA, Sònia. (2013), "El retorno desde una perspectiva transnacional". *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, Brasília, v. 21, n. 41, p. 9-20, jul./dez. 2013. http://dx.doi.org/10.1590/S1980-85852013000200002. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/remhu/v21n41/02.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2014.

COGO, Denise, BADET, Maria Souza. (2013), G*uia das Migrações Transnacionais e Diversidade Cultural para Comunicadores*: Migrantes no Brasil.1 ed. Bella terra: Instituto Humaitas Unisinos; Instituto de la Comunicación de la UAB.

DIEME, Kassoum. (2016), *Imigração haitiana e política de acolhimento institucional na cidade de São Paulo*: 2010-2015. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas - Campinas.

_____. (2017), "Haiti e suas migrações".In: BERSANI, Ana Elisa e JOSEPH, Handerson (org.). Dossiê: Dinâmicas migratórias haitianas no Brasil: desafios e contribuições.Temáticas: *Revista dos Pós-graduandos em Ciências Sociais*. UNICAMP/ IFCH, v. 25, nº49/50.

_____.; MACEDO, Marília de; QUINTINO, Felipe; TONHATI, Tânia. (2019), "Autorizações concedidas pelo Conselho Nacional de Imigração – CNIg". In: CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu; MACEDO, Marília (org.). Imigração e Refúgio no Brasil. *Relatório Anual 2019*. Série Migrações, OBMigra.

DUMONT, Gérard-François. (2019), «Les migrations internationales et l'Afrique: des logiques Sud-Nord ou Sud-Sud ? ». Les analyses de Population & Avenir, pp.1-14.

DUROUX, Rose. (2011), "Imigração. França/Europa". In: MONTANDON, Alain (dir.). *O livro da Hospitalidade*: acolhida do estrangeiro na história e nas culturas. Editora Senac São Paulo.

FERNANDES, Duval e CASTRO, Mariada Consolação. G. de.(2014). *Projeto*: Estudos sobre a migração haitiana aoBrasil e diálogo bilateral. Belo Horizonte.

GODOY, Gabriel Gualano de. (2011), **"**O caso dos haitianos no Brasil e a via da proteção humanitária complementar"**.** In: RAMOS, André de Carvalho et al. *60 anos de ACNUR, Perspectivas de futuro*. São Paulo. p. 45-68.

HANDERSON, Joseph. (2015), Diaspora. *As dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, noSuriname e na Guiana Francesa***.** Tese de Doutorado.UFRJ/ Museu Nacional – Rio de Janeiro.

_____. (2016), "A historicidade da (e)migraçãointernacionalhaitiana. O Brasil como novoespaço migratório". A imigração haitiana no Brasil: características sócio-demográficas e laborais na região sul e no Distrito Federal. 1ed.Santiago: OIM/Universidad de Desarrollo (UDD), 2016, v. 1, p. 85-107.

MAMED, Letícia Helena. (2018), "Haitianos no Brasil: a experiência da etnografia multisituada para investigação de itinerários migratórios e laborais sul-sul". In: BAENINGER, Rosana *et al.* (org.). *Migrações Sul-Sul*. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó" – Nepo/Unicamp, 2ªEd..

MARCUS, George. (1995), "Ethnography in/of the world system: the emergence of multi-sited ethnography". *Annual Review of Anthropology*. 24 (1), 95-117.

Margolis, Maxine. *Goodbye Brazil: émigrés from the land of soccer and samba*. Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 2013.

NOLASCO, Carlos e RIBEIRO, Joana Sousa, (2018), "Entre Sul e Norte: singularidades das migrações na saúde e no desporto em Portugal", *e-cadernos CES [Online]*.

OCDE/INURED. (2017), Paysage de la migration en Haiti. In : Interactions entre politiques publiques, migrations et développement en Haiti. Disponível em: https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/9789264278844-6-fr.pdf?expires=1580271266&id=id&accname=guest&checksum=69DE5E73DF0107A15DE57346F1CE06B1.

OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro. (2016), "A inserção dos estrangeiros no mercado de trabalho formal: o que nos diz a RAIS? In: CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antônio Tadeu R.; ARAUJO, Dina (org.). A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. *Relatório Anual 2016*. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra.

OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro. (2018), "Movimentação e registro de migrantes no Brasil: dados do STI e SINCRE". In: CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu; MACEDO, Marília (org.). Migrações e mercado de trabalho no Brasil. Relatório Anual 2108. Série Migrações. *Observatório das Migrações Internacionais*; Ministério do Trabalho/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra.

OLIVEIRA, Márcio; KULAITIS, Fernando. (2017), "Habitus imigrante e capital de mobilidade: a teoria de Pierre Bourdieu aplicada aos estudos migratórios". *Mediações - Revista de Ciências Sociais,* v. 22, nº 1, p. 15-47.

PATARRA, Neide Lopes. (2012), "Brasil: país de imigração?". *e-metropolis* n° 09, pp. 6-18.

PEREDA, Lorena del Pilar. (2019) *Migración haitiana en Brasil*: una aproximación a partir de las redes migratorias. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília – Brasília.

SANTOS, Boaventura de Sousa. (2002), "Os processos da globalização". In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *A globalização e as ciências sociais*. - 2. Ed. – São Paulo. Cortez.

SAYAD, Abdelmalek. (1998). A imigração ou os paradoxos da alteridade. São Paulo.

_____. (2000), O retorno – elemento constitutivo da condição do imigrante. Volume especial de *Travessia – Revista do Migrante*, ano XIII, número especial.

SEGUY, Franck. (2014), *Catástrofe de janeiro de 2010, a "internacional comunitária" e a recolonização do Haiti*. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas - Campinas.

SEYFERTH, Giralda. (2002), "Colonização, imigração e a questão racial no Brasil". *In*: *Revista USP*, São Paulo, nº53, março/maio. p. 117-149.

SOLÉ, Carlota., CAVALCANTI, Leonardo e PARELLA, *Sona. La inmigración brasileña en la estructura socioeconómica de España. Madrid*: Documentos del Observatório permanente de la inmigración de España, Gobierno de España, 2011.

TELEMAQUE, Jenny. (2012), *Imigração haitiana na mídia brasileira*: entre fatos e representações. Monografia (Graduação em Comunicação Social: Publicidade e Propaganda). Escola de Comunicação ECO/UFRJ.

TONHATI, Tânia; CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, A. Tadeu. (2016), "Os Imigrantes Haitianos no Brasil: Formas de Entrada, Permanência e Registros". In: *A imigração haitiana no Brasil*: características sócio-demográficas e laborais na região sul e no Distrito Federal. 1 ed. Santiago: OIM/Universidad de Desarrollo (UDD), 2016, v. 1, p. 24-40.

TONHATI, Tânia. *The transnational families, migration and Brazilian family practices*. 1. ed. Curitiba: CRV, 2019. v. 1. 280p.

THOMAZ, Omar Ribeiro. (2010), *O terremoto no Haiti, o mundo dos brancos e o Lougawou*. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n86/n86a02.pdf>.

Submetido em 04 de fevereiro de 2020
Aprovado em 29 de maio de 2020

Licenciado sob uma Licença Creative Commons Attribution 3.0

DOI: http://dx.doi.org/10.20336/rbs.600

REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

Comparative analysis of occupational mobility between foreign men and women in Brazil's formal labour market

Análise comparativa da mobilidade ocupacional entre homens e mulheres estrangeiros no mercado de trabalho formal brasileiro

Claudia Lima Ayer de Noronha*
Elaine Meire Vilela**

ABSTRACT

In this article we analyse whether: i) foreign women and men exhibit different occupational mobility patterns in Brazil's formal labour market; ii) foreign women are less likely to experience up ward mobility thantheir male peers; and iii) the chances of upward mobility among foreign women and men in Brazil's formal labour market differ by nationality. To examine these questions, we use the data from the Annual Social Information Reports (RAIS) from 1995 to 2015, which refer exclusively to workers employed in the formal labourmarket. The results demonstrate that the chances of mobility of men and women do not differ among all groups of foreigners, since this difference is dependent on the nationality concerned. For those groups that do show differences, the chances of upward mobility are higher amongmen than women.

Keywords: Foreign women and men; Sex; Occupational mobility

* Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Endereço para contato: claudiaayer@gmail.com
** Professora Associada do departamento de Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais. Endereço para contato elainevilela@fafich.ufmg.br

RESUMO

Esse artigo objetiva analisar: i) se mulheres e homens estrangeira(o)s têm padrões de mobilidade ocupacional diferentes no mercado de trabalho formal brasileiro; ii) se as mulheres têm menores probabilidades de mobilidade ascendente, quando comparadas aos seus conterrâneos; iii) e se as chances de mobilidade ascendente entre estrangeiros e estrangeiras no mercado de trabalho formal brasileiro se diferenciam por grupo de nacionalidade. Para tanto, utilizamos os dados das Relações Anuais de Informações Sociais (RAIS) de 1995 a 2015 que se referem somente aos trabalhadore(a)s empregado(a)s no mercado formal. Os resultados evidenciam que não são todos os grupos de estrangeiros que apresentam chances de mobilidade diferentes entre homens e mulheres, pois depende da nacionalidade do indivíduo. Para aqueles que apresentam divergências, as chances de mobilidade ascendente são maiores para os estrangeiros comparados às estrangeiras.
Palavras-chave: estrangeiros e estrangeiras; Sexo; Mobilidade ocupacional

Introduction

Pioneering studies of the occupational mobility of foreigners in a host society, analysing just men, identified a U-curve: an initial decline from the socio-occupational status of the last job in the country of origin to the first job in the destination country, followed by a period of upward career mobility following assimilation and the accumulation of human capital after numerous years living in the new country (CHISWICK 1977, 1978, CHISWICK & PAUL 2005).

However, Portes and Manning (2008) argue that the accumulation of human capital through the immigrant's[1]assimilation is insufficient to explain the mode of integration of foreigners in the destination country, but there are diverse factors that influence this process,classifiable into three types: 1) individual (sex, language proficiency. age, period since arrival, place of birth, and educational level, for example); 2) family (social and economic capital); 3) contextual (government policy, prejudices existing in the host society, among others).

1 In this article, we use the terms immigrant and foreigner to refer to all those workers whose nationality is other than Brazilian. Though aware that these concepts are not synonymous, to avoid repetitions and maintain the fluidity of the text, we consider the two terms interchangeable here given that we are analysing only international immigrants without Brazilian nationality, that is, foreigners.

Furthermore, some studies call attention to a polarization in the occupational structure of immigrants in the host labour market, emphasizingthat a consideration of both the origin and the destination countries of immigrants is fundamental to our understanding of this polarization (SUZIKI 2019, VIRGÍLIO 2019, ADSERÀ& FERRER 2016, ADSERÀ, FERRER & HERRANZ 2020, MAGUID & BUNO 2010).

Respondingto the observed increase in the migratory flows of women and their growing participation in the labour market, there has been anupsurge in studies analysing the processes through which foreign women are integrated into the economically active population, along with their socio-occupational mobility in the host society (POWERS, SELTZER & SHI 1998, AYSA-LASTRA & CACHÓN-RODRIGUEZ 2013A, 2013B, SÁNCHEZ-SOTO & SINGELMANN 2017, ADSERÀ & FERRER 2016, ADSERÀ, FERRER & HERRANZ 2020).

In this context, studies have emerged that question the applicability of the U-curve to women's experiences, identifying other patterns of insertion (AYSA-LASTRA & CACHÓN-RODRIGUEZ 2013B, VIDAL-COSO & MIRET-GAMUNDI 2014, SÁNCHEZ-SOTO & SINGELMANN, 2017). A study undertaken in Spain by Fernández-Mácias et al. (2015) identifies upward mobility among foreign men and downward mobility among foreign women, or the withdrawal of the latter from the labour market. Also in Spain, Aysa Lastra and Chachón-Rodriguez (2013b) identify an L-pattern for immigrant women with an initial drop in occupational status during the first phase and stagnation (immobility) in the second phase of transition in the labour market.

However, there are studies in countries of the Global North and South[2]showing that foreign women experience an upward mobility (ADSERÀ& CHISWICK 2007, ADSERÀ & FERRER 2016, ADSERÀ, FERRER & HERRANZ 2020, MAGUID & BRUNO 2010). According to these studies, the country of origin, as well as the country of destination, are fundamental to comprehen-

2 In terms of classifying foreign workers from the Global South, we assume that these are immigrants born in countries defined by the methodology of the *World Economic Situation and Prospects* as those with a transitional or developing economy. In other words, these are countries that are not part of Europe (whether or not members of the European Union), North America (United States and Canada) or other developed countries like Japan, New Zealand and Australia, southern hemisphere countries defined as belonging to the Global North (UN 2014).

ding the different forms of insertion, occupational mobility and salary progressionof immigrants. However, research shows that, compared to their male counterparts, women tend to have fewer chances of upward mobility (MAGUID & BRUNO 2010, BRUNO 2007).

Specifically in the case of Brazil, Suziki (2019) argues that there are national groups of immigrants who accumulate more disadvantages than others in terms of the probability of acquiring better jobs over time. Foreigners originating from the Global South encounter larger barriers to occupational mobility in the Brazilian labour market than those coming from the Global North. However, the author does not compare the occupational trajectory of men and women. Another point to emphasize is that studies of the occupational mobility of foreigners in Brazil arequite scarce in general.

To add to this debate, in this article we intend to answer the following questions: do foreign women have different patterns of mobility compared to foreign men in Brazil's formal labour market? Are the chances of upward mobility fewer for women compared to male immigrants? Are these differences homogeneousfor all groups of immigrants, irrespective of their country of birth?

We have utilized data from the Annual Social Information Report (RAIS) published by the Ministry of Economy from 1995 to 2015[3], which include information on the registration number in the Social Integration Program (*Programa de Integração Social*: PIS) of each worker, thus enabling a longitudinal panel analysis.It should be stressed that this database refers to workers employed in the formal labour market only.

The article is divided into three sections, in addition to this introduction and the concluding remarks.The first section comprises a review of the literature, seeking to understand the factors that explain the occupational trajectory of immigrants in their host society, emphasizing the impact of the sex variable. Following this debate, we then present the hypotheses to be tested. Next, we explain the methodology used with a description of the dependent and independent variables, as well as the statistical models. In the third section we introduce our results, aiming to demonstrate whether or not the hypotheses were validated.

3 This time frame was selected because: a) the RAIS data became more consistent and precise from 1995 on, as Cavalcanti et al. (2015) point out; b) 2015 was the final year made available by the Ministry of Economy for the Stratification and Labour Study Laboratory of the Federal University of Minas Gerais at the time when this research was undertaken.

1. Comprehending the occupational trajectory of foreigners in the host society

The first studiesof the occupational mobility of foreigners in their host society, which emerged from classic assimilation theory, showed a U-curve in the insertion of immigrants into the labour market. An initial fall in the immigrant's occupational status was seen to occur due to issuesfaced in the destination society, such as language difficulties, or problem in recognizing university qualifications and previous work experience. However, with more time spent living in the host country, combined with theconsolidation of social networks, learning the official language of the host society, and acquisition of social[4]and symbolic capitals,[5] as well as the possibleobtainmentof residence and work permits, along with recognition of academic qualifications, immigrants succeed in improving their occupational status and complete the U-curve (CHISWICK & PAUL 2005, RUEF 2017).

In debate with classic assimilation theory,segmented assimilation theory emerged, premised on the idea that modern societies are diverse and segmented, meaning that the form in which immigrants become inserted into the host society depends on three kinds of conditioning factors: 1) individual variables, including factors relating to the person's exposure tothe host society, such as the ability to speak the language, age on arrival, place of birth, educational level, and racial and gender characteristics; 2) family variables, which relate to social and economic capitals; 3) contextual variables, which concern the diversity found in the country of destination, including the different government policies, values and prejudices existing in the host society (PORTES & MANNING, 2008, EGREJA & PEIXOTO, 2011).

In general, the first studies from both these theoretical approaches analysed samples of foreign men, excluding women, due to evidence that the labour market shows distinct dynamics for men and women and due to the greater participation of men in the labour market compared to women (CHISWICK, 1977 AND 1978, CHISWICK & PAUL, 2005).

4 Social capital can be defined as the investment and use of resources embedded in social relations for expected returns (Lin 2006).

5 The acquisition of symbolic capital by the foreigner is understood as the assimilation of tastes, values, 'ways of communicating,' 'good manners' and other notions prevalent in the destination country.

With the increase in the flows of female migrants and their increasing participation in the labour market, there has been a new wave of analyses of the processes of integrating foreign women into the economically active population, along with their socio-occupational mobility in the destination country (POWERSET AL. 1998, AYSA-LASTRA & CACHÓN-RODRIGUEZ 2013A AND 2013B, SÁNCHEZ-SOTO & SINGELMANN 2017, ADSERÀ & FERRER 2016, ADSERÀ, FERRER & HERRANZ 2020).

Inspired bysegmented assimilation theory, studies have questioned the application of the U-curve model to women's mobility, identifying other patterns that better fit the trajectory of female immigrants in the labour market.These author suggest that immigrant women have different mobility patterns to men, concentrated in precarious jobs with little possibility of upward mobility (POWERS ET AL. 1998, AYSA-LASTRA & CACHÓN--RODRIGUEZ 2013B, VIDAL-COSO & MIRET-GAMUNDI 2014, SÁNCHEZ--SOTO & SINGELMANN, 2017). Aysa-Lastra and Cachón-Rodriguez (2013b) analyse foreign women in Spain and identify an L-shaped mobility pattern, describing an initial drop in occupational status compared to the last job in the country of origin and the first job in the destination country, followed by occupational immobility after insertion in the host labour market. The authors classify the mobility pattern of female immigrants in Spain as 'solid patterns' due to the high rates of stagnation in occupational status. Similarly,Fernández-Mácias et al. (2015),also in Spain, identify that foreign women have more chance of downward mobility and many of them end up leaving the labour market.

However, the studies by Adserà, Ferrer and Herranz (2020), Adseràand Ferrer (2016) andAdseràand Chiswick (2007) demonstrate that this pattern is not the same in other countries such as Canada, the United Kingdom and Sweden,where these authors show that foreign women do not remain stuck in low-skilled jobs. They experienced upward mobility, more quickly among more highly educated women.Over time,foreign women end up occupying jobs that require analytic skills and less physical effort. Furthermore, such studies demonstrate that the countries of origin and destination are fundamental to comprehending the forms of insertion, occupational mobility and salary progression of immigrants.

However, specifically in relation to the group of highly qualified women, some authors indicate that the upward mobility of these foreign women in

the host labour market is even more difficult than for men (PURKAYASTHA, 2005; KOFMAN & RAGHURAM, 2006). The main obstacles to the upward trajectory of women are the many fields in the labour market still dominated by men and, consequently, the devalorisation of roles occupied by women and the domestic responsibilities traditionally attributed to them.

It is worth emphasizing that this international literature refers to research on immigrants moving from developing or developed countries to developed countries (from the South or North to the North), unlike Brazil, which, over recent decades, had taken insome foreigners migrating North-South but mainly South-South.Moreover, many of these studies also analyse the informal labour market, which is not the focus of our analysis. Few studies exist on socio-occupational mobility that compare female and male foreigners originating from South-South migration.

The studies of mobility produced by Bruno (2007), Maguid and Bruno (2010) andVirgílio (2019) comparing South American men and women migrating to Argentina or Chile demonstrate that foreign women move through more unskilled occupations than foreign men, and also that these women tend to present higher chances of downward occupational mobility than their male compatriots.However, there are differences in terms of the pattern of mobility by sex when the country of origin is considered. One example are Bolivian and Paraguayan immigrants in Buenos Aires, where Bolivian women tend to have a higher level of upward mobility than their male compatriots. This is in contrast to Paraguayan women who have much lower levels of upward mobility compared to men from their country. In the case of the latter foreign women, the level of immobility is high and the pattern of concentration in the occupational niche of domestic services is very high, even in the formal labour market, which does not happen with Bolivian women (Maguid & Bruno 2010).

Studies of occupational mobility among foreign workers in Brazil are still scarce, likewise research examining the effects of sex on the labour trajectories of immigrants (PERES, 2012; PERES & BAENINGER, 2017; VILELA, COLLARES & NORONHA, 2015; VILELA, NORONHA & CAMPOS 2019, SUZIKI, 2019). In general, these Brazilian studies analyse the insertionof foreigners in the occupational structure, but do not trackmobility over time (exceptSuziki 2019). On the occupational mobility of immigrant workers in Brazil, Suziki (2019) shows evidence ofunequal paths. Analysing the formal

labour market, the author verifies that some nationalities accumulate higher chances of mobility than others. The barriers to insertion and upward occupational mobility in the labour market are higher in the case of immigrants from the Global South than those encountered by foreigners from the Global North.The immigrant's origin is fundamental to comprehending her or his socio-occupational position in the host society. Nonetheless, the work of Suziki (2019) cannot be extrapolated to the country as a whole given the qualitative methodology used by the author and the absence of any comparative analysis of female and male foreigners, the focus of our article here.

Seeking to complement this debate, we propose to test: i)whether immigrant women have different mobility patterns to men, caused by structural features of Brazil's formal labour market, characterized as sexually segregated; ii) whether foreign women generally have fewer chances of upward mobility than men with similar socioeconomic characteristics; iii) whether,however, the impact of the sex variable is heterogeneous among the differentgroups of nationalities migrating to the country.

2. Data and methods

We used data from the Annual Social Information Report (RAIS) from 1995 to 2015, which characterize the individuals and companies in whichBrazil's formal workforce are inserted. However, this database possesses some limitations that deserve highlighting: 1)it presents only information on workers employedin the formal market and by companies[6], meaning that the article's conclusions apply exclusively to such workers;[7] 2) there is no information onemployers and self-employed workers; 3) the year of entry into Brazil is shown only from 2011 onwards. As a solution we selected for analysis only individuals who appear in the databases from 2011 to 2015; 4) the existence of errors inthe data arising from the fact that the reportsare administrative records that are not checked for consistency (STERNBERG, 2001); 5) there is no information on the foreigner's earlier

6 In other words, it does not include domestic workers employed by individuals, thus excluding domestic workers in family homes. However, it does include cleaners and general service workers.

7 The data from the 2010 Demographic Census indicates that 55.76% of foreigners are employed in the formal labour market.

occupation in the country of origin. In this article, therefore, we do not analyse the potential U-curve trajectory experienced by immigrants. Instead the immigrant's work trajectory is examined solely on the basis of the second phase of the curve, comparing the first occupation in the host country (more precisely, the first that appears in theRAIS records) with the current occupation (again more precisely, the occupation in the last year that the person appears in the database).

The first stage of the methodology relates to the transformation of the RAIS's unit of analysis from the employment relation, as originally construed, to the individual. In so doing, we follow the steps mapped by Noronha (2018), based on the use of the registration number in the Social Integration Program (*Programa de Integração Social*: PIS). We then selected those workers whose trajectory in Brazil's formal labour market appearsover at least three complete years, since this is the minimum period indicated as necessary for the immigrant to show some mobility in the local market (SÁNCHEZ-SOTO &SINGELMANN, 2017).

In addition, the analysis considers just the fourteen groups of foreigners with the highest number of observations (all those over 15,000 observations, representing a minimum of3% of the total). We adopted this strategy for two reasons:1) to maintain a high enough number of countries for a diversified analysis, including the flows of immigrants from both the Global North and South, but not so broad that the fluidity of the text would be compromised; 2) to achieve a more parsimonious model insofar asthe origin variable will be included in the equation as a control variable.

Following these procedures, the panel of data we constructed contains 75,343 individuals over a twenty-one-year period, totalling 499,794 observations. By nationality, this total breaks down as: Portuguese (22%), Argentinean (11%), Chilean (10%), Bolivian (8%), Uruguayan (7%), Haitian (7%),Paraguayan (6%), Italian (5%), Spanish (5%), Japanese (4%), Chinese (4%), American (US) (4%), German (4%), and French (3%).

To test our hypotheses, we used the multi-levelmixed-effects linear regressionmodel. We constructed the database in longitudinal form, classified as unbalanced: in other words, information does not exist for each individual in every year, since there are numerous situations that may remove a worker from the RAIS records, such as entering the informal market, being laid off, leaving to become an entrepreneur, retirement and death.

We based our construction of the dependent variable referring to the measure of socio-occupational mobility on theInternational Socio-Economic Index of Occupational Status (ISEI), an index developed by Ganzeboom, De Graaf and Treiman (1992),which attributes occupation scores in order to maximize occupation as an intervening variableof income and educational level.The index ranges from 16 to 90.

To apply the ISEI to the Brazilian context, we converted the occupational codes recorded in the RAIS (in accordance with the Brazilian Classification of Occupations: CBO 2002)to the International Standard Classification of Occupations (ISCO 88). After classifying all the occupations in accordance withISCO 88, we then builtthe International Socio-Economic Index of Occupational Status, as described by Noronha (2018).The measure of occupational mobility is constructed by subtracting the ISEI of the migrant worker's first occupation recorded in the database from the ISEI ofthe last occupation (the final year in which the person appears in the database).

In terms of independent variables, the models include information relating to: a) the worker's human capital and demographic characteristics; b)the process of assimilation in Brazil and the social and cultural differences; c) the operational sector of the companies employing the foreign workers; d) the status of the first occupation, based on the EGP classification(Carvalhaes 2015).Detailed information on these variables appears in the appendices.

Here it is worth explaining our inclusion of the *predict_Formal* variable as a control in the model, created in order to correct selection bias in the sample. This bias derives from the fact that the RAIS includes only workers from the formal job market. However, a large number of immigrants are known to be employedin informal jobs in Brazil. To correct this bias, the *predict_Formal*variable was estimated, which refers to the probability of a worker being employedin the formal market rather than the informal. To create this variable, datafrom the 2010 Demographic Census relating to individuals in the informal sector was added to each year of the RAIS, and a logistic regression was applied to the data. This logistic regression included the following independent variables: age, sex, schooling, foreign or Brazilian, disabled, and region of the country in which the person is resident. This regression generated a score for the likelihood of the worker being employed in the formal sector, based on the observed variables.

In relation to the statistical models used in the analyses, we initially estimate a model including all the foreign workers.[8]Next, we estimate specific models for each group of foreigners.This process generatedfifteen equations.

3. Results

3.1 Descriptive analysis

The sample analysed comprises 53,692 (71.2%) men and 21,651 (28.8%) women, with the percentages between men (averaging 70%) and women (30%)unvarying over time.The Haitians are the group with the smallest percentage of women(14%) and the Paraguayans with the largest (40%). This result differs from findings in other South American countries like Argentina and Chile, which have higher percentages of foreign women employed in the labour market (Maguid & Bruno 2010, Bruno 2007). One possible explanation may be that we are analysing data exclusively taken from the formal labour market.However, we believe this is not the case, given that these percentages are very close to the percentage of foreigners entering the country, as can be verified in the 2015 OBMIGRA report (Oliveira, Pereira & Quintino 2015).

In relation to occupations with the highest percentages over the years, we identify the position ofadministrative manager among men(3% of the total)and retail seller among women(6%). Four occupational positions stand out with higher percentages for both sexes: administrative manager, retail seller, administrative assistant and office assistant.However, we observe a higher segmentation and polarization of occupations among men:in other words, among those occupations with the highest proportion of foreigners there exist both positions with higher occupational status, like managers, and positions at the base of the occupational rankings, like labourersand production line workers. These findings corroborate the evidence found in studies by Adseràand Ferrer (2016)and Virgílio (2019) in Canadaand Santiago (Chile), respectively, which identify an occupational polarization, as well as an occupational dispersal of immigrants.

8 In the case of this model, the immigrant group of reference are the Portuguese, given their number and the fact of being the group with the least social distance from Brazilians.

We also analysed the existence of occupational niches on entering and leaving the labour market. In terms of entry occupation, neither sex presents high percentages of concentration in lower-skilled occupations – that is, in unskilled manual labour like general services, cleaning or construction.Furthermore, for men and women, there is an increase of foreigners employed in occupational groups in their final job that demand more analytic and management skills compared to their entry job. In the final employment, there is a higher percentage of workers occupying posts such as "directors and managers,""science professionals and intellectuals,""technicians and secondary education professionals." On the other hand, there is a notable decline in all those occupational groups demanding fewer qualifications when we compare the start and end of the labour trajectory.

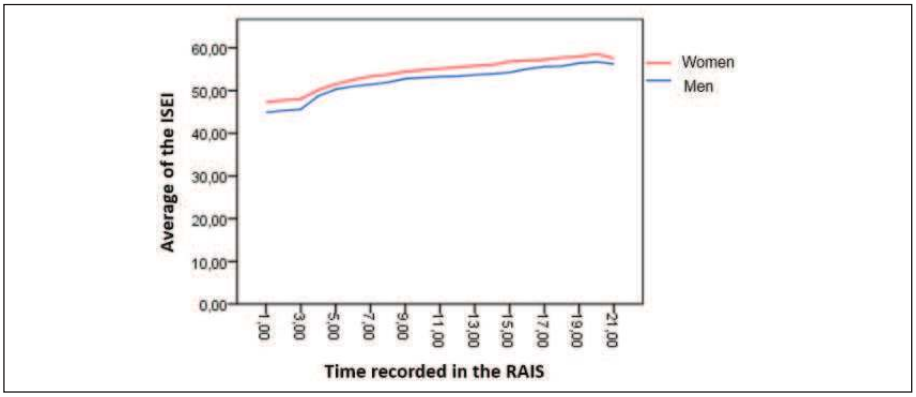
This data suggests that foreign men and women demonstrate a tendency to upward mobility in the Brazilian labour market. These findings closely match the studies of Adserà, Ferrer and Herranz (2020), Adseràand Ferrer (2016),andAdseràand Chiswick (2007),which show that, with the passage of time, foreign women end up occupying jobs that demand more analytic skills and less physical effort.

In addition, we observe that foreign women in the formal market are generally not employed in jobs at the base of the occupational structure, but either in intermediary service activities or as science professionals and intellectuals. This data contradicts some of the literature's predictions, which classify foreign women as secondary workers, employed mainly in care professions.Onepossible explanation for this discrepancycould be that the literature refers to foreigners migrating from poor countries to rich countries, unlike foreigners migrating to Brazil who tend to come from developed or developing countries to a developing country. A second possible explanation is that we are dealing solely with the formal market, while previous studies do not specify whether the type of market is formal or informal, recognizing thatundocumented and heavily exploited foreign women potentially work in the informal sector. Another possible explanation is the fact that Brazil has a labour pool in precarious services (principally the general service, cleaning, and care sectors) generated by internal migration, making this space uncompetitive for foreign workers.

In terms of the average evolution of the ISEI with time recorded in the RAIS (Graph 1), we identified that the ISEI of women remains higher than

those of men over time. The data suggest that the greater the experience on the formal work market, the higher the occupational status, principally for women.This result corroborates previous studies in both developing and developed countries, demonstrating that more experience in work, and more assimilation, increased the occupational status of immigrants (CHISWICKET al., 2005, POWERS et al., 1998). However, the result presents a higher average value of occupational status for women than for men.

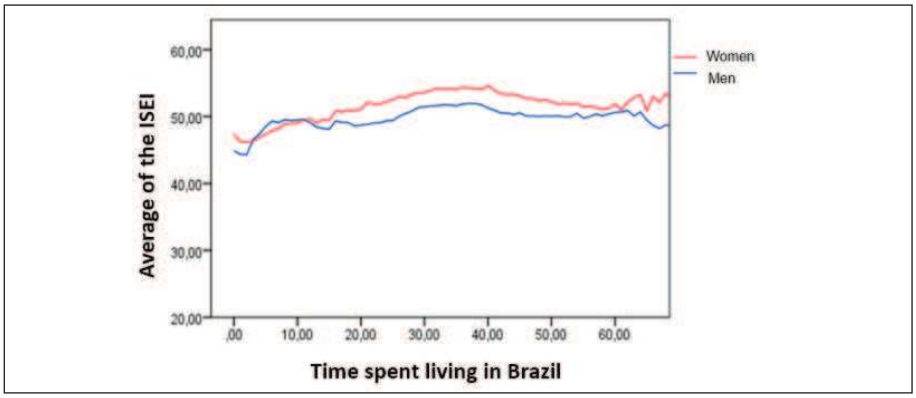
Graph1– Average evolution of the ISEI with time recordedin the RAIS



Source: data elaborated by the authors based on RAIS 1995 to 2015.

On the average evolution of the ISEI with time spentliving in Brazil (Graph 2), there is a tendency for an average increase of the ISEI, with occasional small dips, but without reducing the foreigner's status below the ISEI of the first job. These results run counter to the findings on immigrants in Spain contained in the studies of Vidal-Coso and Miret-Gamundi (2014) and Aysa-Lastro and Cachón (2013) who suggest a pattern of stagnation of immigrants in low-skilled occupations. However, our results corroborate other studies that identify upward mobility in occupational status for men and women (CHISWICK 1977 AND 1978, ADSERÀ& CHISWICK 2005, ADSERÀ& FERRER 2016; VÍRGÍLIO 2019, to cite some examples).

Graph2– Average evolution of the ISEI with time spent living in Brazil



Source: data elaborated by the authors based on RAIS 1995 to 2015.

In terms of the mobility rates obtained through the ISEI,the results indicate thatmen and women are fairly closeacross all dimensions (immobility or upward and downward mobilities: see Table 1),with foreigners in Brazil generally displaying higherrates of immobility.Even so, it is worth highlighting a small percentage (0.06%) higher upward mobility among men compared to women. Based on these descriptive analyses, we can identify that women have average ISEIs higher than those of men and that women's trajectories of mobility are not very different to men's, but they do show a small disadvantage in terms of percentage of upward mobility. We can call attention to the fact that women have a higher percentage of immobility. Perhaps this is not a significant disadvantage for foreign women, given that they present a higher average ISEI than their male peers over time.

Table1 - (Im)mobilityfor foreign men and women, calculated by subtractingthe ISEI of the first job from the ISEI of the last job

Result	Variable (ISEI final – ISEI initial)	
	Women	Men
Immobility Rate	49.6%	49.1%
Upward Mobility Rate	28.8%	29.6%
Downward Mobility Rate	21.6%	21.3%
Total	100%	100%

Source: data elaborated by the authors based on RAIS 1995 to 2015.

Nonetheless, these results do not allow us to infer whether foreign wo-

men have more or fewer chances of upward mobility compared to foreign men in Brazil's formal labour market due to the fact of being women. To verify this possibility, a more advanced analysis is needed, controlling other factors.

3.2 *Advanced analyses: model estimators*

In relation to the results of the econometric model, we foundthat being male has a positive and significant impact on the individual's upward mobility. The estimated coefficient demonstrates that, on average, men have a 0.9-point increase in the upward mobility indicator compared to women (see the result of the coefficient in the appendix for Model 1) Based on this result, we validated the following hypotheses: i) immigrant women have different mobility patterns to men; and ii) foreign women have fewer chances of upward mobility compared to foreign men.These results demonstrate that sex is a factor influencing the trajectory of mobility in the Brazilian labour market.

We also found that immigrant women are not generally concentrated in general service/cleaningor care occupations.On average, they alsohave a higher occupational status than men and higher percentages of immobility, and have fewer chances of upward mobility. Generally speaking, their lower chances of upward mobility corroborate previous studies. It should be stressed that this result concerns immigrants employed in the formal labour market,recognizing that the foreign workforceis characterized by workers with better qualifications and a higher educational level than the informal market.This fact perhaps explains the low concentration of foreign women and men in precarious occupations, divergingfrom other studies(AYSA-LASTRA & CACHÓN, 2013; FERNANDEZ-MACIÁS et al., 2015; VIDAL-COSO & MIRETA-GAMUNDI, 2014; AMONG OTHERS).

In the study by Maguid and Bruno (2010) on the employment and occupational mobility of Bolivians and Paraguayans in the metropolitan area of Buenos Aires, within the formal labour market, Paraguayan women were indeed found to be concentrated in domestic services and did not leave this sector over time, remaining defined by high levels of immobility. However, the same did not occur among Bolivian women who achieved higher levels of upward mobility than their male counterparts. Consequently, the ques-

tion remains: does the inequality between immigrant men and women vary according to the worker's country of birth?

We analysed the distribution of occupational groups at the start of the labour trajectory of foreigners and the occupational groups of the last occupation for each country of the immigrants. In all groups of foreigners, men and women, there is a percentage increase of professionals in the posts of directors and managers at the end of the labour trajectory, except among Haitian women.For immigrants from countries of the Global North, this occupational group presented higher growth compared to other categories in the socio-occupational hierarchy. In other words, for all foreigners from countries of the Global North at the end of the professional career, the category with the highest percentage growth was directors and managers,a finding applicable to both men and women, which corroborates the studies of Suziki (2019).

Among foreign workers from countries of the Global South, three distinct patterns can be perceived. Argentineans, Chileans, Uruguayans and Chinese follow the trend of immigrants from the countries of the Global North where the highest levels of growth are observed among the occupations of directors and managers, over 4%at the end of their career. Among Paraguayans and Bolivians, on the other hand, there is a small growth of approximately 1% only, but other occupational groups stand out.For Bolivians, there is a clear increase at the end of the labour trajectory of "technicians and secondary education professionals,"with the same registered among Paraguayan men. Among Paraguayan women, there is a notable growth in administrative support workers at the end of the career. For Haitians, women can be seen to enter as "service workers, store and market sellers,"especially cleaners (15%), while men enter as "skilled workers, factory workers and building craftsmen, mechanics and other trades" and a growth of both sexes in their final employment as "service workers, store and market sellers."We highlight the fact that Haitian women show a marked expansion in the group of "service workers" with a 9% increase at the end of the career and a reductionof "plant, machine and assembly workers."One possible explanation for the situation of Haitians is the short period ofmigratory flow to Brazil. Some studies (ADSERÀ & FERRER, 2016; ADSERÀ, FERRER & HERRAZ; 2020) argue that a period of 14 to 20 years is needed residing in the country of destination for more skilled occupations to be attained.

The analysis of the mobility rates through the calculation of the ISEIsfor each country of birth of the immigrants indicates that all these groups show higher levels of immobility, except Chilean men and Haitian women who have higher percentages of upward mobility, 38% and 37% respectively. The groups with the highest percentages of immobility are Chinese women and men, with 69% and 64% respectively, followed by Bolivian men and women with 62% and 59%. Meanwhile, downward mobility attainshigher percentages among Haitian men (29%), Chilean men (28%) and Haitian women (27%).

The central finding is that there are different occupational trajectories for men and women among distinct national groups, whether from the Global North or South. We did not identifya downward mobility pattern for foreign women. In general, men have a higher or similar rate of downward occupational mobility to women. But the question remains:is sex a factor that influences these differences?

In the econometric models separated by each nationality, the results indicate that among Argentineans, Paraguayans, Uruguayans, Italians, Japanese and Chinese there is no statistically significant effect on the probability of upward mobility between men and women. Among Bolivians, Chileans, Germans, Spanish, (US) Americans, French and Portuguese, on the other hand, being a man represents a positive effect on the upward mobility of workers, indicating a lower chance for foreign women.Finally, in the case of Haitians, women have the highest probabilities of achieving upward mobility compared to men (see the result of the coefficients in the appendix for Model 2).

These findings corroborate our third hypothesis concerning the heterogeneous impact of the sex variable depending on country of birth of the immigrant. Furthermore, the results show thatwomen are generally either in a similar situation to their male peers or relatively worse in terms of upward mobility.

In this sense, the findings underline the studies that argue that the country of birth is fundamental to our comprehension of the immigrant'semployment situation in the labour market of the host country, whether male or female (ADSERÀ, FERRER & HERRANZ, 2020; VIRGÍLIO, 2019; PORTES & MANNING, 2008). However, it is worth emphasizing that the individual's nationality is more important than whether the immigrant comes from the Global North or South.

4. Final considerations

The results found in this study arefairly significant. They dialogue with the international literature, which affirms that: i) immigrant women, in general, are employed in worse jobs than men; ii)they either tend to present fewer chances of upward social mobility in the labour market of the host society compared to men; iii) or their chances of upward social mobility are null – that is, they do not present chances of mobility in a U-curve pattern but in an L-shape.

We stress that, in the case of our study, it was not possible to measureU--curve upward mobility, as diverse studies have done. This is because our source of data contains no information on the occupation of immigrants in the country of origin. For this reason, we examine the possibility of a J--shaped mobility among international male and female immigrants. In other words, comparing the person's occupation on entry into the Brazilian labour market and the most recentoccupation, we have sought to encounter indicators of upward mobility with an emphasis on gender. The aim is to ascertain whether: i) sex is a variable that influences the trajectory of (im)mobility of the person under study; ii) women are at a disadvantage with regard to the chances of upward occupational mobility; and iii) the chances of social mobility among men and women differ when we consider the nationality of immigrants.

Another point to highlight is that our data has limitations, the most significant being the fact that we analysed only those immigrants employed in Brazil's formal labour market by companies, thus excluding those working for individuals. Our results, therefore, may be quite different from those encountered in previous studies that coverthe labour market as a whole (formal and informal, thus excluding female domestic workers for individuals, an occupation held by many foreign women). Furthermore, the database does not contain any information on employers and self-employed workers, positions occupied by many international immigrants. This fact can generate an underestimation of the upward mobility (in the case of employers) and the upward and downward mobility (in the case of the self-employed) of those individuals being studied.

In the analysed data, in general, we did not observe, as indicated by some earlier studies, a concentration of foreign women in low status occu-

pations in the care sector, except among Haitians, or a concentration of men in unskilled industrial jobs. We did find that the majority of foreign women are employed in Brazil's formal market in non-manual routine occupations, considering the period of assimilation into the host society. One probable explanation for this finding resides in the differences between migrations from poor to rich countries and from rich to poor countries. It was not expected, of course, that foreign women arriving from rich countries, like Germans, French and Americans, would become employedin more low-qualified occupations in Brazil (like the care sector). However, the same was not expected in the case of female immigrants from poor countries, like Bolivian, Paraguayan and Peruvian women, among others, which is what we found. These results differ, therefore, from those encountered by Bruno (2007) andMaguid and Bruno (2010) with regard to Paraguayan and Peruvian women in the metropolitan area of Buenos Aires. Hence, theissue of migration from the Global North or South may not be a good explanation.

Two other possible explanations for this result seem more pertinent, therefore: i) we analyseddocumented women employed in the formal market, who may perhaps be positively selected in relation to human capital and other characteristics valorised on the labour market, unlike foreign women workingin the informal market; ii)Brazil has a labour pool in the service sector generated by internal migration, where foreign women, due to the competition, are unable to become insertedand end up escaping the more precarious services.These are questions that need to be analysed in future studies.

In terms of the insertion of foreign men in the formal market, we can notea concentration of workers in high-level professional posts and a tendency for an increase in male immigrants occupying skilled manual jobs.The explanations are the same as the case for women.

Men and women display a similar pattern in terms of the average evolution of the ISEI according to time recordedin the RAIS, a variable utilized as a proxy for experience in the labour market. It was also foundthat the ISEI of women remains higher than men's over time.For both sexes, there is a tendency for the ISEI to increase on average.

For foreigners as a whole, the sex variable has an effect on comprehending the occupational trajectories of foreigners in Brazil, with men generally showing higher probabilities of upward mobility than women. In other wor-

ds, the model utilized for all foreigners confirms our overall supposition that female immigrants have different mobility patterns to men with lower probability of upward mobility, as shownby the international literature. However, when we analysed the fourteen national groups separately, the difference is positive for men among a higher portion (seven groups). For the six remaining groups no statistical difference is observed.Meanwhile, for Haitians the difference is negative for men. This case should be analysed in more detail in future studies.

This evidence demonstrates that detailed analyses are needed of the situation experienced by foreigners in the Brazilian labour market. In other words, if we only undertake a descriptive analysis of the occupational situation and mobility among men and women, we do not encounter a very different situation between them.In some cases, we might even conclude that women find themselves in a better situation, since, for instance, they presenthigher values of socio-occupational status than men over time.

However, as we proceed deeperinto the analyses, controlling other important variables in order to examine the real effect of sex on occupational mobility, we identify something very interesting: the pattern found among male and female foreigners is that female immigrants do not have more chances of upward mobility than their male counterparts (except for Haitian women).

Moreover, this analysis enables us to counterthe assertion of Aysa-Lastro and Cachón (2013) of the persistenceof an L-shaped model for women, reflecting consistently high levels of stagnation in jobs low on the occupational hierarchy. Our results show that although women do have a pattern of fewer chances of upward mobility than men, they do not remain stagnant in the initial occupations over time. Women present rates of upward mobility and, if we consider some groups, have similar chances as their male counterparts.And as we have seen, this is not only the case for foreign women from countries of the Global North: the same applies to women from the Global South too.

Based on these findings, new questions emerge, which we intend to analyse in future studies. For instance: what is the effect of education on the occupational trajectory of foreign workers? Do educational qualifications in Brazil have a better return on the foreigner's upward mobility compared to those acquired in another country? And what is the effect of colour/race on the immigrant's mobility?

References

ADSERÀ, ALÍCIA; FERRER, ANA M.; HERRANZ, VIRGINIA. Descriptive labour market outcomes of immigrant women across Europe, *Working Paper Series*, No. 18, University of Waterloo, Canadian Labour Economics Forum (CLEF), Waterloo, 2020.

ADSERÀ, ALÍCIA; FERRER, ANA M.; "Occupational Skills and Labour Market Progression of Married Immigrant Women in Canada", *Labour Economics*Vol 39, p. 88-98, April. 2016.

ADSERÀ, A. E B. CHISWICK. "Are There Gender Differences in Immigrant Labor Market Outcomes across European Countries?", *Journal of Population Economics*, 20 (3), 495–526, 2007

AYSA-LASTRA, Maria.; CACHÓN, Lorenzo. Movilidad ocupacional segmentada: el caso de los inmigrantes no cumitarios en España. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas (REIS)*, v. 1, p. 23-46, January 2013a. Available at: https://www.ingentaconnect.com/content/cis/reis/2013/00000144/00000001/art00001.

AYSA-LASTRA, Maria., CACHÓN-RODRÍGUEZ, Lorenzo. Determinants of Segmented Occupational Mobility of non-European Union Immigrants in Spain. *71*, v. 2, p. 383-413, 2013-04-24 2013b. Available at: http://revintsociologia.revistas.csic.es/index.php/revintsociologia/article/view/519.

BRUNO, Matías. "Migración y movilidad ocupacional de peruanos en Buenos Aires". *IV jornadas argentinas de estudios de población*". Associación de estudios de población de la Argentina, Córdoba, 2007.

CARVALHAES, Flávio. A tipologia ocupacional Erikson-Goldthorpe-Portocarero (EGP): uma avaliação analítica e empírica. *Soc. estado.*, v. 30, n. 3, p. 673-703, 12/2015 2015. ISSN 0102-6992.

CHISWICK; Barry. The Effect of Americanization on the Earnings of Foreign-Born Men. *Journal of Political Economy,* v. 85, n. 5, p. 897-921, 1978.

CHISWICK, Barry. Longitudinal Analysis of the Occupational Mobility of Immigrants *Proceedings of the 30th Annual Winter Meetings, Industrial Relations Research Association*, p. 20- 27, 1977.

CHISWICK, Barry, PAUL William. Immigrant Earnings: a longitudinal analysis. *Review of Income and Wealth*, v. 51, n. 4, p. 485-503, 2005. ISSN 1475-4991. Available at: http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1467-9361.00039/abstract

EGREJA, Catarina.; PEIXOTO, João. Caminhos limitados ou mobilidade bloqueada? A mobilidade socioprofissional dos imigrantes brasileiros em Portugal. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n. 67, p. 43-64, 2011-09-01T00:00:00+02:00 2011. ISSN 0873-6529. Available at: http://spp.revues.org/586.

FERNÁNDEZ-MACÍAS, Enrique. et al. *Employment and Occupational Mobility among Recently Arrived Immigrants*: The Spanish Case 1997–2007 | SpringerLink. 2015. Available at: https://link.springer.com/article/10.1007/s11113-014-9347-4.

GANZEBOOM, H. B.; DE GRAAF, P. M.; TREIMAN, D. J. A standard international socio-economic index of occupational status. *Social science research,* v. 21, p. 1-56. 1992.

KOFMAN, Eleonor.; RAGHURAM, Parvarti. Gender and global labour migrations: Incorporating skilled workers. *Antipode,* v. 38, p. 282-303, 2006.

LIN, Nil. *Social capital*: a theory of social struture and action. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

MAGUID, Alícia; BRUNO, Sebastian. "Migración, mercado de trabajo y movilidad ocupacional: el caso de los bolivianos y paraguayos en área metropolitana de Buenos Aires". *Población de Buenos Aires*, v. 7, n.12, p. 7-28.

MASSEY, Donald. *Worlds in motion*: understanding international migration at the end of the millennium. Oxford: Clarendon Press, 1998. ISBN 0198294425 9780198294429.

NORONHA, Claudia L. A**.** *Análise longitudinal da mobilidade ocupacional dos estrangeiros no mercado de trabalho brasileiro*. 2018. (Tese de doutorado). Sociologia, UFMG/Belo Horizonte. Available at: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-B87FJA/1/tese_claudia_l.ayer_noronha_2018_final.pdf

OLIVEIRA, Antonio T.R.de, PEREIRA, Felipe and QUINTINO, Felipe. "O Sistema Nacional de Cadastramento de registro de estrangeiros (SINCRE) e a Migração Regular no País". In: CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antonio Tadeu; TONHATI, Tânia (eds.). *A Inserção dos Imigrantes no Mercado de Trabalho Brasileiro*. Relatório Anual 2015. Brasília: Cadernos do Observatório das Migrações Internacionais, Ministério do Trabalho e Previdência Social/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. OBMigra: Brasília, DF, 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. "Country Classification". In: World Economic Situation and Prospects 2014, New York: United Nations. Available at: https://unctad.org/en/PublicationsLibrary/wesp2014_en.pdf. Acesso em 03/02/2020.

PERES, Roberta. A imigração de bolivianas na fronteira: desafios teórico-metodológicos. In: BAENINGER, R. (Ed.). *Imigração boliviana no Brasil*. Campinas: NEPO, FAPESP, CNPq, Unfpa, 2012. p.271-295.

PERES, Roberta; BAENINGER, Rosana. Mulheres Latino-americanas e Haitianas no Brasil: perfil na imigração internacional. *0*, 2017-07-27 2017. Available at: http://www.abep.org.br/publicacoes/index. php/ anais/article/view/2681.

PORTES, Alejandro.; MANNING, Robert. The Immigrant Enclave: theory and Empirical Examples. In: GRUSKY, D. B. (Ed.). *Social stratification: class, race, and gender in sociological perspective*. 3. Boulder, CO: Westview Press, 2008. p. 516-528.

POWERS, Marry; SELTZER, William; SHI, Jing. Gender differences in the occupational status of undocumented immigrants in the United States: experience before and after legalization. *International Migration Review*, v. 32, n. 4, p. 1015-1018, 1998. ISSN 01979183. Available at: http://go-galegroup.ez27.periodicos.capes.gov.br/ps/i.do?p=AONE&sw=w&issn=01979183&v=2.1&it=r&id=GALE.

PURKAYASTHA, Bauas. Skilled migration and cumulative disadvantage: the case of highly qualified Asian Indian immigrant women in the US. *Geoforum*, v. 36, p. 181-196, 2005.

RUEF, M. *Occupational Mobility among U.S. Blacks, 1880-1940s*. GRIGORYEVA, A. Duke University: Working Paper, Department of Sociology, 2017.

SUZIKI, Lílian S. do A. "Trajetórias ocupacionais de trabalhadores imigrantes no Brasil: caminhos desiguais". *Soc. Cult.*, vol. 22, n. 1, p. 66-87, 2019.

STERNBERG, Sheila. A RAIS MIGRA como instrumento de análise do mercado de trabalho: um exercício a partir dos dados do Rio Grande do Sul. *Indicadores Econômicos FEE*, v. *28*, p. 183-199, 2001.

SÁNCHEZ-SOTO, Gabriela.; SINGELMANN, Joachim. The Occupational Mobility of Mexican Migrants in the United States. *0*, 2017-08-31 2017. Available at: http://revistarelap.org/ojs/index.php/relap/article/view/166.

VIDAL-COSO, Elena.; MIRET-GAMUNDI, Pau. The labour trajectories of immigrant women in Spain: Are there signs of upward social mobility? *Demographic Research*, v. 31, 2014.

VILELA, Elaine.; COLLARES, Ana.; NORONHA, Claudia. Migrações e Trabalho no Brasil: Fatores étnico-nacionais e raciais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 30, p. 87, 2015.

VILELA, Elaine; NORONHA, Claudia; CAMPOS, Marden. "Quem leva a pior?" Nordestinos e bolivianos no mercado de trabalho paulista. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 2019, 36.

VIRGÍLIO, Pablo B. "Incorporación de inmigrantes sudamericanos em Santiago de Chile: redes migratóiras y mobilidad ocupacional".*Migraciones interancionales*, v. 10, n. 8, 2019.

Submetido em 30 de janeiro de 2020
Aprovado em 08 de junho de 2020



Licenciado sob uma Licença Creative Commons Attribution 3.0

Appendices

Appendix1 – Description of the dependent and independent variables used in the models

Dependent variable

Box1 – Variable dependent used for estimation

Variable	Type	Description
Mobility	Continuous	Subtraction of theISEI (International Socio-Economic Index ofOccupational) of the first occupation from the ISEI of the last occupation. That is, Mobility =ISEI last occupation - ISEI first occupation

Source: authors' elaboration

Box2– Independent variables used in the models

Variable	**Type**	**Level**	**Description**
Sex	Binary	2	1= Men
			0= Women
White	Binary	2	1= White
			0= Non-white
Age	Continuous	1	Age of individual, in years
Age2	Continuous	1	Age squared
Education level			
Educ2	Binary	1	1= Complete primary and incomplete secondary education/
			0= Illiterate or incomplete primary education/
Educ3	Binary	1	1=Complete secondary or incomplete higher education/
			0= Illiterate or incomplete primary education/
Educ4	Binary	1	1= Complete higher education/
			0= Illiterate or incomplete primary education/
Educ_Brasil	Binary	1	1= Education acquired in Brazil/
			0= Education acquired abroad
Age on migrating			
17 to 24	Binary	2	1= Group of people who migrated between 17 and 24/
			0= Group of people who migrated aged 16 or under
25 to 40	Binary	2	1= Group of people who migrated between 25 and 40/
			0= Group of people who migrated aged 16 or under
Over 41	Binary	2	1= Group of people who migrated aged 41 and over/
			0= Group of people who migrated aged 16 or under
Time of residence			Time range of residence in Brazil
fx_resid2	Binary	1	1= Time of residence in Brazil between 4 and 5 years/
			0= Time of residence in Brazil between 0 and 3 years
fx_resid3	Binary	1	1= Time of residence in Brazil between 6 and 10 years/
			0= Time of residence in Brazil between 0 and 3 years
fx_resid4	Binary	1	1= Time of residence in Brazil between 11 and 20 years/
			0= Time of residence in Brazil between 0 and 3 years
fx_resid5	Binary	1	1= Time of residence in Brazil over 21 years/
			0= Time of residence in Brazil between 0 and 3 years
TimeEmp	Continuous	1	Time of employment in company
T	Continuous	1	Continuous variable between 0 and 20, corresponding to the years from 1995 to 2015
Time	Continuous	2	Number of times that the foreigner appears in the RAIS database

Continuação

Variable	Type	Level	Description
Employment	Binary	1	1= Active employment/
			0 = Inactive employment
Nationality[1]			
Argentina	Binary	2	1 = Argentinean / 0 = Portuguese
Chile	Binary	2	1 = Chilean / 0 = Portuguese
Bolivia	Binary	2	1 = Bolivian / 0 = Portuguese
Uruguay	Binary	2	1 = Uruguayan / 0 = Portuguese
Haiti	Binary	2	1 = Haitian / 0 = Portuguese
Paraguay	Binary	2	1 = Paraguayan / 0 = Portuguese
Italy	Binary	2	1 = Italian / 0 = Portuguese
Spain	Binary	2	1 = Spanish / 0 = Portuguese
Japan	Binary	2	1 = Japanese / 0 = Portuguese
China	Binary	2	1 = Chinese / 0 = Portuguese
USA	Binary	2	1 = American / 0 = Portuguese
Germany	Binary	2	1 = German / 0 = Portuguese
Class typology of the first occupation (EGP classification)	Continuous		
Egp1	Binary	2	1= High level professionals
			0= Agricultural workers and others in primary prod.
Egp2	Binary	2	1= Low level professionals
			0= Agricultural workers and others in primary prod.
Egp3	Binary	2	1= Non-manual routine, higher education
			0= Agricultural workers and others in primary prod.
Egp4	Binary	2	1= Services and sales
			0= Agricultural workers and others in primary prod.
Egp5	Binary	2	1= Manual work supervisors
			0= Agricultural workers and others in primary prod.
Egp6	Binary	2	1= Skilled manual work
			0= Agricultural workers and others in primary prod.
Egp7	Binary	2	1= Semi-skilled and unskilled manual work
			0= Agricultural workers and others in primary prod.
predict_Formal	Continuous	2	Probability of worker being in the formal sector
Company sector			
Sector2	Binary	1	1 = Rigid sector / 0 = Traditional sector
Sector3	Binary	1	1 = Flexible sector / 0 = Traditional sector
Sector4	Binary	1	1 = Public sector / 0 = Traditional sector
Company size[2]			
Medium	Binary	1	1 = Companies between 40 and 99 employees/
			0 = Companies between 4 and 49 employees
Large	Binary	1	1 = Companies over 100 employees/
			0 = Companies between 4 and 49 employees
Region of the country			
North	Binary	1	1 = North / 0 = Southeast
Northeast	Binary	1	1 = Northeast / 0 = Southeast
Centre-West	Binary	1	1 = Centre-West / 0 = Southeast
South	Binary	1	1 = South / 0 = Southeast

Source: authors' elaboration

1 The Portuguese are the immigrants used as a reference in the majority of the statistical equations since they form part of the group with the highest representativeness in the labour market due to their size, and because this is the group with least social distance from Brazilians.

2 The parameters of the Inter-Union Department of Statistics and Socioeconomic Studies (DIEESE) were used as a reference for this classification.

Appendix 2 –Table of mobility calculated by subtracting ISEI of first job from ISEI of last job in the RAIS, according to nationality and the foreigner's sex

Countries of the Global South		
Result – ARGENTINA	**Men**	**Women**
Immobility	44%	46%
Upward mobility	33%	31%
Downward mobility	23%	23%
Total	100%	100%
Result – BOLIVIA	**Men**	**Women**
Immobility	62%	59%
Upward mobility	21%	25%
Downward mobility	17%	16%
Total	100%	100%
Result – CHILE	**Men**	**Women**
Immobility	34%	38%
Upward mobility	38%	37%
Downward mobility	28%	25%
Total	100%	100%
Result – PARAGUAY	**Men**	**Women**
Immobility	53%	53%
Upward mobility	26%	27%
Downward mobility	22%	21%
Total	100%	100%
Result – URUGUAY	**Men**	**Women**
Immobility	45%	46%
Upward mobility	31%	30%
Downward mobility	24%	24%
Total	100%	100%
Result – HAITI	**Men**	**Women**
Immobility	40%	36%
Upward mobility	31%	37%
Downward mobility	29%	27%
Total	100%	100%
Result – CHINA	**Men**	**Women**
Immobility	64%	69%
Upward mobility	22%	18%
Downward mobility	13%	13%
Total	100%	100%
Countries of Global North		
Result – SPAIN	**Men**	**Women**
Immobility	51%	52%
Upward mobility	27%	27%
Downward mobility	22%	21%
Total	100%	100%
Result – USA	**Men**	**Women**
Immobility	59%	59%
Upward mobility	24%	24%
Downward mobility	17%	17%
Total	100%	100%
Result – FRANCE	**Men**	**Women**
Immobility	55%	59%
Upward mobility	23%	23%
Downward mobility	22%	18%
Total	100%	100%

Result – ITALY	**Men**	**Women**
Immobility	53%	52%
Upward mobility	30%	29%
Downward mobility	18%	20%
Total	100%	100%
Result – GERMANY	**Men**	**Women**
Immobility	53%	53%
Upward mobility	26%	29%
Downward mobility	21%	18%
Total	100%	100%
Result – JAPAN	**Men**	**Women**
Immobility	55%	60%
Upward mobility	27%	23%
Downward mobility	18%	17%
Total	100%	100%
Result – PORTUGAL	**Men**	**Women**
Immobility	47%	49%
Upward mobility	31%	30%
Downward mobility	22%	21%
Total	100%	100%

Source: data elaborated by the authors on the basis of RAIS 1995 to 2015.

Appendix 3 - Results from the estimated econometric models

MODEL 1 –With the sex variable included and Portuguese as group of reference

mob	Coef.	P>z
sex_rev	.9400446	0.000
employment_	-.13534	0.000
age	-.095253	0.000
age2	.0004628	0.000
fx_resid2	.3325094	0.000
fx_resid3	.5317556	0.000
fx_resid4	.7032765	0.000
fx_resid5	.5645567	0.000
time	.2661734	0.000
timeEmp	.0518283	0.000
educ2	5.990765	0.000
educ3	7.695479	0.000
educ4	10.80457	0.000
educ_brasil	-.1211912	0.000
Argentina	-.1346423	0.393
Bolivia	-2.170055	0.000
Chile	-.8119298	0.000
Paraguay	-3.481762	0.000
Uruguay	-1.86363	0.000
Germany	1.515631	0.000
Spain	.4791505	0.025
USA	1.304767	0.000
France	1.080905	0.000
Italy	.4737687	0.024
Haiti	-3771346	0.000
Japan	.1283565	0.564
China	.6359618	0.002
id_17_24	-.7720249	0.000
id_25_40	.0955575	0.365
id_41_over	.8630414	0.000
sector1	.158557	0.000
sector2	-.0194536	0.005
sector4	-.1523418	0.000
medium	.0681097	0.000
large	.2392063	0.000
predict_Formal	-1482776	0.000
white	.3878362	0.002
north	-1.887583	0.000
northeast	-1.490705	0.000
centrewest	-.4391704	0.000
south	-.5837741	0.000
T	.0698628	0.000
egp_11	-14.98428	0.000
egp_12	-12.09424	0.000
egp_13	-6.87955	0.000
egp_14	-5.366256	0.000
egp_15	-6.298378	0.000
egp_16	-2.309984	0.000
egp_17	4.371912	0.000
_cons	13.7644	0.000

Source: data elaborated by the authors on the basis of RAIS 1995 to 2015.

MODEL 2 – For each group of foreigners separately. 14 equations estimated for each foreign nationality

Variables	Argentina		Bolivia		Chile		Paraguay		Uruguay		Germany		Spain	
	Coef.	P>z	Coef.	P>z	Coef.	P>z	Coef.	P>z	Coef.	P>z	Coef.	P>z	Coef.	P>z
sex_rev	.5857855	0.052	1.33604	0.000	1.035268	0.011	.0413195	0.866	.0085034	0.980	1.592791	0.007	1.738868	0.000
employment_	-.1305659	0.000	-.1634908	0.000	-.1539649	0.000	-.0788347	0.000	-.1344345	0.000	-.0680362	0.007	-.0953071	0.000
age	-.1090115	0.000	-.1327049	0.000	-.1287105	0.000	-.0163337	0.143	-.1274501	0.000	-.09894	0.000	-.0854242	0.000
age2	.0004475	0.000	.001152	0.000	.0010632	0.000	-.00049	0.000	.0007727	0.000	.0005137	0.000	.0004792	0.000
fx_resid2	.1857865	0.000	.2611148	0.000	.2513205	0.000	.2636409	0.000	.2357753	0.000	.066856	0.051	.3521559	0.000
fx_resid3	.3109894	0.000	.4685554	0.000	.2772083	0.000	.3395014	0.000	.4515798	0.000	.0777092	0.039	.6230639	0.000
fx_resid4	.3750246	0.000	.5626474	0.000	.0318208	0.550	.3313561	0.000	.4708434	0.000	.2455397	0.000	.9511398	0.000
fx_resid5	.1752701	0.000	.403185	0.000	-.4969359	0.000	.1687521	0.017	.2921537	0.000	.1878564	0.010	1.017923	0.000
time	.3862256	0.000	.2896905	0.000	.1851403	0.000	.3319335	0.000	.3995334	0.000	.3016541	0.000	.1613578	0.000
timeEmp	.0580327	0.000	.0507836	0.000	.0599866	0.000	.0901551	0.000	.0635012	0.000	.0327052	0.000	.0479858	0.000
educ2	8.380169	0.000	5.386785	0.000	7.888004	0.000	3.675377	0.000	5.332294	0.000	11.63822	0.000	7.557214	0.000
educ3	9.914581	0.000	6.738062	0.000	9.317297	0.000	4.937496	0.000	6.73818	0.000	13.13179	0.000	9.789351	0.000
educ4	11.72654	0.000	11.22353	0.000	11.91987	0.000	10.81558	0.000	9.820294	0.000	14.47658	0.000	12.69325	0.000
educ_brasil	-.0166304	0.364	-.1934455	0.000	-.1229829	0.000	-.0775872	0.001	-.1366549	0.000	.2347277	0.000	-.1949891	0.000
age_17_24	-1.860244	0.000	-1.395026	0.000	-2.359755	0.000	-.5962847	0.039	-1.361457	0.002	-.8651002	0.382	.5454577	0.476
age_25_40	.0652602	0.852	-.6006593	0.075	-2.042676	0.000	-.101851	0.742	-.3923457	0.335	1.770989	0.005	.6663238	0.224
age_41_over	.8468313	0.090	-1.590484	0.009	-2.296536	0.003	1.010386	0.104	.3566907	0.571	2.670562	0.001	1.062994	0.134
sector1	.2202289	0.000	-.1722857	0.093	.2197976	0.023	.1799061	0.007	.5084409	0.000	.0304504	0.814	.1327866	0.291
sector2	.0342912	0.067	-.0439166	0.102	.0061655	0.785	.0458709	0.095	.0047438	0.851	-.0438663	0.193	-.0546126	0.126
sector4	-.2840048	0.000	-.0402058	0.414	-.3371867	0.000	-.3892889	0.000	-.1452172	0.076	-.2176256	0.023	-.0710014	0.494
medium	.0374026	0.037	.1080396	0.000	.063098	0.006	-.0195069	0.493	.0725574	0.004	.0893695	0.005	.0592772	0.081
large	.1548786	0.000	.1200317	0.000	.162577	0.000	.0773089	0.004	.1747312	0.000	.1581137	0.000	.2451067	0.000
predict_ Formal	-14.7375	0.000	-15.83122	0.000	-18.42879	0.000	-10.40459	0.000	-10.6254	0.000	-9.460943	0.000	-15.06422	0.000
white	.7568354	0.093	.1880646	0.419	1.660551	0.002	.009357	0.975	-.1088032	0.856	.8752406	0.493	1.458947	0.056
north	-1.576926	0.000	-.9131432	0.000	-2.039032	0.000	-1.123227	0.000	-2.070088	0.000	-.9206387	0.000	-1.518884	0.000
northeast	-1.246871	0.000	-1.334928	0.000	-2.034292	0.000	-.9951977	0.000	-1.110435	0.000	-.7029403	0.000	-1.070441	0.000
centrewest	-.3602747	0.000	-.4694101	0.000	-.573867	0.000	-.2073307	0.039	-.2577782	0.026	-.2814619	0.130	-.6829768	0.000
south	-.5116362	0.000	-.4115575	0.000	-.8168158	0.000	-.3980755	0.000	-.559402	0.000	-.2361882	0.002	-.2762065	0.012
T	.1242386	0.000	.0763595	0.000	.0947112	0.000	.0872796	0.000	.0696932	0.000	.0650122	0.000	.0310111	0.005
egp_11	-13.75812	0.000	-14.50444	0.000	-18.63406	0.000	-14.73492	0.000	-13.27389	0.000	-9.248045	0.018	-21.75564	0.000
egp_12	-11.19343	0.000	-9.771419	0.000	-14.78479	0.000	-10.34571	0.000	-10.26141	0.000	-5.536422	0.159	-18.40574	0.000
egp_13	-5.542224	0.002	-6.297217	0.000	-8.380754	0.007	-5.75142	0.000	-4.466467	0.000	-.9170717	0.816	-13.72079	0.001
egp_14	-5.299162	0.002	-3.820175	0.002	-6.794898	0.028	-4.423356	0.000	-3.043248	0.004	.5368868	0.893	-10.95339	0.008
egp_15	-4.9291	0.006	-7.441494	0.000	-7.976746	0.010	-7.876886	0.000	-3.526325	0.003	1.552786	0.695	-12.01816	0.003
egp_16	-1.81427	0.300	-4.958443	0.000	-4.52673	0.141	-2.26597	0.000	-.2296847	0.829	6.032828	0.130	-9.76671	0.017
egp_17	6.425312	0.000	3.510647	0.006	6.58345	0.036	3.229143	0.000	6.646897	0.000	19.77399	0.000	-1.761991	0.677
_cons	10.26746	0.000	14.89936	0.000	18.41782	0.000	6.994824	0.000	8.295176	0.000	-2.407989	0.561	17.7502	0.000

Source: data elaborated by the authors on the basis of RAIS 1995 to 2015.

MODEL 2–For each group of foreigners separately. 14 equations estimated for each foreign nationality (continuation)

Variables	USA		France		Italy		Haiti		Japan		China		Portugal	
	Coef.	P>z	Coef.	P>z	Coef.	P>z	Coef.	P>z	Coef.	P>z	Coef.	P>z	Coef.	P>z
sex_rev	1.172722	0.008	2.009644	0.000	.5604758	0.282	.6232441	0.008	.6598557	0.179	.2661975	0.404	1.14511	0.000
employment_	-.0629879	0.003	-.057248	0.015	-.0429936	0.029	-.0106439	0.057	-.1581109	0.000	-.0893214	0.000	-.1158013	0.000
age	-.0603658	0.000	-.0931152	0.000	-.0390738	0.000	-.0027266	0.766	-.0428429	0.000	-.0977171	0.000	-.1170215	0.000
age2	.000538	0.000	.0006032	0.000	.0004806	0.000	-.0001683	0.177	.0001808	0.026	.0004551	0.000	.000767	0.000
fx_resid2	.1066042	0.000	.1407133	0.000	.2231886	0.000	-.0135823	0.200	.1927897	0.000	.136142	0.000	.3080377	0.000
fx_resid3	.1985823	0.000	.2460084	0.000	.3859209	0.000	-.2018088	0.000	.2115506	0.000	.2032928	0.000	.5830549	0.000
fx_resid4	.255285	0.000	.3354644	0.000	.7365618	0.000	-.6280878	0.000	.3742763	0.000	.2330882	0.000	.6872239	0.000
fx_resid5	.2329662	0.002	.2532556	0.001	.9339258	0.000	-1.299549	0.000	.3875345	0.000	.1662735	0.000	.4315264	0.000
time	.161845	0.002	.1491489	0.006	.1474775	0.000	.9500244	0.000	.2539145	0.000	.3691002	0.000	.2278762	0.000
timeEmp	.0210656	0.022	.0210156	0.025	.048055	0.000	.0885405	0.000	.0264899	0.000	.0375053	0.000	.0463868	0.000
educ2	2.273647	0.000	-4.03856	0.000	6.885034	0.000	1.165731	0.000	6.598882	0.000	4.163308	0.000	5.62822	0.000
educ3	.870782	0.000	3.814256	0.000	8.324261	0.000	1.460179	0.000	7.930562	0.000	5.162042	0.000	7.632162	0.000
educ4	5.916326	0.000	5.506977	0.000	10.09806	0.000	4.73503	0.000	10.3257	0.000	6.488519	0.000	11.00713	0.000
educ_brasil	-.2344682	0.000	.1979825	0.000	-.1102774	0.000	.019571	0.002	-.134858	0.000	-.1657043	0.000	-.3159074	0.000
age_17_24	.0582041	0.940	.2954544	0.753	-.601733	0.415	-1.01354	0.063	.9975954	0.175	-.5414362	0.244	-.0742866	0.807
age_25_40	-.3158023	0.567	1.390034	0.051	.6794078	0.171	-1.513929	0.004	2.18833	0.000	-.6495137	0.099	.3988359	0.138
age_41_over	.1909108	0.783	1.131042	0.181	1.154892	0.073	-2.032151	0.000	3.202526	0.000	-.4852099	0.403	1.311371	0.001
sector1	-.0713572	0.324	-.0806428	0.303	-.0259847	0.797	-.0428005	0.100	.5671288	0.000	.0878369	0.126	.1073717	0.072
sector2	-.0398814	0.269	-.0489547	0.135	-.1262496	0.000	.0113771	0.106	-.0233413	0.432	-.032525	0.093	-.165286	0.000
sector4	-.1663374	0.060	-.2577875	0.002	-.0247035	0.737	-.6325358	0.000	-.2055953	0.028	.0097857	0.871	-.1058038	0.003
medium	-.0130424	0.660	.0690689	0.021	.0236035	0.325	-.0191747	0.027	.0647555	0.031	-.0770787	0.000	.0763065	0.000
large	.0416387	0.159	.053157	0.071	.1746159	0.000	.0132621	0.055	.1972152	0.000	-.031556	0.111	.2708742	0.000
predict_ Formal	-4.789523	0.000	-6.352354	0.000	-10.94898	0.000	-5.044194	0.000	-12.1176	0.000	-8.463535	0.000	-12.35327	0.000
white	1.564567	0.016	1.43386	0.065	.4312268	0.563	-.670869	0.012	.5846788	0.459	.7654111	0.208	.7458334	0.030
north	-.0773877	0.775	-.8925722	0.000	-1.034424	0.000	-.5893707	0.000	-1.172827	0.000	-.7634518	0.000	-1.406065	0.000
northeast	-.0905975	0.408	-.6459581	0.000	-1.040969	0.000	-.508381	0.000	-1.596036	0.000	-.973576	0.000	-1.387432	0.000
centrewest	-.1339927	0.302	-.7530597	0.000	-.4152739	0.000	-.1341252	0.000	-.5016869	0.003	-.0875373	0.237	-.4977145	0.000
south	.3287293	0.000	-.3677194	0.000	-.3707007	0.000	-.2082032	0.000	-.7837468	0.000	-.3951828	0.000	-.5777848	0.000
T	-.0020739	0.855	.041445	0.000	-.0096011	0.258	.1346404	0.000	.0422386	0.000	.0874255	0.000	.0265625	0.000
egp_11	-8.267028	0.191	-13.39707	0.028	-17.24214	0.000	-16.7069	0.000	-14.21682	0.000	-9.579801	0.000	-17.91139	0.000
egp_12	-5.964797	0.346	-10.29528	0.093	-14.91429	0.000	-19.80729	0.000	-13.11424	0.000	-7.094557	0.001	-14.40534	0.000
egp_13	.5058169	0.936	-5.267739	0.390	-10.06337	0.006	-10.23693	0.000	-6.90266	0.000	-4.068353	0.065	-9.298283	0.000
egp_14	4.179955	0.512	-2.822449	0.646	-8.373979	0.022	-9.666305	0.000	-4.449661	0.011	-3.892127	0.077	-7.924575	0.000
egp_15	3.201587	0.616	-2.775107	0.652	-8.043129	0.027	-20.72828	0.000	-3.927411	0.026	-2.757399	0.224	-7.56695	0.000
egp_16	10.97056	0.087	-.2084275	0.973	-5.694565	0.117	-2.620913	0.001	-1.262348	0.468	-.7818305	0.725	-5.190809	0.000
egp_17	17.21272	0.009	13.47183	0.035	7.006102	0.064	.9996694	0.221	6.981973	0.001	10.74704	0.000	5.844057	0.000
_cons	2.961655	0.643	8.415937	0.174	12.46909	0.001	3.042995	0.005	8.806003	0.000	8.227137	0.000	14.5737	0.000

Source: data elaborated by the authors on the basis of RAIS 1995 to 2015

DOI: http://dx.doi.org/10.20336/rbs.617

REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

Percursos migratórios nos territórios da costura*

Migratory routes in the sewing territories

Patrícia Tavares de Freitas**

RESUMO

Neste artigo, abordaremos os percursos migratórios de bolivianos e bolivianas no interior dos territórios da costura em São Paulo e Buenos Aires. A partir de uma caracterização dessa migração como território circulatório, argumentamos ser necessária a compreensão das formas como os migrantes articulam, em sua experiência social, os vários fatos de mobilidade que compõem seus percursos migratórios na costura. Para tanto, propomos a metodologia das narrativas de vida como narrativas de práticas. Finalizamos o artigo com a apresentação de dois percursos típicos: i) aqueles que se integram de fato em uma das sociedades de destino, apresentando pouca probabilidade de retorno, mesmo quando seguem engajados nos territórios da costura e, ii) aqueles que retornam para a Bolívia após uma primeira experiência, com alta probabilidade de reinserção nos territórios da costura.

Palavras-chave: Narrativas de vida; Projeto migratório; Território circulatório.

* Artigo submetido para Dossiê Temático: Imigrações internacionais contemporâneas: novas abordagens teóricas e metodológicas e novos recortes empíricos e temáticos.

** Professora substituta da Universidade Federal de Lavras

ABSTRACT

In this article, we will approach the migratory routes of Bolivians within the sewing territories in São Paulo and Buenos Aires. Based on a characterization of this migration as a circulatory territory, we argue that it is necessary to understand the ways in which migrants articulate, in their social experience, the various mobility facts that make up their migratory routes in sewing territories. Therefore, we propose the methodology of life narratives as narratives of practice. To conclude, we present two typical routes: i) those who actually integrate into one of the destination cities, presenting little probability of return, even when they remain engaged in the sewing territories and; ii) those who return to Bolivia after a first experience, with a high probability of reintegration in the sewing territories.
Keywords: Life narratives; Migratory project; Circulatory territory.

Introdução

Ao longo de boa parte do século XX, o debate sobre as migrações internacionais teve como principal referência o "paradigma da assimilação", proposto, inicialmente, pelos pesquisadores da Escola de Chicago de sociologia urbana, em suas análises acerca das migrações em massa do final do século XIX, da Europa para o continente americano. Para os propositores do paradigma da assimilação, tratava-se de compreender os processos de adaptação que permitiriam a integração desses novos migrantes, étnica e culturalmente diferenciados, à sociedade americana[1].

No período em que esses autores escreviam – entre o final do século XIX e início do século XX –, as migrações em massa para o continente americano não eram consideradas um problema, mas eram incentivadas por governos nacionais e elites locais (Wimmer e Glick-Schiller, 2002, p. 312). Nessas circunstâncias, o paradigma da assimilação podia expressar uma realidade objetiva (integração possível nos mercados de trabalho locais que necessitavam da força de trabalho migrante com a possibilidade concreta de mobilidade social) e subjetiva (o projeto de "fazer a América")[2].

1 A assimilação era entendida como "[...] um processo de interpenetração e fusão no qual pessoas e grupos adquirem memórias, sentimentos e atitudes de outras pessoas e grupos e através da partilha de sua experiência e história os incorporam em uma vida cultural comum" (Park e Burgess, apud Alba e Nee, 1997, p. 828, tradução própria).

2 Contemporaneamente, existe um amplo debate sobre a existência e os verdadeiros sentidos desses processos de assimilação no contexto norte-americano (GANZ, 2007; JIMÉNEZ, 2017).

Contemporaneamente, os denominados "novos fluxos migratórios", intensificados a partir de meados dos anos 1970, deparam-se com contextos econômicos e políticos muito mais refratários à sua integração, transformando, muitas vezes, os projetos migratórios de assimilação às sociedades de destino em uma quimera objetivamente improvável. Paralelamente, a diversificação dos locais de origem das migrações internacionais, o desenvolvimento das novas tecnologias de informação e comunicação (TICs), a popularização dos meios de transporte, o crescimento das migrações ilegais, entre outras tendências, têm transformado enormemente as dinâmicas migratórias (CASTLES et al., 2014; ARANGO, 2000).

Nesse sentido, destacam-se, como novidade no debate sobre os novos fluxos migratórios, dois tipos de dinâmicas de integração dos novos migrantes às sociedades de destino: i) as transnacionais, que se referem à manutenção de conexões, vínculos, relações e/ou atividades nas sociedade de origem, paralelas à inserção nas sociedades de destino (Glick-Schiller et al., 1992) e; ii) as circulatórias, que se referem à constituição de arranjos socioespaciais, entre origens e destinos, em torno de atividades econômicas empreendidas pelos próprios migrantes (AUTANT-DORIER, 2009; CORTES e FARET, 2009; MOROKAVASIC-MULLER, 1999; TARRIUS, 1993, 2001).

As migrações bolivianas vinculadas ao trabalho na costura, nas cidades de São Paulo e Buenos Aires, reiteradas ao longo de quase quatro décadas, desde pelo menos meados dos anos 1980, podem ser descritas como uma modalidade das dinâmicas circulatórias, conformadoras de novas territorialidades que se sobrepõem aos territórios estabelecidos pelos governos nacionais da Bolívia, do Brasil e da Argentina (FREITAS, 2011)[3]. Os territórios circulatórios da costura inauguram um novo tipo de fluxo migratório que franqueia a qualquer boliviano, que se encontre em qualquer um dos seus pontos de acesso, sua inserção no trabalho na costura tanto em São Paulo quanto em Buenos Aires[4].

3 As dinâmicas circulatórias são comumente denominadas de "dispositivo econômico", "circulação migratória", "mundo migratório", "campo migratório" e "território circulatório". Inicialmente, conforme destaca Morokavasic-Muller (1999), os fenômenos empíricos que motivaram essa caracterização foram: as migrações comerciais a partir da região do Maghreb na África, as diásporas asiáticas e seus "enclaves comerciais" e as migrações pendulares (comerciais) entre a Europa oriental e ocidental, visíveis depois da queda do muro de Berlim.

4 O conceito de território circulatório é proposto por Tarrius (2001, 1993) e faz referência a uma territorialidade necessariamente mais fluida, invisível, constituída por coletivos/grupos – não necessariamente de migrantes/imigrantes – que se reconhecem enquanto tais na medida em que compartilham as mesmas situações de mobilidade e que se sobrepõem e se opõem às territorialidades constituídas pelo planejamento técnico e estatal.

Diferentemente do que se imagina à primeira vista, à medida que esses territórios circulatórios vão se consolidando, passamos a encontrar, em seu interior, bolivianos e bolivianas com trajetórias socioespaciais e ocupacionais anteriores diversas e com projetos e perspectivas igualmente diversificados sobre sua inserção nessa atividade (FREITAS, 2013). Neste artigo, abordaremos os desdobramentos desses projetos após a inserção desses migrantes nos territórios da costura em São Paulo a partir da consideração de seus percursos migratórios.

De maneira geral, argumentamos que o compartilhamento das mesmas circunstâncias objetivas de mobilidade não nos permite fazer inferências acerca dos desdobramentos dos projetos migratórios a partir do momento em que os migrantes se colocam em movimento. Em outras palavras: um território circulatório que se reproduz, ao longo de décadas, graças à atualização constante dos vínculos entre seus diversos espaços não contíguos por meio da circulação de pessoas por entre esses espaços não tem como correlato necessário percursos migratórios marcados pela circulação. A circulação de pessoas e mercadorias diversas, entre lá e cá, é fundamental para a manutenção desses territórios, no entanto, essa circulação não é suficiente para definir a experiência migratória daqueles que se inserem nesses territórios.

Para avançar na compreensão da experiência migratória em um determinado contexto de mobilidade, consideramos fundamental a investigação dos percursos migratórios tal como narrados pelos próprios migrantes, tendo em vista as articulações e recomposições do projeto migratório inicial tecidas à medida que os migrantes se colocam em movimento. Para tanto, propomos a mobilização da metodologia de narrativas de vida como narrativas de práticas (Bertaux, 2013).

Na próxima seção, desenvolvemos as bases teóricas desse argumento e, na seção seguinte, apresentamos dois desdobramentos típicos dos percursos migratórios dos bolivianos e bolivianas que se inserem nos territórios da costura: i) aqueles que se integram de fato em uma das sociedades de destino, apresentando pouca probabilidade de retorno, mesmo quando seguem engajados nos territórios da costura e, ii) aqueles que retornam para a Bolívia após uma primeira experiência com alta probabilidade de reinserção nos territórios da costura.

1. As narrativas de práticas de mobilidade na análise dos percursos migratórios contemporâneos

> Cada movimento de uma população no espaço é também um movimento nas escalas de estratificação social. Mover-se é consumir, simbolicamente e factualmente, o tempo e o espaço; é perceber os lugares do Outro; é manifestar sintomaticamente seus lugares: aqueles que percebemos, aqueles que desejamos, aqueles que ocupamos. Assim, não há interrupção entre movimento e sedentarismo, mas continuidade entre as grandes migrações, que atravessam vastos espaços com diferentes formas e culturas, as mobilidades residenciais que especificam o encontro entre os seus e os outros em novos territórios e as mobilidades diárias que singularizam, no tempo, os ritmos sociais e os espaços de vizinhança, de sedentariedades efêmeras ou duradouras (TARRIUS, 1989, p. 57, tradução própria).

A complexidade da experiência migratória na contemporaneidade coloca o pesquisador diante de uma série de desafios. A insuficiência de categorias como "emigração" e "imigração", "migração interna" e "internacional", aliada a uma ampliação da diversidade e da autonomia dos migrantes na tessitura de seus percursos têm forçado o desenvolvimento de novas perspectivas acerca dos fatos de mobilidade. No lugar da quantificação objetiva dos deslocamentos espaciais, organizados em trajetos e etapas, passa a ser cada vez mais importante a compreensão das formas como os migrantes articulam, em sua experiência social, esses vários deslocamentos que compõem seus percursos sociais.

A necessidade de compreensão da articulação subjetiva dos deslocamentos espaciais traz para o primeiro plano da análise dos fatos de mobilidade a experiência temporal dos sujeitos. Conforme propõe Tarrius (1989, 2001), em sua antropologia do movimento, ao invés de conceber o tempo como simples atributo do espaço, reduzido, portanto, à sua duração, trata-se de conceber o tempo como organizador do espaço. Abordagem que permite articular, na linha temporal, espaços, dimensões e escalas diversas – do local ao transnacional.

Tendo em vista que narrar acontecimentos é uma forma de organizar as ações em sequências temporais (RICOEUR, 2007, p. 185-189), consideramos que as narrativas subjetivas dos percursos migratórios de bolivianos e boli-

vianas, no interior dos territórios da costura, podem fornecer uma chave de acesso bastante profícua a essas articulações espaço temporais dos fatos de mobilidade.

A utilização de narrativas de vida na análise da experiência migratória possui uma ampla tradição nas ciências sociais, remetendo-nos aos estudos de uma das primeiras escolas de sociologia urbana do século XX, a Escola de Chicago, responsável pelo primeiro estudo do gênero, o clássico de William I. Thomas e Florian Znaniecki, *The polish peasant in Europe and America* (1996)[5]. Para os autores desse estudo, conforme desenvolvem em sua nota metodológica (1996, pp. 1-86), as narrativas de vida constituíam o meio de acesso privilegiado para a realização de uma ampla contextualização das situações vivenciadas e do processo de constituição da personalidade social dos indivíduos que as vivenciaram, provendo o sociólogo do material necessário para identificar, diante da infinidade de antecedentes de um evento, aqueles significativos para o desenvolvimento de determinada situação social.

Nesse sentido, os autores (1996, p. 68) propõem o conceito de "definição da situação", a ser perscrutada na realização das narrativas. A definição da situação refere-se aos elementos mobilizados pelos sujeitos (experiências passadas, constrangimentos morais, percepção do contexto imediato etc.) nos momentos críticos em que necessitam definir um curso de ação entre vários possíveis. Nessa perspectiva, argumentamos que o conceito de "definição da situação" assemelha-se à ideia de "projeto", pressupondo uma reflexividade passível de ser retomada discursivamente, que indica o ambiente e as percepções relevantes no momento da decisão a respeito de um curso de ação.

No entanto, na perspectiva dos pesquisadores da Escola de Chicago e de parte do debate que se desenvolveu a partir daí, embora se tratasse de um meio de acesso relevante para a compreensão do mundo social, as narrativas de vida tinham como objetivo compreender o comportamento psicológico dos sujeitos e as orientações subjetivas envolvidas nas definições da situações.

5 O estudo foi publicado, inicialmente, em 5 volumes, entre 1918 e 1920. Neste artigo, utilizamos a edição editada por Eli Zaratesky.

Para os objetivos deste estudo, as narrativas dos percursos migratórios devem possibilitar uma aproximação espaço-temporal dos eventos de mobilidade, independentemente das orientações psicológicas dos narradores. Nesse sentido, nos associamos à proposta de Bertaux (2013) de produção de narrativas de práticas articuladas às definições das situações nos momentos críticos, em que os sujeitos devem escolher um curso de ação específico. Para o autor (2013, p. 20), as entrevistas de narrativas de práticas devem ser orientadas para o "como" dos eventos a serem investigados e não para as opiniões, valores e crenças dos sujeitos investigados.

A partir dessa perspectiva, foram realizadas entrevistas de narrativas dos eventos de mobilidade experienciados por bolivianos e bolivianas que, em algum momento de suas vidas, se inseriram nos territórios circulatórios da costura. Nessas entrevistas, buscamos articular a descrição dos eventos de mobilidade aos projetos migratórios dos sujeitos, ou seja, à maneira como se posicionavam em relação às sociedades de origem e de acolhimento, não apenas no momento de entrada nesses territórios, mas durante os momentos decisivos ao longo de todo o seu percurso migratório. Considerando, portanto, o projeto como um processo constante de readequação de expectativas e projeções à medida que o percurso migratório é experienciado por aqueles que se põem em movimento (BOYER, 2005, p. 57).

2. Os percursos migratórios nos territórios da costura

Nesta seção, propomos uma descrição dos percursos migratórios de bolivianos e bolivianas que se colocaram em movimento no interior dos territórios circulatórios da costura. Para uma padronização mínima das descrições propostas, serão utilizadas as noções demográficas de "reversibilidade da migração" e "residência base" (DOMENACH e PICOUET, 1990, 1989). Nesse sentido, a residência base é definida pelos autores como o lugar ou o conjunto de lugares a partir do qual (ou dos quais) os deslocamentos têm uma probabilidade de retorno mais elevada, qualquer que seja a duração da estadia em outro lugar. Na medida em que a probabilidade de retorno (reversibilidade) diminui, a residência base se desloca.

Essas narrativas foram coletadas durante a realização de uma etnografia multi- situada (Marcus, 1995), na cidade de São Paulo, no Brasil, e nas cida-

des de La Paz, Cochabamba e no município rural de Escoma, no departamento de La Paz, na Bolívia[6].

De maneira geral, os migrantes relatam que a inserção nos territórios da costura em São Paulo ou em Buenos Aires é projetada, antes da migração, como sendo de curto prazo, *"por un tiempito nomás"*. Inclusive, quando detalhamos o processo de decisão de entrada nesses territórios, o lapso temporal entre o contato com uma oportunidade de trabalho na costura e a migração não costuma passar de dois dias. Nesse sentido, essa migração não é vista como um projeto migratório tradicional, em que existe todo um processo anterior de preparação para a sua realização. Aproximando-se mais de uma viagem a trabalho, decidida de última hora[7].

Ao longo do percurso migratório, essa sensação de provisoriedade se mantém em muitas narrativas. Inclusive, em situações em que o migrante se encontra há mais de uma década na cidade de destino, com casa própria e, na prática, tendo deslocado sua residência base para o Brasil. Em alguns desses percursos, a expressão "por un tiempito nomás" continuava a ser mobilizada quando os entrevistados projetavam o futuro do percurso migratório. Consideramos que essa abertura para uma reversibilidade futura da integração nas sociedades de destino deve-se ao fato de que essa integração ocorre quase sempre no interior dos territórios da costura – seja por meio do estabelecimento de uma oficina de costura própria, seja por meio do estabelecimento de outra atividade direta ou indiretamente associada aos territórios da costura (aluguel de box na Feira da Madrugada, venda de comida nas feiras bolivianas ou com um restaurante próprio etc.). Dessa forma, mesmo nos casos em que o migrante nunca mais retornou à Bolívia, o contato constante com pessoas que acabaram de chegar ou que planejam o retorno parece instigar esses migrantes a permanecerem propensos ao retorno.

Paralelamente, parte dos migrantes retorna de fato à sua última residên-

6 O trabalho de campo foi realizado como parte da pesquisa de doutorado financiada pela Fapesp. Em São Paulo, foi realizado entre 2011 e 2012, e concentrou-se em territórios que passaram a ser associados aos costureiros e oficinistas bolivianos: a Praça Kantuta, a Rua Coimbra e a Feira da Madrugada. E, na Bolívia, foi realizado entre os meses de agosto de 2012 e março de 2013, a partir de financiamento por meio de projeto Bepe/Fapesp. Durante esse período, realizamos, entre outras atividades, entrevistas de narrativas com bolivianos e bolivianas que, em algum momento de sua vida, se inseriram nos territórios da costura para trabalhar em São Paulo e em Buenos Aires. No total foram realizadas 50 entrevistas, sendo 33 na Bolívia (todas gravadas em áudio) e 17 em São Paulo que não foram gravadas.

7 Para 48 dos entrevistados, o contato com a oportunidade de trabalho em uma oficina de costura em São Paulo ou Buenos Aires ocorreu na Bolívia, antes da migração.

cia base na Bolívia[8]. Conforme discutimos em outro artigo, no debate sobre a diáspora boliviana, os autores consideram que as migrações contemporâneas não visam à ruptura, mas à manutenção dos locais de origem, fazendo parte das estratégias locais de sobrevivência e mobilidade social (FREITAS, 2013)[9]. Ideia sintetizada, inclusive, no título de alguns dos principais livros emergentes nesse contexto como, por exemplo, *No llores, prenda, pronto volveré* (2006) de Leonardo De La Torre e *Partir para quedar-se* (2004) de Geneviève Cortés.

No caso dos territórios bolivianos da costura, nos projetos prévios à migração, parte dos bolivianos e das bolivianas entrevistados, especialmente os que já possuíam família, indicavam como elemento decisivo para a migração o objetivo de obter dinheiro para a quitação de um gasto já realizado (como, por exemplo, o pagamento de uma dívida ou das parcelas relativas à compra de uma casa, terreno ou carro) ou para a realização de um gasto futuro (como, por exemplo, a montagem de uma oficina de costura própria ou a realização da festa de casamento). No entanto, encontramos também narrativas, principalmente de jovens solteiros, em que a motivação para a inserção inicial nos territórios da costura era muito mais incerta, marcada mais pela vontade de conhecer novos lugares, pela intenção da aventura, do que propriamente por um projeto de manutenção ou investimento na Bolívia (FREITAS, 2013).

Nos desdobramentos dos projetos iniciais, os bolivianos e as bolivianas que em algum momento de seu percurso migratório retornam, o fazem por inúmeros motivos: i) de maneira temporária, durante a baixa temporada da costura, para visitar amigos, parentes e familiares com o objetivo de retornar à mesma oficina em que estavam trabalhando; ii) como forma de encontrar melhores oportunidades para a reinserção na costura em outras oficinas na mesma cidade ou na outra cidade que compõe o território boliviano da costura (São Paulo ou Buenos Aires) e; iii) de maneira aparentemente definitiva mas, na maioria das vezes, aberta a novas reinserções.

8 Nem sempre a última residência base é o local de origem do migrante na Bolívia. Uma parte dos entrevistados tem origem rural, tendo migrado para as periferias dos grandes centros urbanos antes da entrada nos territórios da costura.

9 Durante os anos 1980, a Bolívia passou por uma grave crise política e econômica que acabou precipitando, em meio à adoção de políticas neoliberais, migrações internas e internacionais, para uma série de destinos além dos países da América Latina, com destaque para a Espanha e os Estados Unidos. Nos anos 2000, de acordo com dados do censo boliviano, cerca de 20% da população boliviana vivia fora da Bolívia (Xavier, 2010, p.13).

Nesses casos, na maioria das vezes, a residência base permanece na Bolívia, já que, nas cidades de destino, a moradia se confunde com o local de trabalho, sendo comum a realização de mais de uma mudança de oficina e, portanto, local de moradia, ao longo do percurso migratório.

Nos próximos itens, abordaremos esses dois desdobramentos típicos dos projetos migratórios dos bolivianos e bolivianas que se inserem nos territórios da costura:: i) aqueles que se integram de fato em uma das sociedades de destino, apresentando pouca probabilidade de retorno, mesmo quando seguem engajados nos territórios da costura e, ii) aqueles que retornam para a Bolívia após uma primeira experiência.

3. Por un tiempito nomás - os percursos de transferência da residência base para as cidades de destino

Durante o trabalho de campo realizado na cidade de São Paulo, encontramos percursos variados de bolivianos e bolivianas que deslocaram sua residência base da Bolívia para o Brasil ao longo de sua inserção nos territórios da costura.

Nesse sentido, destaca-se uma diferenciação entre aqueles que migraram entre meados dos anos 1980 e início dos anos 1990 e, aqueles que migraram a partir dos anos 2000. Os percursos da primeira geração de migrantes são marcados pela aquisição da casa própria em São Paulo e pela manutenção de atividades laborais diretamente associadas aos territórios da costura. Já os percursos da segunda geração de migrantes são mais diversificados e mais voltados para uma incorporação nos mercados de trabalhos locais, na tentativa, nem sempre bem-sucedida, de saída dos territórios da costura. As narrativas de Elizabeth e Jair são expressivas do primeiro tipo de percurso, enquanto a narrativa de Rosemary nos permite vislumbrar as especificidades do segundo tipo de percurso.

3.1 Percursos de Elizabeth e Jair[10]

Elizabeth e Jair fazem parte da primeira geração de migrantes provenientes da Bolívia que se inseriram no território da costura na cidade de São Paulo. Ambos nascidos durante a década de 1970, migraram pela primeira vez para o Brasil entre meados dos anos 1980 e início de 1990. Há mais de uma década na capital paulistana, ambos se casaram, compraram suas casas – Elizabeth na zona leste e Jair na zona norte –, montaram as suas próprias oficinas de costura e, atualmente, dedicam-se a atividades que compõem os territórios da costura bolivianos: Elizabeth possui uma oficina de costura e aluga um box na Feira da Madrugada onde revende roupas importadas da China e feitas em sua própria confecção, enquanto Jair montou um restaurante boliviano na Rua Coimbra, frequentado, principalmente, pelos costureiros e oficinistas que vivem na cidade.

Jair migrou para São Paulo, de Cochabamba, aos 19 anos, no final de 1984, após concluir o segundo grau. Diferentemente de outros bolivianos e bolivianas entrevistados, que migraram no mesmo período, Jair não cogitava trabalhar na costura. Ele vinha conhecer seu filho que nascera no começo daquele ano. Jair era filho único de uma família de classe média que possuía uma oficina mecânica. E, conquanto tenha aprendido o ofício do pai, ao auxiliá-lo em seus momentos de folga dos estudos, havia sido educado para seguir os estudos universitários.

No entanto, Jair apaixonou-se por uma garota mais pobre e ela engravidou e decidiu fugir com uma prima que conseguira um trabalho de empregada doméstica em uma casa de família em São Paulo, por medo da represália de seus pais[11]. Ao chegar a São Paulo, sua futura esposa, que trabalhava como cozinheira na Mooca, indicou que tentasse trabalho na confecção, mas Jair acabou conseguindo trabalho como ajudante em uma oficina mecânica e, depois de cinco meses, como fresador em uma tornearia do irmão do patrão de sua esposa[12]. Nessa época, em 1985, todos os bolivianos que Jair conhecia

10 Elizabeth foi entrevistada na Feira da Madrugada e Jair foi entrevistado mais de uma vez em seu restaurante na Rua Coimbra.

11 Entre os anos 1940 e 1970, a migração boliviana para São Paulo não tinha nenhuma relação com os territórios da costura, que se constituem somente a partir dos anos 1980. Naquele período, migraram, principalmente, estudantes, profissionais liberais e mulheres para trabalhar como empregadas e babás (Silva, 1997).

12 Uma metalúrgica que contava com 40 empregados e fundia aço para fazer brocas e engrenagens.

trabalhavam no ramo de confecção e lhe diziam que conseguiam ganhar muito mais do que ele como metalúrgico.

Tendo como referência a experiência de seus amigos na confecção, Jair decide pedir as contas da metalúrgica, depois de dois anos, e tentar a vida no ramo de confecções, utilizando o dinheiro extra, proveniente de seus direitos trabalhistas, para comprar suas duas primeiras máquinas de costura. Embora já possuísse máquinas, Jair se inseriu, inicialmente, como costureiro em outras oficinas para adquirir prática e aprender como montar sua própria oficina.

Nesse período inicial, Jair trabalhou em duas oficinas, na zona leste da cidade, cujos responsáveis, denominados de "oficinistas", eram migrantes coreanos[13]. No momento em que o oficinista da segunda oficina na qual se engajara decidiu encerrar as atividades da costura para dedicar-se ao comércio de roupas no Bom Retiro, Jair iniciou a montagem de sua oficina própria. Em sua saída, o oficinista coreano lhe propôs um acordo: o coreano alugaria, a preços módicos, suas máquinas a Jair se a sua oficina passasse a costurar, prioritariamente, as roupas a serem comercializadas em sua loja. Essa parceria informal foi fundamental para o sucesso de Jair que, ao longo dos anos, ampliou enormemente a sua oficina comprando definitivamente as máquinas alugadas do coreano.

Em 1989, após a anistia que lhe permitiu legalizar a permanência de sua família, Jair abriu uma conta no banco e fez seu primeiro empréstimo para a compra da casa própria, consolidando a transferência de sua residência base para o Brasil. Entretanto, as transformações no ambiente econômico engendradas durante o governo Collor provocaram uma crise na indústria de confecção como um todo. Nesse período, muitos coreanos e bolivianos reemigraram para Buenos Aires, na Argentina, que, inversamente, havia promovido a paridade do peso com o dólar, conformando um ambiente bastante propício para os negócios na indústria de confecção. Um pouco depois, em 1993, Jair fez o mesmo, depois de oito meses sem trabalhar e com as dívidas se acumulando: migrou sozinho para Buenos Aires, deixando sua mulher e os dois filhos em sua nova residência base, em São Paulo.

Em Buenos Aires, Jair não teve nenhuma dificuldade em conseguir trabalho em uma oficina de costura de coreanos assim que chegou, pois "já tinha

13 As relações entre a migração boliviana e a coreana no interior da indústria de confecção das cidades de São Paulo e Buenos Aires foram abordadas por Freitas e Baeninger, 2010.

conhecimento". De acordo com ele, os bolivianos que haviam trabalhado em São Paulo eram mais bem cotados do que os que haviam migrado diretamente para a Argentina. Durante o ano em que passou trabalhando nesse país, ganhava um salário bem superior às suas expectativas, o que lhe possibilitava sustentar confortavelmente sua família em São Paulo.

Jair retornou um ano depois, em 1994, e, junto com sua esposa, recomeçou tudo de novo. Durante a crise, boa parte das máquinas que possuía foram vendidas, restando apenas cinco máquinas com as quais montou novamente uma oficina de costura. Em 1998, quando já contava com dez máquinas, teve uma série de desentendimentos com seus costureiros e acabou decidindo mudar de ramo, iniciando a venda de comida boliviana, a princípio, na Praça do Pari, depois, na Praça Kantuta, até montar o restaurante que possui atualmente na Rua Coimbra. Embora esteja completamente integrado na cidade de São Paulo, com os filhos na faculdade planejando desenvolver suas carreiras profissionais no Brasil, Jair considera passar a velhice na Bolívia ao lado de seus familiares.

A entrada de Elizabeth nos territórios bolivianos da costura em São Paulo é bem mais comum do que a de Jair, e se insere em uma rede familiar protagonizada por sua irmã mais velha. Nascida na cidade de La Paz e parte de um núcleo familiar composto por pai, mãe e dois irmãos (um irmão mais novo e uma irmã mais velha), Elizabeth passou por uma primeira mudança de residência base na própria Bolívia, durante os anos 1980, em meio a um contexto marcado por uma séria crise econômica e política. Nesse momento, seus pais se separaram e, enquanto a irmã mais velha decidiu migrar para São Paulo, a convite de uma amiga, para trabalhar na costura, Elizabeth e seu irmão menor, ainda crianças, se mudaram com a mãe para a cidade de El Alto, na região metropolitana de La Paz.

Em El Alto, a sua mãe casou-se novamente e, graças a uma série de desentendimentos com seu padrasto, Elizabeth decide migrar para São Paulo, em 1995, aos 19 anos, para morar com a irmã, após terminar os estudos de nível médio na Bolívia. No momento de sua migração, sua irmã estava casada com um boliviano e possuía casa própria, no bairro Edu Chaves, na zona norte da capital, na qual havia montado uma oficina de costura.

Durante os primeiros anos em São Paulo, Elizabeth que, até aquele momento, tinha exercido apenas o trabalho de comerciante junto com sua mãe em El Alto, trabalhou como cozinheira na oficina de costura de sua irmã até

aprender a costurar. Embora fosse grata à sua irmã, na medida em que se integrava na cidade e conhecia as condições de trabalho de outros bolivianos e bolivianas que trabalhavam na costura, Elizabeth começou a se sentir explorada devido ao baixo salário e ao intenso volume de trabalho. Dessa forma, seis anos após ter migrado pela primeira vez, decide voltar para a sua segunda residência base em El Alto, na Bolívia, na casa de sua mãe.

No entanto, um mês depois do retorno, em El Alto, recebe uma proposta de trabalho de um conhecido, sobrinho de um oficinista boliviano, com quem decide retornar para São Paulo. A sua reinserção nos territórios da costura deveu-se não apenas à proposta de trabalho, mas também ao fato de não se sentir à vontade na casa de sua mãe. Em sua segunda oficina, apesar de receber um salário melhor como costureira, Elizabeth se sentia intimidada em um ambiente repleto de costureiros bêbados e de brigas constantes. E, após três meses, acaba retornando para a oficina de costura de sua irmã, na qual permaneceu por mais oito anos até conhecer seu futuro esposo, um oficinista de Cochabamba. Nessa segunda temporada na casa de sua irmã, Elizabeth havia decidido se estabelecer no Brasil definitivamente.

No entanto, o casamento representou o início de uma nova etapa em sua trajetória laboral, em sua inserção na cidade e em suas relações com a Bolívia. O seu marido já possuía casa própria no Brasil com uma pequena oficina e alugava um box na Feira da Madrugada para a comercialização de sua própria produção e de outras roupas e produtos importados da China. Ao se casar, Elizabeth passou a ficar responsável pelo comércio na Feira da Madrugada, enquanto o marido cuidava da confecção e da importação de mercadorias.

No momento da entrevista, Elizabeth estava grávida de quatro meses de seu primeiro filho e, embora estivesse feliz com a nova atividade, mais condizente com suas habilidades desenvolvidas desde a infância, o casal planejava retornar à Bolívia para terem a oportunidade de educar seus filhos com valores bolivianos. O plano do casal era utilizar o dinheiro da venda da casa própria, que seu marido conquistou na cidade de São Paulo, para comprar uma casa e montar uma oficina de costura para trabalhar em Cochabamba. Esse projeto havia surgido em conversas de seu marido com os seus amigos que já haviam retornado e montado sua oficina de costura própria. Dessa forma, a partir de sua inserção nos territórios da costura em São Paulo, Elizabeth ressignificava suas relações com a Bolívia, passando a planejar um

retorno para outra cidade (Cochabamba), com o objetivo de estabelecer uma nova residência base no país de origem.

3.2 Percurso de Rosemary[14]

Rosemary faz parte da segunda geração de migrantes provenientes da Bolívia, cuja inserção na costura ocorreu ao longo dos anos 2000. Em seu percurso, a costura aparece como um momento de transição para outro tipo de atividade profissional, que embora possibilite sua inserção no mercado de trabalho brasileiro, segue sendo exercida no interior dos territórios da costura.

Nascida em uma província da zona rural do departamento de Oruro, a sua primeira mudança de residência base ocorreu na própria Bolívia, em 2004, aos 19 anos, após finalizar o ensino médio. Nesse momento, Rosemary migrou da zona rural para a cidade de Cochabamba, localizada em departamento de mesmo nome. A principal motivação dessa primeira migração foram os desentendimentos com seu padrasto e a ruptura definitiva com sua mãe.

Em Cochabamba, Rosemary aprendeu o ofício de bordadeira e, após quatro anos trabalhando nessa área, soube, por meio de conhecidos que também trabalhavam na costura, de uma oportunidade de trabalho em São Paulo e decidiu migrar com duas amigas. A migração foi financiada com um dinheiro emprestado pelo oficinista, boliviano que iria empregá-las em sua oficina, no bairro da Penha, na zona leste da capital paulistana. Inicialmente, Rosemary planejava trabalhar em São Paulo por dois anos, juntar dinheiro e retornar para Cochabamba para dar entrada em uma casa própria. Embora Cochabamba não fosse seu local de origem, tratava-se de uma cidade de referência e de destino para parte importante de seu núcleo familiar e de suas redes de sociabilidade consolidadas em Oruro.

Ao longo dos dois primeiros anos em que esteve trabalhando em sua primeira oficina de costura na capital paulistana, Rosemary fez cursos de manicure e de cabeleireira em seu tempo livre, no instituto Embeleze, localizado próximo ao seu trabalho. E, assim que surgiu uma oportunidade, começou a trabalhar nesse salão em que eu a conheci, na Rua Coimbra, indo morar com outras cabeleireiras bolivianas em uma casa alugada no Brás.

14 Entrevistada em um salão de cabeleireiro boliviano na Rua Coimbra, na cidade de São Paulo.

Atualmente, Rosemary se sente extremamente realizada nessa nova profissão e não planeja mais voltar para Cochabamba, considerando a casa no Brás a sua nova residência base. Ao longo do tempo na capital paulistana, foi perdendo o contato com parentes e amigos na Bolívia, mantendo apenas um contato esporádico com seu irmão que pretende convencer a vir para o Brasil.

4. Partir para ficar – os retornos e os percursos circulares nos territórios da costura

Nesta seção, abordaremos alguns tipos de percursos de inserção nos territórios da costura em que a residência base dos migrantes permanece na Bolívia – seja porque a migração visava à realização de algum objetivo concreto na Bolívia, seja porque tratava-se de uma aventura cujos desdobramentos não foram marcantes o suficiente para a precipitação de mudanças nas residências base dos migrantes. Nesse sentido, enquanto o percurso de Eliseu exemplifica o primeiro caso, o percurso de Timoteo é exemplar da segunda possibilidade.

4.1 Percurso de Eliseu[15]

No percurso de Eliseu, de 34 anos, a migração para o trabalho na indústria de confecção foi o meio encontrado por ele para pagar uma dívida realizada para a construção da casa própria, em El Alto, para acomodar seu núcleo familiar, formado por sua esposa Letícia e seus quatro filhos.

Eliseu já sabia das possibilidades de trabalho nos territórios da costura em São Paulo e Buenos Aires graças às notícias exitosas recebidas de amigos e parentes que haviam migrado, e acaba decidindo tentar esse caminho a partir do convite de uma prima que migrara no final dos anos 1990 e, depois de três anos, montara sua própria oficina de costura na cidade de São Paulo.

Eliseu e Letícia se conheceram na cidade de El Alto, no final dos anos 1990, no colégio em que faziam um curso supletivo para finalizar o ensino médio e, assim que receberam o diploma, no início dos anos 2000, passaram a viver juntos. Na época, ele trabalhava como sapateiro e ela como vendedo-

15 Eliseu foi entrevistado no Mercado 16 de Julio, em El Alto, na Bolívia.

ra ambulante de comida em um dos maiores mercado ao ar livre da Bolívia, o Mercado 16 de Julio, em El Alto. Os dois são migrantes rurais do altiplano andino e, enquanto Letícia havia migrado com a família na segunda metade da década de 1980 – expulsos do campo no auge da crise socioeconômica e política –, Eliseu, que possuía mais sete irmãos, migrou sozinho, aos 12 anos, em 1991, para tentar a vida na cidade, apenas com o dinheiro da passagem e sem conhecer ninguém que pudesse acolhê-lo, mantendo ainda, durante os primeiros anos de inserção na cidade, sua residência base na zona rural.

Em El Alto conseguiu, assim que chegou, um emprego em uma sapataria que produzia sapatos para bebês e, como outros jovens que haviam feito o mesmo percurso solitariamente, morava na oficina que o havia contratado. À medida que se especializava, conseguia trabalhos melhores até se fixar em uma grande empresa de sapatos na cidade de El Alto, local em que trabalhava quando conheceu sua esposa.

Entre o início dos anos 2000 e o começo de 2010, o casal teve quatro filhos e fez um empréstimo no banco para comprar a casa própria, estabelecendo a segunda residência base de Eliseu que, até então, vivia em quartos de pensão. Nessa casa, Eliseu montou a sua própria sapataria, enquanto Letícia continuava com a venda ambulante de comida no mercado 16 de Julio. As dificuldades econômicas enfrentadas pelo casal desde 2009, impedindo o pagamento de sua dívida no banco, os levaram a aceitar o convite de sua prima.

Letícia tinha esperanças de que, com a viagem do marido, conseguiriam pagar as dívidas e melhorar sua situação na Bolívia e, por isso, estava disposta a arcar sozinha com a educação e o cuidado dos quatro filhos. Entretanto, ela também tinha receios devido às histórias que ouvia de amigas que se separaram depois que o marido viajou para trabalhar na confecção, em geral, porque eles acabavam formando outra família na cidade de destino com bolivianas que conheciam nas oficinas de costura.

De todo modo, as vantagens futuras pareciam compensar os riscos para a estabilidade familiar. Pelo acordo inicial entre Eliseu e sua prima, ele pagou os gastos da viagem até a fronteira com o Brasil e, a partir de Puerto Juarez, os gastos foram pagos por ela, que descontaria esse adiantamento do salário de Eliseu nos primeiros meses de trabalho em sua oficina de costura, em São Paulo.

Na oficina de costura de sua prima, apesar de Eliseu não possuir habilidade na costura de roupas, os conhecimentos desenvolvidos para a costura dos sapatos ajudaram bastante nos momentos iniciais de inserção no novo

trabalho. Em termos de habilidade, a diferença residia apenas no material a ser costurado: couro, para os sapatos, e malhas, para as roupas, pois nos dois casos trabalhava com o mesmo tipo de máquina, a reta.

A grande diferença residia na temporalidade e no ritmo do trabalho. Em São Paulo, era preciso trabalhar muito mais, com pouco tempo de descanso e de maneira acelerada para produzir, todos os dias, os mesmos modelos, enquanto na Bolívia, além das duas horas de descanso durante o almoço e do fim do expediente às seis horas da tarde, a quantidade de sapatos que deveria costurar por dia era bem menor e, a cada dia, surgiam modelos novos que o distraiam.

Embora trabalhasse muito mais a um ritmo intenso, no final do mês não recebia os 500 dólares prometidos. Dessa forma, Letícia teve que voltar a vender comida no Mercado 16 de Julio, além de cuidar sozinha dos quatro filhos.

Oito meses depois de sua migração para São Paulo, no final de 2010, a situação não havia mudado, Eliseu continuava a receber pouco, trabalhando intensamente e, portanto, embora tenha planejado, inicialmente, permanecer na cidade por dois anos, foi convencido por sua esposa a regressar. Apesar de sentir-se explorado e, por meio dos colegas costureiros, ter recebido convites para trabalhar em lugares melhores para receber valores mais altos por peça costurada, ele não se sentia autorizado a sair da oficina de sua prima para outra oficina, pois essa atitude significaria cortar vínculos familiares importantes na Bolívia.

Atualmente, a situação do casal está um pouco melhor e, ponderam, futuramente, depois que os filhos estiverem maiores, tentar, os dois juntos, uma nova inserção nos territórios bolivianos da costura. No entanto, diferentemente da experiência anterior, de maneira mais independente e, preferencialmente, em Buenos Aires, devido à maior facilidade com o idioma.

4.2 Percurso de Timóteo[16]

A narrativa de Timóteo, um jovem boliviano entrevistado em Cochabamba, nascido no início dos anos 1990, é completamente diferente da de Eliseu – tanto em relação às suas condições de vida na Bolívia, quanto em relação ao seu percurso migratório nos territórios da costura.

16 Timóteo foi entrevistado em sua casa em Cochabamba, na Bolívia.

Timóteo é um jovem urbano de Cochabamba que faz parte de uma família transnacional[17]. A sua mãe migrara para Valência, na Espanha, em 2005, quando ele tinha 14 anos e, seu irmão, oito anos, para trabalhar como empregada doméstica e cuidadora de idosos a partir de um convite de um de seus irmãos[18]. A migração de sua mãe foi uma decisão familiar, em vista do desemprego prolongado de seu pai.

Depois que sua mãe migrou para a Espanha, seu pai tinha o projeto de migrar para os Estados Unidos, pois, por outro lado, parte da família paterna de Timóteo já estava lá. Caso conseguisse, deixaria os dois filhos aos cuidados dos familiares de sua mulher, mas o visto demorou a sair e, quando saiu, estava empregado, graças ao auxílio de um padrinho, na prefeitura de Villa Tunari, em Cochabamba, e decidiu permanecer na Bolívia.

Ao longo dos anos em que sua mãe está na Espanha, os dois irmãos têm vivido junto com o pai, que acabou por assumir as tarefas domésticas e educativas do núcleo familiar.

De todo modo, de acordo com Timóteo, a mãe é bastante presente, por meio de contatos telefônicos e via internet, nas principais decisões domésticas, não apenas financeiras, mas também sobre a educação e o futuro de seus filhos. O objetivo atual da família, com a viagem de sua mãe, além da reforma da casa e do auxílio mensal para a manutenção dos filhos, é a compra de um negócio na Bolívia para que possa retornar de maneira definitiva.

A viagem de Timóteo para São Paulo, no primeiro semestre de 2011, aos 19 anos, para o trabalho na costura foi o primeiro percurso migratório independente da vida de Timóteo e representou sua primeira atividade laboral. Ao contrário das circunstâncias mais comumente encontradas, em que a decisão de migrar e trabalhar na indústria de confecção tem um componente claramente econômico, de sobrevivência e/ou mobilidade social, a decisão de Timóteo encontra-se mais no registro da aventura: decidiu viajar porque

17 "Famílias transnacionais" são definidas como famílias em que os membros do núcleo familiar se encontram divididos entre um local de origem e outros de destino. Durante o trabalho de campo, verificou-se que esses jovens, filhos de famílias transnacionais, que se inserem nos territórios da costura, apresentam um nível educacional mais elevado e condições de vida muito melhores do que a maior parte dos jovens que são os pioneiros no caminho da migração internacional.

18 A migração para Espanha iniciou, na família da mãe de Timóteo, com o seu irmão mais velho, que migrara sozinho, em meados dos anos 1980, inserindo-se como pedreiro, em Valência. A partir de então, todos os outros sete irmãos, com exceção de uma, que permanece em Cochabamba, migraram e, parte deles, acabou por fixar sua residência base na Espanha.

tinha perdido o prazo de uma inscrição para começar a academia militar depois do final do ensino médio. E, para que o tempo de espera até a próxima inscrição não fosse desperdiçado, decidiu aventurar-se em São Paulo, junto com um amigo, graças à indicação de outro amigo comum, que já estava trabalhando na cidade.

Para Timóteo, não se tratava de juntar dinheiro, ou de aprender um ofício, tratava-se, simplesmente, de viajar junto com um amigo, conhecer a cidade, trabalhar pela primeira vez e esperar o próximo ano para poder prestar a Academia Militar ou começar um curso universitário. E, apesar de seu amigo ter feito a viagem por terra, a mãe de Timóteo insistiu para que seu filho viajasse de avião, enviando-lhe o dinheiro da passagem.

Timóteo e seu amigo não sabiam costurar e, na primeira oficina em que chegaram, começaram como ajudantes, mas permaneceram apenas por uma semana devido às péssimas condições de moradia. Ao longo dos oito meses que moraram em São Paulo, Timóteo e seu amigo passaram por cinco oficinas diferentes.

Após essa primeira estadia, no final do ano de 2011, Timóteo retornou a Cochabamba para passar as festas com o irmão e o pai. No ano seguinte, acabou retornando novamente a São Paulo, no entanto, com um objetivo um pouco diferente: dessa vez, tratava-se de auxiliar um tio, irmão de sua mãe, que estava retornando da Espanha à Bolívia, junto com sua esposa, devido à crise financeira que assolava a Europa, e que gostaria de investir uma parte do dinheiro poupado na Espanha em uma oficina de costura em São Paulo. Durante o tempo em que estava procurando oficina para o tio, voltou a trabalhar na última oficina em que havia trabalhado antes de sair do Brasil.

Depois de encontrar a oficina para a família do tio, enquanto a mulher e os seus irmãos e primos trabalhavam na oficina, Timóteo e o tio começaram a trabalhar como pedreiros. Além da construção, Timóteo e o tio, com o aval e dinheiro de sua mãe, decidiram investir em contrabando com mercadorias compradas em São Paulo a serem revendidas na Bolívia. Fizeram sua primeira viagem, para Cochabamba, em julho de 2012. Em agosto de 2012, retornaram para São Paulo com planos de fazer outras compras e continuar com o negócio, entretanto, menos de um mês depois, seu pai lhe chamou para que retornasse imediatamente a Cochabamba, pois tinha conseguido uma entrevista para o filho concorrer a uma bolsa para a carreira de engenharia petrolífera, na Venezuela.

Considerações finais

A migração boliviana para a costura, associada ao trabalho análogo à escravidão, tem sido abordada, de maneira geral, a partir de suas determinantes socioeconômicas e das características gerais desse fluxo migratório (Freitas, 2011). Circunstâncias que produzem, involuntariamente, imagens homogeneizadoras desses migrantes e de sua experiência social.

Neste artigo, argumentamos que, diante das tendências contemporâneas das novas migrações internacionais, que ampliam enormemente as possibilidades e variações dos fatos de mobilidade, as abordagens estritamente objetivas dos fluxos migratórios (em termos de determinantes e estrutura dos fluxos) mostram-se pouco profícuas para a compreensão dos percursos migratórios dos que se põem em movimento. Nesse sentido, propomos como alternativa uma abordagem baseada nas narrativas subjetivas dos migrantes sobre as suas práticas de mobilidade.

A partir da aplicação dessa metodologia na análise da migração boliviana vinculada ao trabalho na costura foi possível produzir uma aproximação mais complexa e diversificada dessa experiência social. Tanto da perspectiva das origens e projetos iniciais dos que se põem em movimento, quanto da perspectiva dos percursos migratórios possíveis no interior dos territórios da costura.

Referências

ALBA, Richard; NEE, Victor. (1997), Rethinking assimilation theory for a new era of immigration. *International Migration Review,* v. 31, pp. 826-874.

ARANGO, Joaquim. (2000), *Explaining Migration:* a critical view. Oxford: Blackwell.

AUTANT-DORIER, Claire. (2009), Saisir les identités en mouvement : parenté et histoires de familles turques en migration. *Revue Européenne des Migrations Internationales,* v. 25, n.3, pp.133-151.

BERTAUX, Daniel. (2013), *Le récit de vie.* Paris : Armand Colin.

BOYER, Florence. (2005), *Être migrant et Tuareg de Bankilaré (Niger) à Abidjan (Côte d'Ivoire):* des parcours fixes, une spatialité nomade. Tese de Doutorado. Poitiers :Universidade de Poitiers.

CASTLES, Stephen; DE HAAS, Hein; MILLER, Mark J. (2014), *The age of migration* – international population movements in the modern world. 5 ed. Londres: Palgrave Mcmillan.

CORTES, Geneviève; FARET, Laurent (orgs.). (2009), *Les circulations transnationales* – lire les turbulences migratoires contemporaines. Paris: Armand Colin.

DOMENACH, Hervé; PICOUET, Michel. (1990), El carácter de reversibilidad en el estudio de la migración. *Notas de Población*, n. 49, pp. 49-69.

DOMENACH, Hervé; PICOUET, Michel. (1989), *Las migraciones*. Córdoba: Universidad Nacional de Cordoba.

FREITAS, Patricia Tavares. (2014), *Projeto Costura:* percursos sociais de trabalhadores migrantes, entre a Bolívia e a indústria de confecção nas cidades de destino. Tese de Doutorado. Campinas: IFCH/Unicamp.

FREITAS, Patricia Tavares. (2013), Trajetórias laborais/residenciais dos locais de origem e projeto migratório – a migração boliviana para o setor de confecção na cidade de São Paulo. In: DEDDECA, Claudio; BAENINGER, Rosana. *Processos migratórios no Estado de São Paulo* – estudos temáticos. Coleção por Dentro do Estado de São Paulo, vol. 10, Campinas: Nepo; Fapesp, pp.523-550.

FREITAS, Patricia Tavares. (2011), Imigração boliviana para São Paulo e setor de confecção – em busca de um paradigma analítico alternativo. *Informe Gepec*, v.15, n. 3, pp.222-240.

FREITAS, Patricia Tavares; BAENINGER, Rosana. (2010), Imigração e cidade: origens e territórios da imigração boliviana para a cidade de São Paulo. In: BAENINGER, Rosana (org). *População e cidades* – subsídios para o planejamento e as políticas sociais. Campinas: UNFPA, Nepo, Unicamp, pp. 277-297.

GANS, Herbert J. (2007), Acculturation, assimilation and mobility. *Ethnic and Racial Studies*, v.30, n.1, pp. 152-164.

GLICK-SCHILLER, Nina; BASCH, Linda; SZANTON-BLANC, Cristina. (1992), *Towards transnational perspective on migration*: race, class, ethnicity and nationalism reconsidered. Annals of the New York Academy of Sciences. Nova Iorque: New York Academy of Sciences.

JIMÉNEZ, Tomás. (2017), *The other side of assimilation*: how immigrants are changing American life. Oakland: University of California Press.

MARCUS, George E. (1995), Ethnography in/of the world system: the emergence of multi-sited ethnography. *Annual Review of Anthropology*, v. 24, pp. 95-117.

MOROKAVASIC-MULLER, Mirjana. (1999), La mobilité transnationale comme ressource : le cas des migrants de l'Europe de l'Est. *Cultures et Conflits*, n. 33-34, pp. 105-122.

RICOUER, Paul. (2007), Le sujet du récit. In : ____ .*Anthologie*. Paris: Éditons Points, pp. 139-256.

SILVA, Sidney. (1997), *Costurando sonhos:* trajetória de um grupo de migrantes bolivianos em São Paulo. São Paulo: Ed. Paulinas.

TARRIUS, Alain. (2001), Le lien social fort comme préalable à la réussite économique. *Journal des Anthropologues*, 84, pp. 111-144.

TARRIUS, Alain. (1993), Territoires circulatoires et espaces urbains : différenciation des groupes migrants. *Les Annales de la Recherche Urbaine*, n. 59/60, pp. 50-59.

TARRIUS, Alain. (1989), Perspectives phénoménologiques dans l'étude de la mobilité. In: BARJONET, Pierre-Emmanuel (org.). Transports et Sciences Sociales – questions de méthode. *Journée d'étude de l'Institut National de Recherche sur les Transports et Leur Sécurité*. Caen : Paradigme, pp. 47-81.

THOMAS, Willian; ZNANIECKI, Florian. (1996), *The polish peasant in Europe and America:* monograph of an immigrant group. Illinois: University of Illinois Press.

WIMMER, Andreas; GLICK-SCHILLER, Nina. Methodological nationalism and beyond: nation-state building, migration and the social sciences. *Global Networks*, n. 2, v. 4, pp. 301-334.

XAVIER, Iara Rolnik. (2010), *Projeto Migratório e espaço* – os migrantes bolivianos na região metropolitana de São Paulo. Dissertação de Mestrado. Campinas: IFCH/ Unicamp.

Submetido em 03 de fevereiro de 2020
Aprovado em 08 de junho de 2020

Licenciado sob uma Licença Creative Commons Attribution 3.0

DOI: http://dx.doi.org/10.20336/rbs.594

REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

Migrações internacionais de jovens rurais: limites da reprodução social de agricultores familiares e construções da autonomia pessoal*

International migration of rural youth: limits of family farmers social reproduction and constructions of personal autonomy

Joel Orlando Bevilaqua Marin**
Laila Mayara Drebes***

RESUMO

Neste artigo, tem-se como objetivo analisar o fenômeno das migrações internacionais de jovens rurais, a partir da inter-relação de fatores objetivos e subjetivos que limitam as tradicionais estratégias de reprodução social na agricultura e os processos de construção da autonomia social e consequente ingresso na vida adulta. A pesquisa foi realizada no município de Itapuranga, estado de Goiás, com base em dados qualitativos, obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas. As migrações internacionais estão relacionadas tanto com a desestruturação da produção agrícola e dos meios de vida dos agricultores familiares, quanto com as mudanças nas percepções de vida e do trabalho rural, que limitam os processos de sucessão hereditária e a construção da autonomia dos jovens rurais. Ancoradas em longa tradição, as migrações internacionais de jovens rurais passaram a representar estratégias de ascensão social, emancipação pessoal e transição para a vida adulta.
Palavras-chave: Juventude rural; Agricultura familiar; Reprodução social.

* Este artigo baseia-se na pesquisa "Agricultores familiares e migrações internacionais", realizada pelos autores com bolsas da CAPES e CAPES/FAPERGS, entre março de 2013 e fevereiro de 2015.

** Doutor em Sociologia, Professor do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (PPGExR) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Contato: bevilaquamarin@gmail.com.

*** Doutora em Extensão Rural, Professora do Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA) da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). Contato: drebeslm@gmail.com.

ABSTRACT

In this article, we aim to analyze the phenomenon of international migrations experienced by rural young people, based on the interrelationship between objective and subjective factors that limit the traditional strategies of social reproduction in agriculture and the construction processes of social autonomy and entry into adult life. The research was carried out in Itapuranga, state of Goiás, Brazil, based on qualitative data, obtained through semi-structured interviews. International migrations are related to the disruption of agricultural production and the livelihoods of family farmers and to changes in perceptions of rural life and work, which limit the processes of hereditary succession and the construction of the autonomy of rural youth. Anchored in a long tradition, the international migrations of rural youth have begun to represent strategies of social ascension, personal emancipation and transition to adult life.
Keywords: Rural youth; Family farming; Social reproduction.

Introdução

O inventário de migração internacional de 2019, divulgado pela Divisão de População do Departamento de Economia e Assuntos Sociais (DESA), da Organização das Nações Unidas (ONU), estimou a existência de 272 milhões de migrantes internacionais, distribuídos nos diferentes quadrantes do mundo. Historicamente, o Brasil foi o lugar de destino de milhares de migrantes oriundos de diversas nacionalidades. Porém, nas últimas décadas do século XX, o crescimento do número de brasileiros que partiram para o exterior tornou-se um novo fenômeno social. É difícil apurar o quantitativo populacional de brasileiros estabelecidos no exterior, considerando que parte significativa dos imigrantes não possui documentação reconhecida como válida e, em tal condição, um conhecimento preciso deste contingente resiste aos levantamentos censitários.

O Ministério das Relações Exteriores (MRE) apurou, em 2016, um total de 3.083.225 brasileiros vivendo no exterior. Em 2010, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na tentativa de mensurar o fenômeno emigratório, contabilizou 491.645 brasileiros vivendo no exterior: uma cifra muito inferior às estimativas divulgadas pelo MRE. Apesar desse problema, o levantamento realizado pelo IBGE forneceu indicativos dos estados de origem dos emigrantes, apurando que os maiores percentuais partiram de São Paulo (21,6%), Minas Gerais (16,8%), Paraná (9,3%) e Goiás (7,2%). Estes dados

também informam que 290.029 (59,03%) dos emigrantes tinham entre 15 e 29 anos de idade, sendo 135.458 (46,7%) homens e 154.571 (53,3%) mulheres. Isso significa que a população juvenil brasileira, com tendência ainda maior entre as jovens mulheres, apresentava maior predisposição à emigração, fenômeno que pode ser interpretado como busca de oportunidades de trabalho no exterior para a construção da autonomia pessoal e financeira.

Todavia, os dados do censo não informam se a origem dos emigrantes brasileiros era urbana ou rural. Além disso, pesquisas anteriores evidenciaram uma tendência de invisibilização da população rural envolvida nesses processos migratórios internacionais. Exemplo disso é a pesquisa desenvolvida por Sales (1999), referente à realidade de brasileiros que partiram para os Estados Unidos deixando o município de Governador Valadares, estado de Minas Gerais. Embora o estudo tenha visualizado a predominância de jovens brasileiros nesse processo migratório, não foi reconhecida a existência de rurícolas entre eles. Mesmo os entrevistados destacando a existência de jovens rurais migrantes internacionais – intitulados de "roceiros" –, o referido estudo desacreditou essa narrativa, entendendo-os como um mito.

As migrações internas, também denominadas migrações nacionais, experimentadas pelas gerações juvenis rurais, constituíram-se em objeto de estudo para diversos pesquisadores sociais rurais, como: Abramovay et al. (1998), Carneiro (1999), Stropasolas (2006), Brumer (2007), Wanderley (2007), Spanevello (2008), Weisheimer (2009), Castro (2009a, 2009b) e Menezes (1992, 2012). Na primeira década do século XXI, alguns pesquisadores com agregações disciplinares diversas – dentre os quais destacamos Renk e Cabral (2002), Pereira (2007, 2012), Chaveiro e Rodrigues (2013), Drebes (2015, 2019) e Oliveira (2015), Marin (2017) e Marin et al. (2019) – investiram no estudo de um novo fenômeno social: a migração internacional de jovens rurais, filhos de agricultores familiares. Nos estudos das migrações internacionais, esses pesquisadores optaram pelas abordagens qualitativas, possivelmente em decorrência da dificuldade tanto de obtenção de dados censitários confiáveis quanto de produzir dados quantitativos. Embora seja reconhecida a dificuldade de quantificar os jovens rurais migrantes internacionais, eles existem: não se pode mais invisibilizá-los.

Frente ao exposto, este artigo tem como objetivo trazer uma análise do fenômeno das migrações internacionais, vividas por jovens rurais do município de Itapuranga, estado Goiás, a partir da inter-relação de fatores objeti-

vos e subjetivos que limitam as tradicionais estratégias de reprodução social na agricultura familiar e os processos de construção da autonomia social e ingresso na vida adulta.

Desde a década de 1990, Itapuranga ficou marcada pelo fenômeno da emigração, especialmente das gerações juvenis, que partiam para outros países em busca de trabalho e melhores condições de vida. Por tais razões, Itapuranga tornou-se local privilegiado para estudos de migrações internacionais, em cujos movimentos incorporam-se agricultores familiares e, mais acentuadamente, jovens rurais. Itapuranga situa-se a 160 km de Goiânia, capital de Goiás. Em 2000, sua população total era de 26.740 habitantes, sendo que 19.905 (74,44%) viviam no meio urbano e 6.835 (25,56%), no meio rural (IBGE, 2000). Já em 2010, a população total era de 26.125 habitantes, dos quais 21.235 (81,28%) residiam na área urbana e 4.890 (18,72%), na área rural do município (IBGE, 2010). Segundo o censo agropecuário de 2017, do total de 1.704 propriedades rurais, 1.265 (74,2%) eram tipificadas como unidades produtivas de agricultores familiares (IBGE, 2017).

A pesquisa está fundamentada em um estudo de caso, realizado no município goiano de Itapuranga. A realização de projeto de extensão universitária, desenvolvido ao longo de sete anos, possibilitou o estreitamento de relações pessoais com famílias de agricultores, que, em múltiplas oportunidades, demonstraram muito conhecimento e até mesmo certo prazer em relatar suas próprias experiências migratórias, assim como de familiares ou vizinhos.[1] Dada a importância da temática migratória internacional entre os jovens rurais, filhos de agricultores familiares daquele município, decidiu-se realizar um estudo mais aprofundado desse novo fenômeno social.

Para tanto, entrevistas registradas em gravador e observações anotadas em diário de campo tornaram-se os recursos metodológicos para a produção de dados de ordem qualitativa. A entrevista semiestruturada tornou-se técnica fundamental para a produção de dados dessa pesquisa. Inicialmente, as entrevistas foram dirigidas para familiares de migrantes internacionais e para algumas pessoas que, pelos conhecimentos e experiências de vida, proporcionaram informações relevantes sobre tais processos migratórios. Na sequência, entrevistas foram orientadas para migrantes retornados, atual-

1 O projeto de extensão universitária foi coordenado pelo Prof. Dr. Joel Orlando Bevilaqua Marin, com o objetivo de promover estratégias de desenvolvimento agroecológico e contou com financiamento do CNPq (Processos 554109/2005-0 e 551596/2007-4).

mente adultos, mas que, durante a juventude, vivenciaram experiências migratórias internacionais. A escolha de migrantes internacionais retornados decorreu da maior facilidade de contatá-los e entrevistá-los em Itapuranga, mas, sobretudo, da recusa da concessão de entrevistas pelos filhos de agricultores familiares que ainda permaneciam no exterior, mesmo contando com a mediação de familiares residentes em Itapuranga e com as facilidades proporcionadas pelas novas tecnologias de informação e comunicação. Não obstante sucessivas tentativas, os migrantes contatados no exterior desculpavam-se com os argumentos de falta de tempo e compromissos de trabalho. Em face desta condicionante, metodologicamente buscamos estimular narrativas de migrantes internacionais retornados a Itapuranga. A partir da memória de migrantes internacionais "que voltaram para trás", tratamos de reconstituir suas experiências migratórias, evidenciando, no alcance deste artigo, aqueles fatores de ordem objetiva e subjetiva que os motivaram para mobilidades além-mar no período da juventude.

O artigo está organizado em três seções. Na primeira seção, procura-se estabelecer uma aproximação das noções de juventude rural e migrações internacionais. Nas duas seções subsequentes, são analisados aspectos objetivos que limitam a reprodução familiar de agricultores de Itapuranga e as representações sociais que tornam moralmente aceitáveis as experiências migratórias internacionais vividas por jovens rurais.

1. Juventude rural e migrações internacionais: interconexões temáticas

A emigração de jovens rurais guarda estreita relação com a questão da reprodução social da agricultura familiar. Na última década do século XX, conforme estudos de Neves (2007), agentes sociais – filiados a diversas organizações internacionais e nacionais, estatais ou não estatais, e a movimentos sociais rurais – e pesquisadores multidisciplinares investiram no reconhecimento social de uma nova categoria socioprofissional, designada "agricultura familiar", consagrando importantes conquistas na institucionalização de aparato jurídico e de políticas de crédito rural, extensão rural, mercados institucionais, dentre outras. Em torno de debates de problemas da agricultura familiar e da necessidade de institucionalizar leis e políticas públicas, foram elaboradas importantes questões acerca do futuro da agricultura familiar e

de sua correlata sucessão hereditária. Foi assim que diferenciados mediadores sociais buscaram dar "visibilidade social" à juventude rural e situá-la como categoria social com necessidades, reivindicações e potencialidades nos processos de desenvolvimento territorial.

Logo, as lutas sociais em defesa da produção de condições favoráveis à inclusão da juventude rural nos processos de desenvolvimento territorial foram concebidas no escopo das estratégias para garantir reprodução da agricultura familiar e, por consequência, dos valores supostamente a ela associados: produção de gêneros alimentícios, segurança alimentar, geração de emprego, preservação ambiental e desenvolvimento territorial. Os parâmetros para as lutas e reivindicações formulados para os jovens rurais estavam consubstanciados nas orientações legais e nas políticas públicas já conquistadas para a categoria da agricultura familiar, no entanto, caberia estendê-las às futuras gerações de agricultores.

No plano da idealização das políticas de desenvolvimento rural, conforme reflexões de Ferreira e Alves (2009), dos jovens rurais era esperada a continuidade do mundo rural, com a reprodução social do campo e, mais especificamente, da agricultura familiar. Os contínuos fluxos migratórios rumo aos centros urbanos, embalados pelos jovens rurais, foram, portanto, pontuados como sério problema social ao desenvolvimento territorial, pelas correlações dramáticas relativas ao esvaziamento das áreas rurais, bem como à masculinização e ao envelhecimento de suas populações.

Embora não fosse um fenômeno social tão novo, a migração juvenil rural também colocaria em risco, em médio ou longo prazo, a reprodução social dos agricultores familiares. Se, por um lado, a reprodução social da agricultura familiar depende da presença ou da participação dos jovens rurais, por outro lado, depende também, em larga medida, de processos políticos e sociais em escalas locais, regionais, nacionais e globais, estruturados e estruturantes, que viabilizem condições objetivas e subjetivas para a permanência de jovens rurais no campo, proporcionem políticas públicas favoráveis à produção familiar e mantenham vínculos de afeto com a terra. Também não se pode desconsiderar que a migração de jovens rurais pode viabilizar, através de remessas em espécie ou de bens de consumo, a permanência dos pais ou de irmãos na agricultura familiar.

Reconhecimentos formais da juventude rural, no escopo de aparatos jurídicos ou de políticas públicas, têm amplos significados em termos de ideali-

zação de uma juventude rural, mas que não são necessariamente garantidos na realidade dos jovens rurais, nem representam melhorias nas suas condições objetivas de vida, haja vista os diversificados entraves econômicos, políticos e sociais para objetivá-los no cotidiano. Por tais razões, no estudo das juventudes rurais, torna-se necessário o contraponto com a realidade social e as experiências vividas pelos jovens, situadas em determinados contextos históricos e espaciais. Na diversidade das juventudes rurais, em muitas situações, os jovens rurais desconhecem aqueles supostos avanços formais ou nem demonstram interesse em políticas destinadas à sucessão hereditária na agricultura, visto que muitos projetos de vida passam por vinculações institucionais ou laborais, como estratégias de conquista da autonomia, de ocupação laboral fora da agricultura familiar e de ascensão social.

Neste sentido, a juventude é entendida como uma categoria social e sociológica construída a partir de processos socioculturais complexos que envolvem arranjos econômicos, políticos, históricos e, especialmente, no caso desta pesquisa, a partir da migração internacional como um fenômeno marcado por limitações na continuidade da vida e trabalho na agricultura familiar e como "rito de passagem" para a construção da autonomia pessoal e financeira. Portanto, analiticamente, não se considera a juventude como um dado ou uma essência, nem mesmo como uma fase natural da vida, delimitada tão somente por recortes etários. Como destacou Bourdieu (2011), o conceito de juventude é destituído de significado quando descontextualizado de processos históricos e relações sociais, que se constituem nas mediações entre o indivíduo e a história, entre os agentes sociais e as sociedades. Feixa (2006), também fundamentado em abordagem construtivista, compreende a juventude como um construto histórico e sociocultural, variável no tempo e no espaço. Nesse sentido, as juventudes tornam-se marcadamente plurais pela análise das particularidades das condições objetivas e subjetivas dos contextos histórico-sociais.

Ao elaborar um estado da arte das diversidades e das similaridades dos jovens rurais na França, Coquard (2015) percebeu que o objeto de estudo denominado juventude rural consiste em duas palavras cujas definições são questões de luta nos campos científico e político, para estabelecer o que se compreende por juventude e por rural. Durante muito tempo esta categoria foi reduzida a jovens agricultores ou, ainda, a filhos de agricultores, considerados inaptos a acompanhar as mudanças experienciadas pelas sociedades

modernas. Hoje, contudo, nota-se que a situação dos jovens rurais não é essencialmente diferente da dos jovens urbanos, pois estes também enfrentam o dilema recorrente entre sair ou ficar para trabalhar e viver na propriedade ou no país, em um contexto de velozes mudanças da economia rural, em termos agrícolas, comerciais e industriais. Além disso, Coquard (2014, 2015) nos auxilia a entender a categoria juventude rural como constituída pelas gerações que entram no mercado de trabalho e contraem matrimônio, vivendo em territórios onde o modo de vida é caracterizado como rural – em relação ao modo de vida urbano –, sendo o seu *habitus* cada vez menos valorizado nesses mercados.

Sob uma perspectiva construtivista, as juventudes rurais podem ser compreendidas a partir de especificidades dos processos de inserção da agricultura familiar e de suas estratégias e limites para garantir a reprodução social. A apreensão da complexidade de situações produtivas, laborais e socioculturais auxilia a compreender a condição juvenil não como um padrão ou um ideal de "ser jovem", mas a partir da diversidade de maneiras de se viver e de se conceber a juventude e do reconhecimento da existência de diferenças e de desigualdades sociais entre os jovens rurais, mesmo que pertencentes à categoria de agricultores familiares. Dada a pluralidade de contextos sociais, as limitações nas formas tradicionais de reprodução familiar de agricultura tendem a interferir nos projetos profissionais e nas representações sociais das gerações juvenis, facilitando as migrações, inclusive internacionais, em busca de outras formas de inserções sociolaborais.

Essa perspectiva está fundamentada em aportes teórico-metodológicos de Abdelmalek Sayad, sociólogo franco-argelino que renovou os estudos da questão da imigração no século XX ao colocar, no centro de sua análise, a complexidade do fenômeno emigração-imigração como "um fato social total" e lançar críticas aos estudos situados em termos de custos e vantagens econômicas ou de problema social. No estudo de experiências migratórias de argelinos rumo à França, o sociólogo propôs a análise das condições sociais e das trajetórias dos agentes sociais envolvidos em processos de emigração e imigração, os quais implicam espaços e tempos estritamente interconectados entre si (SAYAD, 1998).

Sob essa perspectiva, Sayad (1998) propugna a análise das múltiplas relações existentes entre o espaço e o tempo nos países de origem e entre o espaço e o tempo nos países de destino. As interconexões desses dois espaços

geográfico-sociais e tempos cronológicos possibilitam maior compreensão e interpretação do fenômeno social emigração-imigração. Com tal proposição, o autor lança críticas aos estudos que analisam a imigração e o imigrante como um problema social e que negligenciam o estudo dos múltiplos fatores desencadeadores de processos individuais e coletivos de emigração, bem como a diversidade de condições sociais existentes nos locais de origem dos emigrantes e as distintas trajetórias de vida destes.

Loyal (2018), em uma releitura dos estudos de sociologia das migrações relacionados com Bourdieu e Sayad, destaca a importância de compreender o país de origem do emigrante e a sua trajetória social global, considerando os valores culturais dos migrantes, sem cair assim em relações de dominação internacional entre países mais desenvolvidos e menos desenvolvidos. Esse tipo de análise também permite desconstruir ilusões coletivamente compartilhadas a respeito das migrações internacionais, as quais escondem suas duras realidades e sofrimentos.

Ainda no investimento de melhor aproximação ao estudo do fenômeno migratório juvenil rural, podem-se agregar contribuições de pesquisadores que estudaram as migrações nacionais. Garcia Jr. (1989), Woortmann (1990) e Menezes (2012), particularizando experiências de jovens nordestinos no sentido da região Sudeste, indicam que as migrações resultam da inviabilização do produtor autônomo, com migração definitiva do meio rural, como também podem representar alternativa para garantir a reprodução social da condição de agricultor, pelo acúmulo de recursos financeiros, conhecimentos e novas visões de mundo, que são importantes para a permanência no meio rural na condição de agricultor autonomizado.

Enfim, por esse caminho teórico-metodológico, as migrações juvenis internacionais são qualitativamente analisadas a partir do estudo de fatores objetivos e subjetivos relacionados aos limites das tradicionais estratégias de reprodução familiar de agricultores e às mudanças nos valores e percepções de vida e de trabalho no meio rural, em suas necessárias interconexões com os processos mais amplos que produzem mobilidades em massa e em escala global.

2. Emigração de jovens rurais: limites da reprodução social dos agricultores familiares

Em Itapuranga, a migração faz parte da existência individual e coletiva das famílias de agricultores. Migrações não apenas experimentadas pelas gerações passadas, tal como muitos agricultores idosos e adultos se regozijam em lembrar, mas também as atuais vivenciadas por jovens rurais, com destino a outras terras de além-mar. Desde quando foi fundado, na década de 1930, até os dias atuais, o município de Itapuranga apresenta como característica marcante os intensos fluxos migratórios. No contexto da Marcha para Oeste, em Itapuranga, chegaram numerosas famílias de agricultores oriundos de diversos estados brasileiros, com predomínio de Minas Gerais e São Paulo, movidas pelo sonho da terra para trabalhar, plantar e colher (MARIN e NEVES, 2013).

A partir da década de 1960, já em contexto de modernização da agricultura e de aprofundamento das interligações entre setores agrícolas, industriais, financeiros e comerciais, agricultores familiares, expropriados de suas terras ou inviabilizados em suas condições de reprodução social, partiram de Itapuranga com destino a regiões de fronteiras agrícolas em busca de terra ou às cidades a procura de trabalho ou estudo para os filhos. Dessa forma, sucessivas gerações de agricultores familiares vivenciaram diferenciados fluxos migratórios para fazer de Itapuranga um município de migração e de famílias de migrantes. As migrações tornaram-se alternativas preferenciais de reprodução social e de enfrentamento das situações de crise da agricultura familiar. Com tais mobilizações populacionais, Itapuranga foi projetada como uma sociedade de emigração, pois se tornou local de partida de agricultores familiares e jovens rurais que embalaram contínuos e diversificados fluxos migratórios não somente em rotas nacionais, mas também em rotas internacionais (MARIN, 2017).

Na década de 1990, jovens rurais de Itapuranga protagonizaram um novo fluxo migratório orientado para terras de além-mar, mobilizados tanto pela necessidade de superação das limitações vividas e percebidas na agricultura familiar, como pela conquista de trabalho, renda e vida digna. Os principais destinos, conforme depoimentos orais, foram nações do continente americano (especialmente Estados Unidos), do continente europeu (notadamente Portugal, Espanha, Reino Unido, Alemanha, Itália, França, Suíça e Bélgica) e, em algumas situações, do continente asiático (especificamente o Japão).

A problemática das migrações juvenis não pode estar dissociada do processo hegemônico de desenvolvimento rural em curso em Itapuranga e nos municípios adjacentes, cuja tendência marcante é a da monocultura de cana-de-açúcar. Desde meados da década de 1980, conforme estudo de Carvalho e Marin (2011), os agricultores familiares defrontaram-se com a expansão do cultivo de cana-de-açúcar, estimulada por uma agroindústria canavieira, denominada Destilaria Pite S/A, que se instalou no município. Com extinção do Programa Nacional do Álcool (Proálcool), essa agroindústria não mais recebeu incentivos governamentais e logo entrou em processo de falência, deixando os agricultores em prejuízo e sem possibilidade de comercializar a cana-de-açúcar cultivada em suas terras.

Com a edição do Plano Nacional de Agroenergia, em 2005, a atividade canavieira foi retomada em Itapuranga com a instalação da agroindústria Vale Verde Empreendimentos Ltda. Na verdade, essa agroindústria se estabeleceu em antigas benfeitorias da Destilaria Pite S/A, desencadeando uma nova onda de cultivo de cana-de-açúcar sobre as terras de agricultores familiares itapuranguenses, viabilizada por meio de contratos de arrendamento de terras para a agroindústria canavieira ou, em menor proporção, por meio de contratos de fornecimento de cana-de-açúcar à agroindústria canavieira.

Carvalho e Marin (2011), na análise das contradições sociais da expansão da cultura canavieira em Itapuranga, notaram que as dinâmicas socioprodutivas de Itapuranga passaram por transformações substantivas, pois, à medida que as terras foram cedidas para a agroindústria canavieira, os agricultores familiares reduziram ou abandonaram os cultivos diversificados ou mudaram a função social de suas propriedades rurais, tornando-as apenas locais de habitação e, em situações extremas, migraram para a cidade. Não se pode ignorar que os problemas desencadeados pela expansão do cultivo de cana-de-açúcar também repercutem sobre a tessitura de projetos migratórios internacionais dos jovens rurais, que significam a construção de outras formas de inserção social fora do trabalho agrícola. A migração torna-se caminho plausível para outras inserções laborais, especialmente para os jovens empobrecidos, com baixo grau de escolarização e sem perspectivas de trabalho digno na agricultura familiar.

Contudo, a análise de experiências migratórias internacionais de jovens rurais também passa pelo estudo de processos e relações vividas pelos agricultores familiares itapuranguenses. Em depoimentos orais, os jovens rurais

costumam justificar suas migrações internacionais pela "falta de opção na roça". Essa expressão sintetiza uma série de constrangimentos relacionados ao acesso aos meios de produção, às condições de trabalho na agricultura familiar e aos processos de desenvolvimento social mais amplos em curso em Itapuranga, como dá a entender o relato destacado: "*Na roça eu não vou ter oportunidade, vou ficar trabalhando na roça a vida inteira. Porque roça a realidade é essa, o cara que não vai pra cidade, o cara arruma uma namorada, casa, arruma umas vaquinha, vai tirar leite e criar os filhos. É desse jeito*" (Gabriel, 31 anos, filho de agricultores familiares, migrante internacional na juventude).

Uma das justificativas dos jovens para as migrações diz respeito à falta de terra ou à quantidade insatisfatória de terra. Itapuranga é um município marcado pelo grande número de minifúndios, convivendo ao lado de poucas propriedades com grandes extensões territoriais. Em muitas situações, as terras dos agricultores familiares são acidentadas, com baixa fertilidade e com reservas naturais, portanto, protegidas pela legislação, o que dificulta a produção agrícola e a obtenção de renda familiar satisfatória. Para os jovens rurais, estes fatores são limitantes à instalação de um futuro agricultor familiar autonomizado, pois impedem a absorção da força de trabalho juvenil na unidade de produção, enquanto que as migrações internacionais são imediatamente associadas às possibilidades de transposição social, tal como destacado no seguinte relato: "*Porque o meu pai tinha a terrinha, mas era pequena, pra gente trabalhar ganhava muito pouco. As opções que eram poucas demais, né. Trabalhava, trabalhava, mas nunca... Era custoso*" (Carlos, 40 anos, filho de agricultores familiares, migrante internacional na juventude).

A "falta de opção na roça" também referencia processos e relações de subordinação e expropriação dos frutos do trabalho dos agricultores familiares, existentes nos principais produtos mercantis e integrados em cadeias agroindustriais, como leite, frutas e cana-de-açúcar. Essa questão reflete lutas históricas dos agricultores pela justa remuneração de seus produtos agrícolas, tendo com parâmetro os elevados custos dos bens industriais necessários a cultivos e criações. Somam-se, ainda, as crescentes exigências técnicas, definidas por dispositivos legais, quanto aos critérios de quantidade e qualidade dos produtos agrícolas, que sempre implicam seletividade de agricultores familiares mais aptos e produtivos e exclusão daqueles menos capitalizados e qualificados. Dessa forma, a desigualdade entre os custos de produção e

os valores pagos aos produtos agrícolas implica redução da remuneração do trabalho familiar e da formação de poupanças. Essa problemática é facilmente percebida pelos jovens rurais, que passam a projetar conquistas de trabalho e renda mais estáveis no exterior, como é demonstrado nesta fala: "*Em questão financeira não era nada bom, mas tinha o trabalho todos os dias. Plantava e no final do ano tinha aquela expectativa de vender o mantimento e fazer um bom dinheiro. Então, a gente vivia de esperança. Será que vai dar um bom preço na época de vender?*" (Ciro, 40 anos, filho de agricultores familiares, migrante internacional na juventude).

Os riscos econômicos inerentes às atividades agrícolas também podem desencadear migrações internacionais de jovens rurais. As intempéries, como as chuvas de granizo ou estiagens prolongadas, ou as doenças fitossanitárias que acometem os cultivos de frutas e hortaliças, têm gerado perdas econômicas e endividamentos de agricultores. Em algumas situações, conforme narrativas de jovens rurais, os infortúnios ocorreram em atividades agrícolas financiadas pelo sistema bancário, de modo que, tendo sido perdida ou prejudicada a produção, a dívida permaneceu, situação agravada pelo fato de que raros agricultores familiares contam com seguro agrícola, como narrou um migrante: "*A gente perdeu um produção muito grande, uma lavoura que tinha acabado de plantar por causa de uma chuva de granizo, e o banco não cobria. O financiamento era muito alto e a gente ficou um pouco endividado*" (Luiz, 43 anos, filho de agricultores familiares, migrante internacional na juventude).

Diversos constrangimentos socioeconômicos concorrem para desestruturar a produção agrícola e os meios de vida dos agricultores familiares de Itapuranga, repercutindo negativamente sobre os processos de autonomização pessoal dos jovens rurais e de sucessão hereditária. Todo o somatório de limites e de fracassos na produção agrícola faz com que os jovens rurais acreditem que a melhor alternativa é a migração. Para os jovens rurais, mais do que para as gerações adultas, as idealizações de projetos de migração internacional situam-se na construção de outras formas inserção econômica, fora da agricultura familiar e do país.

Pelas narrativas dos migrantes retornados, são diversas as justificativas de ordem econômicas e socioculturais que desencadeiam as experiências migratórias internacionais. Quanto ao fator terra, notamos que alguns jovens rurais integram famílias que dispõem da propriedade de terra, enquanto ou-

tros dispõem de exíguas áreas de terra ou nem mesmo têm terra. Para os preparativos e os trânsitos migratórios internacionais, alguns jovens rurais entrevistados informaram que dispunham de poupança própria, outros contaram com a ajuda de familiares ou amigos e outros ainda recorreram aos financiamentos de agiotas ou de bancos. Ainda para as travessias para os países de destino, alguns jovens rurais encontraram apoio de redes de relações sociais constituídas por familiares, vizinhos e amigos já estabelecidos no exterior, e outros recorreram aos serviços de agentes sociais que atuam na indústria de imigração ilegal, para viabilizar documentos e passagens de fronteiras, especialmente entre o México e Estados Unidos. Entre os jovens migrantes retornados, notamos que alguns detinham maior capital social, acumulado pela melhor escolarização e experiências da vida e trabalho urbanos, mas outros tiveram experiências relacionadas à vida e trabalho no âmbito da agricultura familiar. Os projetos migratórios também são concebidos pelas diferenciações de gênero: enquanto os rapazes projetam ocupações laborais na construção civil ou nos serviços de jardinagem, restaurantes, hotelaria, faxina, entrega de pizza ou de jornal, dentre outros, as moças, segundo Marin et al. (2019), buscam inserções em trabalhos domésticos, cuidados de crianças e idosos e, em algumas situações, na prostituição. Alguns entrevistados demonstravam certo orgulho em relatar suas experiências migratórias, pelo sucesso na aquisição de bens materiais, especialmente imóveis e automóveis, mas, para outros, a experiência internacional estava associada com sentimentos de tristeza e fracasso, pois não concretizaram o sonho de melhorar as próprias condições de vida nem as de sua família.

Em suma, a migração internacional é uma experiência vivida de maneira singular por cada jovem rural de Itapuranga, em decorrência da diversidade econômica e sociocultural dos jovens migrantes e de suas famílias. Contudo, cada experiência migratória está interconectada com fenômenos de escalas global e local, pois envolvem famílias de agricultores que enfrentam múltiplos entraves para garantir a reprodução social e passam a construir ou aceitar trajetórias migratórias orientadas para outras nações, como uma saída plausível e honrada para seus filhos e filhas.

3. Jovens rurais e representações sociais das migrações internacionais

Ao longo do tempo, as famílias de agricultores de Itapuranga construíram um imaginário positivo sobre as migrações nacionais ou internacionais. As experiências migratórias, vivenciadas pelas diferentes gerações, sedimentaram-se em práticas sociais, discursos e valores culturais dos agricultores familiares. Sayad (1998, p. 40), ao analisar o histórico de migrações da pequena aldeia argelina situada nas montanhas da Cabília, local de partida de migrantes para a França nas décadas de 1970 e 1980, constatou um processo de construção social de longa prática migratória, sintetizada na expressão "a emigração repousa em uma longa tradição".

Pode-se dizer que, em Itapuranga, as experiências migratórias também passaram a balizar, de forma duradoura, as práticas e representações sociais dos agricultores familiares. A tradição migratória das famílias de agricultores interfere nas escolhas dos jovens rurais à medida que constrói um imaginário favorável a toda experiência migratória, em busca seja de estudos seja de trabalho no país ou no exterior. Migrar sempre é percebido como uma alternativa melhor do que permanecer no meio rural e no trabalho familiar. Isso foi ressaltado nos depoimentos orais coletados: "*Não, na roça hoje em dia, não fica ninguém mais... Hoje em dia a área rural é custosa demais, você trabalha muito e ganha pouco, é meio custoso*" (Gabriel, 31 anos, filho de agricultores familiares, migrante internacional na juventude).

Embora cada experiência migratória comporte singularidades, configura-se a seguinte tendência: os filhos crescem, migram do meio rural para o meio urbano de Itapuranga ou para algum outro centro urbano e, então, para o exterior. Assim, as migrações internacionais tendem a surgir como alternativa extrema, que evidencia novas maneiras de construir a autonomia, de garantir a própria reprodução social e de vivenciar a juventude nos contextos de globalização, como demonstrado no relato: "*Eu morei no meio rural até os 17 anos. Aí, depois, eu mudei aqui pra cidade pra eu estudar e trabalhar.* [...] *Depois fui pra Goiânia, não dei certo, voltei e depois resolvi ir embora pro exterior porque aqui não tava fácil*" (Lídia, 36 anos, filha de agricultores familiares, migrante internacional na juventude).

Os jovens rurais facilmente assimilam e reproduzem experiências migratórias. Em depoimentos orais, eles deixam claro que a migração entra

na ordem natural da vida das pessoas, na permanente e necessária busca de melhores oportunidades de vida e de trabalho. Percebem que os atuais processos de modernização e globalização, ao mesmo tempo em que restringem as estratégias de reprodução familiar de agricultores, abrem outras possibilidades que não passam, necessariamente, pelo pesado, desprezado e mal remunerado trabalho na agricultura. Portanto, mostram-se predispostos a construir outros projetos pessoais de autonomização, os quais passam pela migração, mesmo nem sempre tendo clareza do que encontrarão nas cidades ou em terras de além-mar. Os jovens rurais não desejam repetir a sina dos pais: em muitas situações, os pais são os principais estimuladores ou apoiadores da migração dos filhos e das filhas, mesmo sabendo que sofrerão com as despedidas e as ausências.

As transformações em curso interferem nos processos de construção social da juventude rural, afetando suas identidades e projetos de vida futura. A construção da autonomia social, visualizada pelos jovens rurais pela conquista de melhores oportunidades de educação escolar e de remuneração do trabalho, dá sentido às novas maneiras de se viver e perceber a juventude no contexto contemporâneo de Itapuranga. No imaginário coletivo dos jovens rurais, a migração está associada com a construção de alternativas de ascensão social, embora nem sempre sejam concretizadas na realidade dos migrantes.

Ainda na elaboração de justificativas para as migrações internacionais, os jovens rurais agregam certas percepções negativas sobre o trabalho na agricultura familiar. Pelos relatos orais, os jovens mencionam a penosidade do trabalho, particularmente quando relacionado ao uso de agrotóxicos utilizados na produção de frutas. Contudo, percepções negativas do trabalho também são relacionadas a determinadas atividades pesadas, repetitivas, causadoras de desgastes físicos e problemas ergonômicos, além das exposições às intempéries climáticas. Ademais, os jovens rurais elaboram contrapontos entre o baixo ou incerto retorno econômico das atividades agrícolas e o salário mensal supostamente garantido em relações de trabalho assalariado: "*Na cidade você ganha um salário melhor, ganha um salário fixo.* [...] *O povo todo, em toda a região que você for, o povão só quer ir pra cidade, pra estudar, essas coisas né, ou arrumar um servicinho melhor*" (Gabriel, 31 anos, filho de agricultores familiares, migrante internacional na juventude).

A participação de jovens rurais em migrações internacionais também está relacionada com as profundas transformações nos processos de socialização

dos jovens rurais de Itapuranga, experimentadas desde a última década do século XX. A rápida expansão da televisão e, mais recentemente, das novas tecnologias de informação e comunicação, como o telefone celular e a internet, além da popularização e facilidade de acesso aos veículos particulares, mudaram os valores dos jovens e suas percepções de tempo e espaço. Os referenciais de localidade e comunidade, marcantes em décadas anteriores, são transformados por noções de globalização e de maior mobilidade e agilidade, que facilitam acessos a outros espaços sociais e diferenciadas visões de mundo. Assim, os jovens rurais facilmente percebem que o mundo não se restringe aos conhecimentos transmitidos pelos pais ou professores ou às visões e possibilidades acenadas pela vida no meio rural.

Como notou Pereira (2007), em contextos do Vale do Jequitinhonha, os processos de globalização, as novas formas de expansão do capitalismo nas áreas rurais e a incorporação de novos valores e modos de vidas transformaram consideravelmente os padrões de consumo, comportamentos e percepções sociais das populações rurais, influenciando, sobretudo, as gerações juvenis rurais. Em Itapuranga, as gerações adultas ou idosas estranham, censuram e até temem as intensas aproximações entre os sexos, a exposição dos corpos, os relacionamentos efêmeros entre os jovens, as relações homoafetivas, o desejo de consumo de bens de uso pessoal e mesmo o consumo de drogas entre as novas gerações. Tais mudanças nos valores e comportamentos, quase sempre percebidas como problemas morais, são atribuídas ao acesso às tecnologias de informação e comunicação, à desautorização da família e à desvalorização de seus ensinamentos, bem como à convivência com jovens urbanos, seja na escola ou nos momentos de recreação e lazer.

Essas "rupturas" com as noções de local, familiar e comunitário, assim como o fortalecimento das individualidades e os desejos de consumo, são facilitadores dos fluxos migratórios internacionais de jovens rurais. Nas últimas décadas, construiu-se uma juventude rural mais desprendida dos valores e modos de vida locais e mais aberta às novas experiências, ao conhecimento de um mundo mais amplo e globalizado.

Ademais, os jovens rurais e as jovens rurais valorizam suas experiências no mercado de trabalho internacional pelas possibilidades de aumentar conhecimentos, ampliar as redes de relações pessoais, melhorar suas habilidades pessoais e acumular experiências de vida. Acreditam, portanto, que o

trabalho no exterior é fundamental para torná-las pessoas mais sociáveis e conectadas com as mudanças do mundo contemporâneo.

As jovens rurais, mais do que os jovens rurais, parecem mais predispostas às migrações. Os dados do IBGE (2010) indicavam, para o município de Itapuranga, uma desproporção entre a população rural masculina e feminina, na faixa situada entre 15 e 29 anos de idade, com o cômputo de 419 rapazes (55,23%) e 338 moças (47,77%). Na ordem hierárquica familiar, o homem ocupa-se de trabalhos socialmente valorizados em virtude de sua posição de chefe de família e responsável pela reprodução do grupo familiar, enquanto que a mulher e os filhos desempenham os trabalhos domésticos e aqueles percebidos como "leves" ou "ajuda". Tais posições hierárquicas geram insatisfações das jovens com a vida rural, que facilitam projeções de migrações internacionais como estratégia para constituírem-se como trabalhadoras individuais, com maior autonomia diante da família e da sociedade, como evidencia o relato da migrante internacional Luísa: "*O meu irmão já tem o dinheiro dele. Ele vai na roça pra ajudar meu pai um pouquinho, ele tem as vacas dele lá. Então assim, ele já tem onde ele mexer. Eu não, eu não tenho nada lá! Nem uma galinha!*" (Luísa, 23 anos, filha de agricultores familiares, migrante internacional).

Em suma, a narrativa socialmente construída para justificar as migrações internacionais decanta o desejado sonho de "melhorar as condições de vida", como contraponto aos limites da realização do trabalho familiar e aos diversos constrangimentos enfrentados no espaço familiar para produzir os futuros herdeiros e agricultores. Diante dessa realidade, jovens rurais percebem as experiências migratórias como possibilidade de construírem-se como trabalhador autonomizados e de ingressarem para a vida adulta. A incorporação em trabalhos no exterior também é percebida como uma saída honrosa para os jovens rurais empobrecidos.

Desta forma, as migrações internacionais associam "melhoria das condições de vida" com construção da autonomia pessoal e financeira para a entrada para a vida adulta. Nesse sentido, as migrações internacionais constituem-se ritos de passagens dos jovens rurais para a vida adulta. Em estudo realizado em Sergipe, Woortmann (1990) já havia evidenciado que as migrações vividas por jovens rurais têm, para além de uma dimensão prática de acúmulo de recursos para a formação de uma nova unidade familiar, um sentido simbólico-ritual de passagem para a vida adulta.

Pode-se questionar: as migrações rurais foram ritos de passagens apenas para gerações passadas de camponeses, que, tangidos por problemas econômicos, sociais ou ambientais, mobilizavam-se espacialmente em busca de terras nas fronteiras agrícolas nacionais, dentro da ordem das estratégias históricas de reprodução social, ou também as migrações internacionais de jovens rurais podem ser consideradas ritos de passagens na contemporaneidade?

Segalen (2005, p. 5) demonstra que, apesar da valorização do "indivíduo sobre o coletivo", as sociedades contemporâneas elaboram e reconfiguram práticas rituais e suas respectivas dimensões simbólicas ao considerar que "uma das principais características do rito é a sua plasticidade, a sua capacidade de ser polissêmico, de acomodar-se à mudança social". Essa concepção permite contra-argumentar abordagens que relacionam as sociedades contemporâneas ao império do pensamento racional e à ausência de ritos. Cada sociedade em cada época elabora seus ritos. Nesse sentido, a constituição das ações, dos propósitos, das crenças dos rituais, assim como seus sistemas de significações, deve ser compreendida no contexto das relações e dos processos de cada meio social.

Em Itapuranga, as gerações juvenis contemporâneas atualizam e ressignificam as migrações enquanto ritos de passagens, com o sentido orientado para a conquista do trabalho no exterior. Abandonar o trabalho familiar, planejar a viagem, viajar de avião, ingressar no país de destino e incorporar-se ao trabalho integram um conjunto de ações sequenciais, que proporcionam um quadro espacial-temporal propício para simbolizar o ingresso dos jovens rurais na vida adulta. O conjunto de providências, em suas dimensões práticas e simbólicas, tende a enfraquecer o poder da hierarquia familiar e comunitária e produzir o indivíduo autonomizado e disposto a inserir-se em múltiplas alternativas laborais. Essa inserção se processa pelo mercado de trabalho assalariado, pouco importando se em relações precarizadas e insalubres. Assim, a experiência migratória torna-se marco de transição entre as fases da vida dos jovens, que deixam para trás a vida de dependência dos pais, para ingressarem na vida adulta como trabalhadores autonomizados, conforme relato: "*Eu queria ganhar um dinheirinho pra mim vir embora e poder fazer as coisas, pra não ter que ir trabalhar de empregado*" (Carlos, 40 anos, filho de agricultores familiares, migrante internacional na juventude).

A transição do jovem migrante está idealizada em torno do trabalho, da economia e da perspectiva de futuro retorno ao país, mas com o "pé de meia"

formado com as remessas de dinheiro aos familiares que permaneceram no local de partida. Esse imaginário constrói as maneiras de ser jovem rural em Itapuranga, um sujeito migrante, corajoso, trabalhador e econômico. Aqueles jovens rurais que não experimentam migrações são menosprezados socialmente, não apenas pelos pares de idade, como também pelas gerações adultas. São julgados como "bobos", que não conseguem vislumbrar melhores projetos de vida, superar a dependência dos pais nem perceber as agruras do trabalho na agricultura.

No mercado de trabalho internacional, em contexto de reestruturação produtiva, abriram-se amplas possibilidades para os imigrantes em ocupações laborais nos setores da construção civil, de serviços de restaurantes, hotelaria, comércio e domésticos e, em algumas situações, no setor agrícola, como elucidado no depoimento: "*Eu trabalhei em construção de casa, trabalhei em demolição de casa, trabalhei com soprador de folha, entreguei jornal, entreguei pizza...*" (Afonso, 32 anos, filho de agricultores familiares, migrante internacional na juventude).

Na elaboração de justificativas socialmente aceitáveis para as migrações internacionais, os entrevistados enfatizam a centralidade do trabalho: "eu fui para trabalhar", "trabalhei demais", "trabalhei até nos domingos e feriados" "fiz o trabalho duro". No exterior, os jovens rurais procuram reforçar a identidade de "bons de serviço", aceitando adversidades e constrangimentos do trabalho para atingir os objetivos traçados no projeto migratório. Como já destacou Sayad (2000, p. 54), o trabalho é o sentido de toda a experiência migratória, pois "um imigrante é essencialmente uma força de trabalho, e uma força de trabalho provisória, temporária, em trânsito".

De fato, os jovens rurais apresentam-se predispostos a sujeitar-se às relações de trabalho marcadas pela informalidade, precariedade e insalubridade. Eles facilmente aceitavam as longas jornadas de trabalho, às vezes em mais de uma ocupação, em condições degradantes, penosas e horários inconvenientes, sem qualquer garantia de direitos trabalhistas e sociais. As condições sociais de jovem, imigrante, sem documentação reconhecida como válida nos países de destino, sem domínio de línguas estrangeiras e sem acúmulo de experiência trabalhista anterior destituem os jovens rurais do sentido de pertencimento social e da capacidade de negociação da sua força de trabalho, deixando-os vulneráveis e dispostos a aceitar relações de trabalho degradantes e condições de vida precárias. Os relatos dos entrevis-

tados salientaram estas características das relações de trabalho no exterior: "*Nossa, eu trabalhei demais.* [...] *Cheguei a ter dois empregos ao mesmo tempo.* [...] *Eu chegava uma hora da manhã, acordava três, voltava pra casa cinco e meia, acordava sete e meia, voltava oito e meia, dormia, acordava nove e quarenta e cinco de novo*" (Afonso, 32 anos, filho de agricultores familiares, migrante internacional na juventude).

Os jovens imigrantes tendem a minimizar todas as adversidades da vida e do trabalho de imigrante pela valorização da possibilidade de formação de poupança. Os ganhos financeiros, por sua vez, são remetidos aos familiares residentes no Brasil, que se encarregam de aplicações financeiras e imobiliárias. Em longo prazo, quanto ao retorno, os jovens idealizam a realização de seus investimentos, que lhe darão autonomia financeira e pessoal. Por esses objetivos, todos os projetos migratórios internacionais tendem a coadunar os limites da reprodução social da agricultura familiar e a necessária construção de processos de emancipação social para adentrar na vida adulta.

Considerações finais

A migração juvenil, ao mesmo tempo em que integra uma importante estratégia de reprodução social, revela múltiplos limites para a criação de condições objetivas de permanência no meio rural. As recentes transformações nas dinâmicas econômicas, produtivas, ambientais e sociais destroem as condições de existência das famílias de agricultores e restringem a possibilidade de formação de poupança, empurrando-as, consequentemente, para a pobreza. As gerações juvenis rurais sofrem os efeitos perversos das recentes transformações socioprodutivas e, como providência prática e solução honrosa, incorporam-se em migrações para viabilizar outras formas de inserção social, em algum lugar do Brasil ou do exterior.

Migrar torna-se, então, alternativa preferencial perante todas as restrições nos processos de reprodução familiar, daí que cada jovem rural precisa vivenciar a própria experiência migratória, como condição inexorável para "melhorar de vida" e "encontrar trabalho" em outras terras, inclusive, estrangeiras. Ancorada em longa tradição das famílias de agricultores, a migração produz jovens desenraizados e itinerantes em contínua busca de melhores condições de vida que não vislumbram no horizonte do trabalho familiar. A "tradição migratória" se expressa em práticas sociais, discursos e valores

culturais dos agricultores familiares de Itapuranga e interfere nas escolhas e nos modos de ser e de viver das atuais gerações juvenis rurais.

Por tais razões, a migração internacional tem características mais amplas do que os aspectos econômicos, na medida em que se apresenta como fenômeno cultural ancorado em práticas e representações sociais dos agricultores familiares de Itapuranga. Todas as experiências migratórias são valorizadas positivamente, pois entram na ordem moral de afirmação do trabalhador autonomizado, de sacrifício individual para melhorar as próprias condições de existência e vivenciar o rito de passagem para a vida adulta.

Por fim, as contínuas migrações juvenis implicam redução do número de jovens rurais e, por consequência, transformação do panorama do espaço rural de Itapuranga. De tal modo internalizadas e reproduzidas pelas gerações juvenis, as migrações tendem a agravar a realidade social dos espaços rurais de Itapuranga, já fortemente marcada pelo esvaziamento, pelo envelhecimento e pela masculinização populacional.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo; SILVESTRO, Milton; CORTINA, Nelson; BALDISSERA, Ivan; FERREIRA, Dilva; TESTA, Vilson M. (1998), *Juventude e agricultura familiar:* desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: Unesco.

BOURDIEU, Pierre (2011), La "jeunesse" n'est pas qu'un mot. In: BOURDIEU, Pierre. *Questions de sociologie*. Lonrai: Les Éditons de Minuit. pp. 143-154.

BRUMER, Anita (2007), A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CASTRO, Elisa G.; CARNEIRO, Maria J. (Orgs.). *Juventude rural em perspectiva.* Rio de Janeiro: Mauad X, pp. 35-52.

CARNEIRO, Maria J. (1999), O ideal urbano: campo e cidade no imaginário dos jovens rurais. In: SILVA, Francisco C. T.; SANTOS, Raimundo; COSTA, Luiz F.C.C. (Orgs.). *Mundo rural e política:* ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro: Campus, pp. 97-117.

CARVALHO, Simone P.; MARIN, Joel O. B. (2011), Agricultura familiar e agroindústria canavieira: impasses sociais. *Revista de Economia e Sociologia Rural,* n. 49, v. 3, pp. 681-708.

CASTRO, Elisa G.; MARTINS, Maíra; ALMEIDA, Salomé L. Ferreira de; RODRIGUES, Maria Emilia; CARVALHO, Joyce Gomes de (2009a), *Os jovens estão indo embora?* Juventude rural e a construção de um ator político. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica; Edur.

CASTRO, Elisa G. (2009b), Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales*, Ninez y Juventud, n. 7, v. 1, pp. 179-208.

CHAVEIRO, Eguimar F.; RODRIGUES, Ueliton B. (2013), Conflitos sociais da migração internacional: narrativas de migrantes goianos no além-mar. *Revista Territorial,* n. 2, v. 1, pp. 69-89.

COQUARD, Benoit. (2014), "Partir ou rester? Le dilemme des jeunes ruraux". In: LABADIE, Francine. *Parcours de jeunes et territoires:* rapport de l'Observatoire de la jeunesse 2014. Paris: INJEP, pp. 199-211.

COQUARD, Benoit. (2015), *Que sait-on des jeunes ruraux?* Paris: INJEP.

DREBES, Laila M. (2015), Jovens rurais em migrações internacionais. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Maria – Santa Maria.

DREBES, Laila M. (2019), Jovens rurais em processos de migrações internacionais. In: MARIN, Joel O. B.; FROEHLICH, José M. *Juventudes rurais e desenvolvimento territorial.* Santa Maria: Editora UFSM. pp. 217-241.

FEIXA, Carles P. (2006), *De jóvenes, bandas y tribus*. Barcelona: Editorial Ariel.

FERREIRA, Brancolina; ALVES, Flávio (2009), Juventude rural: alguns impasses e sua importância para a agricultura familiar. In: CASTRO, Jorge A.; AQUINO, Luseni M.; ANDRADE, Carla C. *Juventude e políticas sociais no Brasil.* Brasília: Ipea, pp. 243-258.

GARCIA JR., Afrânio R. (1989), *O sul:* caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social. Brasília: Marco Zero; Universidade de Brasília; CNPq.

IBGE. (2000), Censo Demográfico 2000. Brasil: IBGE.

IBGE. (2010), Censo Demográfico 2010. Brasil: IBGE.

IBGE. (2017), Censo Agropecuário 2017. Brasil: IBGE.

LOYAL, Steven. (2018), Bourdieu, colonialismo e migração. *Contemporânea,* n. 1, v. 8, pp. 111-138.

MARIN, Joel O. B.; NEVES, Delma P. (Orgs.). (2013), *Campesinato e Marcha para Oeste.* Santa Maria: Editora da UFSM.

MARIN, Joel O. B. (Org.). (2017), *Agricultores familiares em migrações internacionais.* Santa Maria: Editora da UFSM.

MARIN, Joel O. B.; DREBES, Laila M.; OLIVEIRA, Flávia S. (2019), Migrações internacionais de mulheres rurais. *Cadernos CERU*, n. 1, v. 30, pp. 168-200.

MENEZES, Marilda A. (Org.). (1992). *Histórias de migrantes.* São Paulo: Edições Loyola.

MENEZES, Marilda A. (2012). Família, juventude e migrações. *Revista Anthropológicas,* n. 23, v. 1, pp. 113-136.

MRE (2016), Estimativas populacionais das comunidades brasileiras no mundo – 2015 (números atualizados em 9/11/2016). Brasília: Itamarati.

NEVES, Delma P. (2007), Agricultura familiar: quantos ancoradouros! In: FERNANDES, Bernardo M.; MARQUES, Marta I. M.; SUZUKI, Júlio C. (Orgs.). *Geografia agrária:* teoria e poder. São Paulo: Expressão Popular, pp. 211-270.

OLIVEIRA, Flávia S. (2015), Migrações rurais e agricultura familiar: vivências de famílias de Itapuranga/GO. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Goiás – Goiânia.

ONU. (2019), International migrant stock 2019. Online. Disponível em: <https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/data/estimates2/estimates19.asp>. Acesso em: 20 jan. 2020.

PEREIRA, José C. A. (2007), Da migração nacional à internacional: enredos e desenredos de jovens rurais na agricultura familiar. In: CARNEIRO, Maria J.; CASTRO, Elisa G. (Orgs.). *Juventude rural em perspectiva.* Rio de Janeiro: Mauad X. pp. 149-166.

PEREIRA, José C. A. (2012), O lugar desmanchado, o lugar recriado? Enredos e desenredos de jovens rurais na migração internacional. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas – Campinas.

RENK, Arlene; CABRAL, Vilson J. (2002), Campesinidade e migração internacional: novas estratégias dos jovens rurais do Oeste Catarinense. *Esboços*, n. 10, v. 10, pp. 09-28.

SALES, Teresa (1999), *Brasileiros longe de casa*. São Paulo: Cortez.

SAYAD, Abdelmalek (1998), *A imigração ou os paradoxos da alteridade.* São Paulo: Edusp.

SAYAD, Abdelmalek (2000), O retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante. *Travessia,* n. especial, v.13, pp. 03-32.

SEGALEN, Martine. (2005), *Rites et rituels contemporains.* Paris: Armand Colin.

SPANEVELLO, Rosani M. (2008), A dinâmica sucessória na agricultura familiar. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre.

STROPASOLAS, Valmir L. (2006), *O mundo rural no horizonte dos jovens.* Florianópolis: Ed. da UFSC.

WANDERLEY, Maria N. B. (2007), Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. In: CARNEIRO, Maria J.; CASTRO,

Elisa G. (Orgs.). *Juventude rural em perspectiva.* Rio de Janeiro: Mauad X, pp. 35-51.

WEISHEIMER, Nilson (2009), A situação juvenil na agricultura familiar. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre.

WOORTMANN, Klaus (1990), Migração, família e campesinato. *Revista Brasileira de Estudos de População*, n. 7, v. 1, pp. 35-53.

Submetido em 27 de janeiro de 2020
Aprovado em 14 de maio de 2020

Licenciado sob uma Licença Creative Commons Attribution 3.0

REVISTA
BRASILEIRA DE
SOCIOLOGIA

ARTIGOS

DOI: http://dx.doi.org/10.20336/rbs.534

REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

Experiência da mundialização como experiência hermenêutica: Habermas, Gadamer e cosmopolitismo*

The experience of cultural globalization as hermeneutic experience: Habermas, Gadamer and cosmopolitanism

Estevão Bosco**

RESUMO

A questão central que este artigo aborda consiste em saber se as teorias da modernização e do cosmopolitismo formuladas por Habermas nos permitem lidar com os desafios que a mundialização (cultura) coloca para a teoria social crítica. Por meio de uma análise metateórica, argumento que as teorias da modernização e do cosmopolitismo de Habermas estão ancoradas em um conceito de sociedade caracterizado por um auto-referenciamento cultural latente, a rigor, *nacional*, que nos impede de apreender o papel que o entrelaçamento cultural das sociedades cumpre na reprodução do mundo da vida e nas formas de socialização. Com base em análises sociológicas e antropológicas do cosmopolitismo, formulo uma hipótese hermenêutica interessada sociologicamente, que sustenta que, se partirmos das *pré-condições* hermenêuticas de nossa experiência do mundo (Gadamer), podemos delinear uma perspectiva complementar a Habermas que abrange a mundialização. Este artigo visa contribuir com os fundamentos ontológicos da teoria social crítica cosmopolita mediante o desvelamento de pré-condições de um tipo intercultural de entendimento mútuo.

Palavras-chave: Cosmopolitismo; Mundialização; Experiência Hermenêutica; Habermas; Gadamer.

* Esta pesquisa conta com o suporte da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

** Pós-doutorando do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

ABSTRACT

The primary question this article addresses is whether Habermas' theory of modernization and cosmopolitanism successfully engages with the challenges to social theory posed by the experience of cultural globalization. Through a metatheoretical analysis, I argue that Habermas's theory of modernization and cosmopolitanism is based on a concept of society characterized by a latent cultural self-referentialism, which prevents us from grasping the role that cultural entanglements among societies play in the reproduction of the lifeworld and in shaping socialization. Drawing on sociological and anthropological analyses of cosmopolitanism, I formulate a hermeneutical, sociologically-invested hypothesis which claims that Gadamer's uncovering of the hermeneutical pre-conditions of our world experience can provide the foundations for a complementary perspective to Habermas', helping cosmopolitan critical sociologists and social theorists better understand cultural globalization. This article aims to contribute to the identification of the ontological features of cosmopolitan critical social theory by disclosing pre-conditions of a concept of intercultural understanding.
Keywords: Cosmopolitanism; Cultural Globalization; Hermeneutic Experience; Habermas; Gadamer.

Introdução

Nos últimos trinta anos, teóricos sociais críticos têm tratado das transformações induzidas pela mundialização/globalização[1] por meio da resignificação da ideia filosófica de cosmopolitismo e de conceitos da sociologia clássica. Apesar da variedade das formulações, o que esses intentos têm em comum é a intuição forte de que a mundialização/globalização é um fenômeno sociológico total, que a vida social não pode mais ser compreendida sem ter o global como pano de fundo. É nesta direção que os trabalhos de Ulrich Beck (2006), Gerard Delanty (2009) e Robert Fine (2007) avançam, ao introduzir uma perspectiva cosmopolita na teoria social crítica

Uma das orientações e dos desafios centrais do projeto cosmopolita diz respeito aos fenômenos da diversidade cultural e do entrelaçamento cultural das sociedades, com seus efeitos sobre a identidade cultural, a reprodução cultural e as formas de socialização, tanto no âmbito histórico (diacronia)

1 Adoto aqui a diferenciação de Renato Ortiz (2003), segundo a qual a globalização remete a processos de integração funcional e a mundialização, a processos de abertura simbólica e cultural.

como do presente (sincronia). Este artigo aborda o que está fundamentalmente presumido nestes fenômenos, isto é, a existência de um tipo intercultural de entendimento que pré-constitui nossa experiência do mundo. Ao revelar as pré-condições desse tipo de entendimento mútuo, pretendo contribuir com os fundamentos ontológicos do projeto de teoria social crítica cosmopolita.

Neste contexto, é de primeira importância o programa de Jürgen Habermas, em particular sua concepção de modernização e de cosmopolitismo. Sua importância para o projeto cosmopolita se deve ao fato de que, até novo aviso, a fundação da vida social na razão comunicativa é universal e revela-nos que, mediante a práxis argumentativa, somos capazes de aprendizagem e de transcender nossa posição prévia. Contudo, apesar de suas inovações e da solidez da reatualização do pensamento crítico que empreende, argumento que o modelo de modernização como racionalização social, no qual está inscrita sua teoria crítica da sociedade, não nos permite acessar a mundialização/globalização. Num sentido fundamental, esse limite é de natureza interpretativa e se deve à ancoragem desse modelo na pressuposição metateórica de que seria possível deduzir o todo da modernização (global) pelo efeito de racionalização que introduz na parte, esta última assumindo a forma moderna de sociedade nacional. Isso significa que o modelo da racionalização social reduz o horizonte analítico aos aspectos *internos* da sociedade. A modernização como racionalização, portanto, passa ao largo da relação entre as partes, vale dizer, passa ao largo do entrelaçamento histórico das sociedades invocado pela mundialização/globalização (BOSCO, 2016).

Posto isso, inicio com uma análise metateórica da modernização e do cosmopolitismo na teoria habermasiana da sociedade. Em seguida, volto-me para estudos sociológicos e antropológicos sobre o cosmopolitismo atual que questionam pressuposições empíricas do autor. Num terceiro momento, veremos como a análise social do cosmopolitismo estético-cultural nos revela o entrelaçamento cultural das sociedades nas pequenas coisas do dia a dia. Isso é central para o argumento aqui desenvolvido, pois significa que a mundialização (cultura) ilumina uma abertura fundamental do mundo da vida para tudo aquilo que se nos faz presente.

Uma vez percorrido esse caminho, argumento que a mundialização invoca um conceito sociológico de experiência que esteja em medida de apreender o entrelaçamento cultural das sociedades. Com o propósito de delinear os contornos fundamentais desse conceito, sugiro um retorno à hermenêutica

de Hans-Georg Gadamer (1999) e conceber a experiência da mundialização como experiência hermenêutica, tendo como *medium* um tipo intercultural de entendimento mútuo. Por fim, explicito desdobramentos dessa hipótese com o propósito de reconstruir o caminho de volta, de Gadamer a Habermas. Compreende-se assim que o argumento aqui desenvolvido se propõe a delinear uma abertura da teoria da ação comunicativa para o que análises sociológicas do cosmopolitismo nos revelam[2].

Habermas, cosmopolitismo e modernização como racionalização social: uma análise metateórica

O diagnóstico de época sobre o qual repousa a concepção habermasiana de cosmopolitismo está distribuído entre a democracia na Europa e a ordem mundial[3]. Na esfera europeia, Habermas deriva a tese do déficit democrático *nacional* das instituições políticas (1996) para a constelação pós-nacional (1998b; 2001; 2013). A crise de legitimação decorrente da desigualdade estrutural do capitalismo, que tende a impedir a realização da igualdade invocada pelos direitos democráticos fundamentais, se vê acrescida dos problemas advindos da globalização.

No plano administrativo e fiscal da política, o neoliberalismo consiste no principal fator de corrosão dos meios para a legitimação democrática. Ao pressionar pela substituição dos serviços públicos por serviços privados, o modelo neoliberal tende a retirar do Estado meios de regulação e de realização de direitos fundamentais. O problema de legitimação que isso provoca é o seguinte: "apenas o poder se deixa democratizar, o dinheiro não" (HABERMAS, 2001, p. 100). No plano cultural e econômico, identificam-se limites funcionais da forma nacional de democracia para lidar com os problemas de integração advindos da pluralização moral do mundo da vida para a formação da vontade (HABERMAS, 1998b, pp. 111-117) e da desterritorialização dos mercados (HABERMAS, 2001, pp. 65-74). A tensão estrutural e histórica entre capitalismo e democracia é levada para a constelação pós-nacional. O autor então advoga pela construção de uma democracia europeia cosmopo-

2 Neste artigo, desenvolvo argumentos inicialmente elaborados em minha tese de doutorado. Ver: Bosco, 2016.

3 Para uma reconstrução da reatualização da ideia kantiana de cosmopolitismo elaborada por Habermas, ver: Chernilo, 2007; Fine, 2003.

lita, orientada para maior integração entre os Estados, maior participação da sociedade civil nos processos decisórios (HABERMAS, 2013, pp. 1-70) e ancorada no plano político-cultural em um patriotismo constitucional (HABERMAS, 1998b, pp 117-120), o qual visa assegurar, como um equivalente funcional à ideia de nação, uma referência político-cultural pós-nacional em torno da qual culturas distintas podem reconhecer-se, ainda que fracamente, umas às outras.

Na esfera mundial, a ênfase é dada ao grau insuficiente de normatização das relações internacionais. A desterritorialização do mercado e da sociedade civil permanece o ponto de partida do diagnóstico, mas não é mais pensada no contexto da democracia. Por isso, pode-se dizer que, na esfera mundial, o déficit democrático diagnosticado na democracia europeia se torna, num sentido amplo, um déficit normativo. Trata-se da insegurança jurídica que representa o grau insuficiente de normatização, por exemplo, para a legitimação da política de direitos humanos das Nações Unidas e a baixa eficiência dos arranjos de governança global (HABERMAS, 2003, pp. 37-74; 2006, pp. 113-193). Disso decorre uma ordem mundial pouco eficiente nos planos político, econômico e jurídico.

A constatação de interdependência estrutural crescente permite caracterizar a precariedade normativa das relações internacionais: "No nível internacional, encontramo-nos, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, no estado crônico de uma ordem cosmopolita subinstitucionalizada" (HABERMAS, 2004, p. 60). Diante disso, Habermas sugere a construção de uma ordem mundial orientada pelo respeito aos direitos humanos. Os direitos humanos, argumenta o autor, podem constituir uma ancoragem jurídica, política e normativa para legitimar a atuação das instituições internacionais e ampliar a influência da sociedade civil organizada em escala global sobre os processos de deliberação. Uma ordem como essa pretende apontar caminhos para uma transição do direito internacional clássico para o cosmopolita. Isso deve vir acompanhado de uma transição correspondente na esfera nacional, no sentido de passar de uma política internacional mediada pelo poder para uma política interna mundial (HABERMAS, 2006, pp. 113-193; 2001, pp. 75-142; 1998b, pp. 186-193).

Tanto o diagnóstico de época quanto o horizonte cosmopolita traçados por Habermas estão ancorados em uma representação dicotômica do mundo, que separa o Ocidente do Resto. A construção de uma democracia cos-

mopolita no nível europeu é possível porque seus cidadãos teriam aprendido coletivamente com a experiência de uma modernidade que foi particularmente marcada por "divisões", "diferenças e tensões", cujo resultado, no plano moral, é um "universalismo igualitário" (HABERMAS, 2001, pp. 130-131). Nisto reside a primeira pressuposição empírica do diagnóstico de época elaborado pelo autor.

Na esfera mundial, esse aprendizado permitiria afirmar que as saídas encontradas nessa parte do mundo para problemas mundiais – às vezes também referida como Ocidente – podem direcionar a construção de uma ordem mundial cosmopolita (HABERMAS, 1998b, pp. 186-188; 2006, pp. 176-177). O ponto de partida é a interpretação ocidental dos direitos humanos. Da perspectiva de sua teoria da evolução social (HABERMAS, 1987, v. 2, pp. 131-218; 2004, pp. 31-63), isso se justifica pelo reconhecimento de um Ocidente mais evoluído que o Resto no plano sociomoral, uma vez que seus cidadãos teriam aprendido com os erros nacionalistas do passado, teriam enraizado princípios democráticos e evoluído singularmente na esfera cognitivo-tecnológica, tornando-os mais propensos a desenvolver uma solidariedade de tipo cosmopolita. Habermas pressupõe aqui uma dialética entre evolução na esfera cognitivo-tecnológica e na esfera sociomoral, sem a qual o potencial de destruição liberado na primeira não seria contido – como ilustra o caso do tratado de não-proliferação de armas nucleares. Nisto reside a segunda pressuposição empírica de Habermas: a experiência histórica particular das sociedades ocidentais teria favorecido, diferentemente de outras sociedades, uma solidariedade cosmopolita.

Compreende-se assim que a versão habermasiana de cosmopolitismo trata dos problemas de legitimação da democracia (sistema de direitos) e da ordem mundial (direito internacional) e avança uma pretensão normativa de validade (interpretação ocidental dos direitos humanos) justificada em uma teoria da evolução social (dialética entre as esferas cognitivo-tecnológica e sociomoral). Nessa perspectiva, o Ocidente democrático representaria, por assim dizer, a melhor situação epistêmica possível. Por isso, Habermas não considera problemático ancorar o horizonte da ordem mundial cosmopolita em uma "defesa apologética" da interpretação ocidental dos direitos humanos (HABERMAS, 2001, p. 153), vinculando-os aos princípios de soberania popular e democracia (HABERMAS, 1996, pp. 84-103, 118-131), em oposição a outras interpretações culturais.

No plano estrutural, a dicotomia Ocidente/Resto que orienta a constelação pós-nacional pode ser interpretada como derivação do conceito de sociedade elaborado pelo autor. Habermas define o conceito de sociedade pela imbricação evolutivamente vinculante entre mundo da vida e sistema (1987, v. 2, pp. 168-218). Sociologicamente, a unidade estrutural de sua teoria da sociedade é então definida pela imbricação entre comunidade de cultura e a organização política e econômica que lhe é historicamente particular. A forma moderna dessa imbricação é a sociedade nacional. Do ponto de vista da esfera mundial, isso significa que Habermas formula uma teoria evolutiva da "mônada" cultural: a transformação social seria expressão da experiência antropologicamente auto-referenciada de uma tradição cultural apreendida reflexivamente no acontecer da experiência de erros e acertos, tendendo a modificar, via aprendizagem, os sistemas funcionais (HABERMAS, 1987, v. 2, pp. 131-167).

Um limite interpretativo decorre dessa vinculação interna entre sociedade, evolução social e dicotomia Ocidente/Resto. Ao partir da dedução do todo pela parte, o conceito habermasiano de sociedade está circunscrito aos aspectos internos da imbricação mundo da vida-sistema, passando ao largo do entrelaçamento histórico das sociedades, *i.e.,* da mundialização/globalização. A ancoragem na dicotomia Ocidente/Resto, nesse sentido, parece decorrer do conceito de sociedade elaborado por Habermas. Isso é particularmente evidente nos conceitos de experiência e de situação: mediatizada pela intercompreensão linguística (HABERMAS, 1987, v. 1, pp. 283-334), a experiência está tendencialmente circunscrita à comunidade linguística como processo de aprendizagem, e a situação de vida está restrita à estruturação histórica e sociologicamente particular do mundo da vida e do sistema. Ao definir os efeitos (ilocucionários e perlocucionários) liberados pelo ato de fala como esfera constitutiva da coordenação da ação (HABERMAS, 1998a), a fundação pragmático-formal da ação social tende a restringir o que é sociologicamente relevante àquilo que podemos expressar linguisticamente[4], *eo ipso*, ao reconhecimento intersubjetivo particularmente forte que caracteriza a socialização entre pessoas que compartilham previamente uma mesma cultura. Há, neste sentido, um auto-referenciamento cultural latente

4 A esse respeito, ver as ponderações de Frédéric Vandenberghe (2002, pp. 567-568), quando busca encontrar uma alternativa simpática à fundação habermasiana da vida social no conceito de empatia de Husserl.

na teoria habermasiana da sociedade. O retorno à hermenêutica de Gadamer, assim argumento, pode auxiliar-nos a corrigir isso.

Em vista do que foi dito até aqui, compreende-se que Habermas universaliza a expressão específica nas sociedades democráticas ocidentais de uma modernização caracterizada por uma racionalização crescente e, entre outros desenvolvimentos e tendências, por um potencial sociomoral cosmopolita. Essa vinculação interna entre modernização como racionalização social e cosmopolitismo comporta duas pressuposições empíricas problemáticas: comparativamente ao Resto, Habermas pressupõe um Ocidente cosmopolita ou potencialmente cosmopolita nos planos da identidade cultural, da reprodução cultural e das formas de socialização; segundo, tende a associar exclusivamente ao Ocidente a existência de práticas sociais cosmopolitas. A seguir, apresento resultados de estudos empíricos sobre o cosmopolitismo realizados dentro e fora da Europa na década seguinte à publicação de *A inclusão do outro* (1998b [orig. 1996]) e *A constelação pós-nacional* (2001 [orig. 1998]), os quais invalidam ambas as pressuposições empíricas.

Mundialização e práticas sociais cosmopolitas

O *European Values Study* realizado pela Comissão Europeia em 2000 mostra que uma mundialização que se manifesta como cosmopolitização desde dentro "caracteriza as orientações dos europeus apenas em um escopo limitado[5]" (PICHLER, 2009, p. 719); no lugar disso, eles "frequentemente desenvolvem orientações exclusivas e locais em resposta a nova realidade social do transnacionalismo" (Idem, ibidem). Podemos ainda citar outros *surveys* com um recorte geográfico nacional no continente europeu, como os aplicados pelo governo sueco em 1995 e 2003 (OLOFSON e ÖHMAN, 2007), os quais nos mostram que, em relação à cultura e à política, "o número de protecionistas locais e globais [prioridade do que é local ou nacional] aumentou em detrimento do número de abertos locais e globais [pró-globalização]"; os suecos se tornaram, por assim dizer, "menos cosmopolitas" (OLOFSON e ÖHMAN, 2007, p. 889). Por fim, o estudo por grupos focais realizados em 2001 no subúrbio de Londres mostra que há poucas evidências quanto à existência do que seria uma "cidadania global" de orientação cosmopolita (SZERSZYNSKI

5 Todas as citações em língua estrangeira foram por mim livremente traduzidas.

e URRY, 2002, p. 472). Esses três estudos empíricos permitem concluir que a pressuposição de uma Europa cosmopolita parece precipitada, o que, considerando o que vimos, invalida o protagonismo especial atribuído a essa região ou, em sentido amplo, ao Ocidente, na construção de uma ordem mundial cosmopolita.

O segundo equívoco diz respeito ao "excepcionalismo" ocidental de práticas sociais cosmopolitas. Etnografias realizadas no espaço midiático indígena da Nicarágua (GLYNN E CUPPLES, 2010), em regiões rurais da Índia (GIDWANI e SIVARAMAKRISHNAN, 2003) ou ainda em pequenas comunidades do Oeste da África (PIOT, 1999), por exemplo, sustentam que práticas sociais cosmopolitas existem potencialmente ali onde há a experiência histórica do contato com a diferença cultural. Enquanto prática social, o cosmopolitismo existe de diversas maneiras e em vários lugares e deve ser pensado na dupla dimensão sincrônica e diacrônica da experiência.

Isso implica afirmar a primazia do local sobre o que circula globalmente. Hermeneuticamente, pode-se dizer que há uma primazia da situação hermenêutica em nosso acesso ao mundo (GADAMER, 1999, pp. 400-458). A consequência disso reside em que podemos ser cosmopolitas de diferentes maneiras, mediante incorporações, rejeições e indiferenças frente a conteúdos culturais que, no plano da experiência, não deixam de estar situados antropológica e sociologicamente. O "global" não existe desde o global porque ninguém é capaz de acessar o mundo desde um horizonte que não seja o próprio.

Em vista disso, é empiricamente precipitado atribuir uma circunscrição geo-cultural ao cosmopolitismo. Na multiplicidade de modernidades entrelaçadas e tradições culturais (CONRAD e RANDERIA, 2002), práticas sociais cosmopolitas, por exemplo, podem não estar associadas à democracia ou à razão secular (GIDWANI e SIVARAMAKRISHNAN, 2003, p. 343). Portanto, parece mais apropriado falar em *cosmopolitismos*, no plural (POLLOCK et al.., 2000; BHAMBRA, 2010), uma vez que a mundialização invoca uma vinculação interna entre localismo e cosmopolitismo (LAMONT e AKSARTOVA, 2002; HANNERZ, 2006; MIGNOLO, 2011).

Os estudos acima referidos e o argumento formulado iluminam três limites interpretativos decorrentes da dicotomia Ocidente/Resto, *eo ipso*, do cosmopolitismo dela derivado. Primeiro, essa dicotomia repousa sobre a concepção empiricamente problemática de uma modernização que, historicamente, se

inicia no Ocidente e se difunde teleologicamente para o Resto, como se este último fosse agente passivo da modernização daquele. Isso se aproxima do argumento que Sérgio Costa (2006, pp. 39-42 e p. 129) contrapõe à constelação pós-nacional. Segundo, tende-se a fundir fronteira geopolítica, que é historicamente contextual, e fronteira sociológica. Considerando esses dois primeiros níveis, podemos delinear um *continuum* que vai da pressuposição metateórica de dedução do todo pela parte (modernização como racionalização) à dicotomia Ocidente/Resto: a manifestação particular da modernização na parte dominante do mundo (Ocidente) é tida como referência comparativa e horizonte normativo da modernização na parte dominada (Resto). Consequentemente, desconsideram-se os entrelaçamentos históricos que coproduziram o mundo moderno (LÉVI-STRAUSS, 1987; CHAKRABARTY, 2000; RANDERIA, 2002). Por fim, deixam-se também de lado os processos históricos que conferiram um horizonte mundial à modernização, majoritariamente a colonização e o imperialismo (WALLERSTEIN, 1976; BHAMBRA, 2011).

No que tange especificamente à política de direitos humanos, o diagnóstico de Habermas é assertivo ao identificar na mobilização desses direitos um potencial emancipatório frente à ordem nacional. O problema reside na defesa apologética de uma interpretação cultural particular desses direitos. No lugar de abrir-se para a diversidade de significações que esses direitos assumem na luta dos povos e suas experiências históricas particulares, Habermas assume uma posição, por assim dizer, de "batalha argumentativa". Como fonte de significação que circula mundialmente, os direitos humanos adquirem sentido em diferentes experiências de luta emancipatória, vinculando-se a imagens de mundo e ordens culturais transitivas distintas. Boaventura de Souza Santos (SANTOS, 2003; SANTOS e NUNES, 2003) nos mostra em que medida interpretações culturais distintas dos direitos humanos são algo imanente e não-concorrente. Uma hermenêutica diatópica[6], sugere Santos, nos permitiria identificar incompletudes recíprocas e complementaridades entre elas. Esse procedimento confere ao cosmopolitismo dos direitos humanos um potencial de transformação, na medida em que a abertura reflexiva do *self*

6 Ancorada na dialética entre igualdade e diferença, a hermenêutica diatópica de Santos se concentra nas condições do diálogo intercultural e está circunscrita às lutas emancipatórias que mobilizam os direitos humanos em direções distintas (SANTOS, 2003, pp. 454-458). Nesta medida, pode-se tê-la como complementar à hipótese aqui desenvolvida, que desvela pré-condições hermenêuticas de um tipo intercultural de entendimento mútuo.

para a perspectiva do Outro amplia potencialmente nossa compreensão do mundo (DELANTY, 2009).

Compreende-se por tudo o que vimos até aqui, que práticas sociais cosmopolitas não podem ser adequadamente identificadas se nos ativermos a aspectos da constituição e reprodução de simetrias (entendimento mútuo) e assimetrias (poder) internos à sociedade – como faz Habermas. Essa dimensão interna deve ser pensada à luz da constituição e reprodução de simetrias e assimetrias externas à imbricação mundo da vida e sistema. Caso contrário, a crítica tende a assumir a forma *anti*cosmopolita de contribuir com a reprodução das assimetrias herdadas do colonialismo.

No âmbito das assimetrias, o estudo de Alexa Robertson sobre os noticiários internacionais é instrutivo. Robertson (2010, pp. 85-100) nos mostra como a representação de acontecimentos mundiais em noticiários televisivos norte-europeus – o 11 de setembro e o tsunami na Indonésia em 2010, por exemplo – promove uma cosmopolitização da vida social "sem sair de casa" e como a construção narrativa da notícia está inscrita em determinada imagem de mundo e reproduz assimetrias de poder mundiais (ROBERTSON, 2010, pp. 19-24). Num primeiro momento, isso quer dizer, afirma a autora, que a situação hermenêutica do jornalista conduz a experiência do "global" que o telespectador tem. Confirma-se aqui a vinculação interna entre localismo e cosmopolitismo. Nesta perspectiva, a dimensão diacrônica da experiência da mundialização invoca a reprodução de assimetrias históricas mundiais na construção da notícia. No plano discursivo, essa reprodução acontece na seleção do que é relevante ou não de ser noticiado, na seleção dos entrevistados, no tempo conferido a cada um deles na reportagem, na distribuição geográfica do noticiário e nos significados associados à palavra "global" (ver também DENCIK, 2013).

Por um lado, isso quer dizer que a simultaneidade da circulação global das notícias estimula tanto sensos de um presente comum (sincronia) como reproduz assimetrias históricas mundiais (diacronia). Por outro, também significa que ali onde encontramos as narrativas midiáticas, que nos abrem para acontecimentos, costumes e paisagens distantes, ocorre uma modificação potencial da maneira como interpretamos o mundo e como vemos a nós mesmos no mundo: conforma-se um tempo e um espaço potencialmente comum e, nesta medida, estimula-se o surgimento de um imaginário planetário que podemos caracterizar como cosmopolita.

No que segue, concentro-me especialmente na dimensão sincrônica da experiência, a qual pressupõe uma simetria fundamental do entendimento mútuo. Isso se justifica pelo fato de que, no plano hermenêutico, a dimensão sincrônica remete às questões da diversidade cultural e do entrelaçamento cultural das sociedades como abertura fundamental ao mundo. Neste contexto, os estudos recentes sobre o cosmopolitismo estético-cultural têm especial interesse, ao nos revelar as dimensões da experiência de um quotidiano culturalmente diversificado e entrelaçado.

Cosmopolitismo nas pequenas coisas do quotidiano: a dimensão estético-cultural

A circulação internacional de produtos culturais (música, literatura, filmes, alimentação, vestimenta, entre outros) introduz no quotidiano uma relação mundana com a diferença cultural e a alteridade, cuja natureza é "primeiramente estética" (CICCHELLI et al., 2016, p. 57). Modificando os referenciais estéticos locais do indivíduo (CICCHELLI e OCTOBRE, 2015, p. 102), a circulação internacional de produtos culturais incide sobre a construção da identidade, o pertencimento cultural e, por conseguinte, sobre as formas de socialização. Vincenzo Cicchelli (2016b, pp. 183-189) distingue quatro componentes de uma socialização cosmopolita que está a emergir, entre as quais interessa especialmente ao propósito aqui definido as componentes cosmo-estética e cosmo-cultural.

Baseado em estudos por amostragem sobre práticas de consumo de produtos culturais entre jovens de 15 a 29 anos na França[7] (OCTOBRE, 2014; CICCHELLI e OCTOBRE, 2015; 2017), a análise do cosmopolitismo estético-cultural chega à conclusão de que a globalização de produtos culturais vem acompanhada de processos de esteticização – no sentido de emoções e de diversificação das práticas e dos gostos vinculadas ao consumo na "definição do *self*" – e de culturalização da vida quotidiana – no sentido da "banalização" do exotismo e da "aquisição cultural" (CICCHELLI et al., 2016, p. 59). Concentrando-se no tipo banal ou ordinário de cosmopolitismo (ver, por exemplo, BECK, 2006, pp. 83-89; URRY e SZERSZYNSKI, 2002), a di-

7 Ver também os estudos de Wilson Bekesas et al. (2016) sobre o cosmopolitismo estético-cultural no Brasil.

mensão estética acessa a experiência quotidiana de entrelaçamentos culturais enquanto "espírito cosmopolita", como maneira de vivenciar o mundo (CICCHELLI, 2016b, pp. 197-252).

Três dimensões praxiológicas compõem o conceito: "[i] uma forte atração e curiosidade em relação a práticas culturais e produtos exóticos de outros lugares, tendo ou não referências localizadas - autênticas ou reinventadas; [ii] a hibridização com formas culturais nacionais ou com apropriações individuais localizadas"; e, por fim, "[iii] o desenvolvimento de uma autoafirmação que está ligada ao desejo de compreender o Outro, para melhor entender a si mesmo" (CICCHELLI et al., 2016, p. 60). Enquanto orientação cosmo-estética da experiência, fala-se em compartilhamento de sentimentos, sensações, gostos, habilidades culturais, estilos de vida, imaginários no contexto da relação entre o que é próprio (*self*) e o que é do Outro. Esses compartilhamentos modificam o repertório cultural intersubjetivamente compartilhado, antes restrito *grosso modo* ao escopoetno-estético da nação. Não é que a cultura nacional não influa mais sobre a visão de mundo, ela foi resignificada em condições de experiência cada vez mais transnacionalizadas.

Nesse contexto, a distinção entre cosmopolitismo involuntário e cosmopolitismo intencional é relevante. O primeiro se refere à reinvenção ou hibridização (local) do significado de produtos e práticas culturais que ocorre de maneira tácita, pelo simples ato de consumir. Consome-se "cosmopolitamente" sem que isso leve a uma relação reflexiva com o Outro, sem haver engajamento ético, moral ou político. Já o cosmopolitismo intencional diz respeito a uma experiência da alteridade que ativa a reflexividade. Isto é, o cosmopolita intencional transgride "fronteiras convencionais da própria cultura étnica ou nacional" (CICCHELLI et al., 2016, p. 61). Nessa acepção, práticas diversificadas de consumo cultural estimulam, reflexivamente, a imaginação num sentido cosmopolita e podem promover um engajamento ético, moral e político com o Outro.

O caráter involuntário ou intencional do cosmopolitismo sugere que a relação entre consumo e abertura cosmopolita remete a processos ambivalentes de aprendizagem (CICCHELLI, 2016b, pp. 191-196). Ambivalente porque não decorrem de um conhecimento organizado, sendo "um processo enviesado e reversível" (CICCHELLI, 2013, p. 218). Isto é, a relação entre experiência estética e aprendizagem não é linear: por um lado, a experiência estética do consumo não necessariamente gera consciência moral e princípios éticos in-

clusivos do Outro, mas, por outro lado, quando tal consciência e princípios motivam a ação, pressupõe-se a experiência estética (CICCHELLI, 2016a, p. 9). Desse processo ambivalente de aprendizagem surge o cosmopolita amador, um tipo social cuja relação com a cultura se dá mediante uma dinâmica de compartilhamento, diferenciação e misturas "particulares e efêmeras [...]vinculada a uma socialização horizontal tecida na forma de rede" (CICCHELLI et al., 2016, p. 62).

A pesquisa sobre o cosmopolitismo estético-cultural ainda é incipiente, consequentemente ainda sabemos pouco sobre as implicações normativas do cosmopolita amador e sua incidência sobre a estratificação social. Todavia, as pesquisas já realizadas sugerem que, com a diversificação do consumo cultural na era digital (OCTOBRE, 2014), o cosmopolitismo não está mais restrito às elites: "[quando] as elites esnobes [...] são substituídas por cosmopolitas estéticos, as hierarquias de legitimidade (culturais / sociais / econômicas) tendem a se desvincular, especialmente entre os jovens e em um regime de consumo digital e mediático" (CICCHELLI e OCTOBRE, 2015, p. 108). Isso significa que a correspondência entre estratificação social e cultural (ver, por exemplo, BOURDIEU e PASSERON, 1970; BOURDIEU, 1979) parece ter se complexificado: o cosmopolitismo estético-cultural ilumina uma reconfiguração da relação entre "informação e conhecimento, educação e cultura, experiência e representação" (CICCHELLI et al., 2016, p. 60). Como consequência de uma "tendência para a hibridização dos espaços culturais", não seria mais possível auferir uma posição social apenas com base no "repertório de gostos e de práticas" (CICCHELLI e OCTOBRE, 2015, p. 108).

Em vista do que precede, compreende-se que o cosmopolitismo estético-cultural situa analiticamente o entrelaçamento cultural nas pequenas coisas do dia a dia. Na medida em que a experiência do não-familiar pode ativar a reflexividade e promover formas de aprendizagem, as dimensões estética e cultural do cosmopolitismo não ficam reduzidas à superficialidade do consumo nem à efemeridade de encontros. A experiência do consumo de produtos culturais estrangeiros vem acompanhada de uma "apropriação linguística, visual ou narrativa" que incide sobre a reprodução cultural (CICCHELLI e OCTOBRE, 2015, p. 103). Ao iluminar os contornos de uma socialização cosmopolita que está a tomar forma entre os jovens, o cosmopolitismo estético-cultural invoca um entendimento intersubjetivo que pode ser compreendido a partir de uma hermenêutica da alteridade, na qual experiência e aprendiza-

gem orientam a relação de *Ego* com *Alter* num mundo culturalmente plural e comum (CICCHELLI , 2016b, pp. 153-166).

O cosmopolitismo estético-cultural diz então respeito à dimensão sincrônica (simetria) da experiência da mundialização; ele identifica a diversificação dos conteúdos culturais que constituem nossa experiência quotidiana do mundo (sincronia) e nos mostra que acessamos e incorporamos esses conteúdos interpretativamente, no contexto de uma situação hermenêutica particular (simetria). A hipótese que desenvolvo a seguir está voltada para os aspectos fundamentais dessa experiência, o que significa dizer, de acordo com a perspectiva hermenêutica adotada, que a vincularei às pré-condições da compreensão do mundo de que somos capazes. Para tanto, argumento ser necessário introduzir uma perspectiva intercultural que esteja em medida de acessar os fenômenos da diversidade cultural e do entrelaçamento cultural. Mais precisamente, argumento que a experiência da mundialização e a socialização cosmopolita pressupõem um tipo intercultural de entendimento mútuo.

Experiência da mundialização como experiência hermenêutica

No plano metateórico, a perspectiva hermenêutica desenvolvida a seguir permite derivar a pressuposição de dedução do todo pela relação entre as partes em uma fundação para o projeto de teoria social crítica cosmopolita. É com esse propósito que sugiro conceber a experiência da mundialização como experiência hermenêutica. Aqui, limito-me a traçar os contornos gerais do conceito de entendimento intercultural. Para tanto, oriento-me por duas perguntas de caráter ontológico: (i) Por que a diversidade cultural é uma característica imanente ao nosso estar-no-mundo? (ii) Como é possível o entrelaçamento cultural das sociedades?

(i) A mundialização parece ter dilatado a dimensão sincrônica de nossa experiência do mundo ao diversificar o contato quotidiano com outras tradições culturais e coisas no mundo. Isso sugere que cada vez mais nos damos conta do fato de que a intensificação dos entrelaçamentos culturais exerce uma influência efetiva sobre a consciência histórica. Fundamentalmente, esse argumento se justifica pelo fato de que seria infundado caracterizar a

possibilidade de ter consciência a respeito da singularidade da própria tradição cultural, sem invocar o que nos distingue de outra tradição.

No plano hermenêutico, a mundialização invoca uma diversificação das fontes de significação disponíveis e de interpretações culturais do mundo e de coisas no mundo com as quais temos contato ao longo de nossa vida. Em sentido amplo, pode-se dizer que isso conforma a experiência de um tempo e de um espaço potencialmente comum, que estimula um imaginário cosmopolita em atores encarnados em diferentes situações hermenêuticas. Trata-se aqui da dimensão hermenêutica da vinculação entre localismo e cosmopolitismo.

Por outro lado, essa diversificação também remete a uma finitude imanente da experiência da mundialização. Essa finitude se deve às pré-condições hermenêuticas da compreensão do mundo de que somos capazes. Três aspectos pré-condicionantes da compreensão são importantes aqui. Primeiro, a experiência da mundialização é finita porque nossa encarnação em determinada situação hermenêutica impõe um limite ao nosso horizonte sobre o mundo, horizonte este que herdamos da tradição cultural via linguagem (diacronia) e que adquirimos no acontecer de nossa experiência do mundo (sincronia) (GADAMER, 1999, pp. 440-455, 540-543, 550-555). Segundo, essa finitude se deve ao fato de que nossa compreensão é mediatizada pelo uso da linguagem. Nossa compreensão do mundo e de si no mundo é limitada porque a linguagem caracteriza meios finitos, dotados de um universo pré-estruturado de representação simbólica do mundo que não pode ser invocado de maneira total, una, mas sempre com base na forma progressiva do discurso (estrutura pronominal, por exemplo); acessamos o nosso conhecimento sobre o mundo progressivamente. E terceiro, a experiência da mundialização se caracteriza por uma finitude intransponível porque não somos capazes de abstrair a efetividade contextual da experiência (sincronia). Trata-se aqui de um limite propriamente fenomenológico da compreensão. Porque o nosso corpo está situado espacial e temporalmente, não podemos passar por todas as experiências disponíveis no mundo (GADAMER, 1999, pp. 636-662). Essas pré-condições hermenêuticas de nossa compreensão impõem uma finitude à experiência da mundialização no sentido de como a vivemos e podemos compreendê-la.

Isso nos permite tratar da primeira pergunta formulada: a diversidade cultural é imanente ao nosso estar-no-mundo porque nossa compreensão do

mundo é finita. Porque nossa compreensão é finita, experienciamos a mundialização diferentemente, a partir da situação hermenêutica na qual estamos *sempre já* encarnados e mediante fusões parciais do nosso horizonte com o horizonte daqueles tantos Outros que se nos fazem presentes – como turista, como estrangeiro que se tornou vizinho, ou via circulação internacional de produtos culturais, as narrativas midiáticas. Portanto, a finitude hermenêutica de nossa compreensão sugere que há tantas formas sociológicas de cosmopolitismo quanto há diferentes formas culturais de vida, no sentido de *como* nos relacionamos com a alteridade e *com quais* Outros.

(ii) Essas fusões parciais dos horizontes podem ser tácitas, no sentido de que pré-constituem nossa experiência do mundo – como no caso da acepção involuntária do cosmopolita amador, por exemplo –, ou conscientes, no sentido de que podem ser ensejadas – como no caso da acepção intencional. Em ambas as formas, pressupõe-se um tipo intercultural de entendimento, o que nos leva para a segunda pergunta formulada: o entrelaçamento cultural das sociedades é possível porque nossa abertura hermenêutica ao mundo invoca um tipo intercultural de entendimento como pré-condição de nossa experiência do mundo.

As pré-condições de um tipo intercultural de entendimento podem ser reveladas por três aspectos fundamentais que caracterizam nossa abertura hermenêutica ao mundo (BOSCO, 2016, pp. 301-302). O entrelaçamento cultural das sociedades é possível porque:

- ao identificar a antecedência do pensamento sobre a linguagem (GADAMER, 1999, pp. 621-636), o princípio da analogia revela nossa capacidade de estabelecer correspondências entre práticas, palavras, signos e a referência que fazem ao mundo. Por definição, isso significa que podemos expressar o pensamento por meio de qualquer prática, palavra, signo que se nos faz disponível, independentemente da origem cultural e recorrência de seu emprego em determinada cultura.
- ao iluminar a não correspondência estrita entre palavra e coisa, o caráter semanticamente flutuante da palavra requer do falante o uso expressivo da linguagem (GADAMER, 1999, pp. 590-608). Isso permite ao falante direcionar o sentido da palavra àquilo que almeja expressar e ao contexto de interação no qual se encontra. A flutuação semântica implica em reconhecer que a palavra se presta, por definição, ao emprego

por qualquer falante, sem restrição de qualquer tipo, mesmo que seja originária de outra língua[8].

- o uso da linguagem se caracteriza por uma natureza intersubjetivamente vinculante. Isso quer dizer que o entendimento mútuo envolve acessar o sentido invocado pelo falante (GADAMER, 1999, pp.662-688), acesso este que não pressupõe, por definição, o compartilhamento prévio de um mesmo mundo da vida ou de uma mesma cultura.

Nesta perspectiva, não estamos culturalmente isolados. No acontecer de nossa experiência do mundo, não há apenas diferenciação em relação a outras tradições culturais, mas também compartilhamento:

> Tal como cada indivíduo não é nunca indivíduo solitário, pois está sempre entendendo-se com os outros, da mesma maneira o horizonte fechado que cercaria uma cultura é uma abstração. A mobilidade histórica da existência humana apoia-se precisamente em que não há uma vinculação absoluta a uma determinada posição, e nesse sentido tampouco existe um horizonte fechado (GADAMER, 1999, pp. 454-455).

Isso quer dizer que a impregnação linguística de nossa experiência do mundo não está fechada em si mesma. A fronteira da percepção (situação hermenêutica) e a impregnação linguística não constituem uma fronteira hermenêutica (GADAMER, 1999, pp. 540-543, 550-559) nem sociológica. Porque a impregnação linguística e a percepção acontecem via um "*continuum* de matizações" do objeto, nossa compreensão está hermeneuticamente aberta, permitindo até mesmo acessar a "acepção do mundo" que se oferece em outra língua e cultura (GADAMER, 1999, p. 650).

Em vista disso, o fato de a mundialização diversificar (sincronia) os conteúdos materiais e simbólicos que compõem nossa experiência do mundo sugere que a fusão de horizontes não está restrita à comunidade linguística. Na perspectiva dos participantes, essas pré-condições significam que as dimensões sincrônica e diacrônica se tornam efetivas como *diálogo contínuo* (GADAMER, 1999, pp. 512-533) com os Outros culturais – numa dinâmica imaginativa, por exemplo, de aproximação e distanciamento

8 Representativo disso é o fenômeno socio-linguístico de *codeswitching*, que caracteriza empréstimos quotidianos e abundantes de palavras de línguas estrangeiras (ver, por exemplo, BLOMMAERT, 2015).

estimulada pelas narrativas midiáticas, o consumo cultural, a imigração, o exílio (CICCHELLI, 2016b, pp. 140-141; ver também APPADURAI, 1996, pp. 1-88). Para o que nos ocupa, o fato de o entrelaçamento cultural das sociedades invocar um entendimento intercultural como pré-condição de nossa experiência de mundo significa que viver em um mundo mundializado implica interagir continuamente com fontes de significação e interpretações culturais do mundo e de coisas no mundo que, por assim dizer, chegam até nós. Neste contexto, a experiência da mundialização se caracteriza pela dialética da familiaridade e da não-familiaridade do conteúdo cultural.

O entendimento intercultural, portanto, pode ser tido como o *medium* da experiência da mundialização, o que implica dizer que ele também constitui, ao lado do entendimento mútuo concebido comunicativamente, a reprodução do mundo da vida. Isso sugere que o entrelaçamento cultural das sociedades estaria na origem de processos de aprendizagem – tácitos ou conscientes, fundamentalmente ambivalentes, como diagnosticado no cosmopolitismo estético-cultural. Uma vez que a mundialização remete a uma diversificação das fontes de significação disponíveis e das interpretações culturais do mundo e de coisas no mundo, esse processo de aprendizagem pode ser hermeneuticamente compreendido como diversificação dos signos de pensamento e diversificação semântica das estruturas linguísticas compartilhadas intersubjetivamente no mundo da vida.

Compreende-se assim que a consciência histórica não seria apenas expressão da apreensão auto-referenciada e reflexiva da tradição cultural. Na medida em que o nosso horizonte sobre o mundo não é a expressão estática da situação hermenêutica na qual estamos *sempre já* encarnados (GADAMER, 1999, pp. 544-550), a experiência do contato com o Outro (sincronia) pode ativar a apreensão reflexiva da tradição cultural herdada (diacronia). Isso equivale a dizer que, como processo de aprendizagem, a experiência do contato com o Outro pode levar a uma ampliação do nosso horizonte sobre o mundo.

Em sentido amplo, a implicação empírica dessa hipótese é a seguinte: consciente ou inconscientemente, viver em um mundo mundializado implica ser cosmopolita de alguma maneira, uma vez que a diferença cultural se tornou parte imanente da socialização. No plano sociológico, essa perspectiva intercultural deve estar em medida de caracterizar a alteridade e o papel que cumpre na constituição da identidade cultural, na reprodução cultural e nas formas de socialização.

Considerações finais: de Gadamer a Habermas

Nas duas primeiras seções, fomos sucessivamente da análise metateórica da vinculação habermasiana entre modernização e cosmopolitismo à identificação de limites interpretativos a essa vinculação nos planos empírico, teórico e político-normativo. Na terceira seção, vimos o diagnóstico do cosmopolitismo estético-cultural como dimensão quotidiana do entrelaçamento cultural das sociedades, *i.e.,* da experiência da mundialização. Conectando esse diagnóstico com a hermenêutica filosófica de Gadamer, na quarta seção delineei uma hipótese reconstrutiva que desvela as pré-condições de um tipo intercultural de entendimento, o qual pode ser tido, assim sugeri, como *medium* da experiência da mundialização. Adotar uma estratégia reconstrutiva significa, nesse contexto, que o conceito de entendimento intercultural pode contribuir com a fundação de uma teoria social crítica que reivindica um horizonte cosmopolita, na medida em que permite compreender por que a diversidade cultural é imanente ao nosso estar-no-mundo e como é possível o entrelaçamento cultural das sociedades. O tratamento dessas questões, em princípio, possibilita fundar ontologicamente o que vimos com a literatura sociológica e antropológica sobre o cosmopolitismo: de que há tantas formas de cosmopolitismo quanto há diferentes formas culturais de vida e que o mundo da vida está aberto a tudo o que se nos faz presente.

Tal abertura do mundo da vida para outras culturas oferece um ponto de partida fundamental para operar o movimento de volta, de Gadamer a Habermas. Isso é necessário porque a hermenêutica gadameriana não é crítica e não nos oferece uma teoria da sociedade. Eu concordo com Habermas quando argumenta ser problemática a autossuficiência ontológica da hermenêutica e o subsequente rechaço da questão da metodologia nas ciências sociais, assim como o conservadorismo que representa a vinculação interna e anti-iluminista que Gadamer (1999, pp. 400-435) estabelece entre pré-conceito, autoridade e tradição (HABERMAS, 1988, pp. 143-170). A hermenêutica gadameriana nos mostra os limites da autocompreensão científica da verdade ao invocar outras experiências de verdade (na arte e na religião, por exemplo), sem, todavia, formular uma alternativa, um conceito de método orientado hermeneuticamente. A reivindicação ontológica de Gadamer de que a experiência hermenêutica é pré-condicional (GADAMER, 1976) tem implicações normativas para a prática científica, as quais "se realizarão nas ciências ou

perderão relevância" (HABERMAS, 1988, p. 167). Por outro lado, a oposição que Habermas avança entre crítica da ideologia e hermenêutica é excessiva. Como Paul Ricoeur (1986) argumenta, a possibilidade da crítica em si mesma pressupõe pré-compreensões herdadas da tradição: a crítica é ela mesma uma tradição. Inversamente, a hermenêutica da tradição pressupõe a interpretação como momento crítico envolvendo distanciamento em relação ao que foi herdado. No plano filosófico, essa perspectiva assegura a orientação crítica do retorno a Gadamer.

Para o interesse teórico-social aqui perseguido, o argumento formulado joga nova luz sobre o *continuum* entre ação comunicativa e ação estratégica, racionalidade comunicativa e racionalidade cognitivo-instrumental, mundo da vida e sistema, esfera sociomoral e esfera cognitivo-tecnológica da evolução social. É necessário introduzir nesse *continuum* aquilo que a experiência intercultural e o cosmopolitismo invocam no mundo, a saber, a diversidade cultural e o entrelaçamento histórico das sociedades.

O argumento de que o conceito gadameriano de experiência hermenêutica nos fornece aspectos ontológicos do uso da linguagem que nos permitem desvelar um tipo intercultural de entendimento, implica dizer que um conceito como esse nos permitiria abrir a constituição e reprodução do mundo da vida para o entrelaçamento cultural das sociedades. Para tanto, é necessário elucidar a questão do significado no entendimento intercultural e o papel deste último na reprodução do mundo da vida, de modo a reconectar a teoria do significado, primeiro, à teoria da ação, segundo, à teoria social e à geração interativa da ordem social em sociedades culturalmente diversas. Isso permitirá formular hipóteses empíricas e normativas com vistas a analisar a socialização intercultural. Num sentido fundamental, isso significa reconstruir o *continuum* da teoria habermasiana da sociedade a partir da concepção de que o entrelaçamento cultural das sociedades constitui fonte de aprendizagem e, nesta medida, impulso para a transformação social.

Referências

APPADURAI, Arjun (1996), *Modernity at Large:* Cultural Dimensions of Globalization. Minneapolis: University of Minnesota Press.

BECK, Ulrich (2006), Qu'est-ce-que le cosmopolitisme ? Paris: Alto Aubier.

BEKESAS, Wilson R.; MADER, Renato; RIEGEL, Viviane (2016), Media and Cultural Consumption by Young Students in the City of São Paulo, Brazil: Evidences of Digital Divide, Possibilities of Cosmopolitanism. *Global Media Journal*, n. 9, v. 1, pp.119-133.

BHAMBRA, Gurminder (2007), *Rethinking Modernity:* Postcolonialism and Sociological Imagination. New York: Palgrave Macmillan.

_____. (2011), Cosmopolitanism and Postcolonial Critique. In: ROVISCO, Maria; NOWICKA, Magdalena (ed.), *The Ashgate Companion to Cosmopolitanism*. Farnham: Ashgate Pub.

_____. (2010), Sociology After Postcolonialism: Provincialized Cosmopolitanisms and Connected Sociologies. In: RODRIGUEZ, Encarnación; COSTA, Sergio; BOATCA, Manuela. (ed.), *Decolonizing European Sociology:* Transdisciplinary Approaches. Farnham: Ashgate Pub.

BLOMMAERT, Jan. (2015), Language: The Great Diversifier. In: VERTOVEC, Steven (ed.), *Routledge International Hanbook of Diversity Studies*. London: Routledge.

BOSCO, Estevão Mota Gomes Ribas Lima. (2016), Por uma teoria social cosmopolita: modernização, mundialização/globalização e entendimento intercultural. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas – Campinas. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/320964>. Acesso em 12/01/2018.

BOURDIEU, Pierre. (1979), La distinction: Critique social du jugement. Paris : Les Éditions de Minuit.

BOURDIEU, Pierre ; PASSERON, Jean-Claude. (1970), La reproduction : Éléments pour une théorie du système d'enseignement. Paris : Les Éditions de Minuits.

CHERNILO, Daniel. (2007), Universalismo y cosmopolitismo en la teoría de Jürgen Habermas. *Estudios Publicos,* n. 106, pp. 175-203.

CICCHELLI, Vincenzo. (2013), Living in a Global Society, Handling Otherness: An Appraisal of Cosmopolitan Socialization. *Quaderni di Teoria Sociale*, n. 14, pp. 217-242.

_____. (2016a), Comment enquête-t-on sur la socialisation cosmopolite ? *Terrains/Théories*, n. 5.

_____. (2016b), *Pluriel et commun :* Sociologie d'un monde cosmopolite. Paris : Sciences Po [edição digital].

_____.

_____; OCTOBRE, Sylvie. (2013), A Cosmopolitan Perspective on Globalization: Cultural and Aesthetic Cosmopolitanism Among Young People. *Studies of Changing Societies*, n. 3, v. 7, pp. 03-23.

_____ ; _____. (2015), Sur le cosmopolitisme esthétique chez les jeunes. *Le Débat,* n. 183, v. 1, pp. 101-109.

_____. ; _____. ; RIEGEL, Viviane (2016), After the Omnivore, the Cosmopolitan Amateur: Reflections About Aesthetic Cosmopolitanism. *The Global Studies Journal,* n. 9, v. 1, pp. 55-70.

CONRAD, Sebastian; RANDERIA, Shalini. (2002), Einleitung: Geteilte Geschichten – Europa in einer postkolonialen Welt. In: _____.; _____. (ed.), *Jenseits von Eurozentrismus:* postkolonialen perspektiven in der Geschichts - und Kulturwissenschaften. Frankfurt am Main, Campus Verlag.

DELANTY, Gerard. (2009), *The Cosmopolitan Imagination:* The Renewal of Critical Social Theory. Cambridge: University of Cambridge Press.

_____ (2016), The new mainstream: Brexit and the spectre of authoritarian Democracy. [Manuscrito].

DENCIK, Lina. (2013), What Global Citizens and Whose Global Moral Order? Defining the Global at BBC World News. *Global Media and Communication,* n. 9, pp. 119-134.

FINE, Robert. (2003), Jürgen Habermas's Theory of Cosmopolitanism. *Constellations,* v. 10, n. 4, pp. 469-487.

_____. (2007), *Cosmopolitanism.* London: Routledge New Edition.

GADAMER, Hans-Georg. (1976), On the Scope and Function of Hermeneutic Reflection. In: _____. *Philosophical Hermeneutics.* Berkeley; Los Angeles: University of California Press.

_____. (1999), *Verdade e método I:* esboço de uma hermenêutica filosófica. Petrópolis: Vozes.

GIDWANI, Vinay; SIVARAMAKRISHNAN, K. (2003), Circular Migration and Rural Cosmopolitanism in India. *Contributions to Indian Sociology*, n. 37, v. 1, pp. 339-367.

GLYNN, Kevin; CUPPLES, Jules. (2010), Indigenous Media Space and the Production of (Trans)Locality on Nicaragua's Mosquito Coast. *Television & New Media,* n. 12, v. 2, pp. 101-135.

HABERMAS, Jürgen. (1987), *Théorie de l'agir communicationnel.* 2 vols., Paris: Fayard.

_____. (1988), *On the Logic of the Social Sciences.* Cambridge: Polity Press.

_____. (1996) *Between Facts and Norms:* Contributions to a Discourse Theory of Democracy and Law. Boston, MA: MIT Press.

_____. (1998a), Some Further Clarifications of the Concept of Communicative Action. In: _____. *On the Pragmatics of Communication.* Cambridge, MA: MIT Press.

_____. (1998b). *The Inclusion of the Other.* Studies in Political Theory. Boston, MA: MIT Press.

_____. (2001), *A constelação pós-nacional.* Ensaios políticos. São Paulo: Litera Mundi.

_____. (2003). *Era das transições*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

_____. (2004), *Verdade e justificação*: ensaios filosóficos. São Paulo: Loyola.

_____. (2006), *The Divided West*. London: Polity Press.

HANNERZ, Ulf. (2006), Two Faces of Cosmopolitanism: Culture and Politics. *Documentos CIDOB*, n. 7, pp. 5-29.

LAMONT, Michèle; AKSARTOVA, Sada. (2002), Ordinary Cosmopolitanisms Strategies for Bridging Racial Boundaries Among Working-Class Men. *Theory, Culture & Society,* n. 19, v. 1, pp. 1-25.

LÉVI-STRAUSS, Claude. (1987), *Race et histoire.* Unesco: Denöel.

MIGNOLO, Walter (2011), Cosmopolitan Localism: A Decolonial Shifting of the Kantian Legacies. *Localities*, n. 1, pp. 11-45.

OCTOBRE, Sylvie. (2014), Les enfants du numérique : mutations culturelles et mutations sociales. *Informations Sociales,* n. 181, pp. 50-60.

OLOFSSON, Anna; ÖHMAN, Susanna. (2007), Cosmopolitanism and Locals: An Empirical Investigation of Transnationalism. *Current Sociology*, v. 55, pp. 877-895.

ORTIZ, Renato. (2003), *Mundialização e cultura.* São Paulo: Brasiliense.

PICHLER, Florian. (2009), "Down-to-Earth" Cosmopolitanism: Subjective and Objective Measurements of Cosmopolitanism in Survey Research. *Current Sociology,* n.57, v. 5, pp. 704-732.

PIOT, Charles. (1999), *Remotely Global:* Village Modernity in West Africa. Chicago: University of Chicago Press.

POLLOCK, Sheldon; BHABBA, Homi; APPADURAI, Carole; CHAKRABARTY, Dipesh. (2000), Cosmopolitanisms. *Public Culture,* n. 12, v. 3, pp. 577-589.

RANDERIA, Shalini. (2002), Entangled Histories of Uneven Modernities: Civil Society, Caste Solidarities and Legal Pluralism in Postcolonial India. In: _____.; ELKANA, Yehuda; KRASTEV, Ivan. (orgs.), *Unravelling Ties*: From Social Cohesion to New Practices of Connectedness. Frankfurt/M: Campus.

RICOEUR, Paul. (1986), Herméneutique et critique des idéologies. In : _____. *Du texte à l'action*. Essais d'herméneutique II. Paris: Le Seuil/Esprit.

ROBERTSON, Alexa. (2010), *Mediated Cosmopolitanism*: The World of the Television News. Cambridge: Polity Press.

SANTOS, Boaventura de S. (2003), Uma concepção multicultural dos direitos humanos. In: _____. (org.), *Reconhecer para libertar:* os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

SANTOS, Boaventura de S; NUNES, João A. (2003), Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. In: _____. (org.), *Reconhecer para libertar*: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

SZERSZYNSKI, Bronislaw; URRY, John. (2002), Cultures of Cosmopolitanism. *Sociological Review,* n. 50, pp. 461-481.

VANDENBERGHE, Frédéric. (2002), Empathy as the Foundation of the Social Sciences and of Social Life: A Reading of Husserl's Phenomenology of Transcendental Intersubjectivity. *Sociedade & Estado,* n. 17, v. 2, pp. 563-585.

WALLERSTEIN, Immanuel. (1976), *The Modern World System*. New York: Academic Press.

Submetido em 15 de outubro de 2019
Aprovado em 08 de fevereiro de 2020

Licenciado sob uma Licença Creative Commons Attribution 3.0

DOI: http://dx.doi.org/10.20336/rbs.542

REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

Governamentalidade autocrática: repensando as racionalidades de governo em diálogo com Florestan Fernandes

Autocratic governmentality: rethinking government rationalities in dialogue with Florestan Fernandes

Lucas Trindade da Silva*

RESUMO

Pretendo ler a reflexão de Florestan Fernandes sobre as resistências à mudança social e sobre a dominação autocrática nos termos do que o Foucault dos anos 1977-1979 chamou de governamentalidade. Assim, procurarei demonstrar como os padrões de ação, reação e práticas definidos como sociopatia irracional, racionalidade possível e racionalidade estratégica dos setores dominantes da sociedade brasileira, ganham, em termos analíticos, quando entendidos como manifestações de uma mentalidade de governo autocrática. Mais do que enquadrar o sociólogo paulista no interior do aparato conceitual foucauldiano, pretendo demarcar, num esforço de simetria e enriquecimento recíproco, as suas contribuições para uma analítica das racionalidades de governo para, por fim, em diálogo com leituras mais recentes do capitalismo contemporâneo, sugerir a atualidade da sociologia crítica de Florestan Fernandes no esforço de elaboração de um diagnóstico do presente.

Palavras-chave: Governamentalidade; Resistências à mudança; Dominação Autocrática; Florestan Fernandes; Michel Foucault.

* Professor adjunto do Humanitas – Instituto de Estudos Integrados da UFRN. Integra: Grupo de Pesquisa Social da UFRN; Grupo de Estudos em Teorias Sociais e Subjetividades (GETSS) da UFPE; Periféricas – Núcleo de Estudos em Teorias Sociais, Modernidades e Colonialidades (UFBA). O presente artigo é produto direto da rica interlocução com as e os integrantes do Projeto de Pesquisa "Florestan Fernandes e os dilemas sociais brasileiros: história do tempo presente". Agradeço enfaticamente a Eliane Veras, Ana Rodrigues, Aristeu Portela, Diogo Valença e Remo Mutzenberg, por toda a generosidade e conhecimentos transmitidos. Também tive a oportunidade de discutir o texto em reunião do supramencionado GETSS, coordenado por Cynthia Hamlin, e pude revisá-lo a partir das críticas e sugestões de inestimável valor feitas por Gabriel Peters, Eliane Gonçalves e Rodrigo de Oliveira. Agradeço também a Sophia Branco, que me ajudou durante a revisão final do artigo.

ABSTRACT

I intend to read Florestan Fernandes' reflection on resistances to social change and on autocratic domination in terms of what Foucault of the years 1977-1979 called governmentality. Thus, I will try to demonstrate how the understanding of defined patterns of action, reaction and practices such as irrational sociopathy, possible rationality and strategic rationality of the dominant sectors of Brazilian society, gain, in analytical terms, when understood as manifestations of an autocratic governmentality. More than framing the São Paulo sociologist within the Foucauldian conceptual apparatus, I intend to demarcate, in an effort of symmetry and reciprocal enrichment, his contributions to an analysis of government rationalities and, finally, in dialogue with more recent readings of contemporary capitalism, suggest the relevance of the critical sociology of Florestan Fernandes in the effort to elaborate a diagnosis of the present.
Keywords: Governmentality; Resistances to change; Autocratic domination; Florestan Fernandes; Michel Foucault.

Introdução

Em 2010, Sergio Costa publica o conhecido e comentado artigo *Teoria por Adição*, onde se argumenta que "nas franjas da pesquisa empírica, a sociologia brasileira vem produzindo avanços teóricos importantes – pelo menos potencialmente" (COSTA, 2010, p. 45). Avanços que "implicam a revisão de algumas das premissas sobre as quais se assentam as teorias aceitas como válidas" no âmbito da sociologia global, mas não se orientam, contudo, "diretamente", para uma intervenção "nos principais debates teóricos desenvolvidos no âmbito da disciplina" (COSTA, 2010, p. 26).

Num diálogo com a imagem do *nacional por subtração*, de Roberto Schwarz, que aponta o equívoco daqueles que presumem a possibilidade de construção de "uma cultura nacional original" opondo "nacional a estrangeiro", presunção que recalca a "dinâmica cultural" e as "relações de poder" constituintes das "discussões sobre originalidade e a falta dela", Costa propõe a expressão *teoria por adição* para designar o debate teórico na sociologia brasileira, que "alude... à expectativa de que a teoria vai sendo implicitamente revista na medida em que vão acumulando interpretações de fenômenos em curso que desafiam as regularidades descritas nas teorias sociológicas vigentes" (COSTA, 2010, pp. 25-6).

Embora o próprio Costa cite os esforços de Tavolaro (2005) e de Maia (2009) como exemplos da crítica à "leitura eurocêntrica da modernidade

brasileira" (COSTA, 2010, p. 39, nota 10), parece-me que a problematização da tese da singularidade brasileira, em Tavolaro (2005), e a "agenda de pesquisa" do pensamento social brasileiro delineada por Maia (2009) têm mais implicações do que a fórmula da *teoria por adição* pode conceber.

Quando Brasil Jr. (2013a) investiga a aclimatação crítica da teoria da modernização na obra de Florestan Fernandes ou as ambições teóricas da sociologia do desenvolvimento em Costa Pinto (BRASIL JR., 2013b), quando Botelho (2013) salienta as críticas de Carvalho Franco aos usos dualistas dos tipos ideais weberianos no estrutural-funcionalismo, e aqueles que sofreram influência deste, quando Tavolaro (2017) realiza a exegese de uma imagem contra-hegemônica da modernidade em Gilberto Freyre, para darmos alguns exemplos recentes no campo do pensamento social brasileiro, mais do que um procedimento de revisão das para posterior adição às teorias sociológicas canônicas e eurocentradas, vê-se, sobretudo, um *esforço de simetria* ou de simetrização entre empreendimentos investigativos e teóricos posicionados em locais desiguais na geopolítica da produção, distribuição, circulação e consumo de conhecimento[1].

O presente artigo se localiza nos marcos desse mesmo esforço investigativo ou agenda de pesquisa. Buscarei tratar, em termos simétricos, momentos específicos das obras de Florestan Fernandes e de Michel Foucault. Deste, as ricas reflexões realizadas nos cursos que vão de 1977 a 1979 sobre a racionalidade de governo ou governamentalidade. Daquele, quando formula conceitos como *resistência sociopática à mudança social*, a partir de 1962, até a formulação do conceito de dominação autocrática.

À primeira vista, poderia parecer esdrúxulo ou forçoso tal cotejamento ou fricção entre autores advindos de tradições tão díspares. No entanto, um olhar mais generoso atentaria para o fato de que, nos conceitos supracitados, ambos os autores estão preocupados em captar padrões de mentalidade de governo de homens e coisas: o francês para pensar a Europa liberal pós-

1 Obviamente, poderíamos remontar à própria sociologia do desenvolvimento de Costa Pinto e à teoria da dependência, ou mesmo aos avanços introduzidos pela Cepal na crítica à lei das vantagens comparativas, o mesmo intento de fazer, desde as "periferias", teoria em termos globais. Não só para compreender a singularidade das formações sociais pós-coloniais ou periféricas, mas para inquirir como a singularidade de toda formação sócio-histórica, ao Sul ou ao Norte, à Leste ou Oeste, é produzida por uma articulação ou entrelaçamento com a história englobante da modernidade capitalista, o que de imediato fundamenta o alcance universal das contribuições e descobertas realizadas nas margens do mundo, tomado como um todo integrado ou interdependente.

-mercantilista e, depois, a Europa e os EUA neoliberais; o brasileiro para pensar, em diferentes momentos, a irracionalidade patológica, a racionalidade possível ou a racionalidade estratégica (de governo) em uma formação social subdesenvolvida e dependente.

Nesses termos, o problema torna-se mais claro e, simultaneamente, mais atraente. Não se trata de uma comparação aleatória entre momentos de duas obras que ignoraram completamente uma à outra, mas de cotejar formulações, num esforço de crítica e enriquecimento recíprocos, sobre mentalidades governamentais enquanto complexos prático-discursivos que, em ambos, Fernandes e Foucault: são de longa duração, podem ser lidos como regimes de verdade definidos e orientados por certa representação da *população*, engendram processos de subjetivação e tanto condicionam como transcendem as práticas estatais e extra-estatais de dominação.

Como se vê, adotei a terminologia de Foucault – governamentalidade, racionalidade ou mentalidade de governo – na constituição de um campo conceitual comum de problematização e comparação dos dois autores. Levarei adiante tal estratégia na estruturação do argumento ao longo do artigo.

Na primeira parte, buscarei definir os principais atributos do conceito de governamentalidade em Foucault, centrando-me na leitura dos cursos *Segurança, Território, População* e *Nascimento da Biopolítica*.

Na segunda parte, enriquecido dos elementos da seção anterior, reconstruirei as etapas da reflexão de Fernandes quando busca tornar inteligíveis as especificidades dos processos de (sub) desenvolvimento e dominação no capitalismo periférico. Reflexão que o leva do conceito de *resistência sociopática à mudança* ao de *dominação burguesa autocrática*.

Na terceira e última parte, buscarei refletir sobre os possíveis ganhos de uma leitura do modelo autocrático de dominação em termos de governamentalidade e sobre as contribuições de Fernandes para uma analítica das racionalidades de governo, chamando atenção para as tensões e afinidades metodológicas entre o esforço genealógico foucauldiano e o ecletismo da sociologia crítica do intelectual uspiano.

Por fim, questiono, aprofundando temas sugeridos nas seções anteriores e em diálogo com interpretações recentes do capitalismo contemporâneo, a exemplo de Arantes (2004), Mbembe (2014), Brown (2015) e Streeck (2011, 2017), se os atributos do que chamei de governamentalidade autocrática continuam, em nossa época, a demarcar apenas uma "singularidade" da mo-

dernidade brasileira (TAVOLARO, 2005) e do capitalismo dependente – particularmente relevante para pensar a atual conjuntura – ou se não tendem a se generalizar como padrão global de governo.

1. O que é governamentalidade?

Como se sabe, em meados dos anos 1970, Michel Foucault realiza uma significativa inflexão em suas investigações (ver SILVA, 2019a). Se, de um ponto de vista metodológico, ele já havia realizado, a partir de *Vigiar e Punir* (FOUCAULT, 1987a), a transição de uma *arqueologia* das *formações discursivas* (FOUCAULT, 1987b, 1999a) para uma *genealogia* de complexos prático-discursivos, é só a partir do curso *Em Defesa da Sociedade* (FOUCAULT, 1999b) e do primeiro volume da sua *História da Sexualidade* (FOUCAULT, 1988) que o autor francês se volta para uma tecnologia política distinta da disciplina ou anátomo-política. Tanto a biopolítica (desde 1974) como a governamentalidade (a partir de 1977) são definidas por realizarem-se não sobre e através dos corpos individuais, mas por terem a população como objeto.

Embora estejam debruçadas sobre o mesmo problema – a *emergência da população* –, há diferenças significativas na forma como tal emergência é abordada nesse período de quatro anos, que aqui mais nos interessa, da obra de Foucault. No curso *Em Defesa da Sociedade* (1974-1975), introduz-se o conceito de biopolítica, indistinto do biopoder, para pensar a formulação do racismo de Estado moderno em contraste com o discurso da luta entre raças na França e na Inglaterra dos séculos XVII e XVIII. Este articulado por estratos usurpados ou excluídos dos atributos da soberania e da lei e que, contra isto, afirmam sua própria lei, enraizada na raça; aquele vinculado a uma biologização do tecido social, que estabelece um corte entre o que deve morrer (patológico) para fazer viver o que, no corpo da população, é identificado como normal e saudável.

Em *A Vontade de Saber* (1976), primeiro volume da *História da Sexualidade*, por sua vez, a biopolítica é pensada como, ao lado da disciplina, uma das tecnologias que constituem o biopoder, orientado para *fazer viver e deixar morrer* a população, em claro contraste com a prerrogativa do poder soberano de *fazer morrer e deixar viver*. A biopolítica aqui é introduzida como tecnologia política de regulamentação dos processos vitais da popula-

ção (reprodução, natalidade, mortalidade, envelhecimento, acidentes, enfermidades, anomalias, questões hidrográficas, urbanísticas, migratórias, etc.) capaz de complementar, *preencher os vazios*, deixados pela disciplina ou anátomo-política, orientada para a produção (em fábricas, quartéis, hospitais, escolas, prisões, etc.) de corpos dóceis e úteis. O racismo continua a ser pensado como um compromisso entre soberania e a moderna biopolítica: fazer morrer (o patológico) para fazer viver (o núcleo saudável) do corpo da população – a soberania, quando aliada à biopolítica, produz o que nós, modernos, entendemos por genocídio.

A despeito de tratarem, direta ou indiretamente, de complexos prático-discursivos que dizem respeito ao aparelho-estatal, tanto em fins de regulamentação (higienização, urbanização, estatísticas oficiais, etc.) como em termos de disciplinamento (escolas, prisões, hospitais públicos, etc.), a genealogia foucauldiana das tecnologias de poder que se realizam sobre o corpo – dos indivíduos e da população – foi logo criticada por sua escala micro de abordagem.

Segundo Gordon (1991, p. 4), "Foucault introduziu seus cursos sobre governamentalidade como sendo, entre outras coisas, uma resposta" a essa objeção de que haveria uma "falha" da abordagem microfísica em "lançar luz sobre os assuntos globais da política, nomeadamente as relações entre sociedade e estado".

Comentadores mais recentes chamam atenção para o mesmo ponto. Para Bröckling, Krasmann e Lemke (2011, pp. 1-2), "em meados dos anos 1970, ficou claro", para Foucault, que a chamada "'microfísica do poder'... tinha dois sérios problemas": a) o foco no disciplinamento dos corpos individuais desconsiderava "processos mais compreensivos de subjetivação"; b) a ênfase em "instituições específicas como o hospital e a prisão", fundamentada numa "crítica das abordagens estado-centradas", mostrou-se "insuficiente", sendo incontornável a análise do "papel estratégico do estado na organização histórica das relações de poder e no estabelecimento de estruturas globais de dominação". Em suma, tornou-se evidente a necessidade de uma "dupla expansão do aparato analítico, a fim de considerar apropriadamente ambos os processos de subjetivação e formação do estado".

A leitura da governamentalidade como um alargamento do aparato – metodológico e conceitual – da genealogia para compreender, "simultaneamen-

te" (GORDON, 1991, p. 36), processos totalizantes de formação do Estado e processos individualizantes de subjetivação evidencia sua razoabilidade quando confrontada à letra do texto foucauldiano.

Retomando as etapas da reflexão de Foucault sobre a *emergência da população*, no curso de 1978, *biopolitique* e *bio-pouvoir* voltam a ser utilizados de forma intercambiável e a reflexão sobre esta tecnologia de poder é anunciada, na primeira aula, como o centro do curso (ver FOUCAULT, 2008a, p. 3). Ao longo das aulas, no entanto, a terminologia é abandonada e torna-se evidente que o curso realiza fundamentalmente uma "história da 'governamentalidade'" (FOUCAULT, 2008a, p. 143), título que o próprio Foucault julgava mais adequado do que *Segurança, Território, População*, história que é levada adiante no curso do ano posterior, *Nascimento da Biopolítica*, de 1979[2].

A história da governamentalidade continua necessariamente atrelada a uma genealogia da população, não a partir daqueles meios de regulamentação da biopolítica, mas de uma reflexão detida sobre as economias de poder, por um lado, e os regimes prático-discursivos veridicionais sobre a economia, por outro.

Em primeiro lugar, devemos definir, seguindo Foucault (2008a), a governamentalidade liberal em seu contraste com o par razão de Estado/mercantilismo. Enquanto esta, que tem como fim a preservação e ampliação do próprio Estado, define-se por uma *totalização a princípio ilimitável* do poder estatal a todos os âmbitos da vida de um determinado domínio territorial, legal e linguístico; a governamentalidade, que tem como fim governar a partir do conhecimento da dinâmica natural da população, define-se como um *princípio de autolimitação* da prática governamental[3].

Economia política e liberalismo são eletivamente afins por conceberem um domínio de realidade – população como mercado (Smith) ou sociedade civil (Ferguson) – com suas regularidades imanentes, tendentes, por meio

2 Se, de fato, a terminologia do governo e da governamentalidade continua a ser utilizada por Foucault em suas obras e cursos posteriores, avançado nos primeiros anos da década de 80, prescindiremos da análise desses por se desatrelarem de uma reflexão sobre processos de formação do estado ou de "estruturas globais de dominação", na expressão supracitada.

3 "A economia política, a meu ver, é fundamentalmente o que possibilitou assegurar a autolimitação da razão governamental" (FOUCAULT, 2008b, p. 19); "É isso, a emergência desse regime de verdade como princípio de autolimitação do governo, o objeto que eu gostaria de tratar este ano" (FOUCAULT, 2008b, p. 26); "o princípio da autolimitação da razão governamental" (FOUCAULT, 2008b, p. 28).

dos desejos egoístas dos seus átomos constituintes, à realização do interesse da população. A partir da descoberta dessa *verdade*, o problema fundamental, prático e teórico, do governo não será mais, como o era para uma *Polizeiwissenschaft*, o de expandir-se sem limites sobre o tecido social, mas o de continuamente decidir sobre a correta ação em prol da preservação – *segurança* – da dinâmica populacional, não para restringir a realidade da população, interpelando-a, como nas tecnologias disciplinares concebidas em 1978 como "totalmente arcaicas" (FOUCAULT, 2008a, p. 87), mas para

> deixar as pessoas fazerem, as coisas passarem, as coisas andarem, *laisser-faire, laisser-passer* e *laisser-aller*, quer dizer, essencial e fundamentalmente, fazer de maneira que a realidade se desenvolva e vá, siga seu trabalho, siga seu caminho, de acordo com as leis, os princípios e os mecanismos que são da realidade mesma (FOUCAULT, 2008a, pp. 62-3).

Dar segurança à liberdade de movimento da população como critério da "*agenda*/*non agenda*" (FOUCAULT, 2008, p. 184) das práticas de governo implica, também, em um estabelecimento dos limites entre os domínios da economia e da política. Por isso, a governamentalidade liberal é também definida como *razão de Estado mínimo*, em contraste com a inexistência daquela delimitação na totalização operada pelo *Estado policial*.

Três outros elementos básicos da governamentalidade se insinuam a partir dos parágrafos acima: a) as práticas de governo abrangem e condicionam as instituições e a formação do Estado; b) a governamentalidade define-se como um *regime veridicional* ou de verdade que orienta as práticas de governo e o Estado, e não como um *regime jurisdicional* ou de justiça intrínseco ao aparelho estatal; c) uma racionalidade de governo carrega consigo uma concepção do sujeito a partir do qual é modelada ao tempo que o governa – há uma relação de coconstituição entre processos globais de dominação e processos de subjetivação.

Os dois primeiros pontos apresentam-se de forma particularmente articulada. Já no predomínio da razão policialesca de Estado, desenvolve-se, no interior do próprio aparelho estatal, todo um aparato de saber voltado para o conhecimento dos súditos ou do povo de um determinado domínio soberano. Esse aparato representa os primórdios da moderna estatística, que apresenta inteiramente os seus contornos com o movimento simultâneo de

declínio da razão de Estado e "emergência não apenas da noção, mas da realidade da população" (FOUCAULT, 2008a, p. 15).

A economia política, mais uma vez, aparece como um ponto de inflexão fundamental: ela se afirma como enunciação de uma *verdade* sobre essa realidade emergente que é a população e suas leis naturais particulares. Não se trata mais, cf. Foucault (2008a), do Estado discernindo e praticando o que é bom ou ruim, justo ou injusto, para o próprio Estado, mas de um saber científico, que se pretende autônomo em relação ao Estado, discernindo e orientando praticamente o que é verdadeiro ou falso, correto ou incorreto – não num sentido ético, mas lógico-científico – na arte de governar a população.

A enunciação da verdade do objeto do governo – população – por uma instância externa e autônoma em relação ao Estado implica não só uma evidente mudança na conformação da relação saber/poder e uma nítida separação entre Estado e governo, mas também uma primazia do governo, da racionalidade de governo, sobre o Estado, que continuamente terá que dar respostas, seja qual for a sua forma e constituição, às questões postas por essa verdade enunciada sobre a população[4].

O terceiro ponto – a questão da subjetivação ou do jogo totalização-individualização – diz respeito ao *homo oeconomicus*. Na razão de Estado, podemos dizer que o sujeito do Estado é o próprio Estado, na medida em que a coleção de súditos, em sua completa sujeição, nada mais é do que parte do corpo soberano, como tão bem representado na imagem do Leviatã hobbesiano. O povo, por sua vez, quando emerge como realidade e figura do discurso, aparece – conforme a sofisticada análise que Foucault faz do *Essai sur les séditions et les troubles*, de Francis Bacon – sobretudo como uma ameaça latente e contínua de sublevação, causada pela indigência e pelo descontentamento ou por tudo que "lesando, une", causas que o soberano tem, para Bacon, o dever de suplantar.

O argumento de Bacon, assim, já tem em vista, em alguns aspectos, "elementos da economia" e da "opinião, quer dizer, não a aparência do príncipe, mas o que acontece na cabeça das pessoas que são governadas" (FOUCAULT, 2008a, p. 363), diferente de um Maquiavel, p.e., que identifica as ameaças ao príncipe basicamente na corte e em outros príncipes.

4 "The nature of the institution of the state is, Foucault thinks, a function of changes in practices of government, rather than the converse" (GORDON, 1991, p. 4).

Para o par economia política/liberalismo, por sua vez, a questão do sujeito/objeto do governo é descentrada do Estado. Trata-se agora da população como naturalidade, naturalidade esta dinamizada pelo jogo entre uma dimensão individualizante e uma dimensão totalizante: a rede que imbrica uma multidão de motivações egoístas converte-se em satisfação comum e o *homo oeconomicus* define o sujeito particular onde o compromisso entre a singularidade do desejo e a universalidade do interesse é possível.

A análise da governamentalidade por Foucault não se restringe a uma epistemofilia historiográfica ou exegética. É propriamente uma paixão genealógica, no sentido de perquirir, histórica e filosoficamente, os conjuntos de práticas e discursos contemporaneamente atuantes, relevantes para um diagnóstico do presente. "O que há de importante para a nossa modernidade", enfatiza Foucault (2008a, pp. 144-5), "para a nossa atualidade, não é portanto a estatização da sociedade", mas a "'governamentalização' do Estado".

> [É] possível que, se o Estado existe tal como ele existe agora, seja precisamente graças a essa governamentalidade que é ao mesmo tempo exterior e interior ao Estado, já que são as táticas de governo que, a cada instante, permitem definir o que deve ser do âmbito do Estado e o que não deve, o que é público e o que é privado, o que é estatal e o que não é estatal. Portanto, se quiserem, o Estado em sua sobrevivência e o Estado em seus limites só devem ser compreendidos a partir das táticas gerais de governamentalidade (FOUCAULT, 2008a, p. 145).

A atualidade da problemática posta pela governamentalidade liberal se revela nos esforços de renovação do liberalismo na Alemanha, na França e nos Estados Unidos. Esforços que modulam de maneira específica e original os pontos decisivos elencados acima.

Como o liberalismo, o neoliberalismo também se apresenta como um *regime de verdade* sobre a população. Esta verdade, no entanto, não afirma ser a população uma *natureza*, com sua legalidade própria (para usarmos a expressão de WEBER, 2016), a partir da qual o governo deve orientar-se, delimitando claramente os domínios do econômico e do político e a *agenda*/*non agenda* das práticas governamentais e estatais em termos de *segurança da liberdade* de movimento da população.

Para o neoliberalismo, em suas versões não-manchesterianas, sobretudo o ordoliberalismo, a economia de mercado é algo a ser constituído e to-

dos os meios – principalmente político-institucionais e jurídicos – devem orientar-se para essa constituição. A liberdade implicada no princípio da concorrência não é, assim, garantida por um mercado deixado a mercê de si mesmo, mas por um *ativismo* formal contínuo. Como no liberalismo clássico, o Estado continua sendo condicionado pela governamentalidade, mas num patamar radicalizado: o sentido do político e do jurídico é completamente arrastado pelo fim unívoco de constituição da economia de mercado. Trata-se aqui, escreve Foucault, "não de um governo econômico, como aquele com que sonhavam os fisiocratas", cujo dever governamental seria "apenas de reconhecer as leis econômicas", mas de um "governo da sociedade" (FOUCAULT, 2008b, p. 199), orientado para "o que os alemães chamam '*die soziale Umwelt*', o ambiente social" (FOUCAULT, 2008b, p. 200).

A orientação das mais diversas práticas sociais para esse fim tem tanto uma face, podemos dizer, sistêmica ou totalizante, descrita acima, como uma face subjetiva ou individualizante.

No ordoliberalismo de Eucken e Röpke, Foucault identifica um discurso que pretende "fazer do mercado, da concorrência e, por conseguinte, da empresa o que poderíamos chamar de poder enformador da sociedade" (FOUCAULT, 2008b, p. 203) ou "obter uma sociedade indexada, não na mercadoria e na uniformidade da mercadoria, mas na multiplicidade e na diferenciação das empresas" (FOUCAULT, 2008b, p. 204). Em Gary Becker (ver FOUCAULT, 2008b, pp. 302-368), no neoliberalismo estadunidense, essa indexação total do social à economia de mercado aprofunda-se ainda mais na conquista do coração e da alma, para parafrasear a dama de ferro. Em seu conceito de *capital humano*, Becker formula um modelo de sujeito que porta-se como empresário de si, orientado para a reprodução ampliada de si mesmo, não só nos limites de sua atuação econômica, mas em todas as dimensões da vida: do casamento e da procriação até o cálculo utilitário de um ato criminoso e suas consequências.

Não só, portanto, a orientação das ordens da vida em prol da constituição da economia de mercado, mas a consideração do sujeito como *empresa* na totalidade de sua existência (para um aprofundamento, ver SILVA, 2018; SILVA, 2019b e SILVA, 2020). Podemos dizer que no liberalismo clássico é constituída a figura delimitada do *homo oeconomicus* – o parceiro de troca orientado para obter satisfação/prazer e evitar penúria/desprazer – como forma de pensar-agir numa instância delimitada de atividade. No neolibe-

ralismo, por sua vez, o *homo* em geral é enquadrado como *oeconomicus*, num sentido não mais acoplado à gramática da satisfação, mas do consumo produtivo incessante de si mesmo.

Assim, ironicamente, a racionalidade de governo neoliberal aparentemente se aproxima mais da totalização policialesca da razão de Estado do que do princípio interno de autolimitação, ou razão de Estado mínimo, inaugurado pelo par liberalismo/economia política. Tal aparência causada pela imagem de um *poder enformador da sociedade*, objetiva e subjetivamente, não pode nos fazer esquecer que, para o neoliberalismo, assim como para o liberalismo clássico, o governo não tem como fim o Estado, mas a população, o que permite pensá-lo, portanto, como uma racionalidade de governo.

2. Governamentalidade autocrática: um diálogo com Florestan Fernandes

Embora Foucault (1999b, pp. 11-4) apresente enfaticamente o esforço genealógico como uma "insurreição dos 'saberes sujeitados'", "constituição do saber histórico das lutas", que toma para si a tarefa de "fazer que intervenham saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra a instância teórica unitária que pretende filtrá-los, hierarquizá-los, ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiro, em nome dos direitos de uma ciência que seria possuída por alguns", é particularmente difícil retirá-lo do espectro do que críticos pós e decoloniais chamam de pensamento eurocêntrico (ver HUGHET, 2012).

Não porque seus temas e objetos circunscrevam-se ao espaço europeu, mas porque nos temas que exigiriam uma apreciação mais ampla ou global, Foucault permanece restrito aos limites do velho continente. Um caso exemplar é a sua análise do racismo moderno em seu vínculo necessário com a emergência da biopolítica, que não leva em consideração a necessidade interna ao objeto de pensar a questão da raça e do racismo a partir da fratura colonial, como o faz, por exemplo, Quijano (1992) em seu conceito de colonialidade.

Um *bias* eurocêntrico também pode ser atribuído à sua análise das racionalidades modernas de governo. Nesta, que de fato vai além da Europa e chega nos Estados Unidos, está ausente uma reflexão sobre os problemas que emergiriam quando se pensa a racionalidade de governo liberal e neoli-

beral levando em conta formações sócio-nacionais pós-coloniais e pós-escravocratas, formações onde, durante a maior parte de sua história, as noções de soberania e razão de Estado, assim como de súditos e povo estiveram atreladas a um domínio territorial, político e linguístico estrangeiro. Ausenta-se também uma reflexão sobre as antinomias constitutivas do liberalismo como complexo prático-discursivo, a exemplo dos compromissos históricos e múltiplos entre *liberalismo* e *escravidão* (BOSI, 1988; LOSURDO, 2006), entre a liberdade de movimento de certos corpos e o disciplinamento sub-humanizante de outros, o que demandaria um retorno à reflexão sobre a latência racista do paradigma biopolítico e sobre o corte entre o que *deve viver* e o que *deve morrer*, movimento não realizado por Foucault[5].

Parece, no entanto, indubitável a relevância da mobilização do discurso da economia política e do liberalismo nos processos de emancipação nacional dessas formações. Indubitável também é, algumas décadas depois, a força do ideário neoliberal em nossas paragens, adiantando-se inclusive, se pensarmos no Chile, às experiências radicais de Reagan e Thatcher. Inquieta saber, porém, em que medida tais complexos prático-discursivos impõem-se, entre nós, nos termos gerais de uma racionalidade de governo, como pensada por Foucault, e, mais particularmente, *como* a racionalidade de governo é modulada em nossas paragens.

A partir dos resultados da seção anterior, vê-se que investigar a formação de uma racionalidade de governo implica em inquirir um conjunto de práticas e discursos sobre: a) a sua constituição como regime de verdade; b) o seu vínculo com o governo da população; c) o seu caráter condicionante, simultaneamente, de processos totalizantes e de subjetivação; d) a sua relação com o Estado e as outras esferas da vida social.

Minha hipótese é a de que a reflexão de Florestan Fernandes sobre as resistências à mudança social e sobre o conceito de dominação autocrática pode, e ganha maior relevo teórico ao fazê-lo, responder aquelas perguntas, permitindo a enunciação – e todo enunciado é intertextual – do conceito de *governamentalidade autocrática* para pensar o Brasil e, quiçá, processos globais.

5 No entanto, o amplo uso de conceitos foucauldianos na obra de um Achille Mbembe (2011, 2014) pode ser lido como sintoma da potencialidade antieurocêntrica presente no programa genealógico.

Vimos como, na letra de Foucault, a constituição do liberalismo como regime de verdade implica, de um lado, uma cisão com a polarização ética da prática de governo em termos de justiça e injustiça. Do outro lado, a descoberta da naturalidade específica da população, com seus dinamismos e regularidades imanentes, converte-se no eixo central da prática de governo, por isso o par economia/política liberalismo é definido como princípio interno de autolimitação do governo: a verdade dinâmica da população é o que deve orientar o quê, quando e como governar (ou não) em prol da *segurança* – no sentido da garantia do livre movimento e expansão intensiva e extensiva das conexões – da população.

Não parece particularmente problemático pensar, nesse sentido, o liberalismo no Brasil como regime veridicional, como aparato prático-discursivo que se instaura e reformula crescentemente, sobretudo no período que envolve a Independência, a Abolição e a República, a *agenda*/*non agenda* do governo.

Tal absorção do liberalismo como regime de verdade do que Fernandes chama ordem social competitiva (fundamentalmente aberta em seu modelo abstrato), em contraste com a ordem social estamental (fundamentalmente restritiva), é, como não poderia deixar de ser, eivado de ambivalências. Isto porque se desenvolve numa "sociedade na qual imperava a violência como técnica de controle do escravo" e num ambiente moral "em que se fundavam a escravidão, a dominação senhorial e o próprio regime patrimonialista", contexto que converte "o antiescravismo e o abolicionismo numa revolução social dos 'brancos' e para os 'brancos'", não contra "a escravidão em si mesma", mas contra "o que ela representava como anomalia" no "afã de expandir a ordem social competitiva" (FERNANDES, 2006, pp. 35-6).

Na Independência, um liberalismo mobilizado pelo topo e particularmente temeroso de grandes insurreições populares é fundamental para condenar e superar o "estatuto colonial... como estado jurídico-político", sem romper "com o seu substrato material, social e moral, que iria perpetuar-se e servir de suporte à construção de uma sociedade nacional" (FERNANDES, 2006, p. 51), associando o Brasil, de forma "livre mas heteronômica", "às nações que controlavam o mercado externo e as estruturas internacionais de poder" (FERNANDES, 2006, p. 54).

Na Abolição, o mesmo liberalismo é mobilizado, contra a escravidão, em favor da liberdade de mercado, sem integrar – seja através do oferecimento

das condições básicas de produção e da educação para o *desempenho*, seja através da valorização simbólica do trabalho manual[6] – a massa de ex-escravizados e ex-escravizadas[7].

A República altera, mas não em seus fundamentos, uma sociedade nacional arquitetada sistematicamente para obstruir a *emergência do Povo na história* (FERNANDES, 1978a) e para a reprodução da extrema "concentração de renda, do prestígio social e do poder" (FERNANDES, 2008, p. 114).

Assim, o liberalismo enquanto regime veridicional assume, aqui, um caráter bem peculiar na constituição do seu objeto: a população.

Por um lado, contra o estatuto colonial e a escravidão defende-se aquele "*laisser-faire, laisser-passer e laisser-aller*", "que a realidade se desenvolva e vá, siga seu trabalho, siga seu caminho, de acordo com as leis, os princípios e os mecanismos que são da realidade mesma" (FOUCAULT, 2008a, pp. 62-3). Nesse sentido, "teve um alcance criador, pois deixou o palco livre para um novo estilo de ação econômica: a partir daí, seria possível construir 'impérios econômicos' e abrir caminho para o 'grande homem de negócios' ou para o 'capitão da indústria, figuras inviáveis no passado recente (como o atesta o infortúnio de Mauá)" (FERNANDES, 2006, p. 36).

Esse liberalismo é tanto produto como produtor do seu *homo oeconomicus*, dos seus "agentes econômicos" (FERNANDES, 2006, p. 37), que aqui assumem os "dois tipos" clássicos: "o que combina poupança e avidez de lucro à propensão de converter a acumulação de riqueza em fonte de independência e de poder; o que encarna a 'capacidade de inovação', o 'gênio empresarial' e o 'talento organizador', requeridos pelos grandes empreendimentos econômicos modernos" (FERNANDES, 2006, p. 36).

Por outro lado, trata-se de uma defesa do *laissez faire* dos agentes econômicos articulada essencialmente às "adaptações políticas que cor-

6 Em 1962, escreve Fernandes em *Economia e Sociedade no Brasil...*: do "*trabalho escravo* ao *trabalho livre* realizamos todo o progresso aparente da civilização moderna, sem conseguirmos jamais conferir ao trabalho as funções dinamizadoras que ele deveria desempenhar como fator social construtivo" (FERNANDES, 1976a, p. 331).

7 Fernandes (1978a) escreve, em plenos anos 60, no segundo volume d'*A Integração do Negro na Sociedade de Classes*: "a sociedade de classes está se convertendo em um sistema social aberto, em termos da organização das relações raciais, mas sem modernizar, a curto prazo pelo menos, os padrões de dominação racial herdados do passado, os quais conferem o monopólio do poder aos círculos dirigentes da 'raça branca' e dão a esta a condição quase monolítica da 'raça dominante'" (FERNANDES, 1978, p. 333). "A 'cor' continua a operar como marca racial e como símbolo de posição social, indicando simultaneamente 'raça dependente' e 'condição social inferior'" (FERNANDES, 1978, p. 337).

respondiam, inextricavelmente, aos desígnios políticos" das "elites, empenhadas em privilegiar seu prestígio social, bem como em alcançar e em manter, assim, o monopólio social do poder" (FERNANDES, 2006, pp. 70-1).

A "duplicidade" do liberalismo – que Fernandes pensa, em relação ao processo da Independência, como "a força cultural viva da revolução nacional brasileira" (FERNANDES, 2006, p. 57) – está em ser, simultaneamente, centrífugo e expansionista, no sentido do *laissez faire*, e centrípeto e restritivo, pois se reduz aos segmentos privilegiados, material e simbolicamente, da população. Aqui, numa frase, a *segurança* do livre movimento da população, critério fundamental da governamentalidade, torna-se segurança da liberdade de movimento – econômica, política e cultural – das elites. Como consequência, o *interesse* da população, realizado por meio dos *desejos* dos seus agentes econômicos – desejos que são estruturalmente constrangidos pela situação heteronômica – também se restringe ao interesse dos segmentos localizados no tope da pirâmide social.

A restrição constituinte do que se concebe como população no Brasil, não se limita aos séculos anteriores ao XIX, quando "as elites no poder tendiam a localizar-se e a afirmar-se, historicamente, através e em nome da sociedade civil" (FERNANDES, 2006, pp. 62-3). Embora ampliada com o crescimento dos setores intermediários – mercantil, fazendeiro-burguês, imigrantes etc. – independentes da ou menos ligados à oligarquia, tal restrição manteve-se como atributo central: como já vimos, com o descaso pelo destino de negras (os) libertas (os), elemento básico para entender como, no Brasil, a "ordem social competitiva emergiu e expandiu-se, compactamente, como um autêntico e fechado *mundo dos brancos*" (FERNANDES, 1978a, p. 457); pelos atributos do próprio capitalismo dependente, onde "configurou-se, estrutural e funcionalmente, uma situação de mercado em que preponderavam as conexões econômicas com o exterior e em que as conexões econômicas com a vida econômica interna possuíam escassa importância estrutural e dinâmica" (FERNANDES, 2006, p. 110). Configuração geral que, para Fernandes (2006, 2008) mantém-se na passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista.

Em *Crescimento Econômico e Instabilidade Política no Brasil*, texto de 1966, esse caráter fundamentalmente restritivo é representado como "um ciclo vicioso perfeito":

> As condições extraeconômicas constrangem, debilitam ou deformam de várias maneiras os fluxos especificamente econômicos da produção e da circulação da riqueza. Por sua vez, o padrão de crescimento econômico, resultante dessa interação entre a economia, a sociedade e a cultura, não fornece à ordem social o substrato e os dinamismos econômicos necessários à absorção, à eliminação ou à superação de suas inconsistências e desequilíbrios puramente socioculturais. A economia cresce e se expande, sem contudo romper o ponto morto que a submerge dentro de uma cadeia de ferro, expressa em formas sociais obsoletas ou apenas parcialmente modernizadas, das quais provêm a neutralização ou a inibição dos efeitos construtivos do próprio crescimento econômico (FERNANDES, 2008, p. 129).

Como se sabe, em *A Revolução Burguesa no Brasil*, o golpe empresarial-militar de 1964 e os seus desdobramentos são lidos como "uma contrarrevolução autodefensiva" do poder burguês em crise para, trazendo plenamente à tona o seu caráter autocrático (de classe): criar laços renovados "com o capitalismo financeiro internacional"; "reprimir, pela violência ou pela intimidação, qualquer ameaça operária ou popular de subversão da ordem (mesmo como uma 'revolução democrática-burguesa')"; "transformar o Estado em instrumento exclusivo do poder burguês, tanto no plano econômico quanto nos planos social e político" (FERNANDES, 2006, p. 255).

Temos então que, passados os eventos históricos fundamentais na conformação do Brasil moderno, esta formação sócio-nacional manteve, a despeito e em razão do seu liberalismo peculiar, amplas parcelas da sua população à margem ou precariamente inseridas na economia de mercado ou no que, de uma perspectiva mais abrangente, Fernandes chama de ordem social competitiva.

Entender as razões desse dilema brasileiro – as chances perdidas ou o não aproveitamento das possibilidades históricas de consolidação de uma ordem social competitiva abrangente, de conformação de um capitalismo autônomo, de democratização da renda, do prestígio e do poder – ocupou Fernandes durante a maior parte de sua trajetória, acadêmica e política.

Numa primeira fase de suas intervenções como intelectual público, o dilema é articulado sob a forma da noção de *cultural lag* (ver FERNANDES, 2013, *Existe uma crise da democracia no Brasil?*): o Brasil é enquadrado na imagem de uma jovem nação, cujos princípios estruturais e organizativos estão no encalço do padrão da moderna civilização industrial. Essa trajetória

de integração é, no entanto, descontínua, não obedece a um ritmo homogêneo em todos os âmbitos da vida social nacional. Atributos econômicos e político-formais mais avançados, por exemplo, entrariam em tensão com atributos socioculturais regressivos, arcaicos, ainda fortemente vinculados aos *mores* da sociedade escravocrata-estamental. Não haveria crise, portanto, da democracia no Brasil, mas uma democracia em formação, uma sincronização paulatina, mas inegável, das esferas da vida aos requisitos sistêmicos de uma sociedade moderna.

As reações das classes privilegiadas à Campanha em Defesa da Escola Pública levaram Fernandes, no entanto, a uma reformulação do dilema brasileiro não mais em termos de uma disritmia entre os níveis econômico, político e sociocultural. É através dos "resultados da observação endopática" realizados na Campanha que Fernandes afirma ter descoberto a "resistência residual à mudança como traço sociopático" (FERNANDES, 1976a, p. 134) das elites brasileiras; "a natureza imobilista, obscurantista e reacionária das pressões conservadoras" (FERNANDES, 1975, p. 35).

Participar na Campanha e sentir na pele a reação intransigente contra qualquer movimento de reforma e democratização exigiu "pela primeira vez em minha vida", escreve Fernandes (1980, p. 200) em seu esboço autobiográfico, "definir a *consciência burguesa* em termos de uma equação concreta, que me ensinava que o controle burguês da sociedade civil estava bloqueando e continuaria a bloquear de modo crescente, no Brasil, a *revolução nacional* e a *revolução democrática* de recorte especificamente capitalista".

Abandona-se a articulação do dilema brasileiro, feita em 1954, em termos de uma "teoria da demora cultural" e a sua superação por meio de um ajuste das "esferas da sociedade brasileira, que não se transformaram ou que se transformaram com menor intensidade, às esferas que se alteraram com maior rapidez e profundidade" (FERNANDES, 1976a, p. 210). O "nosso dilema,", agora em 1962, "consiste na contradição entre os 'propósitos exteriores de progresso econômico e social' e as 'disposições ultraconservantistas disfarçadas', que animam o comportamento político (no sentido mais amplo possível) dos detentores das posições de mando e liderança na estrutura do poder" (FERNANDES, 1976a, p. 231). Consiste, mais uma vez, "*numa resistência residual ultraintensa à mudança social, que assume proporções sociopáticas*" (FERNANDES, 1976a, p. 211).

O artigo *Reflexões sobre a Mudança Social no Brasil* é repleto de atribuições que podem ser lidas, segundo o nosso problema, como constituintes de um padrão de governamentalidade dominante, específico e persistente em nossas paragens.

Além do imobilismo, do obscurantismo reacionário, do bloqueio da revolução nacional e democrática pelo controle burguês, do ultraconservantismo e da resistência sociopática, fala-se de uma "oposição ao progresso" que "nasce de uma desconfiança por assim dizer tribal diante da inovação" (FERNANDES, 1976a, p. 206), cujo produto é "a estagnação ou a inovação pervertida, conquistada a duras penas a custo de um preço tal que arruína pela base a ordem financeira e a ordem moral do regime estabelecido" (FERNANDES, 1976a, p. 207); de "grupos humanos" que colocam "acima de tudo as posições alcançadas na estrutura de poder da sociedade" e que, em nome dessa prioridade, projetam "os influxos inovadores e seus efeitos previsíveis... na área das 'forças do mal' – sendo repelidos num contexto de atuação irracional" (FERNANDES, 1976a, p. 211); de "um apego sociopático ao passado", de um "conservantismo cultural sistemático", onde "assuntos de importância vital para a coletividade" são "encarados e resolvidos à luz de critérios que possuíam eficácia no *antigo regime*" (FERNANDES, 1976a, p. 212).

Perfaz-se, em suma,

> uma opção pela mudança social que pretende submeter as forças que alteram a estrutura e a organização da sociedade brasileira aos interesses e aos valores sociais de camadas tradicionalmente acostumadas à estabilidade social e ao que ela sempre ocultou no Brasil: extrema iniquidade na distribuição da terra, da renda e das garantias sociais; operação automática de controles sociais que regulavam ou dissimulavam as tensões sociais, por meio da dominação autocrática dos poderosos e da acomodação passiva dos subordinados [...] Em outras palavras, surgiu um novo estilo de opção, no qual a mudança social passou a ser pretendida com ansiedade. Mas, segundo a conduta da ave de rapina – a inovação e o progresso considerados em termos dos interesses imediatos de certos círculos, não importando os seus defeitos, o seu custo e a sua significação para a coletividade como um tudo (FERNANDES, 1976, p. 215).

A maior parte desses atributos continua, na obra de Fernandes, a constituir o que aqui lemos como a definição de um padrão de *racionalidade de governo autocrático*. O que se enriquece de nuances, no desenrolar de

sua trajetória intelectual, é o estatuto, para além do olhar clínico, dessa mentalidade.

No ensaio já clássico de 1967, *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*, não são róseas, para parafrasear o velho Marx (2008), as cores usadas para pintar a agência econômica na situação de dependência, onde "o que prevalece não é o 'interesse lucrativo' puro e simples", mas "conforme a fase localizada, o que Sombart chamou, com referência ao passado, de pirataria econômica; e o que poderíamos designar, com relação ao presente, como 'mentalidade espoliativa' e 'espírito especulativo" (FERNANDES, 2008, p. 74). Aqui, as "classes altas passam a resguardar o privilegiamento de sua posição como se ele devesse ser natural, eterno e sagrado", opondo-se "sistematicamente, pela violência onde tornar conveniente, à institucionalização e à fruição das formas de equidade, que garantem à ordem social competitiva um padrão de equilíbrio dinâmico capaz de assegurar a classes sociais com interesses econômicos divergentes ajustamentos normais através da acomodação ou de conflito" (FERNANDES, 2008, p. 75). Cria-se um "regime de classes" adaptado "a iniquidades econômicas insanáveis, a tensões políticas crônicas e a conflitos sociais insolúveis, elevando a opressão sistemática, reconhecida ou disfarçada, à categoria de estilo de vida" (FERNANDES, 2008, p. 75).

O que começa a se alterar nesse ensaio de 1967 é que, diferente de apontar reiteradamente para um padrão irracional e sociopático de comportamento[8], Fernandes (2008, p. 78) explicitamente questiona: no capitalismo dependente brasileiro são, afinal, preenchidos os "requisitos de racionalidade de uma ordem econômica capitalista?". Enuncia-se então como resposta – citando, em nota, *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil* (obra de Cardoso publicada em 1964) –, a noção de "racionalidade possível" da ação empresarial no capitalismo dependente, onde a dificuldade de "qualquer espécie de previsão e de controle racional é tão grande que 'negócio' e 'aventura espoliativa' andam sempre mais ou menos juntos, mesmo quando e onde existam uma contabilização e alguma previsão das relações com o mercado ou da evolução do empreendimento" (FERNANDES, 2008, pp. 78-9).

8 Deixando claro que a terminologia não deixa de ser utilizada nesses anos: em texto de 1965/1966, *A Dinâmica da Mudança Sociocultural no Brasil*, Fernandes (2008, p. 111) escreve sobre o "solapamento sistemático de empreendimentos de significação nacional e a resistência sociopática à mudança". No próprio ensaio de 1967, Fernandes (2008, p. 53) continua a indicar a "intensidade sociopática da resistência à mudança" no capitalismo dependente.

Dado o "*circuito de indeterminação*, inerente ao capitalismo dependente" (FERNANDES, 2008, p. 80), o *homo oeconomicus* que aqui atua "projeta as consequências puramente econômicas de sua ação em um raio tão curto e fechado quanto for possível", assim como opera uma "transferência sistemática dos 'riscos do negócio' para outros fatores (de preferência: o agente de trabalho e o consumidor; adicionalmente, o fornecedor ou os mecanismos de crédito; num sentido mais amplo e complexo, para a coletividade)", fatores que convertem "o imediatismo e a especulação imoderada em componentes essenciais do êxito econômico" (FERNANDES, 2008, pp. 81-2).

O "verdadeiro 'espírito extorsivo'" do comportamento empresarial é pensado, assim, menos como uma sociopatia do que como fortemente condicionado pelas características estruturais postas pelo capitalismo dependente, divorciando "o fluxo normal das atividades econômicas da filosofia da livre empresa, especialmente quanto às tendências à depreciação do trabalho, à superestimação das mercadorias e ao recurso à proteção governamental ou ao crédito como fatores compensatórios" (FERNANDES, 2008, p. 82).

Em *A Revolução Burguesa no Brasil* a questão é novamente enfrentada, a saber, "se a debilidade congênita de uma burguesia que se vê compelida, historicamente, a congelar a expansão da ordem social competitiva, reduzindo ao mínimo o seu próprio impulso para manobras e barganhas estratégicas (nas relações internas e externas, de acomodação ou de conflito), não seria um fator específico de sua própria orientação ultraconservadora e reacionária" (FERNANDES, 2006, pp. 249-50). Questão, no fundo, sem "importância analítica fundamental", pois, escreve Fernandes (2006, p. 250), "não existe uma 'burguesia débil': mas outras classes (ou setores de classes) que tornam (ou podem tornar) a dominação burguesa mais ou menos vulnerável". Há sim um "fator de reforço" no conservadorismo de uma burguesia que tem origem na oligarquia, mas o fundamental repousa no fato de que o "capitalismo dependente é, por sua natureza e em geral, um *capitalismo difícil*, o qual deixa apenas poucas alternativas efetivas às burguesias que lhe servem, a um tempo, de parteiras e amas-secas" (FERNANDES, 2006, p. 251). "Ao fechar o espaço político aberto à mudança social construtiva", continua Fernandes (2006, p. 251), "a burguesia garante-se o único caminho que permite conciliar sua existência e florescimento com a unidade e expansão do capitalismo dependente".

As condições, portanto, que permitiram a aliança entre dominação burguesa, revolução democrática e nacional em selecionados países europeus, aquilo que Fernandes (2006, p. 340) nomeia "modelo democrático-burguês", não se apresentam no processo de consolidação da dominação burguesa periférica, onde há "uma forte dissociação *pragmática* entre desenvolvimento capitalista e democracia; ou, usando-se uma notação sociológica positiva: uma forte associação *racional* entre desenvolvimento capitalista e autocracia" (FERNANDES, 2006, p. 340).

> Assim, o que 'é bom' para intensificar ou acelerar o desenvolvimento capitalista entra em conflito, nas orientações de valor menos que nos comportamentos concretos das classes possuidoras e burguesas, com qualquer evolução democrática da ordem social. A noção de 'democracia burguesa' sofre uma redefinição, que é dissimulada no plano dos *mores*, mas se impõe como uma realidade prática inexorável, pela qual ela se restringe aos membros das classes possuidoras que se qualifiquem, econômica, social e politicamente, para o exercício da dominação burguesa (FERNANDES, 2006, p. 340).

Mais a frente, Fernandes escreve que, no Brasil, "as classes burguesas procuraram compatibilizar revolução nacional com capitalismo dependente e subdesenvolvimento relativo, tomando diante da dupla articulação uma atitude política 'realista' e 'pragmática', o que é, em suma, uma demonstração da sua *racionalidade burguesa*" (FERNANDES, 2006, p. 350): que identifica "a revolução nacional com seus alvos particularistas" (FERNANDES, 2006, p. 351); que "resiste organizada e institucionalmente às pressões igualitárias das estruturas nacionais da ordem estabelecida, sobrepondo-se e mesmo negando as impulsões integrativas delas decorrentes" (FERNANDES, 2006, p. 352); que contém ou sufoca "as impulsões societárias tão conhecidas ao igualitarismo, ao reformismo e ao nacionalismo exaltado de tipo burguês, expurgando-as, por meios pacíficos e violentos, da ordem social competitiva" (FERNANDES, 2006, p. 360).

Tal compreensão da governamentalidade autocrática não como uma sociopatia ou irracionalidade, mas como um tipo de *racionalidade possível*, é novamente reiterada na descrição que Fernandes (2006, p. 383) faz do modelo autocrático-burguês, caracterizado por uma muito pequena "massa dos que se classificam dentro da ordem", de um lado, e um "muito grande" "vo-

lume dos que não se classificam ou só se classificam marginal e parcialmente", o que "acirra o temor de classe e torna a inquietação social algo temível", delineando "uma mentalidade política burguesa" como "reação societária", fundada "em uma forma ultravulnerável de temor de classe" e não como "produto de um obscurantismo intelectual ou político".

Para concluirmos essa incursão sobre a superação, ou ao menos relativização, da abordagem clínica do problema da dominação burguesa em situação de heteronomia, caracterizada pelo "individualismo egoístico", pelo "particularismo agressivo", pela "violência 'racional'" (FERNANDES, 2006, p. 417), importa contemplar outro momento particularmente revelador, presente em *As Mudanças Sociais no Brasil*, texto de 1974, para pensar nossa "burguesia autocrática e ultraconservadora" (FERNANDES, 2013, p. 34).

Aqui Fernandes, novamente, converte em interrogação o que em 1962 era uma exclamação. Escreve que, embora a caracterização da "resistência sociopática à mudança" esteja "correta" em sua força interpretativa, ela "ignora que, na raiz do comportamento das classes dominantes e de suas elites", no Brasil, "se acha outro componente de maior influência condicionante e determinante. Não é só a *cegueira,* que conta, mas também a *certeza* (ou quase certeza) de que se pode *manipular* uma ordem social como a competitiva de modo relativamente fácil e impune" (FERNANDES, 2013, pp. 51-2). Antes de uma sociopatia, trata-se de "vantagem estratégica", por meio da qual "as classes privilegiadas e suas elites agravam, por *medo histórico*, as propensões porventura atuantes de resistência sociopática à mudança, enxergando em qualquer 'abertura da ordem' o início de um cataclismo social", pânico frequentemente "manipulado e exagerado" para deslocar "os conservadores e os liberais de suas posições, politizando-os no centro ou na direita da reação" (FERNANDES, 2013, pp. 52-3).

Diferente de uma burguesia frustrada, "impotente", de "segunda ordem" ou de uma "lumpen-burguesia", embora decisivamente não possua uma "estatura heroica", trata-se, para Fernandes (2013, p. 62), de uma burguesia que em grande medida cumpriu e cumpre sua tarefa: "compatibilizar desenvolvimento capitalista, dependência e subdesenvolvimento de tal modo que mesmo o proletariado mais explorado e as classes destituídas mais excluídas ou marginalizadas se identifiquem, de alguma maneira, com a *condição burguesa*".

"O poder concentrado no topo só se reproduz sob a condição de um controle ativo, vigilante e persistente que impeça qualquer abalo da 'tradição'

de concentração do poder", "fim perverso" que absorve "o melhor da capacidade política inventiva" dos "de cima", escreve Fernandes (1986, p. 68) em artigo publicado na *Folha de São Paulo* em agosto de 1985. E continua

> A ausência de uma cultura *cívica* se mede pela bitola dessa perversidade das ações políticas institucionalizadas, conscientes e 'nacionais'. Elas são *racionais* (e, portanto, *funcionais*) com vistas ao rendimento e à autorreprodução de semelhante sistema de poder ultraconcentrado, que alguns chamam de elitista, particularista e oligárquico ou autocrático. São parte dos 'costumes políticos' e viciam as instituições ditas 'modernas', pois lhes infiltram todos os tipos de distorções imagináveis. Sua lógica política é simples: o que é bom para os donos do poder é bom para a coletividade como um todo. E se o referido sistema de poder se mescla às liberdades civis e políticas, o faz de modo a ajustá-las aos mecanismos centrais perversos da engrenagem descrita. Na verdade, os fins justificam os meios. Os que 'entendem das coisas' determinam os fins e escolhem os meios – é a sua *responsabilidade democrática perante a Nação*, que eles devem conduzir ou gerir como a *coisa nossa*. (Não se leve a mal esta expressão. Ela não força a realidade. As elites dirigentes aparecem, à luz de seus procedimentos, como um bando de mafiosos. Existem várias pequenas, médias e grandes Sicílias por este vasto mundo...) (FERNANDES, 1986, pp. 68-9).

Temos agora elementos suficientes para pensar de maneira mais precisa a "mentalidade retrógrada ultrapredatória" (FERNANDES, 1986, p. 75) das nossas elites como um *padrão autocrático de racionalidade de governo* na obra de Florestan Fernandes.

De maneira geral, seja como *sociopatia irracional*, como *racionalidade possível* ou como *racionalidade estratégica*, a governamentalidade autocrática é caracterizada: a) em termos específicos de agência econômica, como predatória, imediatista, ultraegoísta, extorsiva, especulativa, violenta, tendente a continuamente socializar (para trabalhadores e para as classes subalternas em geral) os riscos de sua ação; b) em termos mais abrangentes – econômicos, políticos e socioculturais – trata-se de uma mentalidade de governo interessada em – patológica, fatal ou estrategicamente – reproduzir condições de ultraconcentração da riqueza, do poder e do prestígio, reagindo violentamente a todo tipo de pressão por ampliação do acesso a esses recursos.

Outra característica fundamental que perpassa todos os textos é que tal padrão de governamentalidade necessita de algum modo generalizar-se, ou

melhor, criar algum tipo de unidade para além dos próprios ínfimos setores diretamente envolvidos nesse e privilegiados por esse padrão de governo ultraconcentracionista e monopólico. Recapitulemos: em *Reflexões...*, é apontada a interdependência entre a "dominação autocrática dos poderosos e a acomodação passiva dos subordinados" (FERNANDES, 1976a, p. 215); em *A Revolução Burguesa no Brasil*, diz-se que não existe burguesia débil, "mas outras classes (ou setores de classes) que tornam (ou podem tornar) a dominação burguesa mais ou menos vulnerável" (FERNANDES, 2006, p. 250); em *As Mudanças Sociais no Brasil*, fala-se da tarefa da burguesia dependente de compatibilizar desenvolvimento capitalista, dependência e subdesenvolvimento de um modo que "mesmo o proletariado mais explorado e as classes destituídas mais excluídas ou marginalizadas se identifiquem, de alguma maneira, com a condição burguesa" (FERNANDES, 2013, p. 62); em *Que tipo de República?*, indica-se uma racionalidade perversa que cimenta a nação de um modo que prevaleça a máxima "o que é bom para os donos do poder é bom para a coletividade como um todo" (FERNANDES, 1986, p. 68).

O que estou tentando apontar é que a *governamentalidade autocrática*, tal qual a governamentalidade liberal e neoliberal, também se articula através da ponte entre uma dimensão totalizante e uma dimensão individualizante, atingindo tanto processos de institucionalização e formação do estado como processos de individualização e formação de sujeitos. As *táticas gerais* da governamentalidade autocrática, para falar com Foucault, são internamente dependentes da contínua produção de submissão, que atinge os mais diversos níveis: desmantelamento contínuo dos mecanismos institucionalizados de pressão das massas; concentração dos instrumentos simbólicos de articulação do discurso insurgente ou mesmo reformista; expropriação permanente das condições e disposições para o alargamento da ordem social competitiva.

> Pensar que o Povo 'não tem consciência política' é uma verdadeira *tradição das elites culturais*. 'Pobre é ignorante e não tem opinião'. Pensa com os de cima (ou deixa-se conduzir por eles). Esse vem a ser o primeiro mandamento de uma concepção senhorial do mundo, que não se acabou com a escravidão (FERNANDES, 1986, p. 107).

Acrescentaria que não só pensar como produzir continuamente, discursiva e praticamente, essa população desamparada (política, cultural e eco-

nomicamente) é o primeiro mandamento dessa racionalidade de governo autocrática. É a partir dessa produção prático-discursiva que se constitui e se justifica, também, a nossa tradição secular e atual de "idealismo orgânico" (BRANDÃO, 2007), que defende um poder superior – estatal ou não – capaz de formar, liderar e conduzir tal povo, num sentido que leva ao extremo (em seu sentido sombrio) a imagem foucauldiana do poder pastoral.

É possível indicar algumas semelhanças entre essa forma autocrática de laço entre as dimensões totalizante e individualizante, percebida em Fernandes, e a reflexão sobre a formação do sujeito neoliberal. Ao analisar textos basilares do neoliberalismo, como *Human Action*, de Von Mises, assim como as obras de Gary Becker, Foucault (2008b, pp. 368-9) chama atenção para a elaboração de um *homo oeconomicus* caracterizado por ser um sujeito que "aceita a realidade" e é, "do ponto de vista de uma teoria do governo", "eminentemente governável", pois apto a responder "sistematicamente às modificações nas variáveis do meio". O *interesse* do sujeito de valorização de si mesmo como capital humano revela, sobretudo, sujeição às dinâmicas não totalizáveis, opacas a um olhar soberano (político ou jurídico), da economia de mercado.

Wendy Brown (2015) pretende ir além de Foucault, embora profundamente influenciada pelo mesmo, ao apontar a impossibilidade de conceber aquele sujeito *eminentemente governável* como sujeito de interesse, categoria que continua a permear a compreensão foucauldiana do *homo oeconomicus*. Para ela, a noção de "interesse" não "captura adequadamente o ethos ou subjetividade do sujeito neoliberal contemporâneo", sujeito que "é tão profundamente integrado e, portanto, subordinado ao objetivo superveniente do crescimento macroeconômico que o seu bem-estar é facilmente sacrificado em nome desses propósitos maiores" (BROWN, 2015, p. 83). A vitória, nunca absoluta, do *homo oeconomicus* sobre o *homo politicus* (entendido como o exercício individual e/ou coletivo da soberania política para além do Estado) no neoliberalismo contemporâneo, estabelece a transição de um sujeito econômico orientado por "interesses de satisfação" para um sujeito forçado "a engajar-se em uma forma particular de autossustento que se mistura à moralidade do Estado e à saúde da economia" (BROWN, 2015, p. 84).

A "economização normativa da vida política" assim como "a usurpação do *homo politicus* pelo *homo oeconomicus*" que caracteriza, para Brown (2015, p. 201), a nossa época, constitui assim menos um sujeito do interesse

do que um sujeito do sacrifício: "Em vez de ser segurado ou protegido, o cidadão responsabilizado tolera insegurança, privação e extrema exposição para manter a posição competitiva, o crescimento ou a classificação de crédito da nação como empresa" (BROWN, 2015, p. 213).

Por fim – no que se refere à relação entre autocracia, Estado e as outras esferas da vida social –, temos, como na governamentalidade liberal, uma racionalidade que transcende e condiciona as práticas estatais, de fato estabelecendo, como na enunciação foucauldiana, a *agenda*/*non agenda* do Estado (seu o quê, como e quando intervir ou não intervir). Esse caráter abrangente e condicionante, no entanto, é também modulado pela particularidade da mentalidade de governo autocrática.

A restrição estrutural do que se define como população, reduzida aos limites daqueles que monopolizam os atributos necessários para a atuação competente nas esferas econômica, política e sociocultural, faz com que o Estado seja capturado por essa metonímia perversa: os interesses de uma reduzida elite são representados e efetivados como interesse da população e o Estado é direcionado para reproduzir e manter essas condições de extrema concentração da renda, do prestígio e do poder.

Em *As Mudanças Sociais no Brasil*, de 1974, Fernandes (2013: 31) sintetiza: "As classes dominantes internas usam o Estado como um bastião de autodefesa e de ataque, impondo assim seus privilégios de classe como '*interesses da nação como um todo*', e isso tanto de cima para baixo", na relação interna entre as classes sociais, "como de dentro para fora", nas relações internacionais[9].

Logo, diferente da imagem pintada por Foucault ao pensar a governamentalidade liberal, onde economia e política, população e Estado, são claramente delimitados e relacionam-se a partir de suas respectivas autonomias,

9 "Elas", aquelas classes dominantes, continua Fernandes (2013, p. 31), "precisam de um 'excedente de poder' (não só econômico, mas especificamente político) para fazer face e, se possível, neutralizar: 1º) as pressões internas dos setores marginalizados e das classes assalariadas; 2º) as pressões externas vinculadas aos interesses das nações capitalistas hegemônicas e à atuação da 'comunidade internacional de negócios'; 3º) as pressões de um Estado intervencionista, fortemente burocratizado e tecnocratizado, por isso potencialmente perigoso, especialmente se as relações de classes fomentarem deslocamentos políticos no controle societário da maquinaria estatal, transformações nacional-populistas ou revoluções socialistas". Não é "um mero comitê dos interesses privados da burguesia. Ele se torna uma terrível arma de opressão e de repressão, que deve servir a interesses particularistas (internos e externos, simultaneamente), segundo uma complexa estratégia de preservação e ampliação de privilégios econômicos, socioculturais e políticos de origem remota (colonial ou neocolonial) ou recente" (FERNANDES, 2013, p. 31).

teríamos aqui uma indexação radical ou um tipo de amálgama essencial não só entre o político-estatal e o econômico, mas também da dimensão sociocultural. Nesse sentido, a governamentalidade autocrática se aproxima muito mais da imagem da governamentalidade neoliberal, de um poder *en-formador da sociedade*, de uma orientação radical de todas as dimensões da vida para a constituição da economia de mercado.

Como um neoliberalismo *avant la lettre*, o Estado aqui, de algum modo, sempre esteve indexado ao fim da economia (dependente e duplamente articulada), mas não em termos de mecanismo de concorrência, mas como manutenção de privilégios. Trata-se de intervir ou não intervir em nome da *segurança* de classes definidas pela monopolização permanentes de recursos (objetivos) e condições habilitadoras (subjetivas).

3. Considerações finais

Em síntese, a governamentalidade autocrática define-se como regime de verdade sobre e em defesa da liberdade de movimento de uma população estruturalmente restrita, cuja racionalidade (patológica, possível ou estratégica) está permanentemente voltada para a reprodução das condições de concentração da renda, do poder e do prestígio, e, simultaneamente, para o bloqueio, por meio de reações violentas e desproporcionais, a todo esboço de movimento dos amplos segmentos subalternos – para os quais o *laisser-faire, laisser-passer e laisser-aller* são tão abstratos quanto conhecer a França – que tenha em vista um mínimo desbloqueio, descongelamento ou abertura desse circuito (FERNANDES, 2010). A reprodução dessas condições de ultraconcentração, de um lado, e desamparado radical, de outro, dos mais diversos atributos, tem como suporte fundamental o aparelho estatal, praticamente orientado para esse fim.

Quais são, afinal, as vantagens de ler os conceitos de Fernandes nos termos da analítica da governamentalidade foucauldiana?

Antes de qualquer coisa, não se trata de prescindir das significativas diferenças entre a proposta genealógica foucauldiana e o ecletismo metodológico criticamente orientado do sociólogo paulista que, em sua trajetória, passou de uma busca de síntese das contribuições dos clássicos da sociologia, como se pode ver em textos como *Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica* (FERNANDES, 1978b) ou os *Ensaios de Sociologia Geral e*

Aplicada (FERNANDES, 1976b), para uma orientação mais decididamente marxista de abordagem.

Obviamente, não podem ser negligenciadas as diferenças entre, por um lado, uma abordagem nominalista centrada na investigação de práticas discursivas (saberes) diversas, da escala micro à macro, em seus vínculos recíprocos com as relações de poder, e, por outro lado, caso tomemos a última fase de Fernandes (sobre a qual nos debruçamos mais detidamente), uma investigação global, para não dizer da perspectiva da totalidade, de padrões específicos de desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo (desenvolvido/subdesenvolvido, autônomo/heterônomo ou dependente, semicolonial, etc.), a singularidade dos princípios estruturais e organizativos que emergem a partir dessa base (modelo democrático-burguês/modelo autocrático-burguês, etc.), assim como das tendências heterogêneas de conduta (do irracionalismo patológico ao racionalismo de tipo weberiano). Acredito, entretanto, que a genealogia foucauldiana e a abordagem de Fernandes podem entrar em diálogo na medida em que ambas se inserem dentro de uma teoria crítica concebida de forma a mais ampla possível.

Ora, a genealogia tem como fim não somente abordar de outra maneira os saberes institucionalizados, mas inquiri-los decisivamente a partir daquilo que foi esquecido, inferiorizado ou tido como superado no processo de institucionalização dos saberes. O *cânon* funciona apenas como um ponto de partida para a classificação daquilo que é central e daquilo que é considerado marginal ou estranho à história dos saberes, sendo os saberes desqualificados a perspectiva fundamental através da qual os cânones serão questionados e criticados. Nas palavras de Foucault (1999, p. 16), "a arqueologia" define "o método próprio da análise das discursividades locais, e a genealogia, a tática que faz intervir, a partir dessas discursividades locais assim descritas, os saberes dessujeitados que daí se desprendem", por isso uma *insurreição dos saberes*. Se a margem ou o interdito, do discurso e do poder, aparecem como fundamento de orientação do programa genealógico, também Fernandes calcou o seu projeto intelectual num tipo de periferia ou interdito de natureza sociológica, "no drama e na tragédia cotidianos vividos pelas camadas populares marginalizadas da participação nos rumos do país e excluídas das conquistas civilizadas e que explicam os dilemas do Brasil no trânsito do moderno" (ARRUDA, 2010, p. 13).

Assim, é tomando-os como esforços heterogêneos, mas unidos na crítica às formas hegemônicas de vida de sua época e do presente, que o cotejamento e o enriquecimento recíproco dos dois aportes pode ter resultados frutíferos.

Ler de modo articulado as reflexões de Fernandes que vão das resistências à mudança social ao modelo autocrático de dominação permite, primeiramente, conjugar elementos de um padrão de racionalidade – discursos, táticas, práticas, disposições comportamentais, etc. – que não se restringem a uma abordagem clínica (resistência sociopática à mudança, debilidade congênita, irracionalidade), determinista/economicista (racionalidade possível nas condições do capitalismo dependente), ou estratégica (manipulação em prol da unidade de setores dominantes contra a ampliação da ordem social competitiva). Se todas as abordagens captam momentos de verdade variados, a enunciação dos seus atributos comuns em termos de uma governamentalidade autocrática permite considera-los como significativamente autônomos em relação a condicionamentos psíquicos, econômicos e deliberativos, podendo ser acionados nas mais diversas circunstâncias históricas e conjunturais.

Chama a atenção, em segundo lugar, para a *longue durée* desse padrão de racionalidade de governo no curso dos acontecimentos históricos e a sua atuação em situações variáveis no pêndulo (a favor ou contra) dos processos de mudança social, no sentido de forças politicamente organizadas contra o fechamento (nunca completo) do circuito. Possibilita, por fim, refletir sobre um padrão autocrático de atuação do Estado, a despeito dos governos (no sentido do senso comum) do momento, assim como destaca processos de subjetivação também de longa duração, marcados pela relação necessária entre autoritarismo e acomodação passiva, autocracia e submissão, englobando, a um só tempo, questões de totalização e de individuação.

Não se trata, porém, de apenas enquadrar o esforço intelectual de Fernandes sob o aparato analítico proposto por Foucault. Na medida em que vai muito além de uma análise genealógica de formações discursivas, objeto prioritário de Foucault, Fernandes avança: a) numa análise das contradições internas aos discursos e práticas liberais, captando, em razão do seu próprio objeto de investigação, padrões de mentalidade de governo no centro (modelo democrático-burguês) e na periferia (modelo autocrático-burguês); b) analisa o que chamamos de governamentalidade autocrática

(resistência sociopática à mudança, dominação autocrática, etc.) sempre em busca do concreto, a saber, de como tal racionalidade de governo atua e é atuada nas lutas entre grupos e classes em constelações históricas específicas; c) reflete sobre processos de governo da população sem nunca abandonar uma reflexão sobre os problemas do desenvolvimento global (desigual e combinado) do capitalismo, da democracia, da herança escravocrata, da questão nacional, utilizando atributos mais abrangentes (renda, poder, prestígio) para pensar a população do que exclusivamente a constituição do *homo oeconomicus*.

Aprofundando alguns elementos já anunciados na seção anterior, pergunto: os atributos elencados da governamentalidade autocrática acima definida continuam a ter uma validade circunscrita a formações sócio-nacionais periféricas, flageladas pela colonialidade, pelo subdesenvolvimento, pelo capitalismo dependente ou heteronômico e pelo modelo autocrático-burguês de revolução? Tais atributos (restritivos, bloqueadores, extorsivos, monopolizantes, ultraconcentracionistas, predatórios, violentamente reativos e disciplinadores) não poderiam ser encontrados nas mais diversas coordenadas geográficas de um mundo caracterizado pelo acirramento de novas guerras (frias e quentes), pela crise generalizada do *Welfare State*, pela persistência de uma governamentalidade neoliberal que se alimenta da sua própria crise e pela ascensão de novos fascismos e autoritarismos?

O próprio Fernandes de algum modo já vislumbrava a possibilidade de uma generalização do modelo autocrático.

Em *A Revolução Burguesa no Brasil*, em seu sétimo capítulo, escrito em 1973, lê-se que, naquela quadra histórica, seja as burguesias periféricas seja as "centrais e hegemônicas" tencionavam, sobretudo, *"manter a ordem, salvar e fortalecer o capitalismo, impedir que a dominação burguesa e o controle burguês sobre o Estado nacional se* [*deteriorassem*]" (FERNANDES, 2006, p. 343). Assim, a revolução burguesa periférica é "fortalecida por dinamismos especiais do capitalismo mundial" e levada, "de modo quase sistemático e universal, a ações políticas profundamente reacionárias, pelas quais se revela a essência autocrática da dominação burguesa e sua propensão a salvar-se mediante a aceitação de formas abertas e sistemáticas de ditadura de classe" (FERNANDES, 2006, p. 343). Despida de qualquer "idealismo" e "romantismo", a "dominação burguesa revela-se à história, então, sob seus traços irredutíveis e essenciais":

> A sua inflexibilidade e a sua decisão para empregar a violência institucionalizada na defesa de *interesses materiais privados, de fins políticos particularistas*; e sua coragem de identificar-se com formas autocráticas de autodefesa e de autoprivilegiamento. O 'nacionalismo burguês' encerra assim um último giro, fundindo a república parlamentar com o fascismo (FERNANDES, 2006, p. 345).

Converte-se, "por fim, o Estado *nacional e democrático* em instrumento puro e simples de uma ditadura de classe preventiva" (FERNANDES, 2006, p. 346).

O curso publicado em 1977, *Apontamentos sobre 'A Teoria do Autoritarismo'*, também oferece elementos para pensar a generalização da, aqui nomeada, *governamentalidade autocrática*:

> O que Horkheimer, Adorno e outros fizeram com relação ao nazismo – o que é a potencialidade fascista – poder-se-ia fazer em um plano mais geral: como as potencialidades autoritárias, intrínsecas ao capitalismo, crescem com a passagem para a fase de crise e de possível desmoronamento... A autodefesa cria um enrijecimento inevitável, nasça ela dos riscos de uma greve geral, das ameaças do movimento operário ou da viabilidade de uma revolução socialista. Automaticamente, os requisitos do contrato, do consenso e da representação sofrem um debilitamento, que se traduz por uma exacerbação das formas de dominação burguesa. O componente autoritário oscila, as relações autoritárias ganham saliência e a democracia fica um privilégio dos mais iguais (ou das elites no poder) (FERNANDES, 1979, p. 13).

Arantes (2004), ao revisar criticamente as teses euroamericanas da *brasilianização do mundo*, reforça, com seu estilo peculiar, vários dos elementos enfatizados ao longo do texto. O mundo brasilianizado, a despeito da recaída em dualismos cognitivos já amplamente criticados na produção intelectual latino-americana dos anos 60 e 70, busca expressar um Brasil que volta a ser "vanguarda, só que da desintegração", sintoma da "prevalência (e transparência) absoluta da razão econômica na gênese de uma 'sociedade' que, por isso mesmo (se Mauss e Durkheim têm alguma razão...) dificilmente poderia atender por esse nome" (ARANTES, 2004, p. 58). Algo particularmente próximo daquela supressão radical do *homo politicus* pelo *homo oeconomicus*, traço fundamental na nossa época denunciado por Wendy Brown (2015).

A brasilianização é sintoma não só da prevalência absoluta da razão econômica, mas de uma razão econômica de corte explicitamente predatório: "Como

nossa burguesia nunca se pautou, nem poderia, salvo por motivos suicidas, pelo austero *ethos* weberiano da acumulação, sua dualidade rebaixada – um pé no patrimonialismo local, outro nas trocas transatlânticas modernas – por assim dizer antecipara a desmoralização contemporânea das finadas burguesias mundiais" (ARANTES, 2004, p. 68-9). Assim, "o lusco-fusco malandro, a promíscua alternância do lícito e do ilícito, se deixam reconhecer em estado bruto na delinquência financeira de hoje..." (ARANTES, 2004, p. 69).

Wolfgang Streeck (2016), por sua vez, ao refletir sobre o capitalismo contemporâneo, marcado pela simultânea hegemonia e crise do neoliberalismo, assim como pela crise generalizada do pacto welfarista que caracterizou os trinta anos gloriosos do pós-guerra nos países centrais, apresenta diagnóstico semelhante:

> [...] o enfraquecimento do crescimento, que intensifica o conflito distributivo; a crescente desigualdade resultante; a gestão cada vez mais difícil da macroeconomia, como se manifesta, entre outras coisas, pelo aumento do endividamento, pela inflação da oferta monetária e pela possibilidade sempre presente de outro colapso econômico; a captura do mecanismo do capitalismo pós-guerra constituído pelo progresso social e pela democracia, contra o qual se eleva a intensificação do domínio oligárquico; a menor capacidade dos governos e o déficit sistêmico de governança para limitar a mercantilização de trabalho, natureza e dinheiro; a onipresença da corrupção mais diversa, em resposta à intensificação da concorrência em mercados onde o vencedor leva tudo e aproveita oportunidades ilimitadas de enriquecimento; a erosão da infraestrutura pública e dos benefícios sociais associada à comercialização e privatização de serviços; o fracasso após 1989 do principal país capitalista, os Estados Unidos, na construção e manutenção de uma ordem global estável; etc. etc. Esses e outros desenvolvimentos, eu sugiro, levaram a um cinismo generalizado que governa a vida econômica, o que descarta por muito tempo, se não para sempre, uma recuperação da legitimidade normativa do capitalismo como uma sociedade justa capaz de oferecer oportunidades iguais para o progresso individual – uma legitimidade à qual o capitalismo teria que recorrer em momentos críticos – e de fundar, pelo contrário, a *integração social na resignação coletiva* como o último pilar da ordem – ou desordem – social capitalista (STREECK, 2016, pp. 30-1).

Mais a frente no mesmo texto, Streeck (2016, p. 52) reitera o diagnóstico de um "cinismo generalizado" que se difundiu "profundamente no senso

comum", que passa "a entender como um fato normal que o capitalismo nada mais é que uma oportunidade institucionalizada para que os super-ricos bem conectados se façam ainda mais ricos".

O abismo do tempo presente, vislumbrado em diagnósticos de autoras e autores tão distintos em suas influências e fins, não por acaso leva à radicalização dos elementos de crítica presentes na analítica foucauldiana da biopolítica e da governamentalidade, ambas pensadas sob o marco mais geral da emergência de um poder de *fazer viver e deixar morrer* a população. Não só Brown (2015) decreta a supressão do sujeito de interesse pelo sujeito do sacrifício, também Achille Mbembe acredita, ao debruçar-se sobre as relações de poder em experiências como a "ocupação colonial da Palestina" (MBEMBE, 2011, p. 46), que "a noção de biopoder é insuficiente para refletir as formas contemporâneas de submissão da vida ao poder da morte". A noção de necropolítica torna-se de uso necessário para pensar "os meios pelos quais, em nosso mundo contemporâneo, as armas são empregadas com o objetivo de uma destruição máxima das pessoas e a criação de *mundos de morte*, formas únicas e novas de existência social em que as numerosas populações se veem submetidas a condições de existência que as conferem o status de *mortos-vivos*" (MBEMBE, 2011, p. 74-5).

Também a *Crítica da Razão Negra* representa uma radicalização do marco conceitual foucauldiano. Para Mbembe, baseado em Foucault, "a economia do poder característica do liberalismo e da democracia do mesmo tipo assenta no jogo cerrado da liberdade, da segurança e da proteção contra a omnipresença da ameaça, do risco e do perigo", que podem ser diversos, sendo um destes perigos, presente desde a gênese do liberalismo, o "escravo negro" (MBEMBE, 2014, p. 143). Por isso, o "medo racial, em particular, foi sempre um dos pilares da cultura do medo intrínseca à democracia liberal" (MBEMBE, 2014, p. 144). "Permanecerá inacabada a crítica da modernidade", escreve Mbembe (2014, p. 102) páginas antes, "enquanto não compreendermos que o seu advento coincide com o surgir do *princípio de raça* e com a lenta transformação deste princípio em paradigma principal, ontem como hoje, para as técnicas de dominação", princípio de raça entendido como "a forma espectral de divisão e de diferença humana susceptível de ser mobilizada para fins de estigmatização e de exclusão, de segregação, pelos quais tenta isolar, eliminar e, até, destruir fisicamente determinado grupo humano".

Percebe-se como a reflexão de Fernandes sobre as resistências à mudança e sobre a dominação autocrática apresenta tanto amplas como sutis afinidades com esse conjunto de abordagens mais recentes sobre o estado atual do mundo: o predomínio de uma racionalidade econômica extorsiva e ultraconcentracionista – Arantes (2004, p. 75) nos fala de "dialética da malandragem em escala global", Streeck em *cinismo generalizado* – erigida em mentalidade de governo compulsivamente orientada para demarcar a fronteira rígida, no seio das dinâmicas populacionais, entre o que deve viver e o que deve morrer, entre aquelas (es) que têm liberdade de movimento e aquelas (es) fadados à prisão da subsistência, entre, para usar a terminologia de Brown (2015), os sujeitos de interesse e os sujeitos do sacrifício. Para Fernandes tanto como para Mbembe, a *raça* se apresenta como um dos princípios constitutivos dessa fronteira, desse corte, nas dinâmicas de hierarquização, exploração, dominação e exclusão na modernidade capitalista.

Parece-me que esses elementos são suficientes para suscitar, em leitoras e leitores a questão da generalização da governamentalidade autocrática naquele tempo e em nosso tempo. Há algo de profundamente trágico na atualidade do pensamento crítico e radical por sua riqueza de investigação dos meandros de efetivação da barbárie e do que há de brutal nas práticas humanas, posto que, em seu íntimo, toda crítica genuína deseja, como homenagem póstuma, a sua inatualidade, o seu anacronismo.

Referências

ARANTES, Paulo Eduardo (2004), *Zero à esquerd*a. São Paulo: Conrad Editora do Brasil.

ARRUDA, Maria A. do N. (2010), Prefácio. In: FERNANDES, Florestan. *Circuito fechado*: quatro ensaios sobre o 'poder institucional'. São Paulo: Globo.

BOSI, Alfredo. (1988), A *escravidão entre dois liberalismos*. Estudos Avançados, 2(3), 4-39.

BOTELHO, André. (2013), T*eoria e história na sociologia brasileira:* a crítica de Maria Sylvia de Carvalho Franco. Lua nova, São Paulo, 90, pp. 331-366.

BRANDÃO, Gildo Marçal. (2007), Linhagens do pensamento político brasileiro. 1. ed. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Ed.

BRÖCKLING, Ulrich; KRASMANN, Susanne; LEMKE, Thomas. (Eds.). (2011), *Governmentality*: current issues and future challenges. 1. ed. New York: Routledge.

BROWN, Wendy. (2015), *Undoing the demos: neoliberalism's stealth revolution*. 1. ed. Zone books: New York.

BURCHELL, Graham; GORDON, Colin; MILLER, Peter. (1991), *The Foucault effect: studies in governmentality*. 1. ed. Chicago: The Univerisity of Chicago Press.

BRASIL JR., Antonio. (2013a), *Passagens para a teoria sociológica*: Florestan Fernandes e Gino Germani. 1. ed. São Paulo: Hucitec.

_____. (2013b). A reinvenção da sociologia da modernização: Luiz Costa Pinto e Florestan Fernandes (1950-1970). *Trab. Educ. Saúde*, v. 11, n.1, pp. 229-249.

COSTA, Sergio. (2010). Teoria como adição. In: Martins, Heloísa S.. (Org.). *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Discurso Editorial – Barcarolla.

FERNANDES, Florestan. (1975). S*obre o trabalho teórico (entrevista)*. Trans/Form/Ação, Marília, vol. 2.

_____. (1976a [1962]), *A Sociologia numa Era de Revolução Socia*l. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar.

_____. (1976b [1960]), *Ensaios de sociologia geral e aplicada*. 3. Ed. São Paulo: Pioneira.

_____. (1978a [1965]), *A integração do negro na sociedade de classes*. 3. ed. São Paulo: Ática.

_____. (1978b [1967]), *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*. 3. Ed. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos.

_____. (1979), *Apontamentos sobre a 'teoria do autoritarismo'*. 1. ed. São Paulo: Editora Hucitec.

_____. (1980 [1977]), *A sociologia no Brasil*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes.

_____. (1986), *Que tipo de república?*. 1. ed. São Paulo: Brasiliense.

_____. (2006 [1975]), *A revolução burguesa no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Globo.

_____. (2008 [1968]), *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. 5. ed. São Paulo: Global Editora, 2008.

_____. (2010 [1976]), *Circuito fechado*: quatro ensaios sobre o 'poder institucional'. 1. ed. São Paulo: Globo.

_____. (2013 [1960]), *Mudanças sociais no Brasil*. 1. ed. digital. São Paulo: Global Editora.

FOUCAULT, Michel. (1987a [1975]), *Vigiar e Punir*. 20. ed. Petrópolis: Vozes.

_____. (1987b [1969]), *Arqueologia do Saber*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

_____. (1988 [1976]), *A Vontade de Saber*. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal.

_____. (1999a [1966]), *As Palavras e As Coisas*. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes.

_____. (1999b [1997), *Em Defesa da Sociedad*e: Curso no Collège de France (1975-1976). 1. ed. São Paulo: Martins Fontes.

_____. (2008a [2004]), *Segurança, território, população*: Curso no Collège de France (1977-1978). 1. ed. São Paulo: Martins Fontes.

_____. (2008b [2004]), Nascimento da biopolítica: *Curso no Collège de France (1978-1979)*. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes.

HUGHET, Montserrat Galceran. (2012), *El análisis del poder*: Foucault y la teoría decolonial. In: Tabula Rasa, Bogotá-Colombia, n. 16, pp. 59-77.

LOSURDO, Domenico. (2006), *Contra-história do liberalismo*. 1. ed. Aparecida: Ideias & Letras, 2006.

MAIA, João Marcelo. (2009), Pensamento brasileiro e teoria social: notas para uma agenda de pesquisa. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 24, n. 71.

MARX, Karl. (2008 [1867]), *O capital, livro I*. 35. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

MBEMBE, Achille. (2011 [2006]), *Necropolítica, seguido de Sobre el gobierno privado indirecto*. 1. ed. Madrid: Editorial melusina.

_____. (2014 [2013]), *A Crítica da Razão Negra*. 1. ed. Portugal: Antígona.

QUIJANO, Aníbal. (1992), *Colonialidad y Modernidad-Racionalidad. In: BONILLA, Heraclio. Los Conquistados*: 1492 y la población indígena de las Américas. 1.ed. Bogotá: Tercer Mundo.

SILVA, Lucas Trindade da (2018), *Biopolítica e o enunciado da autonomização das esferas sociais*. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília – Brasília.

_____. (2019a), Inflexão na abordagem genealógica da modernidade em Michel Foucault: do arcaísmo disciplinar à sociedade de segurança. In: *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 30, pp. 275-313.

_____. (2019b), Gênese da intelectualidade neoliberal segundo Michel Foucault. In: *Revista Pós Ciências Sociais*, v. 16, n. 31, pp. 181-207.

_____. (2020), Indiferenciação por diferença: implicações da governamentalidade neoliberal para a teoria sociológica. In: *Tempo Social*, v. 32, n. 1, pp. 247-264.

STREECK, Wolfgang. (2011), The crises of democratic capitalism. In: *New left review 71*.

_____. (2017 [2016]), *Como terminará el capitalismo?* Ensayos sobre un sistema en decadencia. 1. ed. Madrid: Traficantes de Sueños.

TAVOLARO, Sergio. (2005), Existe uma modernidade brasileira? Reflexões em torno de um dilema sociológico brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 20, n. 59, pp. 5-22.

_____. (2017), *Retratos não-modelares da modernidade*: hegemonia e contra-hegemonia no pensamento brasileiro. Civitas, Porto Alegre, v.17, n.3, 115-141.

WEBER, Max. (2016 [1920-1921]), *Ética econômica das religiões mundiais*. 1. ed. Petrópolis, Vozes.

Submetido em 19 de novembro de 2019
Aprovado em 12 de fevereiro de 2020

Licenciado sob uma Licença Creative Commons Attribution 3.0